



# A Nação

JORNAL INDEPENDENTE

50 anos depois

# As lutas persistem...

- Desemprego
- Saúde
- Segurança
- Pobreza
- 88% dos cabo-verdianos satisfeitos com independência

in Caderno



## MCA

Estado já pagou quase 40 mil contos em salários, mas ajuda dos EUA pode ser anulada

Pág. 2

## Praia

Tribunal embarga obra na Quebra Canela

Pág. 6

## Bolo independente



Pág. 15

# Estado já pagou quase 40 mil contos em salários à equipa do MCA, mas ajuda dos EUA pode ser anulada

**T**rata-se de uma situação que, segundo fontes do A NACÃO, põe uma vez mais em causa a racionalidade da despesa pública, a gestão de expectativas, neste caso, em torno do programa MCA III e os reais benefícios de manter uma estrutura técnica de elevado custo sem que haja garantias dessa execução.

O III compacto do MCA será formalizado apenas em 2026, mas os custos com o pessoal que integra a Unidade de Desenvolvimento do Programa (UDP), criada para preparar o novo programa de investimentos, já representam um “encargo significativo” para os cofres públicos, à volta de 40 milhões de escudos.

De acordo com o apurado pelo nosso Jornal, só a coordenadora da UDP, Joana Brito, auferiu um salário bruto mensal de 700 mil escudos, à luz do contrato assinado a 1 de Agosto de 2023. Os restantes cinco técnicos, Francisco Tavares (inclusão social e género), Milton Paiva (sector privado), Margarida Fontes (comunicação e stakeholders), Tânia Maurício (ambiente e social) e Carla da Cruz (economia), recebem cada um 490 mil escudos mensais, neste caso, ao abrigo de contratos assinados a 1 de Julho de 2024.

Somando os salários brutos durante um ano, o valor atinge aproximadamente 39,8 milhões de escudos, valor este que poderá aumentar com encargos sociais e despesas operacionais associadas à UDP. Escusado será lembrar que os cidadãos contratados estão todos associados, de alguma forma, ao partido no Governo, MpD.

Os gastos apontados ganham mais força considerando que, apesar dos anúncios oficiais, o financiamento do

O Governo de Cabo Verde gastou, no último ano, cerca de 40 milhões de escudos em salários com a equipa técnica nacional que está a preparar o programa de investimentos do terceiro compacto do Millennium Challenge Account (MCA). Tudo na expectativa dos prometidos fundos da ajuda externa dos Estados Unidos da América (EUA) no âmbito do Millennium Challenge Corporation (MCC) que, neste momento, correm sérios riscos de serem anulados.

Geremias S. Furtado



MCA III ainda não se materializou. Neste momento, com os cortes que a administração Trump vem fazendo a tudo que seja ajuda externa dos EUA, teme-se pela não efectivação do programa cujos dois anteriores compactos foram tidos como importantes para o desenvolvimento de Cabo Verde.

## Integração económica regional

O Governo cabo-verdiano anunciou em Dezembro de 2023, ainda durante a administração de Joe Biden, que Cabo Verde tinha sido seleccionado para desenvolver um novo compacto MCA, centrado desta feita na integração económica regional. O anúncio surpreendeu a maioria dos observadores, tendo em conta o seu carácter altamente excepcional.

O próprio ministro das Finanças, Olavo Correia, esclareceu na altura que a assinatura do acordo seria em 2026, e que, até lá, seria feita a identificação dos sectores prioritários e o desenho dos projectos a serem financiados, a cargo de uma equipa técnica contratada para o efeito, à semelhança, portanto, do que havia acontecido durante os dois anteriores MCA.

Em Fevereiro de 2024, o Governo assinou com a MCC um acordo de 5,6 milhões de dólares para financiar a fase de desenvolvimento do programa. Esse valor junta-se a um outro protocolo de 750 mil dólares assinado anteriormente, perfazendo um total de 6,3 milhões de dólares para preparação técnica. Contudo, nenhum fundo do compacto MCA propriamente dito foi ainda disponibilizado. Aliás, até hoje, des-

conhece-se qual o montante que Cabo Verde deverá receber.

## Visita a Cabo Verde da CEO do MCC

A visita, em Fevereiro do ano passado, da CEO do MCC, Alice Albright, à cidade da Praia, reavivou as expectativas. Durante a sua estadia entre nós, Albright reuniu-se com o Presidente da República, José Maria Neves o Primeiro-ministro, Ulisses Correia e Silva e com o Vice Primeiro-ministro e Ministro das Finanças, Olavo Correia, e visitou locais financiados por anteriores compactos, como o Porto da Praia e a Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) de Ponta Preta, na ilha do Sal, reafirmando a confiança no arquipélago como parceiro estratégico dos EUA na região.

Entretanto, as recentes

decisões do governo de Donald Trump de encerrar as operações da MCC, bem como as da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), coloca seriamente em risco o novo ciclo de financiamento prometido a Cabo Verde. Sobre isto, Ulisses Correia e Silva (UCS) reagiu afirmando que o país nada pode fazer, uma vez que se trata de uma decisão soberana dos EUA.

“Já havia indicações de que um conjunto de medidas iriam ser tomadas relativamente ao corte de despesas do funcionamento da administração americana. Isso acaba por atingir também instituições que trabalham e operam na área de ajuda pública ao desenvolvimento como o MCC. Nós temos que respeitar aquilo que é decisão do Governo americano”.

UCS afirmou, outrossim, que o governo de Cabo Verde não irá ficar de braços cruzados e que a situação ora criada dará ao executivo a oportunidade de procurar outras fontes de financiamento aos projectos que iriam ser beneficiados com o MCA III.

## Compactos I e II

Vale recordar que Cabo Verde já beneficiou de dois compactos anteriores, sendo que o primeiro, entre 2005 e 2010, no valor de 84,6 milhões de euros, financiou projectos como a reabilitação do porto da

O segundo compacto, de 50,9 milhões de euros, entre 2012 e 2017, destinou-se à melhoria da gestão da água, saneamento e direitos fundiários.

Ambos são apontados como modelos de sucesso pela MCC, daí a eleição de Cabo Verde para um terceiro pacote, algo que inicialmente nem sequer estava previsto.



O **SUMMER** é um Software Integrado de Gestão Empresarial (ERP) baseado na WEB, concebido e desenvolvido pela CABOSYS, para responder, com sucesso, aos novos desafios da **FATURAÇÃO ELETRÓNICA**

#### MOBILIDADE

Acesso aos dados de seu negócio remotamente via qualquer aparelho (computador, notebook, celular) conectado à internet

#### SEGURANÇA

Saas (Software como Serviço). A integridade e segurança de seus dados é garantida por regras de acessos restritas e backups automáticos

#### BAIXO CUSTO

Substituindo servidores locais por servidores na cloud, ocorre uma redução drástica no valor do investimento em computadores e hardware

#### INTEGRAÇÃO

Controle em apenas um aplicativo todas as suas atividades e gere as suas despesas, faturas, compras, tesouraria, armazéns, etc

#### SUORTE

Assistência assegurada de forma remota, sem necessidade de deslocação de um suporte técnico, fato que reduz o custo de suporte

#### CONFIANÇA

A CaboSys entregar valor para seus clientes. Mais de 1.000 empresas e profissionais Cabo-verdianos confiam no Summer Software para a Gestão de seu Negócio.



Homologado pela DNRE



**SUMMER**  
PLATAFORMA DE  
GESTÃO WEB

100% NACIONAL



 262-2311

 956-0319

© 2022 CaboSys - Tecnologias de Informação - Qualidade & Inovação

[www.summersoftware.cv](http://www.summersoftware.cv) | [info@summersoftware.cv](mailto:info@summersoftware.cv)

## Dados sobre a pobreza

# GAO também reclama atraso do INE na publicação do IV IDRF

Na última missão do Grupo de Ajuda Orçamental (GAO), que decorreu de 24 a 30 de Junho, os parceiros de Cabo Verde discutiram o Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRF) de 2023 e notaram os “esforços” do Instituto Nacional de Estatística (INE) para enfrentar os desafios identificados.

No entanto, o GAO expressou a sua preocupação com questões relacionadas com os dados desse inquérito e com o atraso nas publicações que pode comprometer a formulação de políticas, a transparência e a responsabilização do poder político.

Este assunto, recorde-se, vem sendo tratado pelo A NAÇÃO desde o ano passado. Na nossa edição 895, de 24 de Outubro, escrevemos que, em relação à pobreza, o INE tinha avançado com uma estimativa baseada numa metodologia nunca utilizada em Cabo Verde e que estava a causar problemas na qualidade dos dados a apurar.

Com essa estimativa, foi ignorado o IV IDRF, que deveria ser publicado em Setembro de 2024 com os dados reais sobre a pobreza no país. Tanto assim é que os dados resultantes dessa

Os parceiros de Cabo Verde, reunidos no Grupo de Apoio de Orçamental (GAO), manifestaram-se preocupados com o atraso por parte do INE na publicação dos dados sobre o rendimento das famílias e consideram que esse atraso compromete a formulação de políticas, a transparência e a responsabilização do Governo. Já não são apenas vozes internas a duvidarem da qualidade do trabalho do INE, nomeadamente no que diz respeito a dados sobre a pobreza em Cabo Verde.

Daniel Almeida



estimativa na nova metodologia são por demais discutíveis, como de resto já alegaram e sustentaram alguns economistas da nossa praça.

## Discrepâncias

Neste momento, Julho de 2025, o INE já deveria ter publicado os dados reais recolhidos através do IV IDRF, realizado entre Dezembro de 2022 e Dezembro de 2023. Contudo, é bem provável que os dados

oficiais sobre a pobreza não venham a ser publicados devido à discrepância com a estimativa apresentada no ano passado. É que mesmo “martelados” os dados do IV IDRF “nunca serão similares à estimativa”.

Para além disso, no dizer de uma fonte credível, a metodologia das estimativas publicadas no ano passado, “não permite fazer uma comparação com os dados de 2015”, porquanto, em 2015, quando se realizou o III IDRF, foram definidos os li-

miar da pobreza para o país e “nessa estimativa foi utilizado um limiar da pobreza internacional, que é o limiar definido pelo Banco Mundial, que é de 2,15 dólares por pessoa, por dia”.

Ou seja, em 2015, de acordo com os dados reais divulgados pelo INE, a taxa da pobreza extrema em Cabo Verde era de 10,8%. Ora, em 2023, com a realização do IV IDRF, deverão ser definidos os limiares da pobreza para o país, para depois se extrair os dados e compará-

los com 2015. Porém, a estimativa que foi divulgada no ano passado, “não permite fazer essa comparação”.

## GAO toma pulso à estabilidade macro-económica

O Grupo de Apoio Orçamental tem como objectivo prestar apoio financeiro e assistência técnica ao Orçamento do Estado de Cabo Verde, através de subvenções e empréstimos, alinhados com as prioridades nacionais de desenvolvimento do Governo.

Durante a missão, que decorreu entre 24 a 30 de Junho, foram discutidos assuntos relacionados com a estabilidade macro-económica, situação orçamental e da dívida, gestão das finanças públicas, reforma da administração pública, emprego e a empregabilidade, redução da pobreza e a protecção social, saúde, segurança, igualdade de género, acção climática, transição energética, economia azul, conectividade digital, transportes e dados estatísticos nacionais.

O GAO é composto pelo Luxemburgo, Portugal, Espanha, União Europeia, Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento e Grupo do Banco Mundial.

## Dados do IV IDRF deviam ter sido publicados em Setembro de 2024

O Instituto Nacional de Estatística (INE) esteve no terreno, de Dezembro de 2022 a Dezembro de 2023, a recolher dados e informações junto de uma amostra de 7.656 agregados familiares, para o IV Inquérito de Despesas e Receitas das Famílias (IDRF), tendo em conta que o último inquérito similar que forneceu os dados da pobreza em Cabo Verde tinha sido realizado em 2015.

De acordo com o calendário de publicações estatísticas para os utilizadores e divulgado pelo próprio INE, no seu site, os primeiros dados do novo IDRF já deveriam ter sido publicados desde Setembro 2024.

Porém tal não aconteceu e, ao que tudo indica, não vai ser tão cedo, tendo em conta as dificuldades que o INE vem enfrentando para fechar essa operação.

Nesse sentido, neste momento, os dados reais da pobreza existente no país são de 2015, ano da publicação do último IDRF que, segundo um especialista, é a única operação estatística vocacionada para fornecer dados reais sobre a pobreza no país.

“Não é o Inquérito Multi-objectivo Contínuo e nem outra operação. É o IDRF, mesmo!”. Aliás, no arranque da

operação, foi o próprio INE a referir que o IV IDRF iria permitir, entre outros objectivos, “Medir a pobreza, seus indicadores e os determinantes (ex: percentagem de população pobre)”.

Refira-se que o IV Inquérito de Despesas e Receitas das Famílias contou com o financiamento do Banco Mundial em cerca de 200 mil contos.





**Tradição e modernidade para um serviço de excelência**  
**Tradition and modernity for an excellent service**

**Serviços**

- Limpeza e higiene
- Limpeza e recuperação de pavimentos
- Segurança privada
- Serviços de segurança em resorts
- Limpeza de fachada
- Limpeza e conservação de monumentos
- Desengorduramento de restaurantes
- Limpeza de cadeiras, sofás, carpetes, carros e estofos

**Services**

- Cleaning and hygiene
- Floor cleaning and restoration
- Private security
- Security services in resorts
- Façade cleaning
- Monument cleaning and maintenance
- Restaurant degreasing
- Chair, sofa, carpet, car and upholstery cleaning

Há mais de 20 anos no mercado, Setelima presta serviços de limpeza e de segurança privada. Actualmente, conta com mais de 300 funcionários nas ilhas de Santiago, São Vicente, Sal, Santo Antão, Brava e Fogo. Na Boa Vista, presta serviços no aeroporto internacional Aristides Pereira e serviços de segurança em resorts.

For more than 20 years in the market, Setelima provides cleaning and private security services. Currently, it has more than 300 employees on the islands of Santiago, São Vicente, Sal, Santo Antão, Brava and Fogo. In Boa Vista, it provides services at the international airport Aristides Pereira and security services in resorts.

Achada Grande Frente - Fazenda 133/c - Praia - Cabo Verde  
 Tel: +238 263 31 30 - Fax: +238 2635088 - Mvl: +238 9977683  
 Email: geral@setelima.com - segurança@setelima.com - industria@setelima.com  
 www.setelima.com

# Tribunal embarga construção na Quebra Canela



**A** obra licenciada pela CMP na Quebra Canela e que se encontra embargada por ordem do Tribunal da Comarca da Praia, a pedido da JS-CV, segundo informações desta empresa ao A NAÇÃO, está em conflito com a construção de um hotel de luxo de 15 pisos.

A JS-CV diz ter rubricado em 2013 com a CMP, no tempo de Óscar Santos, o direito de superfície de um trato de terreno na Quebra Canela, com a área de 5 mil metros quadrados, para nele erguer um hotel de cinco estrelas com salas de conferência e um aparthotel. Em 2017 as duas partes celebraram um contrato de compra e venda do referido terreno pelo preço de 106.307.143\$00, sem contar o valor investido na requalificação dessa zona da capital.

Ao todo, a JS-CV Construções diz já ter investido mais de 426 mil contos entre a compra do terreno e a infra-estruturação de todo o Plano Director da Quebra Canela, tendo inclusive financiado a

**O Tribunal da Praia ordenou a suspensão de uma construção na Quebra Canela, por solicitação da JS-CV Construções, empresa do angolano José Semedo, que acusa a Câmara Municipal da Praia de ceder a terceiros lotes que lhe peretencem.**

Daniel Almeida

requalificação da zona com redes de esgotos, rede eléctrica e de abastecimento de água, entre outros serviços, bem como o asfaltamento das principais vias, iluminação pública do local.

A totalidade do terreno ora em disputa destina-se à edificação de um hotel de cinco estrelas, o “KK Eurostars Hotels”. Segundo Marcos Evangelista, director financeiro da JS-CV Construções, o contrato estabelece que, nas

áreas limítrofes aos cinco mil metros quadrados adquiridos à CMP, “não se poder exercer nenhuma outra actividade comercial” e que, “se no futuro for autorizado a JS tinha direito de preferência”, o que não aconteceu.

“Já elaboramos o projecto e, neste momento, estamos a negociar com a Qatar Investment Authority para o financiamento da obra”, esclarece Marcos Evangelista, sublinhando que a previsão era

arrancar com as obras neste segundo semestre de 2025. “Havendo um outro empreendimento nessa zona”, afirma, “a empresa considera que haverá problemas na execução do projecto”.

No local da obra embargada estava destinado para a construção de uma dessalinizadora para servir o hotel.

O certo é que na sequência da acção da JS-CV, no dia 19 de Junho, o Tribunal mandou embargar a obra, neste

momento paralisada. Antes, a 12 de Maio, o representante dessa empresa diz ter enviado uma carta ao presidente da CMP, Francisco Carvalho e, até hoje, este “não reagiu à carta e nem sequer atendeu as diversas chamadas do director executivo da empresa”.

Conforme a carta enviada ao presidente da CMP, a que A NAÇÃO teve acesso, o empreendimento KK “é um projecto imobiliário turístico concebido pela JS-CV Construções e Investimentos Lda, que pretende dotar a cidade da Praia de um hotel vocacionado para o turismo de negócios”.

Para o esclarecimento deste conflito, A NAÇÃO procurou saber da posição da CMP, mas os nossos esforços revela-

## Hotel de 15 andares na Quebra Canela

O hotel de negócios de cinco estrelas, a construir na Quebra Canela, segundo Marcos Evangelista, terá 15 pisos, 200 quartos, incluindo duas suítes presidenciais, 21 master suítes, 45 juniores suítes e 132 suítes standards,

“conferindo a cidade da Praia uma infra-estrutura capaz de dinamizar o turismo de negócios na capital do país”.

O empreendimento, a poucos metros do mar, conta ainda com um centro de convenções com capacidade

de para até 1500 pessoas. O mesmo prevê uma oferta complementar de alojamento no aparthotel, com apartamentos cinco estrelas, que também serão geridos pelo grupo espanhol HOTUSA. Serão 94 apartamentos, T1,

T2, T3 e penthouses, com instalações como estacionamento privativo, ginásio, health club, piscinas, lojas de conveniência, boutiques e restaurantes de luxo, pub e lounge bar exterior.



## Ficha Técnica

**A Nação** Semanário | Ano XVIII | Nº931 | 03 de Julho de 2025 | **Registo DGCS:** N°3/2007 | **Registo ARC:** N°3/2016 | **Propriedade:** Sociedade A Nação Cabo Verde, Lda.

**Director-Geral:** Fernando Rui Tavares Ortet | **Endereço:** Caixa Postal: 690 – Cidadela – Praia – Cabo Verde | **Telefone:** (+238) 260.26.90 (PBX) | **Director:** José Augusto

Sanches | **Editor-Executivo:** José Vicente Lopes | **Editores:** Daniel Almeida e Gisela Coelho | **Jornalistas:** Natalina Andrade (Fogo), Geremias S. Furtado, João A. Ro-

sário | **Jornalistas Estagiários:** Leliane Semedo | **Colaboradores e Colunistas:** Adriano Miranda Lima, Amadeu Oliveira, Ângela Coutinho, António Carlos Gomes,

António Chantre Neves, António Correia e Silva, Carlos Carvalho, Carlos Santos, Carlos Araújo, Cipriano Fernandes, Filinto Elísio, Francisco Mendes, José Manuel

Araújo, José Maria Neves, José Pedro Oliveira, José Valdemiro Lopes, Luís Kandjimbo, Marciano Moreira, Paulo Mendes, Pedro Moreira, Pedro Pires Ribeiro, Natacha

Magalhães, Nataniel Vicente Barbosa e Silva, Ricardino Neves e Wladimir Brito. | **Designers:** Edson Spencer e Carmem Freire | **Comercial & Marketing:** Verónica

Rocha | Edmira Correia (Facturação e Cobranças) e Hélder Afonso | **Telefones:** (+238) 260.26.90 (PBX) – (+238) 260.26.93 (Redacção) | **E-mail:** jornalanaoacv@gmail.

com (Redacção) – comercial.grupoalfacv@gmail.com (Comercial) | **Impressão:** Impressal Center | **Tiragem:** 3.500 Exemplares.



www.anacao.cv



## FREQUÊNCIAS

Praia - **89.90 e 94.40**

Santo Antão - São Vicente - São Nicolau - **96.70**

Santiago Norte e Sul - Fogo - Maio - **94.40 99.60**



Siga Cabo Verde em qualquer parte do mundo através  
de [www.radioalfacv.com](http://www.radioalfacv.com)



+238 970 95 95 / 930 30 05 / 260 26 96



# PAICV sai do congresso apresentando-se como alternativa para governar o país

Primeira reunião magna após as eleições autárquicas de Dezembro de 2024, que tiveram como consequência a liderança do PAICV em 15 dos 22 municípios, o XVIII Congresso reiterou as promessas eleitorais de Francisco Carvalho nas eleições internas de 25 de Maio último. Salientou, como prioridades de governação, a gratuidade dos cuidados de saúde e do ensino superior, bem como uma nova linha de actuação em matéria de transportes marítimos e aéreos inter-ilhas.

O mote de união e dos novos tempos foi, logo no primeiro dia, lançado por Francisco Carvalho com um enfático “estamos prontos”, e apresentando o PAICV como um partido que “está de pé, renovado, moderno e unido”, definindo como prioridade estratégica a construção de um “país mais justo, mais sustentável e mais presente no mundo”.

Em tempo de pré-campanha para 2026, a receita duplamente vitoriosa do “Praia para Todos” transmuta-se no “Cabo Verde para Todos”, procurando a transposição da evolução dos votos das eleições autárquicas entre 2020 e 2024, onde o PAICV passou de uma diferença de cerca de 920 votos de vantagem sobre o MpD para dez vezes mais esse número. Essa evolução também verifica-se a ní-



O XVIII Congresso do PAICV, que aconteceu no último fim-de-semana, apresentou aos cabo-verdianos um partido que garante estar unido e determinado em ganhar as legislativas de 2026, congregando gerações e sensibilidades, num esforço para se apresentar como alternativa de governação. Foi o culminar de um processo que deu a vitória a Francisco Carvalho, com cerca de 62% dos votos, nas eleições internas de 25 de Maio último.

António Alte Pinho

vel nacional, com o PAICV a passar de duas câmaras, em 2016, para quinze, em 2024, tornando-o, pela primeira vez, o maior partido autárquico de Cabo Verde.

## “Um país verdadeiramente livre”

Uma semana antes do dia em que Cabo Verde assinala os 50 anos da sua indepen-

dência, Francisco Carvalho aproveitou a tribuna, no primeiro dia do congresso, para revisitar o percurso do país, enfatizando a importância de se “olhar para trás com respeito, mas, sobretudo, olhar para a frente com coragem”, para logo a seguir pedir aplausos ao líder histórico do PAICV, Pedro Pires, que ocupava o seu lugar no palco entre o novo líder e o ante-

rior, Rui Semedo, ao mesmo tempo que, aludindo a Amílcar Cabral, disse acreditar no seu legado para “construir um país verdadeiramente livre”.

A alusão a Cabral, aliás, foi bem marcante durante as eleições internas, com o obreiro da luta de libertação a ser referido por diversas vezes e a regressar, de forma mais evidente, à iconografia

do PAICV como um activo referencial.

Numa curta intervenção de oito minutos, realizada após a passagem pela tribuna de Rui Semedo e Pedro Pires, o novo líder tamborina fez referência ao partido do poder, alegando que o MpD “teve méritos” e realizou “conquistas”, mas que “parou no tempo” e “deixou de liderar o país”, deixando “Cabo Verde para trás”, contrastando com o PAICV que “foi para a rua” e “ouviu os esquecidos”, e “o povo deu o recado: quer renovação, quer mudança, quer futuro”, salientou, numa alusão às últimas eleições autárquicas.

Um dos momentos altos deste primeiro dia foi a intervenção de Pedro Pires, ouvida atentamente pelos congressistas, deixando al-

guns recados aos militantes ao afirmar que “precisamos do PAICV no seu todo”, num vibrante apelo à unidade do partido. Um gesto, ao que parece, ajudou a aparente harmonia que se fez sentir no processo de constituição dos órgãos nacionais, colocando uma pedra sobre as excitações do processo eleitoral interno, nem sempre pautado pela lisura e a cordialidade que devem reger as relações entre membros do mesmo partido.

### Um Cabo Verde para todos

No segundo dia, o tema central do congresso foi a apresentação da moção estratégica, com Francisco Carvalho a reiterar a gratuidade dos cursos da Uni-CV e o acesso gratuito aos cuidados de saúde, e enfatizando ser “franco e directo”, porquanto se trata de direitos constitucionais.

Cabo Verde para todos, segundo o líder do PAICV, está consubstanciado numa moção que sugere “uma visão estratégica assente em objectivos a curto, médio e longo prazo” para dar resposta a problemas centrais do país, nomeadamente, os transportes inter-ilhas, a educação, a justiça e a exclusão social.

E, na mesma linha, garantiu que, sendo primeiro-ministro, irá isentar o pagamento nos hospitais públi-

cos, desde exames a medicamentos, passando por internamentos e visitas, mas também a instalação em todos os municípios de equipamentos para exames de tomografia computadorizada (TAC).

Acusando o partido no poder de “falta de visão e de transparência”, Carvalho defendeu um “debate alargado” sobre a redução do número de deputados, a revisão do sistema eleitoral, a regionalização e concursos públicos para altos dirigentes do Estado, bem como o “controlo rigoroso” do património pessoal de todos os detentores de cargos públicos, único caminho para conquistar a confiança dos cidadãos.

Assumindo que o seu objectivo é “construir um novo Cabo Verde, reconhecer tudo o que já foi feito ao longo dos 50 anos da independência, mas ir mais longe”, o líder do PAICV defendeu, ainda, a afirmação de Cabo Verde enquanto membro do espaço da CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental).

Neste segundo dia, não faltaram também os apelos à unidade, com Nuías Silva a declarar expressamente: “Francisco pode contar comigo” para o combate eleitoral de 2026 e sublinhando que, ultrapassada a disputa interna, “agora, a nossa disputa é com o MpD” e “por Cabo Verde”. Francisco Pereira, outro dos candida-

tos derrotados nas eleições internas, referiu-se ao novo presidente do PAICV como “o futuro primeiro-ministro” de Cabo Verde e declarou-lhe expressamente o seu apoio.

### Visão, coragem e humanidade

No dia de encerramento do XVIII congresso do PAICV, Francisco Carvalho reiterou o apelo à unidade, considerando que o partido deve ser “uma força colectiva, movida por ideias, unida em torno de propósitos e não fragmentada por vaidades”, acrescentando que a vitória em 2026 “começa com o trabalho de base, credibilidade das nossas propostas e confiança no nosso povo”, mas também por uma “política séria, com visão, coragem e humanidade”.

Aludindo aos quinze anos de governação do PAICV, que antecederam o MpD no poder, Francisco Carvalho disse “não ter medo” de governar e enfatizou: “Já o fizemos com provas dadas, mas queremos governar melhor, com mais rigor, mais participação e mais inovação». E referindo-se aos 50 anos da independência de Cabo Verde, definiu esse marco histórico como “um percurso extraordinário, com conquistas importantes” que impõem “a responsabilidade de acelerar o passo” com “cautela”, com “ambição” e “ousadia”.

PUB



### FREQUÊNCIAS

Praia – **89.9 e 94.4**

Santiago Norte e Sul - Fogo  
- Maio – **94.4 e 99.6**

São Vicente - S. Antão  
- São Nicolau – **96.7**



Siga Cabo Verde em qualquer parte do mundo através de [www.radioalfacv.com](http://www.radioalfacv.com)

+238 970 95 95 / 930 30 05 / 260 26 96



radioalfacaboverde

## Órgãos nacionais marcados pela diversidade

O Conselho Nacional eleito pelo congresso e composto por 54 membros fica marcado pela diversidade, integrando Nuías Silva, o opositor de Francisco Carvalho nas eleições internas, mas também Francisco Pereira, é presidido por Fátima Fialho, integrando, entre outros, Janira Hopffer Almada.

Ana Gommel, também eleita durante os trabalhos do congresso, preside à Comissão Nacional de Jurisdição e Fiscalização, e Marco Paulo Modesto como vice-presidente. E, du-

rante a noite de domingo, o Conselho Nacional reuniu pela primeira vez para eleger a Comissão Política e o secretário-geral do partido.

Já a Comissão Permanente, o órgão que dirige, de facto, o partido, é presidida por Francisco Carvalho, tendo como “vices” João do Carmo, Joanilda Alves e Mário Paixão, integrando ainda o novo secretário-geral, Vladimir Silves Ferreira, Janira Hopffer Almada, Carlos Tavares (Calicas) e Armindo Freitas.

AAP



50 anos depois

# Os últimos dias para a independência, “com a resistência da cabra e da babosa”



Manifestação no Platô, antes da data da independência

**E**lisiário Silva deixou o arquipélago dias antes e João Teixeira foi metido num avião com outros portugueses, logo depois do almoço, após a cerimónia histórica do dia 5 de Julho, incluindo militares, e foram levados para o Sal e de lá para Lisboa, onde chegaram ao final do dia, pelas 19 horas. Mas o trabalho no jornal ficou concluído, com a certeza de que só um cataclismo ou desastre cósmico poderia colocar em dúvida os títulos com que esta última edição abriria a sua primeira página.

## Viva a Independência de Cabo Verde

O texto, mais uma vez, não será da pena de nenhum dos jornalistas portugueses

A última edição do Novo Jornal de Cabo Verde saúda e celebra a independência do país, um dia antes, já que este derradeiro número sairia a 4 de Julho. Na verdade, os jornalistas portugueses Elisiário Silva e João de Sousa Teixeira, que mantiveram este semanário a funcionar, nos últimos meses do Cabo Verde colónia, mal viveram esta data histórica.

Joaquim Arena

referidos. Terá vindo do próprio PAIGC: “E pronto. Chegamos, assim, ao fim do pesadelo. Chegamos, assim, ao fim desta tortura sem nome, sem descrição possível, pois não é possível dar nome a um pesadelo de cinco séculos. Que caminhada! Os fantasmas que nos acompanharam neste subir a pulso para a nossa independência, nesta conquista da nossa dignidade! Com amor e

raiva, desespero e luta, lágrimas de-não-poder-fazer-nada e lágrimas de-agora-é-que-é. Tudo misturado, nesta nossa maneira de ir para a frente. Caboverdianamente. Com a resistência da cabra e da Babosa. Com a resistência da pedra”.

O poema de Ovídio Martins celebrando o momento especial: “O mar transmitiu-nos a sua perseverança,

Aprendemos com o vento a bailar na desgraça, As cabras ensinaram-nos a comer pedra para não percermos”. E a tónica épica e esperançosa do dia sonhado, na pluma do redactor: “E agora podemos. Já não temos de esperar nada, silenciosamente, nem espriantar ‘das esquinas do tempo, liberdades imaginárias. Porque vamos construí-las. Com os corações cheios de estre-

las. Estrelas verdadeiras, porque inventadas e vivas, desde sempre.”

## Comunicado do Conselho Superior de Luta

A nota dá conta de que terminou a 25 de Junho a reunião do Conselho Superior de Luta do PAIGC, em Bissau, tendo o tema principal sido a independência de Cabo Verde. O NJCV publica o comunicado na íntegra. Neste, lembra-se que “no dia 5 de Julho próximo, no termo de longos anos de uma luta heróica conduzida sob a bandeira gloriosa do nosso Partido, o nosso Povo de Cabo Verde vai tomar nas suas mãos o seu próprio destino, proclamado, através de uma Assembleia Nacional li-

vrememente eleita, a República de Cabo Verde.”

### Governo de Transição chega ao fim

Outro comunicado, este do GT, informa que este cessa as suas funções com a proclamação da independência, que terá lugar no dia seguinte. “Nesta data ímpar nas Histórias de Portugal e de Cabo Verde, o Governo de Transição reunido pela última vez nesta cidade da Praia, deseja prestar sincera homenagem ao povo destas ilhas pelo apoio verdadeiramente entusiasta que sempre lhe dispensou.” E, dirigindo-se o partido prestes a tomar o poder, “Rende igualmente sincera homenagem ao PAIGC, que tão fielmente soube encarnar o verdadeiro sentir e os autênticos interesses de Cabo Verde, afirmando sempre a sua amizade para com o povo português e o MFA.”

### Último editorial, a força da informação

Nesta última edição, a escolha do editorialista vai para a importância da informação e o combate à sua ‘deturpação’: “A sede de informação é mais uma aquisição revolucionária do povo africano de Cabo Verde. Os inimigos do povo de Cabo Verde sabem disso perfeitamente e não se têm poupado a esforços para contrariar tudo o que tem sido feito neste sector durante os poucos meses de implantação aberta do PAIGC em Cabo Verde”.

Em jeito de despedida e numa espécie de balanço do trabalho feito, neste semanário, o texto lembra: “Escrever e falar para o povo é vago. Escrever ou falar para alguém é falar do que lhe interessa, ou melhor, falar e escrever de tal modo que um assunto que até então não lhe tinha interessado desperte a sua atenção.” E continua, tendo em conta a população das ilhas: “Não po-



dem esquecer os que colaboraram com a Informação que à maioria do nosso povo foi negada a leitura, o conhecimento de outras terras e de outras experiências sociais”.

### Pedro Pires discursa no Juramento de Bandeira das FARP

A cerimónia, carregada de simbolismo, ocorreu no Estádio da Várzea, no dia 28 de Junho, perante a primeira incorporação das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP) e os representantes do GT e do PAIGC. Pedro Pires chamou a atenção dos militares cabo-verdianos para o facto de que “é uma vez só na vida que factos como este acontecem, isto é, na vida como povo, é a primeira e será a última vez que os soldados da nossa terra, aqueles que se prepararam para defender a nossa independência vão prestar juramento.” E adianta: “Para mim, pessoalmente, é também um grande dia porque estou a ver na prática a realização dos objectivos pelos quais lutei toda a minha vida.”

### Comunicado do MFA ao povo de Cabo Verde

Os militares portugueses, estacionados em Cabo Verde, o MFA (Movimento das Forças Armadas) “expressa os seus votos de prosperidade, paz e justiça social ao povo cabo-verdiano. Que este dia 5 de Julho seja o marco da verdadeira amizade entre os povos de Cabo Verde e Portugal. Viva Cabo Verde Livre! Viva a República de Cabo Verde!”

### Programa das Solenidades para a Comemoração da Independência de Cabo Verde

Cinco décadas depois, vale a pena relembrar o decorrer das actividades neste dia 5 de Julho. O NJCV publica, neste dia 4, em antecipação, o Programa das actividades, começando logo pela manhã com uma reunião da Assembleia Nacional Popular na Câmara Municipal da Praia, seguida de uma mensagem ao povo de Cabo Verde pelo Alto-Comissário do Governo de Transição, Almeida d’ Éça; mensagem igualmente do PAIGC ao povo de Cabo Verde, com pas-

sagem do Hino. Após a ida das forças armadas para o Estádio da Várzea, entrada do público para os sectores não reservados; a chegada das entidades oficiais, desfile dos representantes das associações profissionais de Cabo Verde, das delegações convidadas. Cerimónia oficial de transferência total e definitiva da soberania.

Depois da cerimónia no Estádio da Várzea o povo é convocado a concentrar-se na praça fronteira ao edifício da Câmara para tomar conhecimento do texto da Lei da Organização Política do Estado Soberano de Cabo Verde e da designação do Chefe de Estado (ou Presidente de um Conselho de Estado) e do Primeiro Ministro do Governo da República de Cabo Verde, assim como da composição do governo. Segue-se o discurso do Chefe de Estado (ou Presidente do Conselho de Estado); o Presidente e o primeiro Ministro prestam juramento. Almoço com os chefes das delegações. Pelas 18 horas, sagra da eucaristia na Igreja Matriz; 19h, inauguração da Feira ao público, seguido de jantar volante e a apresentação de grupos culturais cabo-verdianos;

início dos festejos nos bairros da Praia.

Dia 6 de Julho, Excursão ao interior de Santiago. Dia 7, apresentação do Governo em São Vicente, discurso do programa do Primeiro Ministro, seguido de festas populares em S. Vicente.

### Comício de encerramento da campanha eleitoral, em Santa Catarina

Num momento que só viria a repetir-se 13 anos depois, os santa-catarinenses assistiram a um comício de encerramento de uma campanha eleitoral, no dia 29 de Junho, neste círculo eleitoral. Diz o NJCV que mais de 300 pessoas assistiram e ouviram o discurso de Pedro Pires. Mas muitas viram, também, pela primeira vez ao vivo, o ‘camarada’ Nino Vieira, membro do Secretariado Permanente do Comité Executivo da Luta, e ainda presidente da Assembleia Nacional e Comissário de Estado das Forças Armadas, na República ‘irmã’ da Guiné-Bissau. Presentes ainda, Lúcio Soares, Chefe do Estado-Maior das FARC, Júlio de Carvalho, Comissário Político das FARP e membro do Conselho Superior da Luta, “além de outros camaradas.”

### Resultado final das eleições de 30 de Junho, Assembleia Nacional

Numa contagem extraordinariamente rápida para a época, o NJCV dá conta de que dos 114. 683 eleitores cabo-verdianos inscritos na eleição para a Assembleia Nacional, votaram 101. 326 (um terço da população das ilhas), dos quais se contabilizaram mais de 96 mil válidos. As percentagens das participações positivas (relação votos válidos com brancos e nulos), por ilhas, na maioria dos casos, regista uma taxa superior a 95%. As mais altas registam-se na ilha Brava (99,17%) e em São Vicente (97,48%).

João Teixeira, jornalista português do Novo Jornal

# Um dia como “uma espécie de relâmpago”

Quando o ‘jornalista’ João de Sousa Teixeira, primeiro-cabo da polícia militar, chegou a Cabo Verde, no dia 19 de Maio, o seu camarada Luís Elisiário, também português e engenheiro electro-mecânico, andava a segurar as ‘pontas’ do semanário Novo Jornal de Cabo Verde, há vários meses. Começou essencialmente pela pesquisa de notícias de outros jornais que lhe chegavam de Lisboa, que tivessem que ver com o arquipélago. “Era um sufoco fazer sair o jornal todas as sextas-feiras”, lembra Elisiário para o A NAÇÃO, ao telefone, a partir de Portugal. “Estávamos dependentes das notícias que vinham do MFA em Cabo Verde e de alguns colaboradores, tanto militares, como figuras de Cabo Verde, políticos e escritores.”

Joaquim Arena

**L**uís Elisiário, que fez parte da Companhia de Caçadores, não testemunhou o nascimento de Cabo Verde como país soberano, por ter deixado as ilhas alguns dias antes, seguindo ordens recebidas pela sua guarnição. Este dia da independência de Cabo Verde é recordado por João Teixeira como “uma espécie de relâmpago”.

E, em conversa telefónica para o A NAÇÃO, desde Portugal, recupera as memórias de há 50 anos: “Levantámo-nos bem cedo, os que ficaram, para fazer a guarda de honra, para o hastear da bandeira, e depois do almoço acabámos por vir embora; houve uma última edição do jornal no dia 4 de Julho que evocava justamente a independência na primeira página. E foi aquela coisa, aquela ansiedade, que nós também tínhamos. Fomos para o camarote todos entusiasmados para ver aquelas figuras que vinham de Portugal, ali no campo da Várzea. Depois, meteram-nos num avião e mandaram-nos embora”.

Na verdade, quando Teixeira chegou a Cabo Verde, a 18 de Maio, sabia muito pouco sobre o que se passava por aqui. “O Sal para mim foi um autêntico deserto... Já na



João Teixeira com Elisiário Silva

Praia, descobri uma cidade pacata, mas onde as pessoas de um modo geral se apresentavam um pouco subservidentes. Havia uma certa indolência face à política. Mas foi uma terra de que comecei a gostar logo no início, os cabo-verdianos eram nossos irmãos, gente com quem eu lidava muito bem e gostei de fazer amizades”.

As memórias do antigo primeiro-cabo e jornalista português, da polícia militar, acabariam por render-lhe um pequeno romance, onde ele retrata a vivência dos cabo-verdianos, mas também na diáspora, no Luxemburgo, numa história de ficção, com o título *Fidjus di Vento*. “Trata-se de uma homenagem que eu quis fazer a todos os cabo-verdianos e a Cabo Verde”, diz.

Quanto aos colaboradores do NJCV, poucos eram os cabo-verdianos que enviavam textos. “As exceções eram os escritores Luís Romano, Henrique Teixeira de Sousa. Mas quem escrevia aqueles artigos revolucionários era a ‘malta’ do PAIGC, íamos buscar os artigos neles. E houve um período, já perto da independência, em que estiveram na redacção duas jovens jornalistas que trabalhavam no *Nô Pintcha*, jornal da



João de Sousa Teixeira

Guiné-Bissau”, lembra João Teixeira. Para além disso, adianta, “havia ainda dois colaboradores que tinham transitado do antigo jornal (Alerta), o resto eram pessoal da tropa portuguesa, que nos ajudavam.”

Se a experiência de Elisiário Silva era nula nestas lides, já João Teixeira tinha no currículo a passagem por dois jornais regionais da região de Castelo Branco, de onde é natural. “Para além de eu já escrever poesia desde muito novo”, afirma. Foi uma pequena aventura e ‘modesto’ contributo no caminho para a independência das ilhas, como recorda:

“Foi mais para ajudar, chamaram-me e o Silva perguntou-me se eu queria colaborar e eu disse que sim; éramos só os dois a tomar conta daquilo, pedíamos editoriais, primeiro ao tenente Judas (José Luís Judas) e depois ao doutor Serrão, médico-cirurgião no Hospital da Praia.” E para ‘tapar buracos’, Teixeira desdobrava-se em pseudónimos, em cada edição, “assinava umas vezes como ‘Corvo’, outras ‘João’, etc, porque éramos poucos.”

O antigo coordenador do NJCV recorda um curioso episódio: “Havia um anti-

go colaborador, que já vinha do anterior jornal, que assinava como Marlina - provavelmente devia chamar-se Mário Lima - um velhote que escrevia sobre soja: a soja na alimentação, a soja na saúde, numa época em que ninguém falava nisso. E era de boa pena. Mas, só falava de soja. Falámos com ele e ele disse que sim, podia escrever sobre outros temas. Era uma óptima colaboração para o jornal e ficámos contentes. Na época era por carta e o nosso tipista copiava aquilo rápido. O próximo artigo foi sobre a Mulher e a Organização Mundial da Saúde. Ficámos encantados. O segundo já não me lembro qual o tema. O terceiro veio com o título: Voltemos à Soja.”

O NJCV por esses tempos ainda fazia a paginação “a cordel”, recorda, e várias ve-

zes teve de mandar parar as máquinas na impressão, pelas ‘parvoíces’ que as gralhas punham nas frases. “Mas falava pouco, mesmo tendo um revisor, o velhote Tristão, com uns óculos de lentes tipo fundo de garrafa e uma miopia de 18 dioptérias! Lia o jornal com a cara colada ao papel. Tristão era um antigo deportado português, enviado para Cabo Verde em 1927. Aqui casou e nunca mais saiu.”

Outro episódio digno de memória passou-se durante a visita a Cabo Verde do então ministro da tutela, Almeida Santos (ministro da Coordenação Interterritorial e da Comunicação Social). “Quando aterrou no Sal disse, ‘aqui respira-se Portugal’, que, obviamente, não gostámos de ouvir e ficámos todos indignados. Quando chegou à Praia encontrou na pista,

escrito, ‘aqui respira-se Cabo Verde’. Fizemos uma reportagem, com as meninas do Nô Pintcha, ridicularizando o ministro por a tão pouca distância da independência ter tiradas colonialistas daquelas.”

Teixeira recorda o esforço do trabalho alucinante de terminar cada edição do jornal, compensado: “À sexta-feira e durante o fim de semana, as pessoas, os locais, a tropa portuguesa, sentavam-se na esplanada do Platô a ler o jornal. Era o único que por aqui havia...”

Na semana que antecedeu a última edição do jornal e antes do fecho, João Teixeira já não pôde contar com a colaboração de Elisiário, seu companheiro de redacção. Recolheu todos os artigos e cartas de colaboradores. Com os colaboradores que restavam, escreveram e monta-

ram o último NJCV. Este saiu para as ruas no dia 4 de Julho, anunciando o inevitável e aumentando ainda mais a ansiedade de quem esperava há muito por aquele momento. Ambos sentiram que tinham cumprido o seu papel na caminhada de Cabo Verde rumo à independência.

João Teixeira foi o último a sair da redacção. Deixou tudo como estava, não houve qualquer passagem de testemunho: mesas, cadeiras, armários, tudo continuou no seu lugar. A porta ficou aberta e não houve qualquer chave para entregar a quem quer que fosse. No dia seguinte, foi à cerimónia do arrear da bandeira portuguesa e viu subir no mastro a bandeira do novo país Cabo Verde. Almoçou com os camaradas e regressou a casa com o espírito de missão cumprida.

## Direito de resposta

## Associação dos Pilotos responde ao PCA dos TACV

Com base no estabelecido nos artigos 19º e 30º da lei da comunicação social e a lei de imprensa, respetivamente, vêm o Sindicato Nacional dos Pilotos da Aviação Civil, no âmbito do direito à resposta retificar as informações partilhadas pelo Presidente do conselho de Administração dos TACV, Pedro Barros, divulgada no jornal "A Nação", edição número 929 de 19 de junho de 2025.

Informamos que, anteriormente, tais afirmações têm sido partilhadas pelo Governo aquando da publicação da requisição civil, ainda que, não refletem com exatidão a realidade dos factos.

Na sua entrevista o PCA da TACV afirmou que as reivindicações dos pilotos "não são sustentáveis e, a serem atendidas pelo acionista (Estado), seria, matar a galinha de ovos de ouro". Tal afirmação levanta sérias dúvidas sobre a credibilidade do posicionamento feito pelo Senhor Presidente, dado que, recentemente, reconheceu, publicamente, que as reivindicações são legítimas e importantes.

Mediante o posicionamento feito no referido jornal, o Sindicato esclarece o seguinte:

O setor de aviação exige transparência e rigor. Os pilotos buscam regularizar processos que garantam a segurança e o bom funcionamento da empresa, baseando-se nas normas de aviação. De entre as quais destacam-se, a regularização das consultas médicas, um programa de saúde, higiene e segurança no trabalho, o seguro de assistência em viagens e o Acordo de Empresa.

A assinatura do Acordo de Empresa é essencial para regularizar as operações da empresa e garantir práticas adequadas no setor de aviação em Cabo Verde, eliminando lacunas e ambiguidades existentes, bem como as manobras atuais de contornar os normativos, utilizando pareceres jurídicos do próprio depar-

tamento dos TACV, como justificativa legal.

Convém esclarecer que, na sequência de proposta de assinatura do acordo de empresa, os pilotos perdoaram dívidas a TACV, contribuindo para a sua recuperação, e cederam 10 horas de trabalho, aumentando o limite mensal das horas de voos para 75:00 horas. A TACV por sua vez, comprometeu-se em assinar o Acordo de Empresa em 30 de outubro de 2019, com um ligeiro aumento salarial, tendo em conta, os investimentos feitos semestralmente nos pilotos e os prejuízos que trará para a empresa, em caso de saída desses profissionais, conforme o estudo do Banco Mundial de 2011.

Do acordado, avaliando as 10:00 horas de voo cedidas pelos pilotos, cada um gera uma economia significativa para a TACV, o que resultará numa economia anual de 27.306.756,36\$00 para a empresa.

Atualmente, a TACV opera com uma folha salarial, que representa apenas 6.2% do seu custo operacional, ou seja, 38.912.252\$00 mensais. Em termos percentuais é inferior à de qualquer outra companhia aérea a nível mundial, em que o custo operacional com salários varia de 21% a 24%.

O custo salarial dos pilotos na TACV é relativamente baixo, representando cerca de 2.4% do custo operacional. Na proposta do Acordo de Empresa, o aumento proposto seria marginal, em torno de 1.9% do custo operacional, ou seja, 11.931.004\$00 mensais, cuja tributação do estado é de 8.752.766\$00 mensais, o que não corresponde ao "aumento brutal do salário que ultrapassam os 30% (188.250.000\$00)", do custo operacional dos TACV, segundo o PCA, que é de cerca de 627.500.000\$00 mensais.

A empresa tem a oportunidade de gerar lucros financeiros ao aproveitar melhor os recursos cedidos pelos pilotos e a cumprir com as obrigações trabalhistas,

conforme a lei.

Negar as obrigações regulatórias e considerando-as, um risco financeiro para empresa, é sem sentido e irresponsável, sendo investimentos essenciais para a segurança das operações de voo e dos passageiros, conforme a legislação do setor.

Historicamente, devido às medidas adotadas, a TACV perdeu o controle sobre os seus ativos, incluindo aeroportos, serviços de handling e mais recentemente a saída do mercado doméstico, afetando a sua situação atual. A crise financeira da empresa não pode ser atribuída aos funcionários, mas sim às escolhas feitas pelas Administrações dos TACV.

As gestões inadequadas ao longo dos anos e as violações dos normativos da empresa, são amplamente reconhecidas, que contribuíram para a situação atual da empresa.

O Conselho de Administração atual, tem adotado medidas, com consequências sérias para a empresa. Ao cancelar voos por decisões comerciais-administrativas e distorcer essas informações com questões operacionais, o que inclui multas recentes de cerca de 900.000\$00, por violar o disposto no regulamento aeronáutico, por falta de experiência no setor ou de forma deliberada.

Destacamos também, o facto que, o Conselho de administração adotou medidas que podem piorar o ambiente de trabalho na TACV, por não respeitar os normativos, ao considerar a contratação de novos pilotos externos à TACV para a nova frota ATR, para posições hierarquicamente superiores (Comandantes) à de colegas na TACV, alguns sem concurso ou avaliação feita pela TACV. Isso desrespeita a meritocracia e a justiça organizacional, desvalorizando os profissionais internos que se encontram na empresa há mais de uma década, com histórico comprovado de competência, dedicação e

lealdade.

Essa decisão pode incorrer em prejuízos com processos judiciais, quebra de confiança, reduzir a moral da equipa e fragmentar a cultura organizacional, afetando a segurança e a comunicação no ambiente de voo.

Promover pilotos sem critérios e ignorar a senioridade, pode prejudicar a motivação e a segurança operacional, sendo fundamental na aviação. Pelo que repudiamos essa prática e estamos prontos para usar todos os meios legais, incluindo ações sindicais, para impedir a sua implementação.

Devemos também, ter cuidado para não comprometer a sustentabilidade dos TACV ao retirar especialistas essenciais para criar a LACV, considerando a falta de profissionais qualificados no setor. Perguntamos, até que ponto é sustentável para TACV essas retiradas, considerando o pedido de prudência do Banco Mundial.

Aproveitamos, para relembrar que no passado, a TACV arrecadava valores significativos, como parte das receitas utilizadas pelo estado para pagar salários de servidores públicos, o que demonstra a relevância da companhia na economia cabo-verdiana, para além do controlo de preço dos bilhetes em voos internacionais. Num único final de semana, a faturação era de cerca de 60 milhões de escudos, com 30 milhões de escudos, vindo dos voos da South African Airways.

Aproveitamos para esclarecer ainda, que a licença parental é um tema importante e a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda um mínimo de 18 semanas de licença. A União Europeia pede pelo menos 14 semanas, enquanto Portugal oferece de 120 a 150 dias. Países como França e Alemanha vão até 6 meses de licença, com apoio do empregador, trazendo benefícios quando a licença é longa.

A Associação de Pilotos de Linha Aérea Britânica (BALPA) levanta preocupações sobre estresse e fadiga dos (das) pilotos, o que impacta a segurança aérea. A Associação Europeia de Cockpits (ECA) também avisa sobre os riscos de descanso inadequado. Assim, aumentar a licença parental no setor aéreo é essencial para melhorar a segurança operacional e adequar as normas à realidade da aviação. O aumento da licença maternidade, segundo a OMS, beneficia a amamentação.

Gestores aéreos devem estar cientes dessas recomendações para a segurança, especialmente tratando-se de profissionais, que tem uma carga horária semanal de 78 horas.

A proposta de mais dias de férias e faltas justificadas por casamento busca equilibrar a vida profissional e familiar dos (das) pilotos, dando-lhes a oportunidade de gozo dos feriados e também, devido à carga horária diária de 13:00 horas, 6 dias por semana,

Considerando a negociação atual, é preciso estar ciente das diferenças entre condições de trabalho e aumento salarial, além da gestão comum e gestão de áreas especializadas. Sugerimos no caso dos TACV, comparações com outras companhias aéreas portuguesas, seguindo as práticas adotadas em Cabo Verde.

Para concluir, esclarecemos que o Acordo de empresa é um instrumento jurídico, que regulará toda a situação laboral, dando maior estabilidade para a empresa no futuro.

Estamos abertos ao diálogo e à construção de soluções justas e sustentáveis, mas não podemos aceitar que se ignorem o valor dos profissionais que garantem diariamente a operação com profissionalismo e integridade.

Cordialmente,

A Direção do Sindicato Nacional dos Pilotos da Aviação Civil de Cabo-verde.



## Julius Aedilius Lopes

Na última edição do Literatura Mundo do Sal, quem não quis perder o ensejo para assegurar o seu lugar na 'posteridade', reservado aos 'imortais' das letras, foi o edil salense, Júlio Lopes. Amante da literatura e da filosofia, perguntou aos presentes quais os políticos que, em Cabo Verde e arredores, tinham garantido um lugar na 'posteridade'. Coisa que ninguém na sala soube responder. "Mas todos sabem quem foram Sócrates, Platão, Sófocles, Homero, Eurípedes, Ésquilo, Virgílio, Santo Agostinho, Shakespeare, Cervantes...", foi dizendo o nosso Julius Aedilius Lopes, confessando: "Eu só venho aqui para ficar na História, ao lado dos literatos, e não esquecido como político".



## Simpatia

A haver um Prémio Simpatia no FLMS, este iria certamente para a jovem Andreia Tavares de Sousa, que trouxe o seu romance biográfico, Nuninha (Menção Honrosa no Prémio Llana 2023), escrito na língua di tera. E para quem, nestas voltas da oficializason, duvidasse do seu domínio na leitura na língua nacional, Andreia brindou todos, cabo-verdianos, portugueses e brasileiros, com uma longa intervenção, doce e bem 'ratchada', no seu crioulo de Santa Catarina. A sala regozijou. Os que entenderam tudo, os mais ou menos ou os nem por isso. A literatura Mundo é isto também.

## Tão camaradas que nós somos...

Deu gosto ver o enterrar dos machados de guerra no congresso do PAICV. Os camaradas desavindos de ontem posaram para as fotos com sorrisos radiantes e imaculadas dentições. E os discursos?! Isso, então, foi de comover até às lágrimas, punhos erguidos, mãos dadas em ternos afectos, quebraram mesmo os corações mais empedernidos. Resta ver, agora, como vai ver "o dia seguinte", isto é, se as comoventes juras de amor não se irão transformar em raivosas punhaladas nas costas. ZIGS espera para ver. Até porque já há gente a perguntar por que não entrou nos órgãos.

## Tolerância

O 5 de Julho é no sábado e nestas coisas de festa rija, caso da Independência Nacional, um dia é sempre muito pouco, tanto assim que em São Vicente festa que valha são quatro dias. Depois de muito dormir sobre o assunto o Governo decidiu atribuir tolerância de ponto para sexta-feira à tarde. Pena é que não tenha feito o mesmo para segunda-feira de manhã, dia de ressaca, dos discursos principalmente.

## Festa rija

ZIG acha que o 5 de Julho bem que merece festa rija, sobretudo agora que a Nação ficou a saber que mais de 80 % dos cabo-verdianos acham que a Independência foi uma iniciativa de Grande Alcance e Valor! Bom 5 de Julho a todos, mesmo para aqueles que passam o tempo a torcer o nariz para o dia em que Cabo Verde se tornou livre e independente.

## Bolo independente

Festa dos 50 anos de Cabo Verde na grande diáspora cabo-verdiana – EUA. Ambiente solene, patriótico e bandeirado. Depois do tradicional "parabéns", chega a hora de cortar e entregar o "primeiro pedaço" do bolo com as cores da bandeira nacional. De punhal em punho, o nosso PM não se faz rogado, e quando se dá conta de que o cerimonial esqueceu de pratos e garfos e guardanapos, já com a fatia no ar entrega-a ao primeiro que lhe aparece à frente – o embaixador JL-Catchupa que aceita a oferta. O bolo estava tão bom que até Ulisses chupou os dedos, limpando-os. A grande pergunta que ocorre ao ZIG é: será que o Cachupa tinha as mãos limpas? E o Ulisses os dedos limpos?...



## Alerta

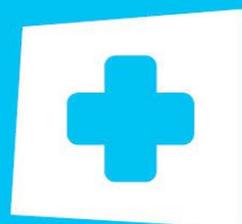
Agora que o nosso PM aprendeu a cortar bolo passando ao primeiro que encontra pela frente, sem cuidar primeiro do prato e dos talheres, ZIG alerta os convidados do UCS a irem sempre para cerimónias do Palácio da Várzea de mãos devidamente higienizadas, caso contrário, vai o bolo e as impurezas microbiais goela abaixo. Felizmente, o que não mata engorda.

## Ao largo

O Terminal de Cruzeiros do Mindelo volta a ser palco de uma nova riola: depois do fiasco da inauguração, um outro navio de cruzeiros, o Crown Princess, previsto para acostar, já mandou dizer que não vem. A culpa agora é dos ventos do Mediterrâneo quando o protagonista ainda sequer saiu da Europa... Enquanto nos deixamos embalar por "Mindelo vai bombar no turismo", os navios, estes, por alguma razão, preferem passar ao largo...

## Prémio INPS

O INPS achou por bem reservar, para o voto popular, 20% da avaliação para o Prémio Nacional de Jornalismo em Proteção Social. Em terra onde todos se acham jornalistas, ZIG está ansioso para ver no que isto vai dar... e pergunta está em jogo a qualidade dos trabalhos ou a popularidade dos autores.



# GARANTIA SAÚDE

## COBERTURAS

INTERNAMENTO HOSPITALAR |  
PARTO |  
AMBULATÓRIO (CONSULTAS, EXAMES E TRATAMENTOS) |  
ESTOMATOLOGIA |  
TERAPÊUTICAS NÃO CONVENCIONAIS |  
PRÓTESES E ORTÓTESES | MEDICAMENTOS |  
MEDICINA PREVENTIVA |  
EXTENSÃO AO ESTRANGEIRO

## PLANOS

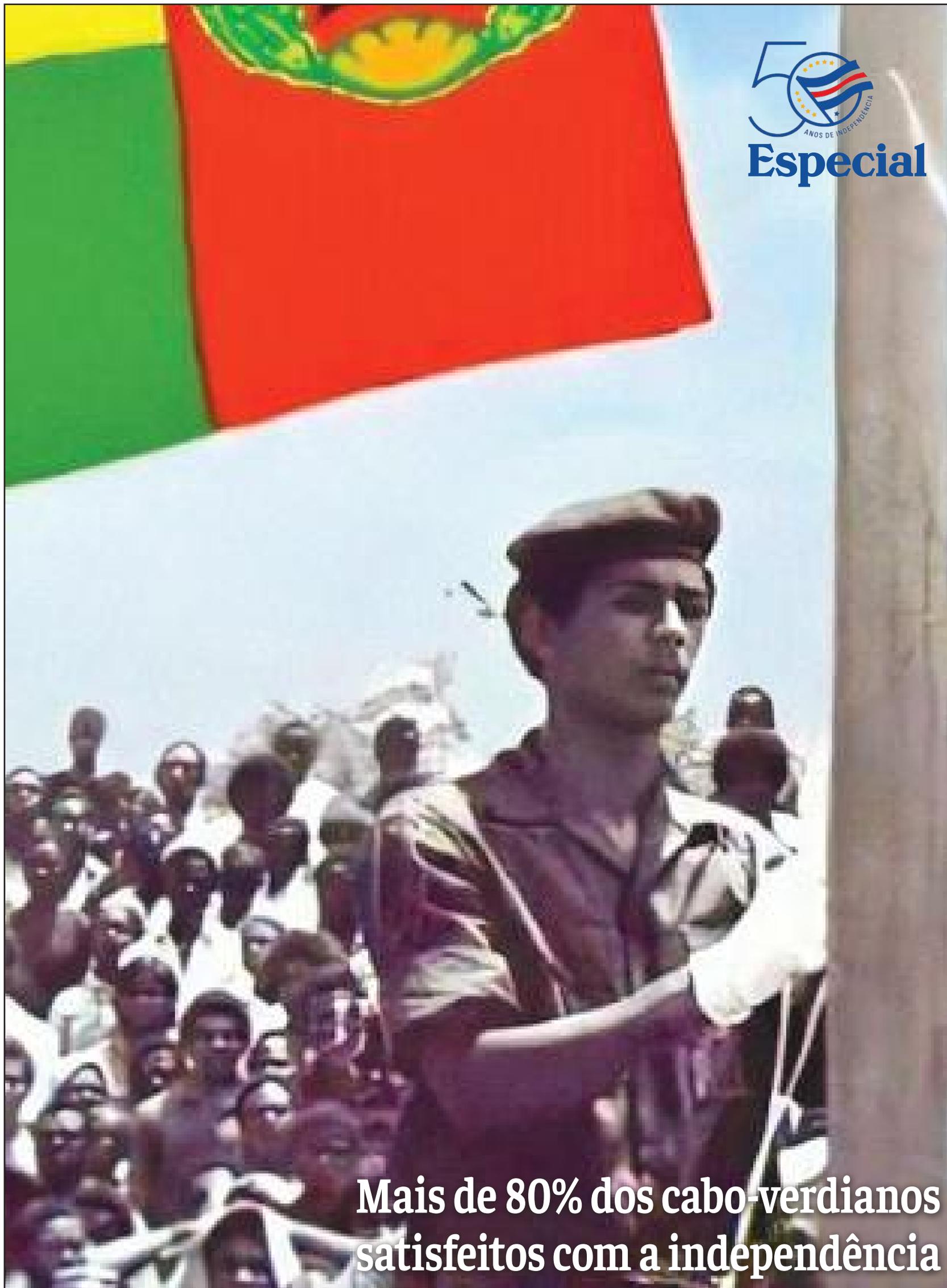
BASE | EXTRA | VIP

**Subscreva o seu plano!**



**GARANTIA**  
SEGUROS

[www.garantia.cv](http://www.garantia.cv)



**Mais de 80% dos cabo-verdianos  
satisfeitos com a independência**

Sondagem da Universidade Católica Portuguesa

# Cabo-verdianos satisfeitos com Independência e relação com Portugal

■ Joaquim Arena



O inquérito à população cabo-verdiana, realizado entre 29 de Maio e 23 de Junho deste ano, faz parte de uma sondagem maior, da Universidade Católica Portuguesa, que engloba ainda Angola e Portugal, sobre a descolonização e os seus legados. O estudo é composto por várias questões às populações dos três países sobre matérias como a economia e a política, num olhar histórico e comparativo, nestes cinquenta anos de independência de Cabo Verde e Angola e os impactos disso na sociedade portuguesa.

No que respeita à independência das ex-colónias, após este período de meio século, cerca de 91% das opiniões cabo-verdianas consultadas consideram que Portugal fez bem em reconhecer estas independências, contra 5% que acha que a antiga Metrópole devia ter rejeitado essa pretensão.

Quanto à independência de Cabo Verde, a opinião dos cabo-verdianos é amplamente positiva: cerca de 54% considera-a muito boa, enquanto 34% considera-a boa, o que totaliza 88% de pessoas, de uma forma generalizada, satisfeitas com a independência do seu país. Para cerca de 7%, ela não foi nem boa nem má, e apenas 2% considera que foi má ou muito má.

## Economia, política e cultura

No aspecto económico, 63% dos cabo-verdianos conside-

ram que a descolonização foi para Cabo Verde mais positiva do que negativa. Aqui, 27% responderam que ela foi mais negativa do que positiva.

No que toca ao lado político, a percentagem dos que consideram mais positivo que negativo é de 63%. O inverso, os que avaliam que a descolonização foi politicamente mais negativa, fica nos 29%.

Na cultura, não restam dúvidas dos ganhos da descolonização para Cabo Verde: cerca de 87% consideram que o efeito foi mais positivo, contra 6% que acham que ela, a descolonização, na cultura, foi mais negativa do que positiva para o país.

À pergunta se a melhor solução para Cabo Verde no momento da descolonização era a independência ou ter ficado

Mais de 80 por cento de cabo-verdianos ouvidos por uma sondagem da Universidade Católica Portuguesa, feita no quadro dos 50 anos da descolonização e divulgada esta semana, em Lisboa, consideram-se satisfeitos com a independência de Cabo Verde. Apenas 7% dos inquiridos entendem que ela não foi nem boa nem má e 2% consideram que foi má ou muito má.

como território autónomo sob a administração portuguesa, 84% dos inquiridos escolheu a independência, contra 12% que preferiam a administração portuguesa. Se tivessem tido a possibilidade, quem apoiariam na guerra colonial? Cerca de 81% responderam que teriam apoiado os movimentos de libertação, e apenas 10% teriam ficado do lado do governo português.

## Devoluções e compensações

Quanto aos bens existentes na altura e se os portugueses que deixaram propriedades em Cabo Verde com a independência se deviam ter sido indemnizados pelo Estado cabo-verdiano, a resposta do não é bem clara: 81% contra. Apenas 12% opinam que sim.

A atribuição de pensões a todos os ex-combatentes africanos das guerras da independência, que lutaram do lado português, é defendida por 80%, contra 12%, que não está de acordo.

Um tema hoje muito na actualidade - se Portugal deveria ter dado a nacionalidade portuguesa a todos os funcionários e ex-combatentes africanos das guerras de independência, que lutaram do lado português, também foi apresentado aos inquiridos. A esmagadora maioria, 90%, considera que sim, contra apenas 5% que acham que não.

Cerca de 49% discordam totalmente com a retirada, em Cabo Verde, de estátuas ou outras marcas da presença colonial português, enquanto 34% apenas discorda. E ape-

nas 13% concordam e 3% concordam totalmente.

Na parte das indemnizações, compensações e memória, cerca de 35% concordam com a devolução, por parte de Portugal, das obras de arte, artesanato e outros bens levados das ex-colónias. 28% concordam totalmente, enquanto 22% discorda e 12% discordam totalmente.

Para 58% dos cabo-verdianos, Portugal deve oficialmente pedir desculpas aos países africanos de língua portuguesa pela colonização. Mas 30% acham que não o deve fazer.

## Independência e desempenho do governo

Para 77% das pessoas, falar nos dias de hoje sobre a independência, traz para Cabo Verde mais coisas positivas do que negativas. E para 10%, o contrário. E o longo período colonial em Cabo Verde foi, para 39% dos inquiridos, positivo, em termos sociais, económicos e políticos. E muito positivo para 4%. Mas 23% considera que foi negativo e

## Ficha técnica do inquérito

Este inquérito foi realizado pela Universidade Católica Portuguesa para a Comissão Comemorativa 50 anos 25 de Abril e a RTP, entre os dias 29 de Maio e 23 de Junho de 2025.

O universo alvo é composto pelos cidadãos cabo-verdianos, com 18 ou mais anos de idade, residentes em Cabo Verde. Os inquiridos foram seleccionados aleatoriamente, na rua, em várias ilhas (maioritariamente Santiago e São Vicente). Todas as entrevistas foram realizadas presencialmente (cara-a-cara).

Os inquiridos foram informados do objectivo do estudo e demonstraram vontade de participar. Foram obtidos 810 inquiridos válidos, sendo 49% dos inquiridos mu-

lheres. Todos os resultados obtidos foram depois ponderados de acordo com a distribuição da população por sexo, escalões etários e ilha com base nos dados do INE Cabo Verde.

A margem de erro máximo associado a uma amostra aleatória de 810 inquiridos é de 3,4%, com um nível de confiança de 95%.

Este trabalho inédito resulta de uma parceria entre a Comissão Comemorativa 50 anos 25 de Abril, a RTP e a Universidade Católica Portuguesa. Em Cabo Verde as entrevistas foram realizadas pela Midky Call Center Cabo Verde, sob direcção de Duarte Vassalo. Os interessados poderão aceder ao estudo disponível nas várias plataformas em Portugal.

20%, muito negativo.

O desempenho do governo cabo-verdiano, depois da independência, em termos sociais, económicos e políticos, é avaliado positivamente por 62%, e muito positivo por 8%. Mas 28% acham que foi negativo e 4% muito negativo.

Cerca de 58% concordam que a descolonização permitiu a modernização de Cabo Verde, e 20% concordam totalmente. 14% não concorda nem discorda. Já 7% discordam e 2% discordam totalmente. Cerca de 84% consideram que Cabo Verde ficou melhor depois da independência, contra 7% que defendem que era melhor no tempo colonial.

### Relações com Portugal

Para 36% das pessoas consultadas, Cabo Verde deve colocar Portugal em primeiro lugar nas suas relações, seguido dos países vizinhos (16%), Estados Unidos da América (15%), China (5%) e outros países europeus (5%).

Portugal aparece em 1º lugar (com 61%) nos países de língua portuguesa, com quem Cabo Verde deve ter relações mais próximas. Sendo assim, 81% dos inquiridos avaliam a relação entre Cabo Verde e Portugal como sendo boas, 15% assim assim, e 2% más. 56% avaliam a relação com outros países boas. 63% consideram a CPLP muito importante e 27% bastante importante, contra 6% pouco importante.

Se tivessem intenção de deixar de viver em Cabo Verde, 31% escolheriam viver em Portugal, 35% noutro país da União Europeia e 24% nos EUA ou Canadá.

### Democracia

Tendo em conta o modo como funciona a democracia em Cabo Verde, cerca de 35% dos inquiridos dizem-se razoavelmente satisfeitos e 10%

mesmo muito satisfeitos. Já 29% não estão muito satisfeitos e 24% nada satisfeitos. Das opiniões, 51% concordam que a democracia pode ter problemas, mas é melhor do que qualquer outro regime político. E 37% que concordam totalmente. 4% não concordam nem discordam e apenas 2% discorda.

Cerca de 69% dos cabo-verdianos responderam correctamente sobre a década do século XX em que se deram as independências dos países africanos de língua portuguesa: Anos 70.

### Cabo Verde em 1975 e hoje, 50 anos depois

## Desemprego, saúde, segurança e pobreza os problemas que mais afligem os cabo-verdianos

Praticamente 50 anos depois da independência de Cabo Verde e apesar de uma opinião largamente positiva sobre os ganhos que o país alcançou, em diversas áreas, uma grande parte da população cabo-verdiana ainda vive com muitos constrangimentos no seu dia a dia. Isto é visível nas respostas à pergunta da empresa de estudos de opinião Afrosondagem: “Na sua opinião quais são os problemas mais importantes que este país enfrenta e que o governo devia resolver?”, realizado em 2024.

Em primeiro lugar surge o desemprego (55%), vindo depois a saúde (51%), crime e segurança (48%), pobreza/miséria (22%), educação (15%), remuneração, rendimentos e salários (14%), sem mais resposta (13%), aumento do custo de vida (12%), habitação (9%), estradas (8%).

### Cabo Verde em Julho de 1975

Mas, apesar das dificuldades hoje existentes, nada que se compare à situação vivida nas vésperas da independência do país, em 1975, quando 70% da população se encontrava na dependência de Portugal.

Em 1970, a taxa de desemprego era superior a 50%, chegando até a atingir os 60%. O nível de salários praticados nesse contexto era baixíssimo, através das famosas Brigadas de Apoio. A ONU calculou na altura um rendimento diário médio per capita dos cabo-verdianos de apenas 0,2 dólares.

Um trabalhador cabo-verdiano tinha um consumo diário de 1260 calorias e 42

gramas de proteínas, das quais apenas 9 de origem animal. A agricultura, pesca, indústria extractiva e transformadora representavam apenas 22% do PIB (que em 1973 era de 44 milhões de dólares).

Devido a um longo período de seca, que em 1975 caminhava para os 10 anos, com a maioria das terras abandonadas, o arquipélago registava uma queda vertiginosa da produção agrícola, com o défice quadruplicado, entre 1966 e 1974, atingindo os 39 milhões de dólares.

A cobertura das importações pelas exportações era de apenas 4%. Consumo privado nacional na ordem dos 54 milhões de dólares, coberto em 77% pelas importações.

Tudo isto, as necessidades de consumo dos cabo-verdianos, garantido graças ao auxílio português, para além da cobertura cambial. Receitas públicas de Cabo Verde, cerca de 28 milhões de dólares, concedidas por Portugal, em 1974, somam 70% do total.

A dependência financeira em relação a Portugal era tanta que qualquer atraso nas transferências de Lisboa impedia o pagamento de salários dos funcionários e a cobertura cambial das importações. Uma outra preocupação gritante prendia-se com a importação dos produtos básicos alimentares.

Nas zonas rurais e sub-urbanas, a maioria da população vivia em casas retangulares de pedra solta e cobertas de colmo ou luselite, sem divisões, apenas uma porta e uma janela, sem luz eléctrica, sem água canalizada e sem instalações sanitárias.

As construções de pedra eram ocupadas por várias famílias, levando à promiscuidade e problemas sociais, perturbações mentais, delinquência juvenil, crimes, etc. A taxa de mortalidade infantil situava-se num nível alto: 104/1000 habitantes, em 1973 – na Europa era de 20/1000. Três mil velhos recebiam o subsídio de 200 escudos (9 dólares USA).



# Um país descompassado

■ Natalina Andrade

Que Cabo Verde não é mais aquilo que foi há 50 anos, é escusado dizer. O país cresceu, se desenvolveu e galgou outros patamares, nas mais diversas áreas, durante este meio século de vida enquanto Nação independente. As suas nove ilhas, cada uma com suas especificidades e potencialidades, foram também crescendo, cada uma a seu ritmo, mas também dependendo da atenção que foi recebendo dos sucessivos Governos.

Por causa desses factores, hoje temos o que muitos classificam de um desequilíbrio a nível de coesão territorial entre algumas ilhas, com condições e custos de vida distintos, o que tem gerado, naturalmente, reivindicações.

Na semana passada, os maienses saíram às ruas em manifestação contra a estagnação económica local e o isolamento, sobretudo pela crise nos transportes internos, que tem sido apontado como o principal entrave ao desenvolvimento da ilha. Exigem do Governo respostas concretas e imediatas, lembrando que “Maio é Cabo Verde!”

Também no mês passado, foi a vez da Brava. Dezenas de cidadãos saíram às ruas de Nova Sintra para chamar a atenção do Governo para a situação deficitária do transporte marítimo de e para a ilha. “Basta, Brava também é Cabo Verde!”

Há três anos, manifestação semelhante aconteceu em São Nicolau, pelas mesmas razões: ligações de transporte aéreas



Cabo Verde acaba de ganhar, do Banco Mundial, o estatuto de País de Desenvolvimento Médio Alto para o ano fiscal 2026. Previsões optimistas de crescimento macroeconómico, também o colocam na liderança a nível dos PALOP em 2025. Cá dentro, entretanto, nem todos se reconhecem nesses indicadores e algumas ilhas parecem viver numa realidade paralela, desconectadas do Banco Mundial.



Nelson Ramos

e marítimas, melhores condições de saúde.

Em comum, essas ilhas têm, sobretudo, ligações deficientes com o resto do país, com o Mundo e com a sua diáspora. Turistas desembarcam menos nos seus portos e aeroportos por não terem garantia de sair no templo planejado. O mesmo acontece com os cabo-verdianos que vêm de férias com os dias contados e temem perder a ligação internacional e, na sequência, o emprego.

## Maio em estado “preocupante”

Vizinha da ilha de Santiago, pela sua localização e potencialidades turísticas, não

faltam vozes a apontar o Maio como o escape perfeito para absorver parte dos turistas que desembarcam no Aeroporto Internacional da Praia, atraídos pelas suas extensas praias de areia branca. Ou então para acolher boa parte dos cabo-verdianos residentes na capital, que procuram “esfriar a cabeça”, durante o final de semana. Afinal, são apenas 15 minutos, em média, de avião ou então cerca de 1h45 de barco.

Um plano perfeitamente possível, caso a ilha gozasse de ligações regulares e previsíveis, como defende o representante do Movimento Independente Maiense (MIM), Nelson Ramos.

Para este filho do Maio, engenheiro industrial e pós-graduado em Administração e Políticas Públicas, residente na Holanda, ao contrário do que seria de se esperar da ilha, 50 anos após a Independência, a situação é preocupante.

“Se começarmos a falar do desporto, há um vazio enorme. Este ano o Maio não teve representações no campeonato nacional de futebol. Desde que me recorde, é a primeira vez que a ilha não organiza um campeonato regional de futebol. Maio tem atletas de grande destaque, mas a jogar fora da ilha, por não ter uma dinâmica própria”, aponta Nelson Ramos.

A nível cultural, do despor-

to e outros domínios o quadro repete-se. “As manifestações culturais estão a mostrar também um certo declínio, como as festas de romaria, que há muito tempo estão a ser afectadas pela falta de dinamismo e agora também pela saída de jovens da ilha”, exemplifica.

## Indicadores económicos revelam estagnação

Nelson Ramos olha para indicadores económicos e sociais do Maio com preocupação. “Estamos a falar de uma ilha em que o orçamento municipal em 2012 foi 281 mil contos, em 2025 foi 277. Há dez anos que o nosso or-

## A ilha Brava, mas nem tanto...

çamento municipal não ultrapassa os 300 mil contos, com exceção em 2024 em que alcançou os 306 mil contos”, aponta.

Outro indicador de estagnação, acrescenta, está ligado à chegada de turistas no Maio. Em 2007, a ilha recebeu 2.580 turistas. Dez anos depois (2017), recebeu apenas 1.669 visitantes. Em 2023, apenas 1932 pessoas. “Vê-se claramente que não houve desenvolvimento.”

### Retrocesso da indústria

Para além da estagnação, diz Nilton Ramos, há sectores com claros retrocessos, como é o caso da indústria. “Falamos de uma ilha que foi produtora e exportadora de Sal, que tinha conserva de pescado, e agora a fábrica não existe mais, podemos falar ainda na produção de cal, produção de carvão que vem perdendo força também”, aponta.

O sector das pescas, acrescentou, permaneceu artesanal, sem vestígios de industrialização. “Muito pelo contrário, agora temos pescadores a serem obrigados a ir muito mais longe para conseguirem o pescado que justifica o seu trabalho, mas com condições que não permitem ir tão longe assim”, explica.

Maio, na perspectiva deste maiense, é uma ilha também com forte vocação agropecuária, prejudicada apenas pela falta de mobilização de água.

“A ilha tem capacidade de fazer uma agricultura de escala e tem terrenos para tal. Tendo a dessalinização de água, teremos uma virada de página dentro do sector agrícola. E tendo esses sectores primários trabalhados, junto com o turismo e indústria, criamos um ambiente saudável e positivo para empresários, empreende-

dores e investidores começarem a olhar para a ilha com outros olhos”, sugere.

### Solução passa por ligação regular

Embora Maio tenha “grandes potencialidades” a nível do turismo, sofre, conforme diz, de um problema gravíssimo de conexão com o país e com o mundo, que emperra o seu desenvolvimento.

Acredita, portanto, que dando, pelo menos, uma ligação regular e pontual com a cidade da Praia, isso já resolvia, de que maneira, o problema da ilha.

Para esta ligação regular, o engenheiro aponta três fases fundamentais, que passam, em primeiro lugar, pela estabilidade e previsibilidade, depois por ligações com outras ilhas, ainda que mensal, para facilitar o acesso aos mercados vizinhos e, por último, pela construção de um aeroporto internacional para atrair turistas diretamente do exterior.

### Ganhos na educação e urbanização

Não obstante uma postura crítica face ao estado actual de desenvolvimento da ilha, Nelson Ramos reconhece ganhos importantes, nomeadamente no sector da educação, urbanização e saneamento básico.

“Eu ainda tive que sair da ilha do Maio para continuar o liceu na Praia, mas agora temos maienses que não tem necessidade de sair da ilha para frequentar ensino secundário, isso é um grande ganho. Muitos também já não têm a necessidade de deixar a ilha para fazer uma licenciatura. Há cabo-verdianos que conseguem frequentar a universidade, sem sair da ilha e sem perder seus trabalhos. São ganhos extremamente positivos”,

Ela é Brava, de nome, mas sente-se esquecida. Cinquenta anos após a Independência, questiona se a independência foi também para ela. “Há 50 anos que a Brava espera pela sua independência”, afirma António de Pina, empresário no ramo hoteleiro e da construção civil.

“Nós, na Brava, sentimos que estamos uns trinta anos atrasados, em comparação com outras ilhas. Brava é a ilha mais atrasada em termos de desenvolvimento em Cabo Verde”, diz.

“Quando não há ligação eficiente ou permanente, não há como haver desenvolvimento, especialmente na área do turismo, porque as pessoas não têm certeza se conseguem sair da Brava. Há muita incerteza neste aspecto, que condiciona gravemente o sector”.

António de Pina fala de impacto negativo enorme para o seu ramo de negócio, que o coloca perante incertezas diárias que vão moldando uma ilha inviável, sobretudo para os jovens.

“Tivemos recentemente o São João, e muitas pessoas poderiam passar a festa junina na ilha. Temos a comunidade emigrada, nos Estados Unidos da América, onde as férias geralmente são de duas semanas, mas as pessoas gastam quase uma semana somente para chegar na Brava. Quando chegam, não conseguem ficar mais que uma semana”, revela.

As reservas canceladas não são apenas fruto da precaução, mas a consequência de casos reais de pessoas, turistas e emigrantes, que têm perdido seus voos de ligação e os voos internacionais na hora do regresso.

### Não há mão-de-obra

Para além do turismo, a economia da ilha, no geral, enfrenta um outro grande problema. Não há mão-de-obra disponível. Boa parte dos jovens deixa a ilha para tentar a sorte em outros pontos do país, mas também fora do território nacional, sobretudo nos EUA.

Os que ficam, segundo diz António de Pina, não querem trabalhar. “Sobretudo em Nova Sintra. Os jovens vivem das remessas dos emigrantes e não estão disponíveis para trabalhar.”

A solução tem sido buscar mão-de-obra em Santiago, o que também não tem sido fácil, pois, dependendo do trabalho, muitos não estão dispostos a irem para a Brava, resultado do

estado de estagnação.

“Para a construção civil, calcetamento ou construção de paralelos, como é montante que justifica, as pessoas vêm. Temos falta de pedreiro, calceteiro, profissionais de eletricidade, mecânica... tudo. É um para cada sector praticamente que está aqui”, revela.

Em termos de infraestrutura, diz que a Brava é a mesma de há 25 anos. “Estamos com expectativa em ter um centro de saúde moderno, que ao que tudo indica já tem financiamento, mas ainda não saiu do papel. Temos a ligação de água que é fundamental, cujas obras já estão prontas, mas ainda não está na rede”, aponta, enquanto ganhos que a ilha pode vir a ter proximamente.

Perante tantos anos de “estagnação”, António de Pina olha para o futuro com desconfiança e preocupação, caso a ilha não seja reconectada com o país, com carácter de urgência.

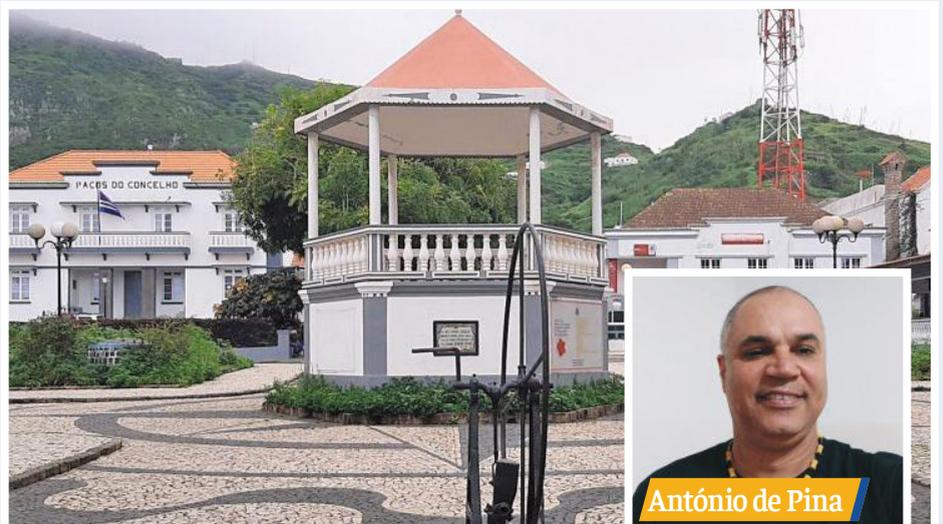
“Uma ligação marítima constante com a ilha do Fogo é uma necessidade urgente. Sugerimos que voltem ao modelo anterior de Fast Ferry, com um barco a dormir no porto da Brava, em que todos os dias as pessoas possam sair cedo e voltar a noite”, sugere.

Mas é preciso, igualmente, que haja uma estrutura de saúde capaz. “O que temos não responde às necessidades da ilha. Melhorando a água, melhorando a saúde, infraestruturas de grande porte, como estradas, a ilha pode caminhar para a frente. É preciso olhar para a Brava de forma especial. Fazer uma discriminação positiva em relação aquilo que estamos a viver neste momento”, exorta o empresário.

Também Napoleão Gomes, antigo emigrante nos EUA, olha também para a sua ilha, para onde regressou há sete anos, com preocupação.

“A ilha Brava inteira não se compara a alguns municípios do país. Quando vejo, por exemplo, para São Filipe aqui perto, sinto-me triste. Houve um declínio enorme da população, a juventude está a ir embora, não há mão-de-obra. A Brava era o berço da morna, com uma rica cultura, hoje esta vertente praticamente não existe”, lamenta o jovem.

“Falta de transporte, acesso precário à saúde, falta de água” são problemas que levam Napoleão a falar de um sentimento de abandono e descaso dos sucessivos governos. NA



# São Nicolau, à espera do futuro

São Nicolau, com todas as suas potencialidades, é outra ilha que, amiúde, se manifesta contra o bloqueio económico causado, em grande parte, por falta de ligações estáveis com as restantes ilhas, mas também por problemas de ordem outra, como as condições de saúde.

Falar das potencialidades de São Nicolau é falar, conforme o investigador José Cabral, de uma ilha com forte tradição agrícola, com disponibilidade de água para irrigação, com potencial para a indústria pesqueira, tendo a mais antiga experiência de conserva de peixe no país.

Ainda no que diz respeito aos recursos marinhos, a ilha é detentora de uma forte tradição na pesca e manuseamento de pescado, de um dos portos de mar privilegiados para repouso de velejadores de travessia, condições propensas a prática de aquacultura, um dos melhores hotspots do mundo para pesca do Blue Marlin, na sua costa Sul.

E neste quadro, está na forja a construção de um complexo de pesca, no Tarrafal, fruto de uma parceria público-privada, e que prevê agregar valor ao desenvolvimento da ilha.

No sector turístico, São Nicolau tem-se destacado pelas suas características propensas ao turismo de montanha e de trekking, recebendo iniciativas de alto valor acrescentado, potencializado ainda pela gastronomia local e pela localização estratégica, há poucos minutos de dois aeroportos internacionais.

Para o investigador, “inequivocamente”, a ilha melhorou nos últimos 50 anos, a ní-

vel da educação, infraestrutura portuária, rodoviária e de saúde, agricultura irrigada, o melhoramento do aeródromo e a fábrica SUCLA modernizada, embora à espera de matéria-prima.

Outras “boas iniciativas” se prendem com as intervenções a nível cultural e religioso, seja no casco histórico da Ribeira Brava elevada a Património Nacional, no restauro da Sé-Catedral da Igreja de Nossa Senhora da Lapa, instalação do Museu da Pesca, da Casa da Morna Sodade, ou do “carneval autêntico que vai se revelando uma maiores manifestações culturais do país”.

A nível da educação, José Cabral recorda que, no seu tempo, era necessário sair da ilha a partir da sexta classe para continuar os estudos, o que hoje só acontece a partir do ensino superior.

Apesar destes dados positivos, o desenvolvimento de São Nicolau, segundo o nosso entrevistado, continua muito aquém das potencialidades apontadas.

## Promessas e espera

No que respeita à educação, por exemplo, José Cabral recorda que há sete anos que se assumiu o desafio de abertura de um polo universitário na ilha, sem que nada acontecesse, desde então. Enquanto isso, iniciativas semelhantes têm ganhado vida em outras ilhas: Santo Antão, Fogo e Sal.

O isolamento crónico, a falta de empregos razoavelmente remunerados e de oportunidades para os jovens são problemas preocupantes, especialmente perante uma considerá-

vel perda de população jovem e despovoamento da ilha.

“De há uns anos a esta parte, abriu-se uma sangria que escorre em direcção a Sal e Boa Vista, sugestiva de que algo não vai bem”, nota o investigador.

## Património em ruínas

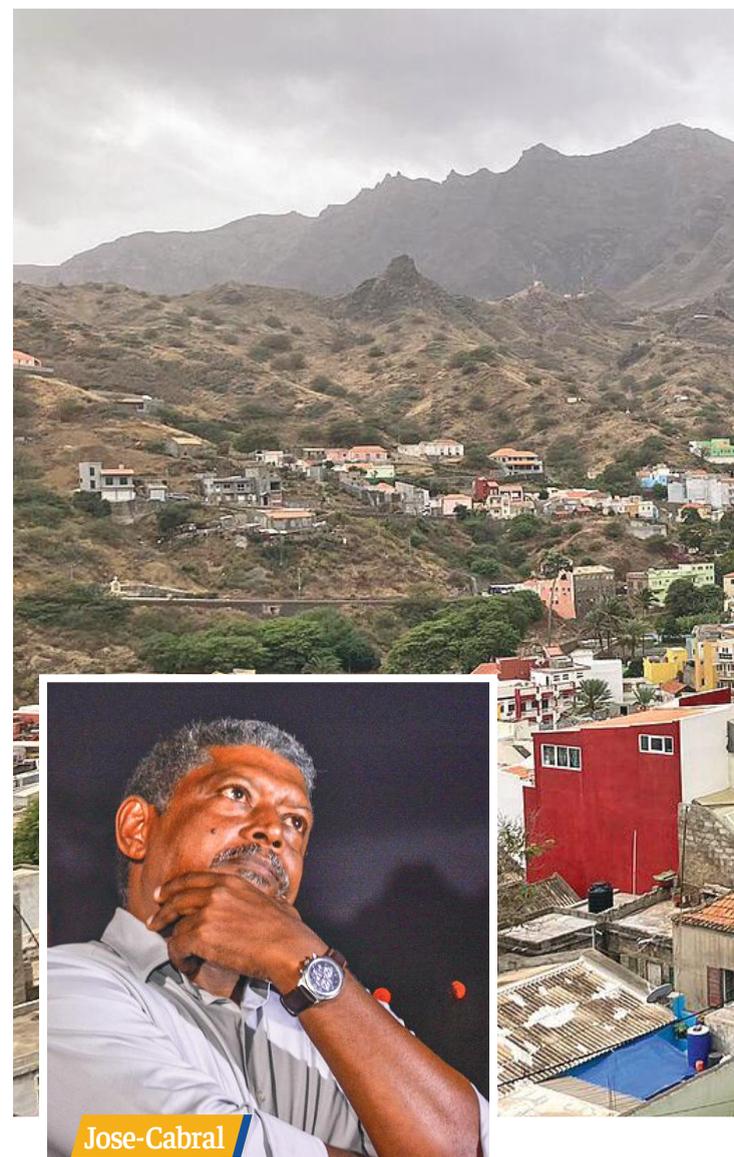
Aquilo que este investigador considera ser o maior activo económico da ilha – o seu património material e imaterial, também caminha para a degradação e perda de identidade.

Aqui entram as romarias, como o São João Monumental de Praia Branca e Nossa Senhora da Lapa, que segundo diz, perderam a autenticidade.

“A maioria das festas de foram assaltadas por barracas de ‘comes-e-bebes’, à volta das quais os festeiros se concentram. Tradicionalmente eram festas de famílias que se preparavam para receber amigos e convidados; já não se cantam “Divinas”, nem “P’ras Almas”, não se toca mais o “Bond”, Serenatas, só de vez em quando”, lamenta.

Para José Cabral, São Nicolau também foi vítima de um “colonialismo linguístico” que “praticamente soterrou o jeito de falar patchê, carregado de topónimos típicos, recheadas de semioclusivas, arcaísmos linguísticos e aforismos, criação dialetal e ritmo cantante de pronunciar os vocábulos”.

No que toca à dinâmica cultural, Cabral denuncia “talentos esquecidos na ilha”, como é caso da vencedora de uma edição concurso Todo o Mundo Canta”, assim como o desapa-



recimento de sítios históricos, entre os quais o primeiro Campo de Concentração do regime fascista, as Armações Baleeiras, o Cemitério de Maricas e Intendência da Marinha.

“Causa-me estranheza que a Ribeira Brava, Património Nacional desde 2011, não conste da lista indicativa de Cabo Verde para a UNESCO, nem sequer é questão que se fala. Parece não ter relevância”, observa.

## “Festivais e betão não resolvem o problema das pessoas”

Para José Cabral, São Nicolau precisa de lideranças locais esclarecidas, capazes de verem mais do que festivais e betão, que, por si só, não resolvem os problemas das pessoas.

Neste sentido, medidas imprescindíveis para o desenvolvimento da ilha passam, a seu ver, em primeiro lugar, por transporte previsível, e depois

pela promoção de iniciativas de rendimento e fixação de jovens.

Para a viabilidade do sector agrícola, urge apostar em práticas inteligentes e inovadoras no vale de Fajã e combater as galinhas-do-mato, que tem sido uma grande inimiga para os homens da lavoura na ilha.

“Por mais insólito que pareça, o responsável pelo abandono da agricultura nas zonas húmidas e sub-húmidas absolutamente produtivas, são as galinhas-do-mato. Realidade a que ninguém liga. Inviabilizam todas as iniciativas de quem ainda queira produzir. Invadiram agora os regadios”, aponta.

## Turismo por excelência

O sector do turismo é outro que precisa de atenção, actualmente uma das actividades com maior potencial económico na ilha.

Para que a ilha colha, efecti-



PUB

vamente, os frutos deste potencial, José Cabral sugere a sua qualificação para acolher os nichos de turismo elencados, com infraestruturção de qualidade, agregado a uma maior consciência do valor do património da ilha enquanto activo económico e a criação de um centro de interpretação.

A isto se junta ainda a construção de uma marina, iluminação da pista do aeródromo para operação nocturna, a construção de uma via rápida de ligação do aeroporto/Ribeira Brava a Tarrafal, elevação da qualidade do destino com guias especializados e qualidade de alojamento, desenho de produtos e promoção da imagem da ilha.

E porque um sector não se desenvolve sozinho, elenca como prioritário, também, a criação de condições de saúde, nomeadamente especialidades médicas, investimento em infraestrutura e serviços; entretenimento e lazer. NA

## Trabalhar a coesão territorial

Quando olha para o país, como um todo, Nelson Ramos considera que Maio, assim como Brava e São Nicolau, apesar de algumas discriminações positivas, como o Fundo de Apoio Municipal e a participação em passagens aéreas, estão ainda muito distantes da realidade das restantes ilhas.

Por isso, defende a necessidade de trabalhar mais a coesão territorial, para se evitar que suas populações se vejam frustradas e com o sentimento de que estão a ficar para trás.

“Se tomarmos como exemplo a questão do aeroporto em Santo An-

tão, mostra-nos que o país não tem estado a ser projectado pensando nas dificuldades e potencialidades de cada ilha. Quando temos ilhas como Maio, São Nicolau e Brava, que sofrem, de que maneira, com os transportes de e para estas ilhas, não podemos estar a pensar em ainda acrescentar mais valor a uma ilha que, não só não tem problemas de ligação, como tem a melhor ligação do país com São Vicente, e esta, por sua vez, tem um aeroporto internacional”, exemplifica.

NA

**A Nação**  
JORNAL INDEPENDENTE  
Cabo Verde

**17**  
anos  
06 SET 2007 – 06 SET 2024

**Sempre comprometido  
com a Imprensa Livre**

www.anacao.cv  
anacaocaboverde

São Vicente aos 50 anos de Independência

# Entre o potencial adiado e a urgência de um novo rumo

Ao longo dos 50 anos de independência nacional, São Vicente viveu entre promessas por cumprir e avanços intermitentes, o que deixa muitos são-vicentinos com um certo amargo na boca. Este meio século de vida trouxe conquistas para o arquipélago, mas para são-vicentinos, ouvidos por esta reportagem, o balanço é “ambíguo”.

■ João A. do Rosário

A Independência que devia ter reforçada a centralidade estratégica de São Vicente resultou, em vez disso, no entender de alguns dos entrevistados do A NAÇÃO, “num esvaziamento da sua autonomia política, comercial e administrativa”. Aqui e ali, segundo essas vozes, a ilha do Monte Cara revela sinais de resiliência e criatividade social, mas continua bloqueada pelo centralismo reinante, a partir da capital, com ausência de planeamento, excessiva burocracia e fuga de quadros qualificados para outras paragens. Com uma população estimada em cerca de 75.000 habitantes, São Vicente dispõe de uma economia baseada em serviços, comércio, construção civil, turismo e pesca. Dispõe do Porto Grande, dos estaleiros da Cabnave, do Aeroporto Cesária Évora e do recém-inaugurado Terminal de Cruzeiros, a coqueluche do

momento.

A nível da educação e cultura nota-se a presença de instituições de ensino superior, centros culturais, festivais internacionais, como o Baía das Gatas e o Mindelact.

Mesmo assim, apesar de todos os ganhos, o descontentamento persiste e é sempre notório, porque, no dizer de alguns observadores, tornou-se na maneira de estar dos são-vicentinos.

“Há uma tendência que se foi instalando e que hoje faz escola. Qualquer que seja o problema aponta-se o dedo à capital, quando alguns dos problemas dependem da própria ilha, dos seus responsáveis locais. Se a Câmara Municipal funciona mal a culpa não pode ser da Praia”, diz um dos nossos interlocutores, que se diz cansado desse “discurso” que apenas serve para alimentar a frustração e a mágoa, que põem São Vicente contra as outras ilhas.

## Conta mal fechada

Para Osvaldo ‘Vuka’ Lopes, advogado, o saldo da independência de Cabo Verde é, no caso de São Vicente, uma “conta mal fechada”, com ganhos tímidos, é certo, mas com perdas profundas e um silêncio cúmplice onde, como diz, “devia haver acção”: “A independência, em vez de libertar, amputou-nos. Mindelo perdeu a centralidade comercial, perdeu a autonomia que outrora o fazia pulsar com vigor próprio”.

Hoje, no dizer desta voz, São Vicente “luta contra inimigos invisíveis”, profundamente enraizados, através da lentidão institucional, excesso de papelada e autismo da governação central. “Cada liderança é pior que a anterior”, diz ele. “A administração tornou-se inimiga da inovação. A classe política perdeu brilho. Os competentes fogem”.

E por isso não tem dúvidas: “A má moe-



Vuka Lopes

da já expulsou a boa”. O sector da construção civil é apontado por Vuka como um pilar que, bem gerido, poderia alavancar a ilha. Porém, tropeça e esbarra nas amarras habituais, da burocracia, opacidade e lentidão, por parte dos decisores locais, num tempo e num mundo em que “decidir com celeridade” poderia ajudar uma ilha com “ânsia de futuro” como é São Vicente.

O nosso entrevistado vê potencial na agricultura com dessalinização, no turismo de habitação digna, no regresso dos emigrantes reformados que ainda sonham com um pôr-do-sol da sua

ilha natal. “Não é no turismo de massa que mora a salvação da ilha, mas numa qualidade pensada, respeitosa e digna”, adverte.

Na juventude, vê esperança desde que se invista na formação que prepare os jovens para o mundo e para o trabalho. Defende ensino técnico exigente, línguas, e um profissionalismo que devolva à juventude o orgulho do ofício bem feito. “Temos de educar para exportar excelência, e não para assistir à partida dos nossos com as mãos vazias”. Para este cidadão, a sua ilha tem tudo para ser motor. “Mas deixaram-na no reboque. Falta-lhe apenas aquilo



Kiara Almeida



Rafael da Cruz

que não se ensina: vontade e visão”, concluiu.

### À espera da verdadeira libertação

Nascida em São Vicente e com vivências na ilha do Sal, Kiara Almeida, 19 anos, estudante de Marketing no IS-CEE, no Mindelo, diz celebrar com orgulho os 50 anos da independência do seu país.

“Este marco assinala o percurso de um país que soube conquistar estabilidade e reconhecimento no cenário africano e internacional. Porém, este percurso convida a uma reflexão crítica – não só sobre o que já alcançámos,

mas sobre o que ainda desejamos construir. A independência deu-nos autonomia política, mas para São Vicente significou igualmente o início de inúmeros desafios”. São Vicente, na óptica desta cidadã, possui um capital humano criativo, com espírito empreendedor e uma rica tradição cultural, mas continua a padecer de dificuldades estruturais: “Elevado desemprego jovem, ausência de investimento estratégico e concentração de recursos noutras regiões do arquipélago”.

Enfim, apesar dos avanços na educação, saúde e mobilidade social, “a realidade é que muitos jovens continuam a

emigrar por falta de perspectivas concretas. Queremos mais do que estabilidade – aspiramos a progresso, justiça social e oportunidades reais”. Para os próximos 25 anos, Kiara Almeida confessa idealizar “uma ilha mais valorizada”, com a cultura e a criatividade como motores da economia, um turismo sustentável e jovens que escolham ficar e contribuir para o progresso local, em vez de procurar na emigração o sucesso que lhes falta na sua ilha natal e no seu país.

“Acredito num país onde todas as ilhas contribuam equitativamente para o desenvolvimento nacional, e

onde São Vicente finalmente assuma o protagonismo merecido nas decisões e nos investimentos públicos e privados. A Independência foi apenas o início. A democracia um processo em evolução. Mas a verdadeira libertação passa agora pelo desenvolvimento económico, social e cultural – e é a nossa geração quem deverá liderar esse caminho”.

### Promessa não cumprida

Rafael Cruz, 19 anos, estudante do 3º ano também de Marketing no ISCEE do Mindelo, questiona a validade da Independência, consi-

derando-a uma ilusão devido à dependência externa e à negligência governamental. Para ele, São Vicente simboliza a promessa não cumprida do desenvolvimento, e neste seu olhar da realidade exige uma nova abordagem assente em investimento sério e reconhecimento equitativo. “Cabo Verde alcançou a sua independência a 5 de Julho de 1975, apoiado pelo PAIGC e figuras como Amílcar Cabral e Aristides Pereira. No entanto, a meu ver, esta independência foi mais simbólica do que efectiva. Faltou exigir condições claras nas negociações, aos portugueses, face ao legado que nos iam deixar e que ainda hoje faz de nós um país demasiado dependente de ajuda externa”. São Vicente, em particular, como salienta, “tem sido vítima de um esquecimento institucional. Apesar do seu enorme potencial em infra-estrutura portuária, cultura e produtiva, a ilha permanece subvalorizada. A falta de atenção por parte do governo agrava problemas como o desemprego, especialmente entre os jovens”.

Para este jovem, a Independência, tal como foi vivida, neste meio século, não trouxe emancipação plena. “Continuamos dependentes, e São Vicente continua à margem das decisões centrais. É urgente inverter este cenário, através de políticas públicas que reconheçam os pontos fortes de cada ilha, garantindo um progresso equilibrado e sustentável. Só assim poderemos falar, verdadeiramente, de um país independente e ainda por cima democrático”.

Helena Fortes, presidente da Assembleia Municipal de São Vicente

## “O povo acreditou que merecia mais”

Helena Fortes, presidente da Assembleia Municipal de São Vicente, eleita pelo MpD, no seu balanço dos 50 anos da independência nacional, salienta que “Cabo Verde tem duas datas fundamentais que sustentam a nossa estabilidade sociopolítica e económica: a luta pela independência e as primeiras eleições livres, na década de 1990”.

Na primeira data, em 1975, como refere, mesmo sendo um país com escassos recursos, “o povo acreditou que merecia mais” e que, independente, “seria capaz de seguir em frente”. E na segunda data e momento, em 1990-91, “homens e mulheres cabo-verdianos decidiram participar na construção de um país mais justo e com mais oportunidades”.

“Em ambos os momentos”, enfatiza, “o povo demonstrou coragem e discernimento. É por isso que afirmo: não há futuro sem passado. Celebrar 50 anos de independência tem o sabor da vitória e de um dever cumprido”.

### Contexto económico

Hoje, na sua apreciação, Helena Fortes destaca: “Investimos em ensino gratuito até ao 12.º ano, criamos formações especializadas e firmamos parcerias internacionais para acesso ao superior. Mas a escola só cumpre o seu papel quando a família assume o compromisso de orientar e acompanhar cada aluno”. Na economia, a chegada de grandes grupos hoteleiros demonstra, do ponto de vista da nossa entevistada,

a confiança existente no mercado de São Vicente, auspiciando com isto uma nova fase no desenvolvimento da segunda mais importante ilha do país. “Estamos a construir um ambiente de negócios que mistura transparência e agilidade. Pequenas e médias empresas também têm vez e voz”.

### Desafios estruturais

O desemprego, que entre os jovens que gira em torno de 25% na ilha, e a falta de transporte inter-ilhas também preocupam Helena Fortes, lembrando que muitos cabo-verdianos ganham experiência em outras ilhas e regressam com novas competências. “Ser protagonista exige sair da zona de conforto, aprender num contexto diferente e voltar para transformar”, frisa. O Terminal de Cruzeiros, descrito pela presidente da AMSV como um “projecto estruturante”, do seu ponto de vista, agora que inaugurado, o mesmo vai permitir atrair navios de maior porte e acolher workshops, conferências e eventos empresariais. “Não queremos apenas um cais moderno, mas um espaço vibrante que alavanque emprego, dinamize o comércio local e projecto São Vicente a nível global”. Aos jovens, a presidente da AMSV lembra-lhes que eles “são herdeiros de uma história de coragem” e exorta-os por isso a inspirarem-se em quem ousou lutar pela independência e em quem construiu a democracia nas urnas.



O desafio do século XXI, segundo Helena Fortes, é erguer um Cabo Verde inovador, justo e competitivo num mundo globalizado. “Para alcançar essa meta é preciso vontade de arriscar, humildade para aprender com os erros e resiliência para tentar de novo”, conclui. JAR

João do Carmo, deputado por São Vicente

## Basta da “comparação por baixo”



Ao celebrar meio século de independência nacional, o deputado do PAICV João do Carmo, eleito por São Vicente, faz um diagnóstico incisivo da situação da sua ilha e círculo eleitoral. Relembra o legado colonial, critica a estagnação económica resultante de uma “comparação por baixo” e aponta a falta de visão política como entrave daquela que foi, outrora, a ilha modelo de Cabo Verde. Durante o período colonial, diz João do Carmo, São Vicente foi a ilha que mais se desenvolveu em Cabo Verde e que todas as outras queriam seguir. O Porto Grande, o Liceu, sistema de dessalinização e de esgotos eram exclusivos do Mindelo. Como diz, hoje, enquanto outras ilhas avançaram, São Vicente foi ficando para trás. “Todas as ilhas deveriam desenvolver-se em simultâneo”, afirma.

E neste xadrez lamenta que o espírito empreendedor da juventude, através da cultura, esbarre em “falta de vontade política” tanto no poder nacional quanto no local, impedindo a transformação desse talento em força motriz para a economia.

### Infraestruturas e impacto real

O Terminal de Cruzeiros, inaugurado há poucos dias, como reivindica, concretiza recomen-

dações que datam de 2015 e que já nessa altura recebeu 30% do financiamento antes de 2016.

“A obra já existe e vai servir bem para receber turistas com mais qualidade e segurança”, comemora o parlamentar, lembrando que agora começam “vários desafios”: qualificar transportes, guias, cafés, restaurantes, a arte local e, sobretudo, a segurança.

De acordo com o nosso entrevistado, o impacto do terminal só se consolidará se esses serviços, e os jovens desempregados, forem efetivamente integrados ao novo fluxo turístico. João do Carmo defende que a regionalização política “cairia muito bem” a São Vicente, liberando as instituições locais para agirem de forma autónoma e tornar mais ágil a implementação de políticas públicas. Para os próximos cinco anos, o deputado assume três compromissos: continuar a defender, “com unhas e dentes”, os interesses de São Vicente, lutar por um programa governamental que inclua grandes projectos e investimentos para a ilha e trabalhar para que a regionalização política se torne realidade. “Pretendo continuar a ser uma voz com coragem”, afirma João do Carmo, reforçando a necessidade de acção firme “para transformar promessas em resultados”. JAR

# As palavras que a INDEPENDÊNCIA trouxe

Antes proibidos, desconhecidos ou pouco usados, são várias as palavras, os termos e expressões populares que a Independência trouxe para o vocabulário cabo-verdiano. Veja alguns deles, a começar por Independência, mas também, Referendo, Balalaica, Cooperativa, Milícia, Unidade... e Zona Libertada.

## INDEPENDÊNCIA já!

Abaixo a EXPLORAÇÃO!...

Ditadura

Açambarcamento

Autodeterminação

Balalaica

Retornado

Não ao REFERENDO

Revolução

Campanha... de limpeza

INIMIGO

Funaná

Sarau cultural

Catchor d' d'ôs pé

Súmbia

Tchabeta

## Nôs terra é pa nós POVO

O BOATO é inimigo do povo

UNIDADE Guiné/Cabo Verde!...

Crítica e auto-crítica

Panfleto

Cooperativa

Lacaio

Guia de marcha

## Emancipação

Polivalente

Mi ki mata Kabral?!!

Súmbia

DEMOCRACIA de partido único

África/africanos

Camarada

Luz e guia...

## Cabral ca mori

## Liberdade/libertação

Reflorestação / plantação

Reconstrução nacional

Pioneiro

Platô

Ribeira Bote, ZONA LIBERTADA

Comité

Milícia/miliciano

Saneamento

a REACÇÃO não passará!

Nacional

Popular

No bá, no bá, nô pô na BICHA...

## Vigilância

## Nôs cultura!



# Meio século de avanços e novos desafios pela frente

■ Geremias S. Furtado

O sistema judicial percorreu um caminho notável desde a independência nacional em 1975. Quem o afirma é o jurista Mário Silva, que, durante uma conferência realizada em Maio último no Mindelo no âmbito das comemorações dos 50 anos da Independência de Cabo Verde, destacou os principais marcos e desafios da Justiça no país. O país passou, por exemplo, de apenas dois tribunais para uma rede nacional de tribunais, com várias instâncias.

Mário Silva recordou que em 1974 Cabo Verde contava apenas com cerca de dez juristas e dois tribunais, sendo as Relações de Sotavento e de Barlavento. Hoje, elucidou, o país dispõe de uma rede de tribunais espalhados por todas as ilhas e praticamente em todos os municípios, realidade que o jurista considera “invejável até para alguns países do sul da Europa”.

Segundo este advogado e antigo governante, os tribunais funcionam actualmente “na sua plenitude”, com garantias efectivas dos direitos dos cidadãos, uma justiça mais acessível e com instituições como o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) e o Tribunal Constitucional a desempenharem papéis-chave na regulação e na fiscalização da legalidade.

## Evolução institucional

Logo após a independência, foi criado o Conselho Nacional de Justiça, responsável por assegurar a transição do sistema jurídico colonial para a nova ordem constitucional cabo-verdiana. Em 1980, o órgão passou a denominar-se Supremo Tribunal de Justiça, tendo como um dos seus presidentes mais emblemáticos António Mascarenhas Monteiro, que viria a ser Presidente da República.

A Constituição de 1992 reforçou a independência do poder judicial e ampliou as competências do STJ. Posteriormente, a revisão constitucional de 1999 criou o Tribunal Constitucional, que viria a ser instalado apenas em 2015, assumindo funções até então exercidas pelo STJ. Em 2010, uma nova revisão trouxe a criação dos Tribunais da Relação e estabeleceu o concur-

so público como única via de acesso ao cargo de juiz do Supremo.

## Forças de segurança

O sector da Justiça conheceu também avanços significativos no campo da segurança pública. Em 2005, foi criada a Polícia Nacional, resultado da fusão de quatro diferentes forças policiais, o que permitiu uma atuação mais coordenada e eficiente.

A Polícia Judiciária (PJ), por sua vez, viu reforçadas as suas capacidades técnicas e humanas, tornando-se uma força de referência no combate ao crime organizado e ao narcotráfico.

## Mega apreensões

## contra o narcotráfico

Nas últimas décadas, Cabo Verde tornou-se um ponto estratégico nas rotas do narcotráfico entre a América do Sul e a Europa. As autoridades têm respondido com operações de grande impacto. A mais emblemática ocorreu em 2019, quando foram apreendidas 9,5 toneladas de cocaína a bordo de um navio panamenho no Porto da Praia, com 11 cidadãos russos detidos.

Em 2022, uma nova megaoperação resultou na apreensão de mais de 5,6 toneladas de cocaína a bordo de um barco de pesca brasileiro. A acção contou com o apoio da DEA (agência antidrogas norte-americana), Marinha dos EUA, Polícia Federal brasileira e outras

agências internacionais.

Outras apreensões de relevo incluem a Lancha Voadora (2010), cerca de 1500 quilos de cocaína, e a Perla Negra (2014), onde foram apreendidas mais de 500 quilos, na ilha de São Vicente.

Apesar dos progressos, Mário Silva sublinhou na conferência de Mindelo que a morosidade processual continua a ser o maior desafio da justiça cabo-verdiana. “É um problema que não vale a pena escamotear”, afirmou o jurista, acrescentando que é necessário mais investimento, sobretudo no Ministério Público.

O advogado defendeu ainda que, embora a prioridade nacional continue a ser o investimento em sec-



PUB

tores como estradas, água e educação, há uma crescente consciencialização social sobre a importância de uma justiça célere e eficiente. “Os cabo-verdianos começam a pressionar os poderes públicos para que invistam mais na Justiça”, assinalou.

#### Modernização em curso

Nos últimos anos, foram contratados mais juizes, oficiais de diligência e assessores. Iniciativas como a implementação do Sistema Informático Judicial (SIJ) visam agilizar os processos e reduzir as pendências. Segundo dados recentes, os tribunais cabo-verdianos ainda acumulam milhares de processos pendentes, embora tenha havido uma re-

dução considerável nos últimos dois anos.

Desde Janeiro deste ano, os tribunais e o Ministério Público de Cabo Verde começaram a operar com o novo Sistema Informático Judicial (SIJ), inicialmente implementado nas comarcas da Praia e de São Vicente. O sistema inclui também o Subsistema de Informação do Processo Penal (SIPP) e respetivas bases de dados, abrangendo igualmente a Polícia Judiciária.

A implementação nas restantes comarcas será feita de forma faseada, mediante concertação prévia com os órgãos judiciais.

Desenvolvido pela Universidade de Aveiro, em Portugal, sob coordenação do Ministério da Justiça, o SIJ

representa um passo decisivo na modernização do sector. A sua criação foi promulgada pelo Presidente José Maria Neves, após validação do Tribunal Constitucional, e resultou de um amplo debate institucional sobre a gestão administrativa dos processos, que continuará sob responsabilidade dos tribunais.

A ministra da Justiça, Joana Rosa, considera o sistema fundamental para acelerar os trâmites processuais e reforçar a transparência e a eficiência da Justiça em Cabo Verde.

Ainda sobre a situação da justiça veja o artigo do advogado e escritor Germano Almeida nas páginas 14a16 do caderno especial independência.



Germano Almeida

# Garantias de Justiça

Com o objetivo de celebrar os 50 anos da nossa independência, um bom número de atividades foram programadas e têm vindo a ser realizadas, ainda que pareça que boa parte seja apenas para preencher calendário. Como foi o caso de **“O sistema judicial cabo-verdiano e a garantia de Justiça – conquistas e desafios”**.

Um tema dessa extrema importância para a nossa sociedade não deveria ter sido levada a cabo quase clandestinamente como foi, praticamente on line, com a presença de meia dúzia de gatos pingados, quando é certo que a discussão sobre a nossa justiça deveria ter sido levada a cabo em praça pública, transmitida pela rádio e pela televisão e com direito à intervenção daqueles que desde 1975 estão sofrendo, quer com as injustiças, quer com a ausência de justiça que começou a campear no nosso país desde essa data e nos últimos anos tem atingido proporções tão aviltantemente impunes, que alguns juizes já se permitem, e sem ser na chacota, a se compararem com Deus na sua capacidade de decidir, completamente esquecidos que a primeira obediência é à Lei, e só a seguir é que vem a Consciência. Os polícias ao serviço da “ordem” que se quer imutável, vão já dizer que isso é populismo (desde que a palavra entrou na moda, qualquer arrote é agora tido como populismo), mas eu digo que não, não é populismo, é simples desespero de um povo que desde a independência nacional em 1975 vem inutilmente clamando pelos diversos serviços de Justiça que parecem apostados em cada vez servi-lo pior.

## Estado atual da justiça

Mas voltemos ao estado atual da nossa Justiça. Cada um dos oradores do tema acima pouco teve em conta a proposta inicial, e todos discorreram a seu próprio gosto. Vou pegar só na inter-

venção do advogado Geraldo Almeida, simplesmente por ele ter aproveitado esse tema absolutamente geral para particularizar a “Justiça administrativa cabo-verdiana” e denunciar os inadmissíveis abusos que o nosso povo camponês coitado vem sofrendo nas mãos das chamadas autoridades nacionais, tendo mesmo referido o empobrecimento da população autóctone a favor da população estrangeira, tudo com o expresse beneplácito dos poderes nacionais; falou daqueles que compraram terrenos do Estado por menos de mil escudos o metro quadrado e de seguida os venderam por dez mil o metro quadrado, enquanto os donos primitivos desses terrenos “nacionalizados para venda” assistiam à destruição das suas culturas a favor da construção de hotéis; falou de alguns desses primitivos donos de terrenos que ainda hoje, passados mais de vinte anos, ainda aguardam para serem indenizados; falou também das escandalosas e impunes negociatas a que vimos passivamente assistindo, como essa de um espanhol que pretende ter validamente adquirido 340 hectares de terreno por 1500 contos, para finalmente concluir que a nossa gente pobre é que vem financiando o desenvolvimento de Cabo Verde, e portanto “essa população não tem razões para festejar os 50 anos da independência de Cabo Verde”.

Foi sem dúvida uma arrojada provocação que noutros tempos teria dado origem a grande alvoroço e certamente não teria ficado sem dura resposta. Porém, nos tempos que correm, a palavra d’ordem parece ser o silêncio, um silêncio mortal, nunca alimentar discussões que não se sabe aonde irão parar.

No entanto, seria interessante a convocação de uma reunião “amigável” de juristas (magistrados, advogados) para discutirem o sistema judicial cabo-verdiano. E nem sequer seria original, noutros tempos, advo-

gados, magistrados, solicitadores, conservadores, andávamos todos à volta do IPAJ em grande comunhão, com anuais e longas e participadas reuniões da assembleia geral com presença ativa dos magistrados, e que terminavam sempre em fraternas e copiosas jantaras.

Mas na verdade essa paz não durou por longos anos. A pouco e pouco as posições de cada lado (advogados e magistrados) sobre o funcionamento da Justiça e o seu geral estado no país começaram a divergir, até ficarem extremadamente opostas. E o IPAJ acabou ficando reduzido aos profissionais do foro, com algumas escaramuças com alguns magistrados que já nesse tempo, se achavam eles próprios possuídos de espírito divino.

## III Congresso do PAICV

Até que chegou 1988, o ano do III Congresso do PAICV. Uma das teses a apresentar ao Congresso tecia os maiores encómos à nossa Justiça: “Uma das grandes conquistas do nosso regime reside no facto de termos sabido por de pé um Estado de Direito onde vigoram, de modo transparente, o princípio da legalidade e de respeito pelo direito, como garantia da disciplina da atividade desse mesmo Estado, da realização da vontade popular, da salvaguarda dos direitos e da segurança dos cidadãos e da existência de limites que impeça arbitrariedades e o abuso do poder”. “Os tribunais são hoje instituições prestigiadas aos olhos do povo pela forma como têm sabido exercer as funções que lhes são atribuídas no quadro do sistema político”.

Nesse tempo o Instituto do Patrocínio e Assistência Judiciária tinha dez anos e tinha-se afirmado como uma organização credível que enfrentava abertamente tanto o poder judicial como o poder político, nunca tendo aceitado calar-se diante de nenhuma torpeza ou prepotência.

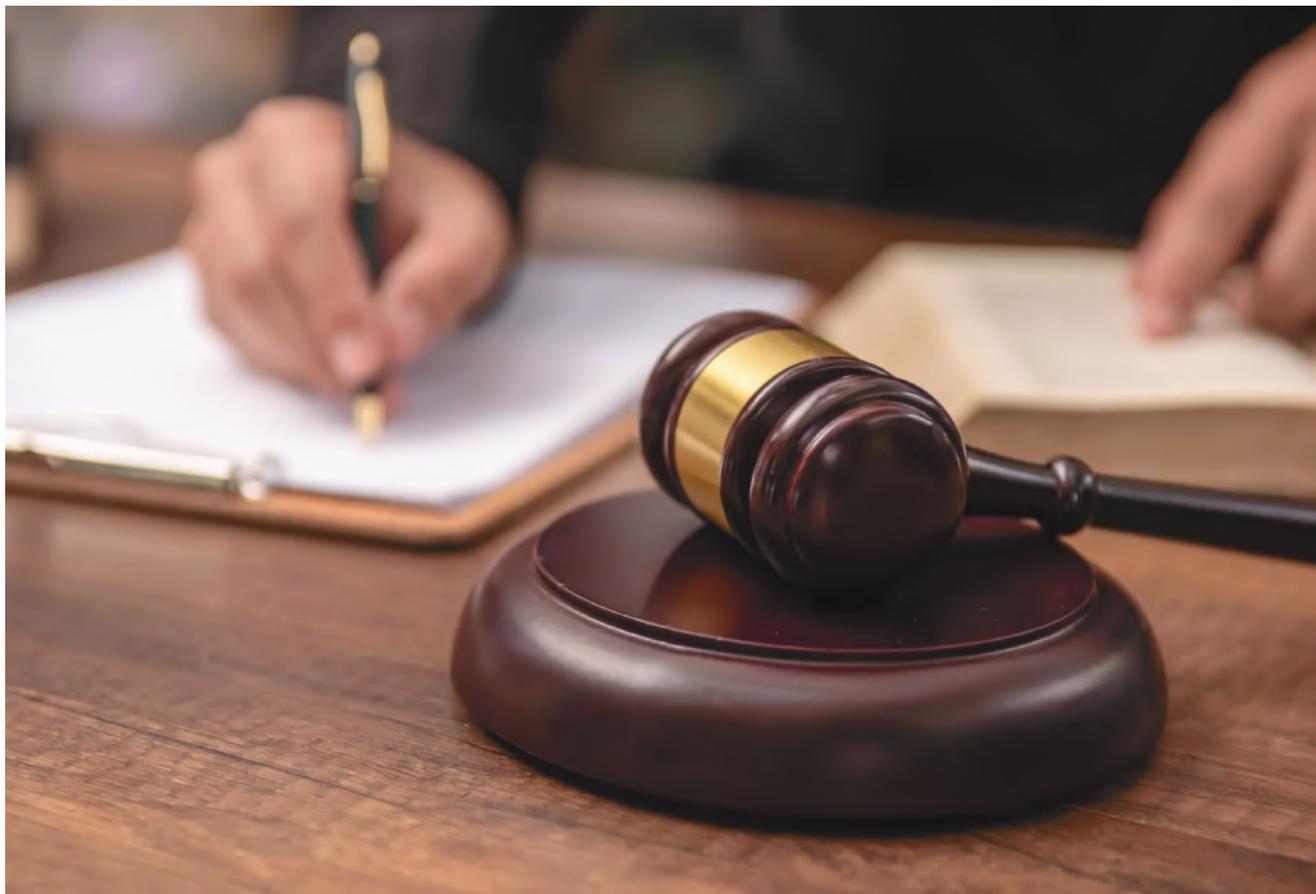
Em suma, o IPAJ tinha sabido impor-se ao respeito dos detentores do poder, e os seus membros sentiam-se seguros no seu seio porque sabiam que podiam contar com a solidariedade da classe, como aliás aconteceu em diversas ocasiões.

O certo é que os advogados reuniram-se, discordaram da alegada tese da excelência da nossa Justiça e decidiram contestá-la. Para esse efeito, indicaram dois dos seus membros, o dr Rui Araújo e eu próprio, que dias depois submeteriam aos colegas o documento que viria a ser assinado por todos e publicado no jornal Voz di Povo.

Nele se disse, além do mais, que “os signatários não deixam de se preocupar com o teor optimista e a forma ligeira como é abordada a grave questão da LEGALIDADE e da JUSTIÇA em Cabo Verde. Na verdade, se por um lado aquele teor optimista carece de sentido face à triste realidade com que no dia-a-dia se confronta, por outro lado faz tábua rasa de toda uma verdadeira onda de manifestações de descontentamento que sistematicamente os advogados têm feito chegar aos responsáveis nacionais pela direção do sector da Justiça. Porém, esse descontentamento de forma alguma se mostra circunscrito aos profissionais do foro e, pelo contrário, estende-se por todo um público utente dos serviços de Justiça e até já reina entre alguns magistrados”.

Os advogados deixaram claramente exposto que “questões importantes, como sejam a independência do julgador, o direito de defesa, o direito de recurso e o direito à liberdade – não são ainda hoje dados adquiridos no âmbito da sociedade política cabo-verdiana. Mais ainda: conquanto consagrados na lei, não são ainda dados adquiridos no próprio seio dos órgãos nacionais da administração da Justiça. E é pela gravidade que essa distorção de valores em muitos casos atin-

*“A pouco e pouco as posições de cada lado (advogados e magistrados) sobre o funcionamento da Justiça e o seu geral estado no país começaram a divergir, até ficarem extremadamente opostas.”*



ge que, sem pretensões de exaustão, se tentará recortar alguns dos aspectos mais problemáticos da organização e funcionamento da Justiça para que se veja que se certa aparente estabilidade reina no momento, ela é mais fruto da estagnação e do desnorreamento, que propriamente do progresso.”

De seguida o documento analisa a atuação dos diferentes órgãos da Justiça, a começar pelo Ministério Público que acusa de abandono de uma posição engajada de intervenção social e de fiscalização da legalidade a favor de um progressivo declínio da capacidade de intervenção, com cedências a uma mentalidade e poderes policiais na esfera da Justiça, que exemplifica com a utilização sistemática e abusiva do prazo excecional de prisão por cinco dias; manutenção de prisão de arguidos em processo sumário muitas vezes por prazos dilatados para além dos cinco dias... Concluindo a final que perfeitamente se poderia dizer que, muito contrário ao espírito e à letra da lei, para o MP o princípio não era o da liberdade dos cidadãos, mas sim da sua reclusão.

De seguida os advogados falam dos TRIBUNAIS DE INSTÂNCIA, começando por lembrar a afirmação de um magistrado que pretendeu na altura “termos neste momento uma magistratura de luxo”. “No entanto, e por mais respeito que essa afirmação mereça, os signatários não podem de modo algum sufragá-la, pois que ela está em absoluto desacordo com a realidade que se vive. Porque, e muito pelo contrário, pode-se dizer que em termos qualitativos, salvas honrosas exceções, as decisões judiciais aproximam-se dos níveis mais baixos de sempre, pela cada vez mais crescente introdução de critérios ajurídicos nessas decisões e consequente empobrecimento do aspecto técnico-legal.”

“Com efeito, a todos os níveis da Magistratura, tornou-se já comum a insuficiente e incongruente fundamentação das decisões judiciais, sem falar nos casos em que a ausência de fundamentação é total e absoluta, não obstante a existência de rigorosos preceitos legais a impor o dever da sua existência, mesmo no âmbito das decisões administrativas, e ser a fundamentação uma das vias essen-

ciais para garantir a transparência... É tal a ausência de doutrina e fundamentação convincente nas decisões judiciais dos nossos Tribunais, que bem se pode afirmar não existir ainda uma jurisprudência nacional”.

“Acresce, porém, e por outro lado, que a dose maior de responsabilidade nas ilegalidades que se vêm praticando quanto à prisão dos arguidos e ao processo penal, deve no geral ser imputado aos magistrados judiciais. Com efeito, a validação das capturas tem vindo a ser feita de ânimo leve e mesmo o despacho de pronúncia ficou transformado num simples despacho de rotina e mero expediente, limitando-se o juiz a assinar a cópia da acusação que lhe é apresentada pelo escrivão...”

“Patente igualmente é a exagerada superioridade e credibilidade que os juízes conferem às posições do Ministério Público e até da Polícia, em detrimento da posição do defensor que é sempre encarado com desconfiança, quase que como cúmplice da infração objecto do julgamento. E não se andarão longe da verdade, se se disser que, para grande parte dos magistrados, a defesa não passa

de um simples e dispensável empecilho, tolerado meramente por razões de ordem legal”.

### Inspeção judicial

Já nessa altura a completa ausência de inspeção judicial era o enorme e verdadeiro cancro que minava a Justiça, porque os magistrados estavam todos largados em rédea livre, agindo impunemente a seu bel-prazer. Os advogados também sobre este item referiram: “Importa igualmente aqui dizer que a total ausência de Inspeção Judicial será a principal responsável pelo facto de os juízes terem completamente banido das suas preocupações o cumprimento dos prazos processuais, limitando no presente a meros fiscalizadores desse cumprimento por parte dos advogados e seus constituintes. E é assim que não é infrequente os juízes desculparem o enorme atraso mesmo nas decisões que a lei processual determina de urgentes...”

Por fim o documento refere, quer o Supremo Tribunal, quer o Conselho Superior da Magistratura. Quanto ao Supremo, é sobretudo acusado de extrema mo-

rosidade, mesmo nos processos que a lei define como urgentes, com destaque para o contencioso administrativo. “Porque, nesses processos, que geralmente envolvem conflitos de certa importância entre particulares e o Poder, não é infrequente o particular perder o recurso, sem apelo nem agravo, em virtude do não cumprimento de formalidades secundárias e até de duvidosa vigência numa legislação reconhecidamente deficiente, confusa e muitas vezes omissa”.

Quanto ao Conselho Superior da Magistratura, na verdade de nada podia ser acusado, porque sendo em teoria legal “o órgão encarregado da gestão e disciplina dos magistrados judiciais”, e tendo em conta o não funcionamento da inspeção judicial, o Conselho ficou, na prática, um órgão inútil, por lhe faltar a mais importante matéria de apreciação. “Merece, no entanto, ser realçado que há longo tempo o IPAJ vem-se esforçando por discutir com o CSM os graves problemas que se colocam à aplicação da justiça nos tribunais. Mas infelizmente o CSM tem-se feito surdo aos diversos pedidos de diálogo e, não obstante o IPAJ continuar a sustentar que o diálogo aberto e construtivo é a única via para a superação das grandes dificuldades que a JUSTIÇA enfrenta, apenas se tem confrontado com o obstinado silêncio do CSM”.

Por fim, “os abaixo-assinados não querem deixar de reconhecer que, não obstante o contexto traçado, existem magistrados que continuam sabendo honrar a sua função. Estão, porém, seguros de que uma Inspeção aos nossos Tribunais determinaria outros e bem diversos lugares para muitos juízes até agora tidos como bons pela sociedade política. Porque justamente a ausência de sistemática e rigorosa Inspeção transformou a Judicatura numa função absolutamente impune”.



# Magistrados zangados

Os magistrados mostraram-se zangados com esse texto e na resposta quase roçaram a ofensa pessoal. “... um documento subscrito por 24 profissionais do foro, respeitante ao funcionamento do aparelho judiciário em Cabo Verde, onde os Magistrados em geral, tanto os judiciais como os do Ministério Público, são profundamente atingidos sobre os mais diversos aspectos. Não fosse a insensatez e as falsidades contidas em tal documento, os Magistrados cabo-verdianos manter-se-iam mudos e quedos, como aliás já tem sucedido em situações anteriores do mesmo género. Mas desta vez o IPAJ e os seus membros subscritores ultrapassaram todos os limites máximos de deontologia profissional. E por isso se impõe uma resposta”.

“Os membros do IPAJ subscritores do documento... produziram um documento cheio de falsidades, acusando despudoradamente tudo e todos, arvorando-se em primeiros, últimos e únicos defensores da legalidade, das liberdades e garantias individuais, dando de Cabo Verde uma imagem de país onde a Lei e o Direito são letra morta, e os magistrados atropelam e espezinham sistematicamente a Lei. Do mesmo passo, tal documento cujo conteúdo o IPAJ assumiu do ponto de vista institucional, segundo se lê no ofício que o acompanhou, por ter sido subscrito por 24 profissionais do foro “que desempenham regularmente as suas funções junto dos Tribunais”, não contém uma única linha sobre os problemas próprios do IPAJ, como se ali tudo estivesse a correr sobre rodas e os profissionais do foro fossem exemplo em pessoa. Mas o IPAJ tem fortes razões para tamanha omissão que a razão até conhece, pelo menos desta vez”.

A seguir, e já na apreciação do documento em si, os magistrados dizem ser “absolutamente falso que se esteja a verificar um progressivo declínio da capacidade de intervenção do Ministério Público e à perda da sua independência, ao arrepio de uma posição engajada de intervenção social e fiscalização da legalidade nos primeiros anos de independência. Pelo contrário, tem vindo a ser cada vez mais solicitado em áreas que anteriormente não tinha atua-

ção, nunca tendo tido em tempos remotos uma intervenção tão engajada como se pretende no documento.” De seguida nega como “igualmente falso” que se esteja a deferir sistematicamente os pedidos da polícia de prorrogação de prazos. Mas “mesmo que assim não fosse, tal deferimento é absolutamente legal e cabe ao Ministério Público e só a ele, como titular da acção penal, ajuizar da verificação ou não dos respetivos pressupostos que nunca foram postos judicialmente em causa”. “Alguns dos subscritores do documento foram Magistrados antes de se tornarem advogados. E não é sem mágoa que os atuais magistrados se vêm obrigados a recordar que esses advogados, que agora se apresentam tão críticos à atuação dos Tribunais e do Ministério Público foram eles próprios autores de várias tropelias, irregularidades e verdadeiros atentados à Lei, ao Direito e à Moral cívica quando exerceram funções de Magistrados. E perante esta realidade, afigura-se-nos ridículo e jocoso que esses advogados apareçam agora nos jornais como paladinos da liberdade dos cidadãos, da legalidade, do Direito e da moral, como se mais ninguém neste país se preocupasse com isso.” “No que respeita à Inspeção, cabe aqui referir que sua necessidade no IPAJ é inadiável. Atesta-o o número cada vez mais elevado de queixas que os

cidadãos fazem das autênticas burlas de que são vítimas dos advogados e solicitadores, tornando-se a situação preocupante, quando se sabe que o jogo de interesses existentes, dissimulado por uma hipócrita solidariedade de classe, não tem permitido que o IPAJ discuta os problemas no seu seio e adopte medidas consentâneas”. E terminam os magistrados aceitando que existem atrasos no andamento dos processos, mas também dizem que quem usa e abusa da complexidade da lei processual para atrasar o andamento dos processos são os próprios advogados que, para defenderem os interesses dos seus constituintes lançam mão de todos os expedientes, desde faltar às diligências marcadas, fazer requerimentos puramente dilatatórios, e até instruir previamente testemunhas”.

Isso disseram os magistrados na sua contestação à posição manifestada pelos advogados, sendo certo que, com o tempo, alguns deles vieram engrossar o número dos burlões por eles referidos.

Como é habitual, não houve nenhuma tentativa de investigar, quer os desmandos de que ainda hoje são acusados os magistrados, quer as burlas que estes atribuem aos advogados. Assim, uma pergunta que se poderá fazer é: em que medida a justiça de agora, hoje, ano de 2025, difere da justiça denunciada em 1988?

Se analisarmos com olhos atentos, podemos chegar à conclusão de que a única diferença reside no facto de que hoje em dia não há já quem tenha coragem de denunciar as irregularidades e os atropelos que percorrem os diversos Serviços ligados à Justiça. Antes, todos os utentes preferem amochar-se e acomodar-se, na certeza, que foram forçados a aprender a engolir, que “garrafa ca ta djuga cu pedra”. Com efeito, o que mais se ouve entre os profissionais do foro é que desafiar ou enfrentar os magistrados é garantia de ter os seus processos a dormir nos tribunais.

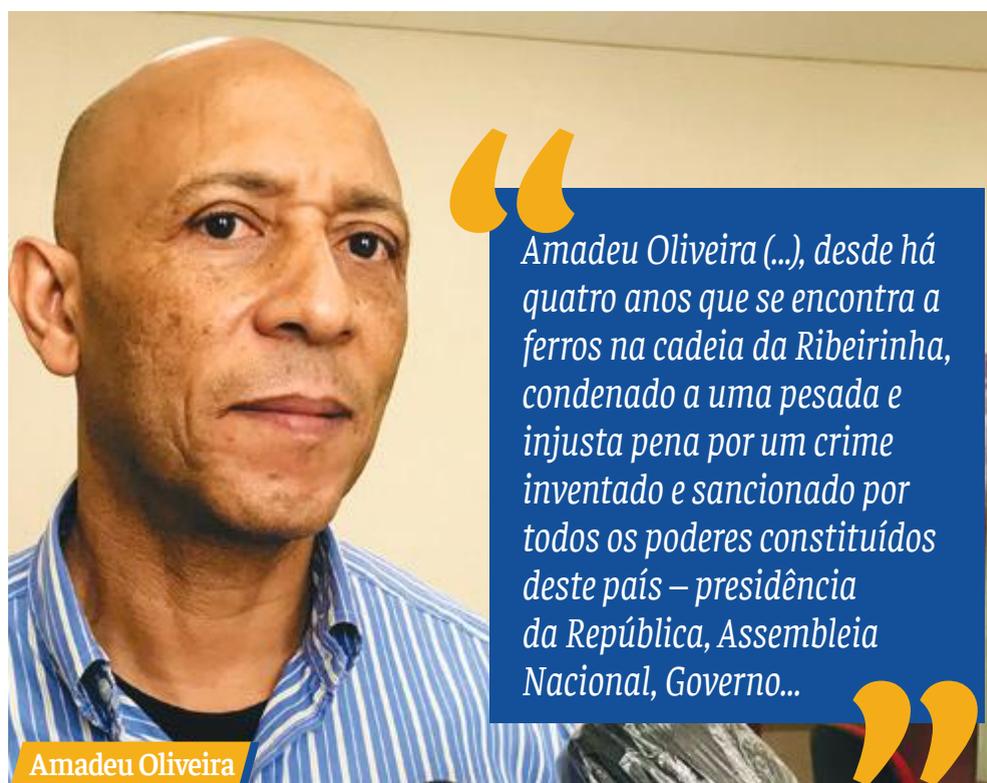
## Amadeu Oliveira

Nesse documento, os advogados do IPAJ acusaram os juizes de “cada vez mais crescente introdução de critérios ajurídicos” nas decisões “e conseqüente empobrecimento de aspectos técnico-jurídico”. Mais de 30 anos depois, o advogado/deputado Amadeu Oliveira viria a acusar alguns juizes de “introduzirem falsidades” nos processos. Tanto num caso como noutro são acusações graves que merecem ser averiguadas, tanto mais que 37 anos depois continua a faltar à justiça nacional uma inspeção credível. No entanto, o advogado que teve a coragem de fazer essa denuncia, desde há quatro anos que se encontra a ferros na cadeia da Ri-

beirinha, condenado a uma pesada e injusta pena por um crime inventado e sancionado por todos os poderes constituídos deste país – presidência da República, Assembleia Nacional, Governo – que acabam funcionando como verdadeiros e ativos cúmplices desse ato de terror.

## IPAJ injustiçada

Mas independentemente disso tudo, nestes 50 anos de independência nacional, pelo menos um louvor, um acto de gratidão ao IPAJ impunha-se justificadamente. É que, pese embora o que escreveram os magistrados em contra-ataque às acusações que lhes foram dirigidas e que em grande parte continuam válidas, o IPAJ foi uma instituição respeitada por causa dos posicionamentos que os seus membros nunca hesitaram em tomar em defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. À luz dos valores do liberalismo selvagem que atacou a nossa sociedade, ele passou realmente a ser irrelevante e foi normal que se tivesse decretado a sua extinção, substituído por uma “Ordem dos Advogados” que não se acanhou de se declarar herdeira dos seus bens, mas não porém e infelizmente da sua história, ainda que seja verdade que foi uma história digna, impoluta, corajosa e de que todos que foram seus membros certamente ainda se orgulham e que devia servir de exemplo aos atuais profissionais do foro. Aliás, o único senão que se apontava ao IPAJ era ter sido uma criação do Governo, facto que nunca condicionou os profissionais do foro nas suas tomadas de posição. E, no entanto, afora apossar-se dos bens que pertenciam ao IPAJ, esta instituição foi de tal modo obliterada, que no primeiro discurso da primeira bastonária da Ordem dos Advogados, foi feita especial referência de louvor a uns quantos advogados tidos como os maiores da classe, e não houve uma única palavra para o IPAJ, sequer para agradecer os bens de que a Ordem se tinha apossado. Baltazar Lopes da Silva costumava dizer que a pessoa que disse que o brasileiro é o povo mais ingrato do mundo, tinha sido por não ter conhecido o povo cabo-verdiano.



Amadeu Oliveira

“Amadeu Oliveira (...), desde há quatro anos que se encontra a ferros na cadeia da Ribeirinha, condenado a uma pesada e injusta pena por um crime inventado e sancionado por todos os poderes constituídos deste país – presidência da República, Assembleia Nacional, Governo...”

# 50 anos de independência. O que ainda falta fazer..

## Josefa Lopes Coelho, 53 anos, professora pré-reforma

“Na educação, apesar dos esforços do governo, ainda há desafios que se prendem, principalmente, com a qualidade do ensino. Muitas crianças enfrentam dificuldades que levam ao insucesso e abandono escolar. A criação de escolas de artes e ofícios para orientação vocacional desses alunos poderia ajudar na diminuição de abandono escolar, risco de vandalismo, ajudando-os a descobrir os seus talentos profissionais. É preciso também melhorar o controlo do sistema educativo, incluindo planos curriculares, formação de professores e o sistema de avaliação, que deve ser mais rigoroso, permitindo retenção em todos os anos, excepto no 1º.”



## Rudney Silva, 26 anos, Bagageiro, ilha do Sal, Espargos

“Cabo Verde se desenvolveu muito após a independência, mas ainda há desafios por enfrentar e já era tempo de ter encontrado soluções. São eles o desenvolvimento económico sustentável, o emprego e a empregabilidade jovem, educação de qualidade e formação técnica, saúde e proteção social. Não nos podemos esquecer que Cabo Verde é formado por ilhas e urge dar atenção a cada uma delas e explorar seus pontos fortes e especificidades. Na minha opinião, é isso que falta para Cabo Verde garantir um desenvolvimento mais inclusivo, sustentável e moderno.”



## Fabiana Soares, 26 anos, Recepcionista, Ilha do Sal, Espargos

“Um dos pontos que precisa ser revisto, principalmente para nós jovens, são as saídas profissionais no mercado de trabalho

interno. Saímos das instituições de ensino sem experiência e se não tivermos um estágio continuaremos sem essa experiência. Mas quando falo em estágios, falo em estágios que promovam a empregabilidade, e não estágios só para cumprir normas e deixar um jovem sem emprego no final das contas.

Outro ponto, temos que valorizar o que é nosso, em todos os aspectos. Precisamos eliminar barreiras burocráticas aos jovens emigrados no estrangeiro que querem investir e gerar riqueza no país. A subida exagerada dos preços nas ilhas turísticas precisa de atenção urgente, os transportes interilhas já não deveriam ser um problema. É preocupante e inadmissível saber que, às vezes, viajar para fora do país seja mais interessante financeiramente que viajar dentro de Cabo Verde.

E, por outro lado, precisamos olhar para a nossa cultura e valorizar figuras como Amílcar Cabral. Isto é urgente. Os mais jovens devem saber quem foi Amílcar Cabral e a sua importância e não somente a resumida e reduzida história que ouvimos sempre.”

## Valdemira Miranda, Comerciante, 38 anos, Santa Catarina

“Nós, os comerciantes de produtos hortícolas sentimos a necessidade urgente de melhorias na nossa cadeia de produção e comercialização. Precisamos de espaços adequados para o armazenamento dos produtos, especialmente durante as épocas de colheita, quando há excesso de oferta. No caso do tomate, por exemplo, seria muito útil a criação de uma pequena fábrica para transformar o excesso em produtos como molho de tomate evitando o desperdício. Além disso, é fundamental que haja uma supervisão regular das autoridades para controlar a produção e evitar o excesso de cultivo de determinados produtos, o que pode causar prejuízos aos produtores.”



## Política monetária em 1975

## Cepticismo, desconfiança e ansiedade

■ Daniel Almeida

O processo de criação do Banco de Cabo Verde (BCV) começou logo a seguir aos acordos que definiram a data para a independência de Cabo Verde, assinados em Lisboa, a 19 de Dezembro de 1974, entre o Estado português e o Partido Africano da Independência de Cabo Verde, PAIGC, força política que haveria de assumir a soberania deste arquipélago a 5 de Julho de 1975.

De acordo com o primeiro Governador do BCV, Corentino Santos, entrevistado pelo A NAÇÃO, em 2015, no âmbito de um outro trabalho, tal facto resultou logo da nomeação de um Alto Comissariado (Governo), formado por ministros portugueses e cabo-verdianos, para gerir o período de transição, que foi de 1 de Janeiro até 5 de Julho de 1975.

“Um dos aspectos chave do processo de transição seria o que chamamos, na altura, transferência dos instrumentos de emissão monetária para Cabo Verde. Esses instrumentos estavam na posse do BNU (Banco Nacional Ultramarino) e era necessário resolver todo o ‘contencioso’ relacionado com essa questão”.

“Além disso”, lembrou também, “havia outros dossiês que poderiam ser enquadrados numa área monetária e financeira, ligados a pequenas entidades bancárias e de seguros em Cabo Verde, que seria necessário normalizar no quadro da independência nacional”.

As negociações com Portugal “foram relativamente fáceis”, porquanto, o contexto político e diplomático “era muito favorável” ao novo país, Cabo Verde, que herdava da sua antiga metrópole uma situação, no mínimo, aflitiva em termos de meios materiais

A queda do regime fascista em Portugal, a 25 de Abril 1974, teve reflexos profundos na banca, principalmente nas ex-colónias portuguesas, com a nacionalização de todos os bancos emissores e as instituições de crédito. No caso de Cabo Verde, uma vez independente, havia que pôr de pé uma nova estrutura financeira, que passava pela criação de um banco central, nacional, o Banco de Cabo Verde. Corentino Santos, jovem na altura e falecido em 2022, esteve à frente dessa missão.



Corentino Santos

para a sua sobrevivência.

“Um factor determinante do desenlace rápido das negociações foi o facto de o Governo português, na altura, ser assegurado pelo MFA (Movimento das Forças Armadas), com uma filosofia política clara de amizade relativamente ao nosso povo”.

Corentino Santos recordou que houve, da parte dos governantes do arquipélago, uma “grande preocupação” em dotar Cabo Verde com o mínimo de reservas cambiais, reservas essas necessárias para sustentar o comércio exterior, “numa

fase em que o país não tinha recursos nenhuns”.

De referir que na altura Cabo Verde passava por um período longo de secas, situação essa que gerou a expectativa de como é que as novas autoridades cabo-verdianas iriam resolver o problema da sobrevivência de todos, na medida em que o país era totalmente dependente do exterior.

Por isso, enfatizava Santos, “era necessário assegurar que as trocas comerciais com o exterior se fizessem normalmente e garantir o nível de reservas

internacionais suficiente para solver os compromissos financeiros internacionais”.

### Viabilidade

Na altura, segundo o primeiro Governador do BCV, muita gente questionava a viabilidade de Cabo Verde independente. “Isso provocou uma certa ansiedade e desconfiança. Foi extremamente difícil. Fez-se com muito sacrifício do povo cabo-verdiano. Houve a necessidade de continuarmos com o regime de contro-

los cambiais, porque não havia elasticidade suficiente no sistema financeiro, e do sistema produtivo para liberalizar a economia. As reservas eram extremamente limitadas e havia a necessidade de visar um mínimo de reservas”.

E, dadas as características de Cabo Verde, “definimos como meta um nível de reservas internacionais equivalente a seis meses de importação”.

Os seis meses de importação preconizados nos primeiros dias de Cabo Verde independente acabaram finalmente por ser alcançados, ainda, “nos primeiros anos da independência”.

### Apoio financeiro internacional

Corentino Santos salientou ainda que, para obter e garantir as reservas necessárias para o seu funcionamento como país independente, Cabo Verde contou com importantes apoios internacionais, isto é, de “países amigos” e de várias instituições, às quais aderiu “no contexto da necessidade de assegurar a sua viabilidade e credibilidade financeira internacional”, com realce para o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Até porque, como tratou de salientar, Cabo Verde é, pela história e índole do seu povo, “um país aberto ao exterior” e, ademais, era “absolutamente” necessário aderir e cooperar com outros países e instituições internacionais no quadro de objectivos comuns e globais.

“Quero enquadrar as instituições da Bretton Woods (Fundo Monetário Internacional, FMI, e o Banco Mundial), como também o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e todas as organizações das Nações Unidas relacionadas

com a cooperação económica e financeira”, disse, sem deixar de recordar um outro aspecto não menos importante:

“Todos os países que tradicionalmente apoiavam a luta de libertação nacional, através do PAIGC e de Amílcar Cabral, continuaram e reforçaram essa ajuda nos primeiros anos da independência. Praticamente tivemos todas as portas abertas, onde quer que chegássemos havia sempre muita abertura para os nossos problemas”.

“O PAIGC”, acrescenta, “graças a Amílcar Cabral, gozava de grande estima e respeito no mundo. Sem esse capital de confiança e de simpatia, dificilmente conseguiríamos o que conseguimos nos primeiros anos da independência. A nossa sobrevivência, no mínimo, seria muito mais complicada e difícil”.

#### Pessoal engajado

Entretanto, com a Independência, quase todos os

funcionários do BNU transitaram para o BCV e, segundo o seu primeiro Governador, mostraram-se engajados e motivados com a causa de Cabo Verde independente. Mais do que isso, como disse, “deram mostras de competência técnica na gestão da vertente comercial do Banco, o que foi determinante para os primeiros passos do BCV”.

“Guardo as melhores recordações quanto à competência, lealdade e dedicação desses funcionários. A maior parte, cerca de 90% dos funcionários do BNU, ficou em Cabo Verde, tendo sido reforçados, entretanto, com a vinda de outros cabo-verdianos que viviam nas outras colónias portuguesas, em especial Angola e Moçambique. Todos, de uma maneira geral, deram a sua contribuição de forma muito dedicada a Cabo Verde, em especial ao Banco de Cabo Verde”.

Hoje falecido, Corentino Santos foi sucessivamente administrador do FMI, embaixa-

dor de Cabo Verde nos Estados Unidos da América na década de 1990 e representante residente sénior do FMI em Angola. Aliás, cumpridas essas missões no exterior, regressou a Cabo Verde, acabando por falecer em 2022, nos EUA, por razões de saúde.

Antes da sua morte, o primeiro Governador do BCV registou, com agrado para o A NAÇÃO e um livro do Banco Central, a evolução da instituição que ajudou a pôr de pé, destacando o actual nível de autonomia face ao Governo.

“O princípio da autonomia foi algo que sempre norteou a existência do BCV. Nisto é possível reconhecer o papel de figuras como o Presidente Aristides Pereira e do Primeiro-ministro, Pedro Pires. Eles, mais do que ninguém, já naquele tempo, compreenderam a importância desse princípio. Foi graças a isso que o BCV, aos poucos, se foi tornando na entidade que hoje é”, concluía.

## A autonomia do BCV foi sempre uma preocupação

Em 1975, três instituições financeiras exerciam a actividade bancária e de crédito em Cabo Verde: destacadamente o BNU que se dedicava às operações comerciais e do financiamento do comércio exterior, bem como a emissão de moedas, o balcão do Banco do Fomento que financiava pequenos projectos de médio/longo prazo e a Caixa de Crédito, que praticamente não tinha operações.

De acordo com Corentino Santos, tirando o BNU, as duas outras entidades bancárias eram muito pequenas, com pouca actividade e não seria racional estar a dispersar recursos quer financeiros, quer humanos, nelas sem qualquer coordenação. A criação de um banco único, o BCV, englobando toda a gama da actividade das três instituições foi adoptada numa perspectiva temporária, visando precisamente racionalizar a gestão desses recursos.

Conforme o nosso inter-

locutor, “era extremamente fácil” para o BCV desenvolver essas funções “e isso foi feito no âmbito da chamada direcção de crédito, que assegurava a coordenação desse sector, embora o sistema comportasse riscos”.

Os riscos derivavam fundamentalmente do facto de o financiamento do investimento estar integrado no BCV, porque poderia criar a tentação de financiar investimentos com recursos monetários. “Esse risco esteve sempre presente nos responsáveis do banco”, confessa.

Corentino Santos recordou, no entanto, que quando terminou o seu mandato, em 1984, havia sido já traçado um esquema que definia o processo de separação dessas actividades do BCV, algo tratado em cooperação com o FMI e o Banco Mundial. “Só que, como sabemos, as reformas levam demasiado tempo para acontecer, o que estendeu este processo para o início dos anos 90, já no governo do MpD”.

## Escudo cabo-verdiano

O lançamento da primeira moeda cabo-verdiana, o Escudo (ECV ou CVE), em 1977, segundo Corentino Santos, foi um processo preparado em relativo segredo e que levou à imposição de medidas de segurança excepcionais. Basta dizer que as fronteiras aéreas e marítimas do país foram fechadas no fim-de-semana em que a operação ocorreu.

Dois anos depois da Independência, havia que substituir as antigas moedas e notas por novas, com símbolos da República de Cabo Verde, deixando assim as emitidas pelo BNU de ter valor. Afinal, para todos os efeitos,

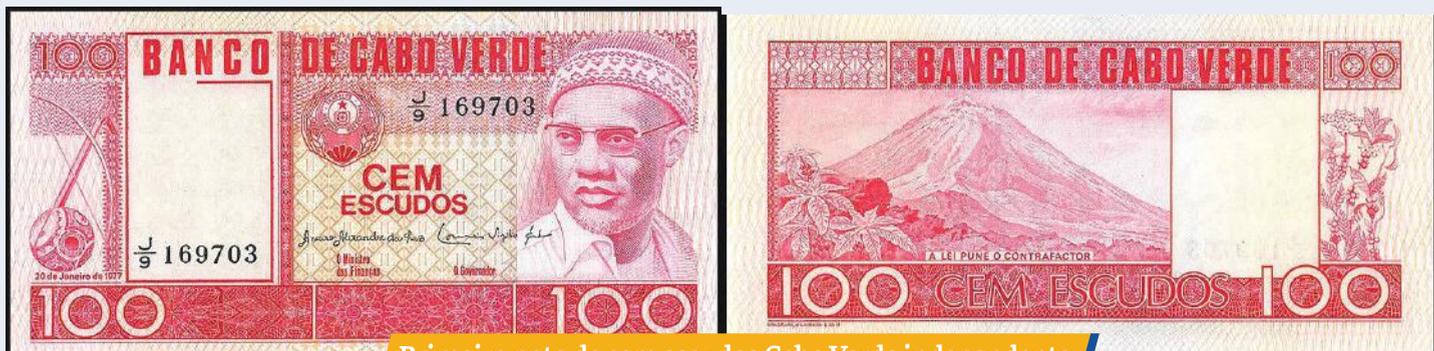
moeda própria é uma das marcas de qualquer Estado independente.

Uma vez mais, também no campo monetário, as autoridades nacionais cabo-verdianas primaram pela cautela. Como recorda o primeiro Governador do BCV, a operação tinha sido submetida a um longo processo de preparação, com a ajuda do Banco Nacional da Argélia, no quadro de uma cooperação alargada em matéria de banco central, cooperação essa que incluía a formação de quadros em tesouraria e emissão, estrangeiro, crédito e organização do departamento de estudos.

“As autoridades argelinas nos ajudaram, desde logo, a conceber a operação e com os meios de segurança nacionais foi possível preparar um quadro logístico adequado para o seu sucesso. Mas devido ao facto de algumas pessoas estarem ausentes do país, a operação ficou aberta durante uns dois anos, como forma de permitir que ninguém perdesse as suas poupanças. Justiça seja feita, houve muita tolerância nossa, de facto, em relação a este assunto. Ninguém perdeu o seu dinheiro por não ter trocado no prazo previsto”, asseverava Corentino Santos.

À nascença o CVE teve valor facial igual ao PTE (escudo português), mas, com as sucessivas desvalorizações deste, com os anos, a moeda cabo-verdiana passou a valer mais que a sua congénere lusa.

Outra curiosidade: de todos os países africanos de língua portuguesa, Cabo Verde foi o único a manter a denominação “escudo” para a sua moeda. Guiné, peso; Angola, Cuanza; Moçambique, metical; e São Tomé e Príncipe, dobra. Tendo Portugal aderido ao euro, hoje o “escudo” tornou-se um exclusivo cabo-verdiano. DA



Primeira nota de cem escudos Cabo Verde independente

# A independência de Cabo Verde na imprensa portuguesa

■ Joaquim Arena

Mais de um ano após a Revolução dos Cravos e dois meses e meio após as primeiras eleições livres, em Portugal, a imprensa lusa volta-se para o momento de celebração de cada uma das independências das colónias portuguesas em África. A Cabo Verde, para o dia 5 de Julho, chegam jornalistas das rádios e jornais, enviados especiais de revistas da época. O Diário de Lisboa, na altura dirigido por A. Ruella Ramos e tendo como Director-adjunto o jornalista e escritor José Cardoso Pires, publica nos dias seguintes um caderno especial. Nele colaboram os jornalistas Luís de Sttau Monteiro, Fernando Assis Pacheco, Alexandre Oliveira, Eugénio Alves e José A. Salvador.

## Nasceu um novo país

Nesse sábado, 5 de Julho, Cabo Verde e a sua independência têm chamada de capa, ao lado das suas ar-

mas oficiais: “Desde as zero horas de hoje que, em pleno Atlântico, nasceu um novo país. Seu nome: Cabo Verde. A bandeira portuguesa abandonou mais um terri-

tório do longo Império Colonial. Cabo Verde e Portugal olham-se agora em clima de igualdade, de respeito mútuo, de amizade.

Ambos os povos, o portu-

guês e o cabo-verdiano, percorrem a partir de hoje um caminho de luta comum: contra a opressão, pela liberdade, pelo progresso social, e pela independência

nacional. Nenhum dos povos está disposto a aceitar dependências, ou a permitir a manutenção do sistema de exploração do homem pelo homem.”



Luís de Sttau Monteiro

## Crónica

# O último dia de uma colónia

São seis da manhã em todos os relógios, mas é meia-noite em todos os corações, porque todo o cabo-verdiano acordou a pensar na meia noite e vai passar o dia a pensar na meia-noite. Hoje, à meia noite, Cabo Verde corta o cordão umbilical que o manteve agarrado a Portugal. (...) Começo esta crónica sentado numa varanda para ouvir o acordar de uma cidade que se vai transformar, hoje à meia noite, na capital de um país novo. Passam, na rua, mulheres transportando à cabeça cestos enormes de mangas, papaias, mandiocas e de coco, vão a caminho do mercado e parecem dançar ao longo da rua. Oiço-as e sinto-me comovido, porque isto de assistir ao apa-

recimento de um país é para mim uma experiência nova. Nova e terrível, porque apesar e todos os esforços que faço para me manter frio e objectivo, sinto-me possuído do entusiasmo que invadiu a cidade.

O Luis Romano toca-me no ombro e oferece-me a primeira bebida do dia - uma deliciosa mistura a que ele atribui, entre outras a propriedade de não deixar cair o cabelo de quem a bebe. Olho-o de frente e vejo que o entusiasmo que me conquistou já se apossou dele também. Não consigo estar em casa, tenho de ir para a rua, quero saber como é um que Povo se porta num dia como o de hoje. Contunuo esta crónica sentado à mesa de um café si-

tuado mesmo em fente à sede do PAIGC. São dez horas da manhã, e as ruas estão cheias de gente que ri, que conversa, que brinca.

Um jornalista estrangeiro pergunta-me se, para lá das aparências, se não haverá distinção de cor. Olho para ele com espanto: cor? Que é isso? O Silvino da Luza acena-me do lado de lá da rua. Um bêbado tenta, em vão, explicar os presentes que é impossível saber quanta água é que há no mar, porque os rios e os regatos estão sempre “a deitar água nele.” Um velho pede-me esmola. Um velho que não tem pão nem trabalho.

Metade da gente da Praia está à janela enfeitando as fa-

chadas das casas para a grande festa. Passam grupos de estudantes que distribuem folhetos. Há dois bêbados agora na esplanada, o da água do mar e um que canta o hino nacional. O tempo passa num instante. São onze horas e a praça está cheia. De cada dez pessoas, nove envergam camisolas com o retrato de Amílcar Cabral estampado. Luís Romano, rodeado de ouvintes atentos, explica que Cabo Verde foi descoberto pelos Fenícios.

Com mais duas bebidas para evitar a queda do cabelo, ainda acaba por explicar como é que não mais voltará a haver um dia como este. A cidade está toda embandeirada. Alguém me toca no ombro, é

o mesmo bêbado que esta manhã me impingiu o discurso sobre o mar, e que anda agora empenhado em explicar como é difícil saber quantos grãos de areia há numa praia. Falo com este e com aquele. Não sei o que aconteceu, mas já é noite.

Que terei eu feito ao tempo? Sento-me na esplanada e tento em vão procurar o tempo perdido, mas não é possível ser-se Proust, nem mesmo a brincar no meio de uma festa e a cidade está em festa. As ruas estão em festa, as casas estão em festa, os cabo-verdianos descobriram Portugal. Um amigo que nunca vi e que provavelmente nunca mais voltarei a ver, aconselha-me a dormir depois do almoço, porque este dia vai ter 48 horas.

O meu caso é um caso de amor à primeira vista: cheguei, vi e amei. Dizem-me na sede do Rádio Clube, agora transformado em centro de informações, que o Vasco Gonçalves vem assistir à cerimónia da independência. A notícia espa-

lha-se e é recebida com imensa satisfação. Arranco, com dificuldade, o Luís Romano aos seus ouvintes e arrasto-o até a casa para almoçarmos.

Volto a esta crónica com dificuldade. São três horas da tarde e a cachupa ainda me anda às voltas no estômago. Sei, porém, que não me vai perseguir toda a tarde. Apesar de aparentemente pesada, a cachupa digere-se rapidamente. Anda um mar de gente na rua. É festa. É festa. Um dia não são dias e nunca pára a festa, as pessoas estão em festa.

Dou comigo em festa. Sinto que não sou de fora e que esta festa também é minha, que faço parte de tudo o que está a acontecer. O que nós, portugueses, poderíamos ter feito nesta terra, por esta gente! Ao pensar que tudo isto poderia ter sido feito por nossa iniciativa, que poderíamos ter provocado tudo isto, sem que tivesse morrido uma só pessoa, invade-me uma tristeza imensa.

O que vale é que ninguém

pode estar triste num dia como o de hoje. O que vale é que, apesar de tudo, conseguimos acordar a tempo para celebrar a independência de Cabo Verde, lado a lado com os cabo-verdianos. O que vale é que fazemos parte da festa. São nove horas da noite. Sente-se uma excitação imensa em toda a gente. Daqui a três horas Cabo Verde é independente. Daqui a três horas, sou um estrangeiro.

Mas... alguma vez serei um estrangeiro nesta terra? Um dia, ninguém será estrangeiro em parte nenhuma. Por mim, começo hoje, nesta terra onde não há raças nem cores nem preconceitos nem ódios. Resolvi celebrar a minha independência de tudo isso hoje à meia-noite. Não podia estar em melhor companhia. E pronto, acabo aqui a minha crónica do último dia de uma colónia. Daqui a meia dúzia de horas começa outra, a crónica do primeiro dia de um país novo.

Diário de Lisboa

## “Primeira sessão da ANP realizado na Câmara Municipal da Praia”

Sttau Monteiro, enviado especial do Diário de Lisboa, relata ainda a realização da primeira sessão da Assembleia Nacional Popular de Cabo Verde, que teve lugar, no dia 4, no edifício da Câmara Municipal da Praia, com a presença do comodoro Almeida d’Eça, o Alto Comissário português, do Governo de Transição. Dirigindo-se aos novos deputados, Aristides Pereira propôs que a mesa fosse constituída por um delegado do secretariado permanente do PAIGC e pelos dois deputados mais idosos

da Assembleia.

A moção foi votada por unanimidade tendo Osvaldo Lopes da Silva, do secretariado, Lineu Miranda e Manuel Barros tomado imediatamente os seus lugares. “A sessão prolongou-se até às 21 horas, em grande parte devido à falta de energia eléctrica. À saída, os deputados foram acossados por uma multidão de jornalistas interessados em saber o nome do chefe do novo Estado, mas nenhum conseguiu os seus intentos”, escreve Sttau Monteiro.

# O que disse a imprensa portuguesa

## A República

### “Sá Coutinho, o primeiro embaixador de Portugal em Cabo Verde”

O embaixador de Portugal na República de Cabo Verde deverá ser o dr. Sá Coutinho - revelaram fontes próximas do antigo comissário português naquele território, almirante Almeida d’Eça, posteriormente confirmadas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros. O dr. Sá Coutinho acumulará com as funções de embaixador na República da Guiné Bissau.

### “Colaboração da Força Aérea Portuguesa em Cabo Verde”

Permanecem em Cabo Verde catorze elementos da Força Aérea, entre os quais se incluem duas tripulações que operam dois aviões de transporte médio, constituindo uma missão de cooperação técnica. Para breve está previsto o envio de mais elementos para apoio radiotelegráfico.

## Diário Popular

### “Cabo Verde mais próximo de Portugal”

O destaque da primeira página desta edição vai para a cerimónia de independência do país, com uma foto do aperto de mãos entre o primeiro ministro português Vasco Gonçalves e Aristides Pereira, secretário geral do PAIGC, sob o olhar de Silvino da Luz: “Um emocionado abraço entre Aristides Pereira e Vasco Gonçalves, nas cerimónias da independência de Cabo Verde, é a imagem concreta de fortes laços de verdadeira cooperação e amizade que de futuro regerão as relações fraternas entre os dois povos.”



## “Festa em Lisboa”

A independência, escreve este jornal, foi também festejada em Lisboa, onde o Grupo de Acção Democrática de Cabo Verde e Guiné organizou uma sessão comemorativa na Aula Magna da Reitoria da Cidade Universitária. “Perante um anfiteatro completamente cheio de pessoas, na sua maioria africanos, usou da palavra o sub-comissário da Educação e Cultura da Guiné Bissau, Mário Cabral, que salientou a importância da direcção política, ideológica e organizativa do PAIGC na luta pela libertação daquelas antigas colónias portuguesas.”

## Diário de Notícias

O histórico diário português, dirigido por Luís de Barros, tem como director-adjunto José Saramago, futuro Prémio Nobel da Literatura português. Puxa para a primeira página a independência de Cabo Verde: “A chegar À independência: A República de Cabo Verde não esqueceu Amílcar Cabral”, pelo enviado especial, José Silva Pinto.



## “Aristides Pereira e Pedro Pires eleitos”

A partir da Praia, o jornal noticia que o secretário-geral do PAIGC, Aristides Pereira, foi eleito presidente da República de Cabo Verde, no sábado. A Assembleia Nacional Popular elegeu, também, o primeiro-ministro. Trata-se do major Pedro Pires, presidente da Comissão Nacional do PAIGC para Cabo Verde. Numa das suas primeiras declarações, o presidente de Cabo Verde disse que “O não alinhamento é a única via válida para a Guiné-Bissau e Cabo Verde.”

## “Batuque tropical assinala em Lisboa a independência de Cabo Verde”

Escreve o DN que um batuque cabo-verdiano assinalou, ao princípio da madrugada, em Lisboa a justificada alegria pela independência, hoje consumada do arquipélago tropical do Atlântico Sul. Reunidos desde o princípio da noite, junto às instalações da Casa de Cabo Verde, os novos cidadãos de um novo país, marcharam pouco depois da meia-noite, pela Avenida da Liberdade em direcção ao Parque Eduardo VII.

## “A França reconheceu Cabo Verde”

Este diário português cita a agência France Press, que de Paris anuncia que o governo francês decidiu reconhecer “de jure” a República das Ilhas de Cabo Verde a contar de 5 de Julho data da independência deste país, segundo declarações de um porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

## “Felicitações da URSS”

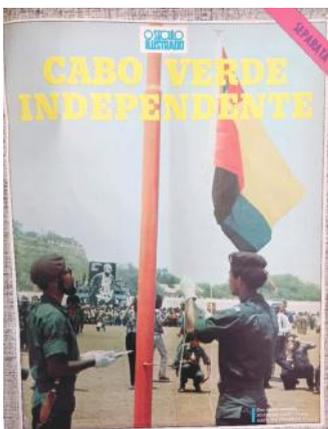
De Moscovo, a agência de notícias TASS escreve que o “Bureau” do Comité Soviético da Solidariedade Afro-Asiática dirigiu uma mensagem de felicitações ao Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), por ocasião do dia da proclamação da independência das ilhas de Cabo Verde.

## “Apelo do presidente de Cabo Verde para que os emigrantes regressem”

O novo presidente da mais recente nação independente do Mundo, Aristides Pereira, pediu aos 400 mil cabo-verdianos que vivem nos Estados Unidos, Europa e no Continente Africano que “regressem à pátria a fim de participarem na reconstrução económica do país.”

## “Milícia popular constituída por adolescentes”

A milícia popular de rapazes e raparigas adolescentes equipados com armas automáticas, deve tornar-se hoje operacional. Os seus membros ostentando impecáveis uniformes de caqui, fizeram ontem a sua primeira aparição em público, durante o desfile da independência. Saúdam com o punho fechado quando apresentam armas.



## Revista do Século Ilustrado

A revista intitula a reportagem especial de “Cabo Verde independente”, com foto a cores do hastear da bandeira, por dois militares cabo-verdianos, em toda a capa. Uma reportagem especial pela mão dos enviados especiais, Joaquim Gato (Texto) e Abel da Fonseca (Fotos). Destaque para a foto de Iva Pinhel Évora, na tribuna, no Estádio da Várzea, com um ramo de flores numa mão e na outra um lenço branco com que enxuga as lágrimas.

## Revista Flama

“Cabo Verde: recuperação da dignidade”, com texto de António Amorim e fotos de Eurico Chalbert. A cobertura da cerimónia da independência não correu como a direcção da revista desejava. Através de agências noticiosas, publicou uma longa reportagem, com várias abordagens da realidade do novo país, de várias páginas e muito bem ilustrada.



# Cabo Verde livre do vento leste



Jorge Eurico\*

Cabo Verde conquistou a sua independência há cinquenta anos. Um orgulho nacional. É justo e necessário reconhecer as suas vitórias: estabilidade política, instituições que funcionam, alternância democrática e uma presença respeitável na cena africana e internacional. Essa é a narrativa oficial. Mas há também uma realidade que não cabe nos discursos e que precisa de ser dita.

Antes de mais, permita-me que me apresente: Sou filho da diáspora, com raízes profundas na Ilha do Fogo. Nasci em Angola. Mas o sangue e a história destas ilhas correm em mim, assim como a esperança e a exigência por um País que ainda deixa muitos à margem. A independência de Cabo Verde não foi um ponto final. Foi um ponto de partida. E a “gota que falta” é precisamente essa: A participação real, o desenvolvimento justo e a dignidade para todos.

A promessa da independência, cinquenta anos depois, não está por cumprir apenas nos discursos. Está no dia-a-dia das famílias que vivem nas ilhas periféricas, onde o acesso à saúde, à educação ou ao saneamento continua profundamente desigual. Santa Catarina enfrenta ainda problemas estruturais que contrastam com os investimentos visíveis na cidade da Praia. A distância entre os centros de decisão e os lugares da resistência é cada vez mais sentida. E não apenas em quilómetros. A conectividade entre as ilhas, por via marítima ou aérea, é precária. Como tão bem disse Ovídio Martins no seu poema que se tornou voz dos esquecidos, “Nós somos os flagela-

dos do vento leste”. Essa frase ecoa na pele das comunidades das ilhas periféricas, que suportam as intempéries da seca, do abandono e da desigualdade, sofrendo o vento da exclusão que teima em não ser enfrentado

Apesar do crescimento económico (5,1% em 2023, segundo o FMI), a economia cabo-verdiana permanece frágil, altamente dependente do turismo e de fluxos externos. O desemprego jovem aproxima-se dos 32%. A emigração continua a ser o único caminho para muitos. Nos últimos vinte e quatro meses, a saída de jovens de Cabo Verde para o estrangeiro tem-se revelado absurdamente preocupante. A mão-de-obra vai escasseando. Há falta de canalizadores, pedreiros, carpinteiros e similares. Um país onde tantos partem para sobreviver ainda não realizou plenamente a ideia de liberdade. A diáspora continua a ser um pilar silencioso: Contribui com cerca de 12% do PIB em remessas. Promove o país. Envia ajuda. Investe. Mas não decide. Nem é chamada a participar de forma estruturada na governação. Desde ontem, 1 de julho de 2025, Cabo Verde foi oficialmente classificado como país de rendimento médio-alto pelo Grupo Banco Mundial. Um marco que merece reconhecimento, pois atesta progressos importantes alcançados ao longo das últimas décadas. Mas esta classificação não pode ocultar as desigualdades profundas e os desafios estruturais que persistem, especialmente nas ilhas periféricas e entre os jovens, cujo desemprego continua alarmante. Este paradoxo entre o estatuto económico e a rea-

lidade social evidencia que a verdadeira independência, aquela que se traduz em Justiça e dignidade para todos, permanece uma promessa por cumprir.

Tomemos um exemplo concreto. Em 2022, um jovem engenheiro cabo-verdiano, residente em Roterdão, apresentou às autoridades um projecto inovador de dessalinização de água a baixo custo, adaptado às condições do arquipélago. O silêncio foi absoluto. Não por falta de mérito, mas por falta de canal. Porque a diáspora ainda não tem lugar nem voz. E histórias como esta repetem-se em Boston, Paris, Lisboa ou Luanda. A diáspora pensa e propõe. Investe. Mas raramente é ouvida. O mesmo se aplica a muitas mulheres da diáspora: Mães, avós, cuidadoras e chefes de família que sustentam, com remessas e sacrifícios, os lares nas ilhas. São pilares invisíveis do quotidiano cabo-verdiano. Mas continuam afastadas das decisões. Não figuram nos retratos do poder, nem nas homenagens oficiais.

É neste ponto que a frase de Amílcar Cabral ressoa com toda a força: “Lutamos por uma vida melhor e mais justa para todos”. Essa Justiça, hoje, exige mais do que palavras de ocasião. Exige coragem política para redistribuir oportunidades, descentralizar o poder, ouvir a juventude e tratar a diáspora como parte essencial do Estado cabo-verdiano, não apenas como depósito sentimental ou monetário. Cerca de 40 mil cabo-verdianos vivem em situação de insegurança alimentar. O dado é do ano passado. Foi revelado pelo Programa Alimentar Mundial (PAM). A seca e a desertificação agravam uma realidade já

marcada por desigualdades sociais e regionais. As soluções de emergência não substituem políticas públicas de longo prazo.

E a promessa de um país para todos não se realiza sem enfrentar os contrastes entre a Praia e São Nicolau. Entre o Sal e a Brava. Entre os de cá e os de lá. Não escrevo para negar o que foi feito. Escrevo porque quero mais. Meio século de independência depois, palmas já não bastam. Esse tempo já passou. É preciso um novo ciclo: mais justo, mais ousado, mais distribuído. Cabo Verde deve construir um modelo de desenvolvimento que não exclua nem centralize. Que convoque todos para um projecto comum. Um projecto que deve contar, incondicionalmente, com o contributo dos habitantes das dez ilhas e dos cabo-verdianos espalhados pelos quatro cantos do mundo. Djunta mon!

Também tenho direito à minha gota de água. E exijo esse direito com a humildade de quem herdou o sonho e a lucidez de quem viveu as consequências do silêncio. Cabo Verde não é apenas um caso de sucesso: É uma promessa ainda por cumprir. A maior homenagem possível neste cinquentenário não é o desfile. É a acção. A diáspora, considerada a décima primeira ilha, tem de participar dessa acção. Não pode ser deixada de fora. Não quer apenas ser lembrada. Quer ser chamada. Quer participar. Quer construir. É uma questão de inclusão. Porque a liberdade não se celebra, realiza-se. Materializa-se.

\*Jornalista radicado no Canadá

“Cabo Verde não é apenas um caso de sucesso: É uma promessa ainda por cumprir. A maior homenagem possível neste cinquentenário não é o desfile. É a acção.”

PUB



Navegue sem intermediários

[www.anacao.cv](http://www.anacao.cv)



Guevara Cruz, geração de 1975

# Mais maturidade, para o bem comum do país

Guevara Cruz, engenheiro informático de formação, nasceu em 1975, ano da Independência, a 4 de Agosto, na cidade da Praia, onde reside. Um facto que, naturalmente, acabaria por moldar o seu crescimento, apesar de apenas aos 15 anos de idade ter tomado maior consciência daquilo que essa data representava. No seu olhar destes 50 anos da Independência, não esconde que já é altura de combater o excesso de tempo perdido na tomada de decisões estruturais no país para o bem comum.

■ Gisela Coelho

**Que memórias ou histórias os seus pais contavam sobre o ano do seu nascimento, o ano da Independência?**

Honestamente, não me recordo de nada particularmente marcante. O meu pai era profissional liberal, comerciante autónomo, e passava muito tempo viajando entre as ilhas. A minha mãe era enfermeira. Lembro-me mais das rotinas e exigências das profissões de ambos do que de conversas sobre o contexto político da época. O modelo de educação daquele tempo não privilegiava muito o diálogo entre pais e filhos. As conversas limitavam-se, geralmente, ao essencial do dia a dia e às obrigações com os estudos.

Com que idade começou a ter consciência da importância do ano em que nasceu?

Provavelmente a partir dos 15 anos, quando comecei a ter mais responsabilidades ao acompanhar os meus irmãos nas actividades comerciais da família. Esse contacto precoce com o mundo dos adultos proporcionou-me uma maior maturidade e atenção às conversas e temas sociais da altura. Além disso, o nome “Guevara”, por si só, despertava curiosi-

dade e associações, sobretudo na escola. Naturalmente, o ano da Independência de Cabo Verde era um tema presente nas discussões e celebrações escolares.

**O que sente por ter nascido no ano da Independência de Cabo Verde?**

Sinto um grande orgulho e também um certo sentido de responsabilidade pelo desenvolvimento do país que me viu nascer. A nossa geração teve o privilégio de viver dois momentos muito distintos e marcantes da história do país: o período pós-independência até 1991 e, posteriormente, a abertura democrática e os seus reflexos na sociedade cabo-verdiana.

**Que peso essa data teve ao longo da sua vida?**

A educação que recebi, mais do que a data em si, teve um papel fundamental no meu percurso pessoal e profissional. Cresci com um modelo de educação que privilegiava a responsabilidade e a autonomia, sem grandes influências ideológicas ou políticas. Desde cedo, assumi tarefas no seio da família e no comércio, o que contribuiu para a formação de um espí-

rito prático e comprometido com a realização.

**Como tem visto o desenvolvimento de Cabo Verde ao longo destes 50 anos?**

O país percorreu um caminho significativo. Houve avanços notórios em vários domínios: acesso ao ensino superior, melhorias na educação e nas infraestruturas, consolidação do poder local, maior acesso à saúde e crescimento do sector privado, essencialmente o turismo, permanecendo como o motor principal da economia. Nota-se também um maior envolvimento das empresas na economia nacional.

**Quais os aspectos mais positivos ou principais conquistados?**

Destacaria a estabilidade política e os progressos na governação, com alguma

consolidação do sistema democrático, basta ver como tem sido a transição de poder. Cabo Verde é hoje reconhecido como um país de desenvolvimento médio, com credibilidade junto dos parceiros internacionais. Registaram-se progressos significativos na governação, com reforço das instituições, melhoria na prestação de serviços públicos — nomeadamente nos domínios da educação, saúde e administração fiscal, e modernização do sector financeiro. As reformas estruturais implementadas foram possíveis graças a um esforço combinado de liderança interna e apoio estratégico da cooperação internacional.

**Quais os aspetos que ainda representam desafios e que o país não conseguiu concretizar?**

Há um excesso de tempo

perdido na tomada de decisões estruturais. Embora haja um forte engajamento estratégico ao mais alto nível, a execução ao nível intermédio — nos diferentes sectores — frequentemente emperra, sem consequências. Isso tem-nos custado tempo e oportunidades. Após a COVID, era esperado que o entendimento e cooperação para o bem comum e tempo de decisão estariam num outro estágio de maturidade. Precisamos acelerar para as oportunidades de desenvolvimento que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) nos oferecem.

**Numa palavra, como descreve o significado dos 50 anos da Independência para si?**

Crescimento sustentável.



Roselma Évora, geração de 1975

# A sorte de ter nascido num país independente

Roselma Évora, cientista política e socióloga de formação, nasceu a 30 de Abril de 1975, em São Vicente, mas reside há vários anos na capital. Foi com cinco ou seis anos que começou a ouvir as primeiras histórias sobre o legado do ano do seu nascimento, o que viria, de certa forma, a influenciar todo o seu percurso pessoal e profissional. Hoje, volvidos 50 anos, não tem dúvida que a “luta continua”, com o combate ao desemprego e pobreza a encabeçar os maiores desafios do país.

■ Gisela Coelho

**Que memórias ou histórias é que os seus pais contam sobre o ano do seu nascimento, o ano da Independência?**

Lembro bem dos meus pais contarem do ambiente de euforia que se vivia naquela altura. Meu pai, particularmente, tinha um grande entusiasmo porque era emigrante e havia um chamado de retorno, de voltarem para ajudar a construir um país que tinha estado por séculos dominado pelo colonizador. A minha mãe também estava muito contente porque eu nasceria num outro contexto, num outro momento histórico.

**Com que idade começou a ter consciência da importância do ano em que nasceu?**

Não saberia lhe dizer ao certo. Dois meses após o meu nascimento, Cabo Verde torna-se independente. Já na minha infância, talvez por volta dos meus 5 para 6 anos, ouvia histórias no meu meio familiar daquilo que tinham sido os anos que antecederam a Independência, as dificuldades que existiam na ilha da Boa Vista, ilha de onde os meus pais são originários.

Falavam sobre as restrições que existiam a todos os níveis; sociais, político e económico, a nível nacional, então enfatizavam muito a minha “sorte”

por ter nascido num país independente.

Mas acho que foi na minha adolescência, por volta dos meus 15 para 16 anos que passei a ter uma noção mais consciente do ano que nasci. Nesta idade, já tinha uma consciência política, fruto da minha personalidade que é de muita curiosidade com o mundo que me cerca. Já estava no liceu, tinha um certo conteúdo analítico, resultado do conteúdo das disciplinas e das leituras que tinha no meu ambiente de casa e familiar. Coincidentemente, esse despertar coincide com outro momento importante para Cabo Verde, que é a abertura política.

**O que sente por ter nascido no ano da Independência de Cabo Verde?**

Sinto que faço parte de uma geração que nasce num Cabo Verde com outras possibilidades e oportunidades. Esta geração faz parte de um capítulo importante destas ilhas, pois, nascemos no ano que é o marco fundador de um ideal de um povo que já existia há séculos, mas que ainda não tinha a possibilidade de construir seu percurso e seu futuro. Essa geração seria, assim, a geração das experiências “piloto” em várias áreas, como por exemplo educação, saúde.

**Que peso é que essa data teve ao longo da sua vida?**

Eu não diria peso, talvez responsabilidade seja o termo certo. Muito do que Cabo Verde é hoje deve-se a várias gerações que viveram em momentos diferentes, cada uma delas com suas lutas e seus desafios.

A responsabilidade da geração da independência seria, a meu ver, como se fossemos a geração que significa se a independência dos cabo-verdianos tem valido a pena ou não! Estamos a dar certo ou não vendo essa geração de 1975? Eu vejo isso como uma responsabilidade e ao mesmo tempo um desafio.

**Como tem visto o desenvolvimento de Cabo Verde ao longo destes 50 anos?**

Vejo como um percurso com conquistas em áreas vitais para o desenvolvimento de um país. Os principais indicadores sociais, económicos e políticos são prova que, para Cabo Verde, a independência significou progresso e transformação.

Existe um Cabo Verde antes de 1975 e outro completamente diferente depois de 1975. E esse desenvolvimento é uma conquista dos cabo-verdianos das ilhas e dos na diáspora, e também graças a muitos parceiros de desenvolvimento que continuam a ajudar os governos



deste país a mudar e a melhorar Cabo Verde.

**Quais os aspectos mais positivos/principais conquistas?**

Apesar de termos ainda um percentual muito considerável de pessoas a viverem na pobreza, uma conquista para mim muito significativa são os ganhos conseguidos a nível da segurança alimentar, destaco este aspecto porque a fome moldou muita a psique do povo destas ilhas, e continuamos com muitos traumas ligados a este passado dramático que tivemos.

Hoje somos um país com mais gente instruída, graças ao investimento feito na educação, destaco também, apesar dos desafios, os ganhos na área da saúde, nas infraestruturas, cultura, pilares determinantes para o desenvolvimento e progresso de um país.

**Quais os aspectos que ainda são um desafio e que ainda não conseguimos concretizar?**

A questão do desemprego e do baixo rendimento das famílias é um dos grandes desafios de Cabo Verde. A nossa economia bastante frágil, com uma escala de mercado muito reduzida, juntada aos salários

muito baixos, é um problema preocupante. Sem muita margem fiscal que possa permitir ampliar a base de rendimentos e consumo dos cabo-verdianos, isso constitui um verdadeiro desafio para qualquer governo.

Paralelamente a este problema, há um aspecto que, neste momento, é também um grande desafio que se coloca em todas as áreas que é a questão da Qualidade. Há muito amorosismo, e lamentavelmente isso é muito valorizado e até premiado/condecorado.

Como nascemos como país independente com défices estruturais em muitas áreas, a cultura do improvisado alastrou, tendemos a nivelar por baixo em áreas centrais e que são os potencializadores da verdadeira transformação.

Então, o país precisa mudar o seu paradigma para conseguir dar conta dos inúmeros desafios e para conseguir dar um pulo civilizacional. E isso só é possível com um padrão de qualidade com base em referências de padrão Global!

**Numa palavra, como descreve o significado dos 50 anos da Independência para si?**

A Luta Continua!



## Estádio da Várzea

# Enquanto o novo ciclo não chega resta a degradação



Instalação bancadas amovíveis em 2023



Bancadas metálicas em 1982

O Estádio Municipal da Várzea, local onde há 50 anos foi hasteada pela primeira vez a bandeira de Cabo Verde e proclamada a independência nacional do país, clama por cuidados urgentes e estruturais. Mergulhado num visível estado de abandono, carregando sinais extremos de degradação, é incerto se albergará jogos na próxima época desportiva.

■ Tiago Ribeiro



Mário Avelino (Donnay)

“**P**ovo de Cabo Verde, hoje, 5 de Julho de 1975, em teu nome, a Assembleia Nacional de Cabo Verde, proclama solenemente a República de Cabo Verde como Nação Independente e Soberana”...

Foram essas as palavras com que, há 50 anos, Abílio Duarte, presidente da Assembleia Nacional Popular (ANP), proclamou, de forma solene, Cabo Verde como Estado livre e independente de Portugal.

O “exíguo” estádio de terra batida, segundo jornais da época, mostrou-se pequeno para acolher os milhares de cabo-verdianos que quiseram, com os próprios olhos, testemunhar esse momento único na história do país e das suas vidas.

Cinco décadas depois, um dos símbolos do “novo Cabo Verde” continua “exíguo” e em

degradação, sendo que esta vai além do seu estado físico, que há muito padece de uma intervenção de fundo.

### De bancadas metálicas em 1982 a bancadas amovíveis em 2025...

Ao longo da sua história, desde a sua construção em 1953, segundo o livro “Nas rotas dos Tubarões Azuis” de José Mário Correia, o estádio municipal da Praia recebeu algumas intervenções, a primeira iniciada em 1980 para atender à IV edição da Taça Amílcar Cabral, em 1982.

Nessa altura foram alocados 12 mil contos para a remodelação da infraestrutura. Foi montada na zona de “peão” uma bancada metálica desmontável para acolher cerca de três mil adeptos, no lado da tribuna, a bancada metá-

lica deveria acolher cerca de 340 pessoas. Das obras constavam ainda a edificação de balneários, roupeiros, cabines para árbitros, melhoramento do piso e vedação do recinto, instalações sanitárias e duas bilheterias.

A próxima grande intervenção digna de apontamento é a inauguração do primeiro “tapete verde”, já em 2008, um relvado de categoria 2 estrelas, que custou 600 mil dólares, financiados pela FIFA.

Mais recentemente, em 2021, o estádio recebeu um novo piso sintético, já que o anterior acabou totalmente devastado pelo uso e pelas enxurradas provocadas pelas chuvas de Setembro de 2020. Das obras constavam ainda intervenções nos balneários e outros equipamentos de apoio à prática desportiva, que nunca foram feitas.

Em Março de 2021, o Laboratório de Engenharia Civil (LEC) já tinha chamado atenção para a situação estrutural do estádio que estava em “situação de colapso iminente”. E em Novembro de 2023, a Associação Regional de Futebol de Santiago Sul (ARFSS), presidida por Mário Avelino “Donnay”, decidiu suspender o campeonato regional enquanto não fossem reunidas as “condições mínimas” no Estádio da Várzea para receber jogos de futebol.

### Remodelação já não é suficiente

Sobre as ditas remodelações de 2021, Donnay diz que “só” foi trocado o piso sintético e o que fizeram nos balneários “não era o projectado inicialmente”. Recorde-se que os trabalhos foram feitos pela em-

presa belga AOC Domsports Green e custou mais de 400 mil dólares.

“O que fizeram nos balneários, por exemplo, foi algo pontual, aquilo não foi uma remodelação, foram uns ‘toquezinhos’ só para que se pudesse fazer os jogos nacionais, mais nada. Na verdade, as ditas obras foram mais retoques pontuais, mas nada que se assemelhe a uma remodelação”, diz Donnay, ao que alerta que a estrutura do estádio continuou com as mesmas deficiências.

O nosso entrevistado diz inclusive que o novo sistema de rega instalado nunca foi utilizado nem testado pela empresa que fez as obras, apesar de estar tudo montado e supostamente funcionais. “O relvado da várzea nunca recebeu água desse sistema de rega”, diz categoricamente.

## Incertezas quanto à próxima época desportiva

Quando questionado se o Estádio receberá provas regionais e nacionais na próxima época desportiva, o presidente da Associação Regional de Futebol de Santiago Sul (ARFSS) diz que “não sabe”... O que sabe é que, com o passar dos anos, o estádio municipal degrada-se cada vez mais e o perigo de colapso é também maior, como de resto já chegou a alertar o Laboratório de Engenharia Civil (LEC).

“A minha preocupação é para não pa-

ramos, assim como já aconteceu há uns anos atrás; estamos com um nível muito alto do futebol em Santiago Sul em todos os escalões, convém por isso mantê-lo e melhorá-lo ainda mais”, afirma.

Sobre a possibilidade de o Estádio Nacional receber os jogos do regional, nos diferentes escalões, Donnay assevera que a associação não consegue custear a logística necessária para realização das partidas em Monte Vaca. TR

Já Celso Rodrigues, gestor do Estádio da Várzea entre 2011 e 2020, diz que “há muito que a Várzea é imprópria para a prática desportiva e as chuvas de 2020 foram a ‘machadada final’ a uma infraestrutura estrutural deficiente na sua concepção”.

Para ele, já nem se pode falar em remodelar, mas sim em reconstrução e modernização, sem se descuidar da parte histórica do recinto.

Um importante detalhe apontado tanto por Rodrigues como por Donnay é a ideia de deslocalizar a Várzea, que consideram infundada, já que o desporto “é um fenómeno essencialmente urbano” e o Estádio da Várzea, onde está localizado carrega um simbolismo, um factor histórico, que não dá para “simplesmente deslocalizá-lo de lá”.

### Solução tripartida?

No entanto, os nossos dois entrevistados entendem que o custo de reconstrução do Estádio da Várzea, principalmente se for feita numa óptica de modernização e sustentabilidade financeira, terá um “custo elevadíssimo” e que isso poderia

ser perfeitamente uma obra tripartida entre a o Governo central, a Câmara Municipal e a Federação Cabo-verdiana de Futebol, pelo “valor que o Estádio representa para Cabo Verde”, à semelhança daquilo que se fez com o Estádio Adérito Sena, em São Vicente.

O cinquentenário da independência nacional poderia ter sido a oportunidade ideal para devolver ao Estádio da Várzea o lugar de destaque que merece. Não apenas como espaço desportivo, como também enquanto património histórico da Nação, à semelhança daquilo que acaba de se fazer, por exemplo, em Moçambique, no Estádio da Machava.

No passado dia 25 de Junho, Moçambique também comemorou os 50 anos da sua independência com a cerimónia central, tendo como palco o hoje histórico Estádio da Machava, lá onde há 50 anos o primeiro presidente do país, Samora Machel, proclamou a independência nacional daquele país africano de língua oficial portuguesa. O evento reuniu no local cerca de 30 chefes de Estado e mais de 40.000 pessoas.

## O novo projecto de remodelação do Estádio da Várzea

Em Setembro do ano passado, a Câmara Municipal da Praia apresentou o projecto da remodelação do Estádio da Várzea, assegurando que a infraestrutura vai respeitar e receber as provas da FIFA, e também preservar a parte histórica do país, enquanto local onde a independência de Cabo Verde foi proclamada a 5 de Julho de 1975.

Segundo a autarquia de Francisco Carvalho, agora líder do PAICV, o projecto inclui ainda uma pista para receber provas de atletismo, tanto regionais como nacionais. O espaço circundante será alvo de intervenção com destaque para construção de cobertura das ban-

cadadas, iluminação moderna e uma estrutura para cobrir o relvado, em caso de realização de outros tipos de eventos. Fora isso, prevê-se também a construção de parques de estacionamento, incluindo na cave.

Sobre a parte histórica, Francisco Carvalho assegurou que está prevista a construção de um museu da independência. E quanto à data de arranque das obras nada foi dito em concreto, deixando apenas a promessa que a edificação estava a “fazer de tudo” para conseguir o financiamento e já tinha contactos frutíferos.

A requalificação do Estádio da Várzea está orçada em cerca de 1.2 mil contos. TR



## Palco dos dois únicos títulos da selecção nacional

Para José Mário Correia, jornalista e autor do livro “Nas rotas dos Tubarões Azuis”, o Estádio da Várzea sempre foi “a montra dos grandes jogos – nacionais e internacionais, o palco de muitas conquistas, o grande império do futebol cabo-verdiano”.

Segundo ele, o Estádio ficará particularmente lembrado, enquanto palco de grandes jogos envolvendo os dois maiores arquirrivais de sempre: Sporting da Praia e Mindelense de São Vicente, “ora ganhando os sanvicentinos ora ganhando os santiaguenses”, além de vários jogos dos

Tubarões Azuis.

Obviamente, como desportista e cidadão praiense, o nosso colega de redacção gostaria de ver o Estádio da Várzea remodelado, com novas valências, enquanto parte da cidade da Praia. «Muitos jovens me dizem: ‘jogar na Várzea sempre foi um sonho’.

Sim, ver o estádio neste estado é triste. Quem de direito - Câmara Municipal, Governo, FCF - não podem continuar a assobiar para o lado. É preciso devolver ao Campo Grande a dignidade que merece», diz José Mário Correia

## Tubarões Azuis

# 50 anos depois, Cabo Verde mira o Mundial com sonho real e raízes de luta

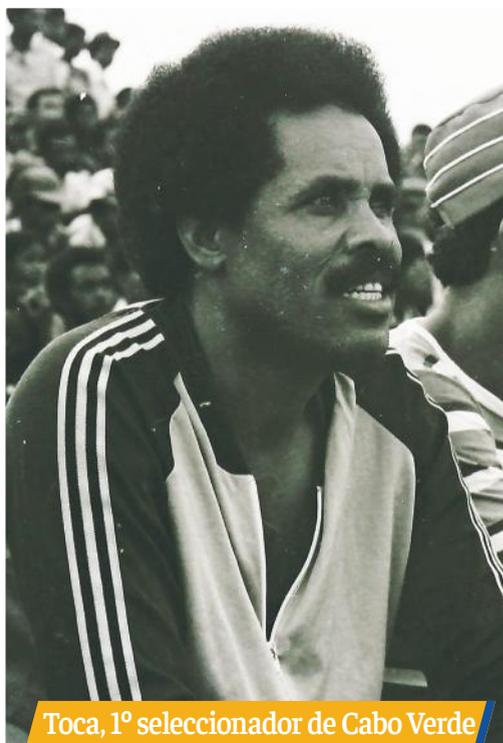
■ José Mário Correia

**A**pós aquela espécie de “Edição Zero” da Taça Amílcar Cabral (TAC), realizada na Guiné-Bissau em junho de 1975, com a ausência dos Tubarões Azuis (TA) em virtude da condição colonial de Cabo Verde (o país só alcançaria a independência um mês depois, em Julho), os insulares marcaram presença pela primeira vez, em 1978, também em Bissau, numa competição internacional, sob o comando de José Antunes-Toca. Nascia, então, uma selecção nacional (SN) de futebol, composta exclusivamente por atletas oriundos dos clubes nacionais.

Embora sem carácter oficial, o conjunto cabo-verdiano participou em dois torneios: foi derrotado na “Taça Amizade/1978”, que contou com as seleções da Guiné-Bissau, Mali e Guiné-Conacri, mas saiu vencedor na “Taça 1º de Maio/1978”, que reuniu estas três últimas formações e um combinado regional da Guiné-Bissau.

Contudo, foi em 1979 que Cabo Verde deu um passo verdadeiramente significativo, ao participar na primeira edição oficial da TAC – uma competição, à época, ainda sem reconhecimento da FIFA, mas apadrinhada pela Confederação Africana de Futebol (CAF). Apesar do desempenho modesto, sem qualquer vitória ou golo marcado – agravado pelas mais de 40 situações de fora de jogo –, esta participação constituiu um importante ponto de partida para experiências futuras em palcos mais ambiciosos, nomeadamente as fases

A selecção nacional (SN) de futebol de Cabo Verde celebra este ano cinco décadas de existência com um feito inédito ao seu alcance: a qualificação para o Campeonato do Mundo de 2026. Actualmente no topo do seu grupo de qualificação, está a quatro jornadas de garantir presença na maior competição mundial de seleções, organizada pela FIFA, e que terá lugar nos Estados Unidos, México e Canadá. Se conseguir o apuramento, será o ponto mais alto da história de uma selecção que começou do nada, construiu-se sobre obstáculos e tornou-se um símbolo nacional.



Toca, 1º seleccionador de Cabo Verde



Bubista, actual seleccionador nac.

de qualificação para a Taça das Nações Africanas (CAN), a partir de 1992, e para o Campeonato do Mundo, a partir de 2000.

A TAC era uma competição regional disputada anualmente entre os oito países da Zona II: Guiné-Bissau, Senegal, Serra Leoa, Mauritânia, Mali, Guiné-Conacri, Gâmbia e Cabo Verde. Nos primeiros 25 anos, desafios estruturais e organizacionais impuseram sérias limitações à participação internacional dos TA. Ainda assim, a Federação Cabo-verdiana de Futebol (FCF) empreendeu esforços contínuos, apostando no

fortalecimento interno do futebol nacional – com melhorias nas infraestruturas e na organização dos campeonatos –, ao mesmo tempo que reforçava as suas relações internacionais

## Chegada dos jogadores da diáspora, identidade nacional e projeção continental

Nos dias de hoje, a SN é exclusivamente composta por atletas que militam em clubes internacionais. No entanto, nem sempre foi assim. Até ao final da década de 1970, os

internacionais cabo-verdianos provinham apenas de clubes locais, como Académica, Travadores, Boavista e FARP/Desportivo (Santiago), Mindelense, Derby, Académica (São Vicente) e Botafogo (Fogo). Tal limitação refletia-se nos resultados, com poucas vitórias conquistadas. Até 1980, por exemplo, apenas se registava um triunfo – a vitória na Taça 1º de Maio, em 1978.

A partir de 1980, a FCF iniciou o processo de integração de jogadores da diáspora, muitos atuando em ligas europeias. Os primeiros convo-

cados foram Mariano Tchibiu (Salgueiros), Djoy Di Mama (Braga) e Zé Di Nhana (Chaves) para o torneio comemorativo do V aniversário da independência, realizado na cidade da Praia. Os TA terminaram em segundo lugar, atrás da Guiné-Bissau.

Esta política de recrutamento ampliou significativamente o leque de talentos disponíveis, com destaque para muitos jovens nascidos fora do arquipélago, mas com forte ligação afetiva e identitária a Cabo Verde. Essa estratégia elevou o nível técnico da selecção, que passou a disputar partidas em pé de igualdade com algumas das principais potências do continente africano, como o Egito, Camarões, África do Sul, Líbia, Tunísia e Gana. As vitórias começaram a surgir, tanto nas fases preliminares da CAN como nas eliminatórias do Mundial. Uma abordagem que se revelou uma decisão estratégica da FCF. Actualmente, os TA figuram entre as seleções de médio-alto nível no panorama africano, reconhecidos pela sua consistência, talento e capacidade competitiva. Tornou-se, com o tempo, um símbolo de identidade e orgulho para todos os cabo-verdianos, dentro e fora do país.

## 2013 e 2014 – O início de uma nova era

O ano de 2013 marcou um dos pontos altos da trajetória dos TA. Sob o comando do treinador Lúcio Antunes, Cabo Verde teve uma atuação notável na CAN realizada na África do Sul, chegando às quartas de final após empates com a África do Sul (0-0) e Marrocos (1-

1) e uma vitória sobre Angola (2-1). Foi eliminado pelo Gana (2-0), mas saiu da competição com grande reconhecimento.

Paralelamente, na campanha para o Mundial de 2014, a selecção terminou em primeiro lugar no grupo de qualificação, à frente de Camarões e Tunísia, mas foi eliminada administrativamente pela FIFA devido à utilização irregular do jogador Fernando Varela.

Desde então, os TA marcam presença regular em fases finais da CAN: Guiné Equatorial (2015), Camarões (2021) e Costa do Marfim (2023), esta última sob o comando do técnico Pedro “Bubista” Leitão. Na edição de 2023, foram eliminados nas grandes penalidades pelos Bafana Bafana da África do Sul, falhando o acesso às meias-finais, mas novamente com exibições de alto nível e grande repercussão.

### A 7.ª tentativa rumo a um Mundial

Passados 25 anos da primeira tentativa de qualificação para um Campeonato do Mundo (2000), Cabo Verde encon-

tra-se agora, em 2025, na sua 7.ª tentativa, com boas probabilidades de sucesso. Lidera o seu grupo de qualificação, a quatro jornadas do fim. Terá pela frente os Camarões (8 de setembro), o adversário mais forte e direito, além de jogos teoricamente acessíveis frente às Ilhas Maurícias (1 de setembro, na Praia), Líbia (6 de outubro) e Essuatíni (13 de outubro).

De acordo com o novo regulamento da FIFA, os vencedores de cada grupo apuram-se diretamente para o Mundial, sem necessidade de play-offs. Além disso, os quatro melhores segundos classificados disputarão uma repescagem intercontinental em formato final-four, podendo elevar para 10 o número de seleções africanas na Copa do Mundo de 2026, a realizar-se nos Estados Unidos, México e Canadá.

Caso se qualifique, a FCF poderá beneficiar de prémios significativos da FIFA e da CAF – o campeão da CAN, por exemplo, receberá 7 milhões de dólares, conforme o regulamento aprovado em novembro de 2024.

Ao longo de quase 50 anos

de existência, Cabo Verde protagonizou diversas campanhas com o objetivo de alcançar a fase final de uma Copa do Mundo de futebol. Eis um resumo dessas tentativas:

2000 – Rumo ao Mundial de 2002 (Coreia do Sul e Japão) – A primeira investida dos TA deu-se no virar do milénio. Enfrentou a Argélia na fase preliminar, mas sucumbiu diante das Raposas do Deserto. Depois de um empate a zero bolas no Estádio Adérito Sena, em São Vicente, foram eliminados com uma derrota por 2-0 em Anaabal.

2003 – Rumo ao Mundial de 2006 (Alemanha) – Os insulares iniciaram bem a campanha, superando a Suazilândia com um empate (1-1) e uma vitória expressiva (3-0). Contudo, na fase de grupos, a seleção vacilou e terminou na penúltima posição, comprometendo a qualificação.

2007 – Tentativa para o Mundial de 2010 (África do Sul) – Cabo Verde terminou a fase preliminar na segunda posição do seu grupo, numa prestação bastante honrosa. Porém, segundo os regulamen-



tos da FIFA, apenas os melhores segundos classificados avançariam, e a selecção nacional ficou pelo caminho. Um desfecho cruel – uma autêntica “morte em Praia”.

2011 – Campanha para o Mundial de 2014 (Brasil) – Esta foi, até então, a campanha mais promissora. Cabo Verde venceu o grupo da fase preliminar, garantindo o acesso aos play-offs. No entanto, uma infração administrativa – a utilização irregular do jogador Fernando Varela, que cumpria suspensão – resultou na desqualificação da equipa. Uma eliminação dolorosa, consumada na secretaria da FIFA.

2015 – Rumo ao Mundial de

2018 (Rússia) – Após a eliminação na CAN-2015, os TA iniciaram a qualificação com determinação. No entanto, comprometeram as contas com uma derrota caseira frente ao Senegal (0-2), o que permitiu aos Leões de Teranga avançarem à fase seguinte.

2021 – Caminho para o Mundial de 2022 (Qatar) – Sob o comando técnico de Bubista, Cabo Verde mostrou ambição e consistência. Terminou a fase de grupos no segundo lugar do Grupo C, com 11 pontos – apenas dois atrás da Nigéria. As Super Águias acabaram por garantir a passagem à fase seguinte, deixando os TA de fora, mais uma vez por um triz.

## O contexto político, social e económico da emergência da SN

A primeira participação internacional dos TA deu-se em 1978, apenas três anos após a independência nacional. Nesse período, as autoridades governamentais enfrentavam um contexto socioeconómico profundamente adverso. O país ainda lidava com as consequências devastadoras de uma prolongada seca, iniciada em 1968. De acordo com o Suplemento Anual dos Cadernos do Terceiro Mundo (Tricontinental Editora, Lda), cerca de 80% da população encontrava-se em situação de carência extrema, sem acesso sequer ao básico: comida, saúde e habitação. As prioridades governamentais eram educação e saúde, num país onde a maioria da população vivia em zonas rurais, com baixos índices de alfabetização, alta taxa de mortalidade infantil e fraco acesso a serviços básicos.

O PIB per capita era inferior a 300 dólares, contrastando fortemente com os cerca de 4.200 dólares atuais, e registava um crescimento real anual de apenas 0,3%.

Em termos de prioridades orçamentais, o Estado não atribuía verbas diretas ao setor do desporto. Ainda assim, para garantir a filiação de Cabo Verde nas estruturas diretivas e decisórias do desporto africano e mundial – CAF e FIFA –, a Direção Técnica da Educação Física e Desportos necessitava de 230.000\$00 anuais. Esse valor, considerado hoje simbólico, era à época uma quantia astronómica, indispensável para cobrir as chamadas “despesas incontornáveis”: 21.384\$00 para a filiação na FIFA; 133.056\$00 para a quotização no CSSA; 33.300\$00 para a Zona II;

40.000\$00 para a participação nas taças africanas.

O financiamento, embora difícil, acabou por surgir – proveniente do próprio Estado, cujo executivo compreendia a importância estratégica do desporto como instrumento de afirmação internacional de uma jovem nação soberana.

Na década de 1970, Cabo Verde era praticamente um desconhecido no cenário internacional. Ainda assim, os líderes da época acreditavam no potencial simbólico da SN de Futebol para reconectar o país ao mundo, especialmente através do espaço africano. Via futebol, aspirava-se projetar uma imagem positiva de um novo Estado-nação, cultivando a coesão interna e o reconhecimento externo.

Conforme argumentam Melo e

Fortes (2013), os decisores políticos pós-independência viam no futebol um papel análogo ao que o desporto desempenhara noutros países africanos: um catalisador na construção da identidade nacional. Era, assim, compreensível o empenho em garantir a presença de Cabo Verde nas competições internacionais, sempre que convocado no quadro dos calendários oficiais.

Com a independência o futebol passou a ser um dos primeiros palcos da afirmação de uma identidade cabo-verdiana emergente. A SN deixava de ser apenas uma equipa em busca de resultados: tornava-se símbolo vivo de soberania e expressão de um povo recém-liberto, pronto para se posicionar entre as nações do mundo.

JMC

# Seleção de futebol é anterior à Independência

**C**ontrariando a ideia de que a SN de Cabo Verde em futebol surgiu apenas após a independência, há registos históricos que atestam a sua existência já no período colonial.

Na obra “A Seleção de Futebol e a Identidade Cabo-verdiana no Pós-Independência (1977–1979)”, os autores Melo e Fortes (2013) referem que, durante o tempo colonial, equipas cabo-verdianas participaram em competições organizadas em outros territórios africanos – nomeadamente na Guiné-Bissau, em Angola e também em Portugal. A diferença, segundo os investigadores, residia no facto de que, no pós-independência, a Seleção passou a ostentar símbolos nacionais soberanos, como o hino e a bandeira,



De pé, da esq. para a dir.: Toca (seleccionador), Caetano Pires (massagista), Quim, Branco, Dany, Armandinho, Mané Djodge, Betinho, Djudjú, Djoy, Djô (GR) e Djidgé. Em baixo: Djedjé, Rubon, Flávio, Zé di Nhana, Macuna, Dimas, Calú Pitão, Cadino e Balon.

marcando uma nova era de representação identitária. Um testemunho particularmente revelador surge numa entrevista publicada no diário digital A Semana,

intitulada “Retratos: Lenda do Mindelense lança autobiografia”. Nessa peça, António Bruno da Silva Araújo, mais conhecido como Toy d’Nhô Chavinha, ex-jogador do Min-

delense de São Vicente, afirma ter integrado a primeira SN de futebol de Cabo Verde ainda na década de 1950. De acordo com o próprio, terá sido convocado entre os anos de 1958

e 1959, participando em jogos representativos mesmo antes da proclamação da independência.

Mais tarde, em Junho de 1975, teve lugar a “Edição Zero” do Torneio Amílcar Cabral (TAC), evento desportivo regional no qual Cabo Verde esteve ausente, ainda sob o estatuto de país-colónia. A participação cabo-verdiana viria apenas após a independência, em edições subsequentes do torneio.

Este conjunto de relatos e registos históricos permite concluir que a prática de representar Cabo Verde em campo internacional precede a formação do Estado soberano, refletindo um forte sentimento de identidade coletiva mesmo antes do reconhecimento oficial da nação.

JMC

## Os melhores resultados...

**Taça 1º de Maio (1978 – Guiné-Bissau):** Primeiro troféu conquistado pelos TA, marcando a estreia vitoriosa da SN em competições internacionais.

**TAC (2000 – Praia)** – Cabo Verde venceu, pela primeira e única vez, a TAC, na sua XVI Edição. O título foi conquistado em casa, com uma histórica vitória por 1-0 frente ao Senegal, os poderosos Leões de Teranga.

**CAN 2013 (África do Sul)** – Primeira presença cabo-verdiana numa fase final da CAN. A SN alcançou as quartas de final, caindo com dignidade perante o Gana (2-1), numa prestação que encantou o continente.

**CAN 2015 (Guiné Equatorial)** – Segunda participação numa finalíssima da CAN. Cabo Verde não perdeu nenhum jogo, somando empates frente à Tunísia (1-1), RDC (0-0) e Zâm-

bia (0-0). Ainda assim, foi eliminado na fase de grupos – um desfecho injusto, que ficou conhecido como “morte na Praia”.

**Eliminatórias para o Mundial 2014 (Brasil)** – Após vencer o seu grupo na fase preliminar, Cabo Verde ficou a um passo de disputar o play-off final de apuramento. Uma das campanhas mais sólidas da SN em qualificações mundiais – até que foi travada fora das quatro linhas (ver “piores momentos”).

**Vitória sobre Portugal (2015 – Estoril, Lisboa)** – Num jogo amigável disputado no Estádio António Coimbra da Mota, Cabo Verde surpreendeu ao vencer Portugal por 2-0. Uma vitória simbólica e memorável frente a uma das potências europeias, reforçando o prestígio internacional da seleção.

JMC

## ...os piores momentos da SN

**TAC 1979** – Último lugar na I Edição da TAC – Cabo Verde não venceu nenhum jogo, não marcou qualquer golo, e apresentou-se de forma desinspirada. Um dado curioso e simbólico do desnorte: os jogadores foram apanhados mais de 40 vezes em fora-de-jogo.

**Eliminação precoce – CAN 1994 (Pré-eliminatória em 1992)** – Cabo Verde caiu logo na primeira fase de qualificação: derrota por 3-1 em Bissau e vitória insuficiente por 1-0 na Praia. Era a estreia em eliminatórias da CAN – e um início amargo.

**Derrota por 5-1 contra o Senegal – TAC 2001 (Mali)** – Uma das maiores goleadas sofridas na era moderna da SN, com impacto negativo no moral e na imagem da equipa.

**Derrota por 5-2 frente ao Togo – Qualificação CAN 2004** – Derrota pesada que resultou na

eliminação da SN da corrida para a CAN 2004. Considerada por muitos como uma eliminação humilhante.

**Derrota por 4-0 frente à Argélia – Qualificação Mundial 2002:** Uma das piores exibições da SN nas eliminatórias para o Mundial, culminando numa eliminação precoce.

**Eliminação administrativa – Mundial 2014** – Um dos episódios mais traumáticos da história da SN. Após conquistar o primeiro lugar no grupo e ganhar em campo, foi desclassificada pela FIFA por ter utilizado o jogador Fernando Varela, que se encontrava suspenso. A falha administrativa custou a vaga nos play-offs finais, gerando enorme frustração no seio da equipa e da nação.

JMC

50 anos depois

# Andebol nacional urge revitalizar

■ Tiago Ribeiro

A recém-eleita presidente da Federação Cabo-verdiana de Andebol (FCA), Ângela Almeida diz que, volvido meio século, o andebol “parece que regrediu”. Não obstante haver hoje em dia melhores condições para a prática da modalidade, a nível de infraestruturas, recursos financeiros e oportunidades, “nota-se” um esmorecer da motivação de atletas e do próprio público.

Como explica, o fenómeno é nacional, em todas as ilhas tem-se verificado uma “falta de motivação”, o que, a seu ver, segundo a mesma em nada abona o desenvolvimento da modalidade que, a nível sénior masculino, tem lavrado resultados históricos “mundo a fora”, como por exemplo, o segundo lugar obtido no Campeonato Africano das Nações (CAN) 2022, o quarto lugar obtido no CAN 2024, a participação no 29º Campeonato do Mundo de Andebol, realizado em janeiro último (a terceira participação consecutiva de Cabo Verde num Mundial da modalidade (2021, 2023 e 2025) e segundo apuramento seguido para a “Main Round”).

Apesar de garantir que a nível interno os campeonatos regionais e nacionais, nos diferentes escalões, estão “bem organizados” e regulares, fruto também do óptimo trabalho feito pelas associações regionais, a presidente diz que o calcanhar de Aquiles do desenvolvimento da modalidade a nível interno é a falta de formação de árbitros e treinadores que na sua esmagadora maioria só têm o nível básico.

As ilhas do Maio e Brava continuam sem um cenário de



Dêlcio, Leandro, Gualther e a presidente Ângela



Amarize dos Santos



Emanuel “Monaya”

Apesar dos louros obtidos pela selecção sénior masculina nos últimos anos, a presidente da Federação Cabo-verdiana de Andebol, Ângela Almeida, considera que estes não espelham o andebol em Cabo Verde. Entende que urge nova dinâmica, mais formação a nível de árbitros e treinadores e, até certo ponto, carece de uma maior atenção das autoridades competentes, em virtude dos resultados obtidos.

andebol activo, mas, segundo Ângela, as ilhas estão no rol de preocupações da federação que está a preparar um projeto de dinamização da modalidade a nível nacional.

## O início...

Amarize dos Santos, “Zá”, presidente da Comissão de Instalação das Federações de Andebol e Basquetebol, na década de 1980, recorda que na altura o andebol “caiu nas graças” dos praienses e foram organizados clubes em praticamente todos os bairros e muitos praticantes e os jogos eram realizados semanalmente aos domingos, nas imediações do Estádio da Várzea, “sempre com muito público”. Como afirma, “as pessoas amavam a modalidade, não era um fenómeno visto só com o andebol mas com as outras modalidades também”.

A comissão na altura tratava de toda a parte organizacional dos torneios e os árbitros, voluntários, eram na sua maioria professores de educa-

ção física. Do período em que foi a presidente da Comissão, de 1980 a 1987, Zá diz que o que alimentava o desporto nacional era o amor à camisola, muito diferente dos dias de hoje.

Emanuel Charles de Oliveira, “Monaya”, além de um exímio atleta de andebol, foi vice-presidente da comissão liderada por Zá e recorda que o “boom” da modalidade deu-se após o 5 de Julho e tudo começou com torneios de interturmas que atraía muito público.

“O andebol adiantou-se na Praia enquanto no Mindelo adiantava-se no basquetebol. Na Praia, por conta de Vavá Duarte, e no Mindelo por Alexandre Alinho”, aponta.

A modalidade espalha-se pelo arquipélago pelas mãos dos professores de educação física que, à medida que eram construídas novas escolas de ensino básico (Ciclo Preparatório, 5ª e 6ª classe) levavam a modalidade a diferentes pontos do país.

“A “febre” do andebol começou mais precisamente em

1977 e nunca mais parou. Foi a porta de entrada da mulher cabo-verdiana no desporto nacional”, exalta Monaya. “Se não me falha a memória, o primeiro embate internacional em Cabo Verde foi com uma equipa feminina de Angola por ocasião do 5º aniversário da independência, em 1980”.

## Seleção alimentada por jogadores internacionais

Actualmente, a realidade do andebol é outra quando comparada ao descrito por Zá e Monaya. A selecção cabo-verdiana, como aponta o capitão Leandro Semedo, hoje, é alimentada somente por jogadores que militam no estrangeiro, quando internamente há muito talento escondido que não se destaca pela falta de formação de técnicos e árbitros.

“Precisamos também que o andebol interno se desenvolva para que se continue alimentado a seleção porque nós não estaremos aqui para sempre”, sublinha o atleta.

A preparação da própria selecção nacional sénior masculina é apontada por Leandro, Dêlcio “Dedé” Pina e Gualther Furtado como outro obstáculo por eliminar.

“Até hoje só numa competição é que tivemos uma preparação digna e fomos de igual para igual contra nossos adversários e foi quando ficamos em segunda lugar na África, onde perdemos com o Egipto, equipa da casa, foi a primeira vez que fizemos um estágio completo no ano e nos encontramos sempre”, referem.

Segundo Ângela Almeida, para o futuro próximo pretende-se preparar uma estratégia para começar formações de jogadores, desde criança, e fazer a formação de treinadores e árbitros. Um trabalho que, segundo a mesma, passa pelas escolas por exemplo, com professores de educação física com formação específica e atualizada em andebol.

“Queremos que os nossos árbitros e treinadores estejam num nível elevado em termos táticos, em termos ligados às normas, critérios, para estarem actualizados e se adequem às exigências internacionais”.

Quanto às selecções nacionais, Ângela diz que pelos resultados desportivos obtidos, deveriam já ter um outro tipo de apoio dos poderes centrais.





António Alte Pinho

## Crónica de um tempo passado

# E, de repente, um embrulho...

Para que se saiba, também no “continente”, como então era referido o Portugal que hoje conhecemos, neste limite de fronteiras, depois do império e do “lusotropicalismo” - que inflou de efémeras excitações patrióticas os saudosos da “velha senhora”-, se foi criando uma nova consciência entre a juventude estudantil, no caso desta ficção-realista, portuguesa e cabo-verdiana. E até a velha luta contra o fascismo, se transmutou para colonial-fascismo, inventando até uma nova palavra do léxico político, com hífen e tudo.

O toque da campanha anunciou o fim da última aula e Gaspar, num zigzag entre os colegas de turma, que se enfileiravam no prenúncio da porta, correu célere para o largo fronteiro à escola onde o pedreiro, dobrado pelo peso do maço, malhava a pedra num harmonioso movimento que o projectava para além da sua circunstância: preso para a posteridade no bronze de uma estátua. E, mais adiante, desenhava-se a estreita rua entre o precário casario com o peso incontornável da antiguidade e da patine - dessa “mui nobre leal e invicta cidade” - que fazia antever imemoriais histórias humanas por detrás do granito das paredes.

Gaspar, arfando de cansaço e expectativa, corria em direcção à rua de cima, onde se anunciava borrasca da grossa com a polícia de choque e que, durante a tarde, havia sido tema de conversas em surdina no bar da escola. Protestando contra o sistema de ensino e, esticando um pouco, altercando contra a guerra colonial, os estudantes de Engenharia tinham decretado greve às aulas.

A rua de cima era um fervilhar de correrias, bastões no ar zurzindo contra os costados, a polícia de choque não se ficava pelos estudantes, ia tudo à frente: mulheres, velhos e mesmo crianças.

No meio do turbilhão de gente, Gaspar, como que ganhando novo fôlego, contornou ágil os mais lentos, aqui e ali enganando as vergastadas da bófia e, num ápice, chegou ao velho café da rua de baixo, ali bem próximo da praça que, contraditoriamente, anunciava na toponímia a Liberdade.

Marta, Gonçalo e Artur acomodavam-se na mesa do canto, ali, junto à ampla vidraça da montra. E, vendo Gaspar transpondo a porta, logo lhe acenaram chamando-o para a mesa.

Em surdina, foram falando sobre o assunto do dia - a greve de Engenharia -, as cargas policiais e as estreitas ruas à volta varejando de pides e bufos. Livros de matemática abertos na desordem da mesa como que a disfarçar.

De repente, esbaforido, Albino entra no café, faz um desvio para a mesa do canto e, quase em segredo, convida Gaspar: - Vem ter comigo à casa de banho.

Ali chegado, Albino envolveu Gaspar no seu longo braço e, com o outro disponível, fez emergir do bolso da gabardine o pequeno embrulho de papel pardo e, numa espécie de desespero, disse entre dentes: - Guarda-me isto, depois entro em contacto.

Num ápice, Albino dirigiu-se à porta da casa de banho, serpenteou por entre as mesas, fazendo-se à rua e à escuridão da fria noite que já se anunciava.

Tolhido entre o urinol e o lavatório, Gaspar palpou uma e outra vez o embrulho, antes de este se fazer engolir pelo largo bolso interior da canadiana inglesa...

## Entre a festa e a conspiração

A mais de cem quilómetros dali, de onde Gaspar sentia colado ao corpo o pequeno embrulho de papel pardo, Mendes subia a íngreme rua que o levava até à alta da cidade e à república de estudantes africanos, onde o pretexto para bailarico, beveragens e fofuques escondia coisas mais sérias...

Uma pequena morrinha lambia os telhados e o rosto de Mendes, que apressou o passo,



ao mesmo tempo que reparou num homem de chapéu e gabardine que fumava na esquina da rua. Trocaram olhares e Mendes, numa espécie de sexto sentido, percebeu que o homem não estaria ali por mera casualidade.

Era sabido que a polícia tinha sob olho a república, e o rosto do homem não lhe era estranho. Era o mesmo que, desde há várias semanas, com ele se cruzava nos corredores de Direito e da Associação Académica. Nem disfarçava, era uma presença ostensiva cuja finalidade pretendia passar clara a mensagem: “estamos de olho em ti” ...

Mendes tinha plena consciência do risco, a república já não era um lugar seguro!

Transpôs a porta, subiu a íngreme escadaria e entrou no salão onde rapazes e raparigas bebiam cervejas e falavam ruidosamente. De fundo, uns acordes de guitarra chiavam no cansado gira-discos e a voz rouca chorava as dores das roças de São Tomé.

Xana e Paulo cruzaram

“O sonho de muitos anos estava na rua, incontrolável, pujante, prenúncio de esperança e de futuro. E das gargantas, num ímpeto incontrolável brotava: “Nem mais um soldado para as colónias!””



olhares com Mendes e perceberam o sinal. Era preciso avisar Osvaldo, o estudante de Medicina que nessa tarde tinha chegado de Lisboa para a reunião de célula.

Paulo subiu ao andar de cima e, ao fundo do corredor, pegou no telefone e ligou para Matos, o alfaiate que, solidário, servia de apoio à organização.

“Senhor Matos, boa noite, é para dizer que só posso ir buscar o fato amanhã”, disse Paulo, entre dentes. O recado estava dado. Osvaldo iria aguardar até ao dia seguinte.

Regressado ao salão, Paulo dirigiu-se a Meno e Xana. Para já, não havia razões para receios maiores. Era preciso arranjar outro lugar para a reunião do dia seguinte e a casa de Amélia, que vivia com a avó junto à estação de comboios da baixa, logo surgiu como o local ideal, sob a capa de uma tarde de estudo.

### Albino põe-se ao fresco

Uma semana depois do encontro da casa de banho, Albi-

no ainda não tinha dado ar de sua graça. Tinha desaparecido do café, nenhum dos amigos sabia dizer fosse o que fosse. Apenas Marta, miúda arguta, filha de operário metalúrgico, habituada a ter em casa rebeldias à mesa, aventou a Gaspar: - Deve ter a Pide à perna e pôs-se ao fresco.

- Achas(?), retorquiu Gaspar, mexendo os restos de açúcar na chávena de café e olhando insistente para a porta do estabelecimento, varejando as mesas com olhar de lince.

Gonçalo e Artur juntaram-se aos dois, minutos depois. Abriam o livro de História para disfarçar e Gaspar atirou: - Temos de manter as mesmas rotinas e estar preparados para o pior, mais logo vou abrir o embrulho para ver do que se trata.

- Vou passar por casa do Albino e ver se a mãe sabe de alguma coisa - disse Xana, colocando sua mão em cima da mão de Gaspar e fazendo um afago circular com o indicador.

Passaram o resto do tempo, umas boas duas horas, a re-

ver a matéria para o exame de História e não mais tocaram no motivo das preocupações. Cada um sabia o que fazer e encontrar-se-iam no dia seguinte, na escola, para avaliar a situação.

Gaspar foi o primeiro a sair, desceu à praça e aguardou pelo autocarro que o levaria a casa e ao embrulho que, na semana anterior, Albino havia depositado em suas mãos como se fora o bem mais precioso. E o seu corpo adolescente estremeceu de tensão e expectativa, enquanto o autocarro de dois andares seguia aos tropeções pelas ruas da cidade, albergando rostos cansados de empregadas de escritório e operários de oficinas.

A noite afirmava-se no meio da morrinha e da brisa gélida que vinha do mar e apressava os passos de quem regressava a suas casas depois de um dia de trabalho.

A morte de Homem Grande Ao mesmo tempo que Gaspar chegava a casa, Mendes, Paulo e Xana transpunham a porta da casa de Amélia, com

Osvaldo. Debaixo dos braços, livros e cadernos de apontamentos disfarçavam o real objectivo do encontro.

D. Laizinha – a avó de Amélia – fez as honras da casa, beijando os rostos já conhecidos e desejando boas vindas a Osvaldo. No ar, sentia-se o cheiro a maçã e canela vindo da cozinha, onde o bolo da velha avó já se encontrava em cima da mesa. Na pequena sala dos fundos, uma garrafa termos de café e uma outra de Licor de Singeverga davam as boas vindas às visitas e prenunciavam uma noite longa de conversas.

A preocupação varava o rosto de Osvaldo, no olhar uma tristeza profunda e a comoção tolhia-lhe a voz.

- Mataram Homem Grande! - disse o estudante de Medicina perante o olhar perplexo de Mendes, Xana e Paulo.

As informações eram, ainda, escassas, mas sabia-se que o ataque ao líder teria partido de membros da organização, seguramente instrumentalizados pela polícia política da ditadura colonial-fascista. Aconteceu quatro noites atrás, mas a confirmação tinha chegado no dia anterior, o que provocou a viagem de Osvaldo e o encontro em casa de Amélia que, por não pertencer à organização, aguardava no quarto o fim da reunião.

### Desatar os nós

Com as mãos trémulas, na arrecadação do quintal, Gaspar desata os nós do embrulho que repousa no regaço, não sem antes o palpar e adivinhar os papéis no seu interior.

Lentamente, servindo-se da ponta de uma tesoura, os nós vão-se desatando até libertarem o papel pardo que se abre à curiosidade de Gaspar e revela os panfletos A5 impressos a stencil. “Guerra do povo à guerra colonial!”, pode ler-se no título garrafal encimando a imagem de uma multidão à

volta de uma bandeira.

Gaspar lê avidamente o pequeno texto e, num impulso, as lágrimas escorrem-lhe pelo rosto, trazendo à memória a morte de Pedro, um primo que, recentemente, havia perdido a vida nas matas da Guiné, empurrado que foi para uma guerra que não era sua.

A dor de Gaspar logo relembrou que era a sua a próxima geração a ir para a guerra e, logo ali, reiterou a determinação de recusa, sustentada pela garantia do pai: “Quando chegar a tua vez, vais para França. Descansa, filho, eu trato de tudo”.

### Meses depois, o telegrama da liberdade

“O primo Liberto chega depois da meia-noite”, dizia o telegrama urgente chegado a casa da família. Os mais velhos ficaram com aquele brilho nos olhos que se tem sempre que coisas extraordinárias acontecem e, meia hora antes da meia noite, já estavam todos à volta do rádio.

Oficial da Força Aérea, o tio Carlos prometera que avisaria os irmãos quando tudo estivesse em marcha, e o telegrama apenas havia sido parte da promessa e responsável pela onda de alegria que se ajuntou, com garrafas de Porto abertas por mãos trémulas, à volta da telefonia, nos primeiros momentos do dia 25 de abril.

O sonho de muitos anos estava na rua, incontrolável, pujante, prenúncio de esperança e de futuro. E das gargantas, num ímpeto incontrolável brotava: “Nem mais um soldado para as colónias!”

Um ano depois, viviam-se na antiga metrópole do império os tempos de fogo da revolução, Osvaldo, Mendes, Paulo e Xana erguiam os punhos à bandeira do novo país que, ondulada pelo vento, subia o mastro do Estádio da Várzea, entre comoção e alegria.



Jan Klíma\*

## 50 anos de independência dos países africanos de língua portuguesa

# O cinquentenário dos Cinco visto por um amigo checo

### Resistência apoiada

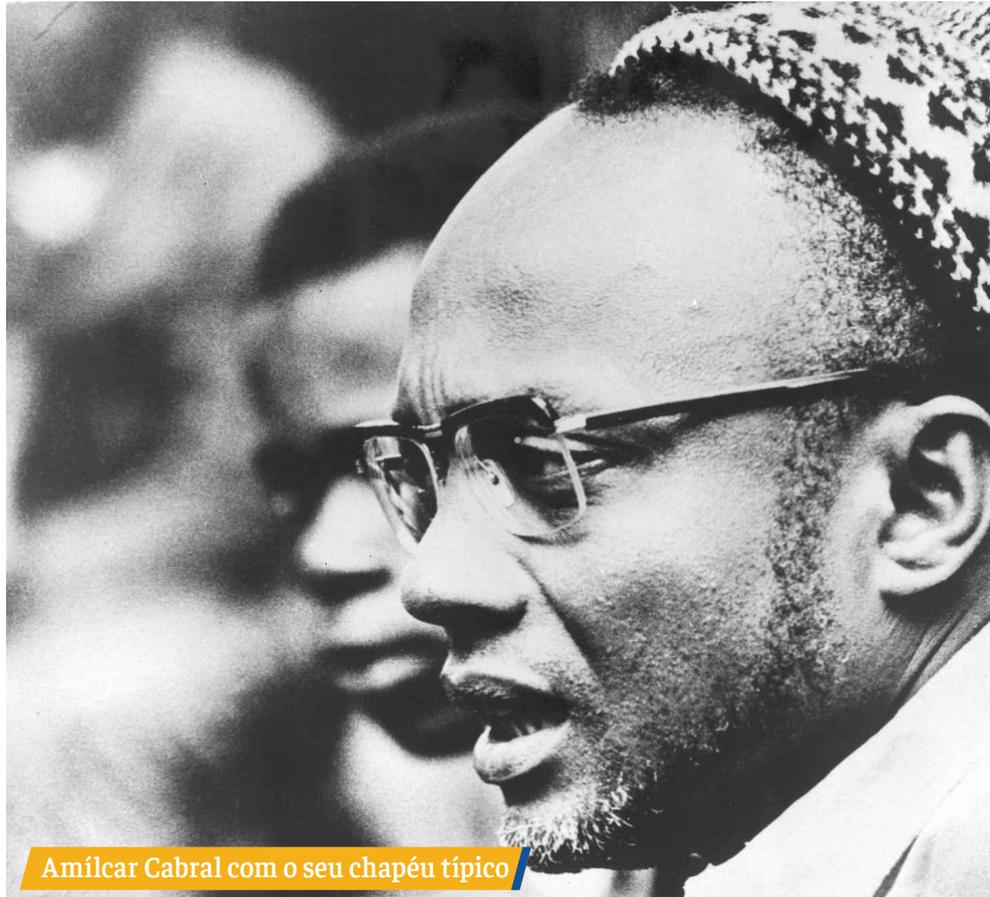
Na década de 1950 a descolonização africana passou a ser o tema nas relações mundiais. A então Checoslováquia, país europeu e industrial sem tradição colonialista, decidiu apoiar os movimentos de libertação africanos, lançando com isto as primeiras raízes para uma futura cooperação. No mundo ideologicamente dividido entre Leste e Oeste, o apoio dum país “socialista” significou o favorecimento das correntes de esquerda ou afro-marxistas dentro dos movimentos de libertação. Os primeiros estudantes bolseiros enviados pelo PAIGC ou pelo o MPLA, de Angola, chegaram a Praga, Brno ou Bratislava, já nos fins da década de 1950 para se formarem nos mais diversos cursos.

Em Janeiro de 1961, Viriato da Cruz e Matias Miguéis, do MPLA, advogaram em Praga a necessidade de libertação de Angola. Logo a 4 de Fevereiro de 1961 eclodiu a guerra anticolonial em Luanda como a confirmação dos seus argumentos.

Amílcar Cabral e Aristides Pereira, do PAIGC, fizeram escala em Praga, em Março de 1961, a caminho de Moscovo. A lucidez de Cabral impressionou vivamente os governantes checoslovacos; em resultado desse contacto, foi da Checoslováquia o primeiro lote de armamento para o PAIGC, autorizado em Agosto daquele mesmo ano.

Os primeiros angolanos, militantes do MPLA, receberam treinamento militar em Novembro de 1961 nas guarnições checoslovacas.

Em 1963 o PAIGC começou as primeiras operações de guerrilha na Guiné. Amílcar



Amílcar Cabral com o seu chapéu típico

Em 1975, com excepção da Guiné Bissau, todos os países lusófonos de África conquistaram a respectiva independência política de Portugal. A sua luta foi seguida com atenção pelos amigos da então Checoslováquia. No caso da Guiné e Cabo Verde a Checoslováquia foi um dos primeiros países europeus a apoiar o PAIGC, tendo recebido em mais de uma ocasião o seu líder Amílcar Cabral.

lcar Cabral e Luís Cabral pediram em Praga, em Outubro de 1963, mais apoio para “o movimento sério que alcança sucessos reais na luta anti-colonial”, como registou a documentação oficial checa. Henrique “Iko” Carreira, famoso comandante do MPLA e ministro da defesa do seu país, terminou o seu treino militar nas forças armadas checoslovacas em 1963; as suas deslocações seguintes à Checoslováquia traduziram sempre

em mais material bélico para o MPLA. António Agostinho Neto, primeiro presidente angolano (1975-1979), foi recebido com honras altíssimas em Praga em Setembro de 1964.

A FRELIMO, fundada no exílio em 1962, atraiu, em Março de 1963, dois oficiais da aviação colonial, Jacinto Soares Veloso (mais tarde ministro da economia moçambicano) e João Ferreira. Desertores, ambos para a Tanzânia. Ao pedir o asilo na embaixa-

da checoslovaca em Dar-es-Salaam a fim de poderem unir-se às bases da FRELIMO, eles afirmaram que “não queriam tomar parte na manutenção dos africanos”. Eduardo Mondlane, líder da FRELIMO, negociou o apoio checoslovaco ao seu movimento em Praga, em Outubro de 1964; na sua entrevista para a imprensa tanzaniana, em Janeiro de 1965, ele declarou que “os gigantes militares Rússia, Checoslováquia e outras po-

tências” lhe tinham prometido a sua ajuda.

Ainda em relação ao PAIGC, em Dezembro de 1966 foi autorizada e enviada, através da República da Guiné, uma remessa significativa de armamento e equipamento, respondendo assim a mais um pedido de apoio feito por Amílcar Cabral um mês antes, durante mais uma visita, em Novembro, à Checoslováquia. Só a distância tornou impossível, ou raro, um maior volume de material militar para a guerrilha moçambicana.

Com o auxílio dos amigos checos a guerrilha em Angola, Guiné e Moçambique pôde prolongar a sua luta em todas as três frentes africanas, triunfando primeiro na Guiné; os mísseis soviéticos e armas checoslovacas ajudaram, sobremaneira, a travar e vencer o exército colonial português. A proclamação unilateral da Guiné-Bissau em Setembro de 1973 quebrou o moral dos oficiais portugueses cujo “Movimento dos Capitães” e, finalmente, o “Movimento das Forças Armadas” culminou na revolução de 25 de Abril de 1974 e no processo da descolonização que se seguiu.

Um minúsculo vestígio checo vê-se na documentação fotográfica da história desse período. Amílcar Cabral aparecia habitualmente com um chapéu grosso decorado pela linha zigzague. É muito provável que Cabral tenha recebido essa “sumbia” durante a sua primeira estadia na Checoslováquia. Esse tipo de chapéu foi um produto bastante exportado para África pela empresa checa Tonak, situada na cidade de Strakonice, e chamado

vulgarmente “zmijovka” – chapéu-víbora. O retrato frequentemente publicado de Cabral com tal chapéu relembra, por meio de um detalhe simples, a contribuição checa à luta dos cabo-verdianos e guineenses. O caso, tipo sobretudo, que ele costumava trajar é também fabrico checo.

### Acompanhar a edificação dos Estados independentes

O reconhecimento checoslovaco da independência quer da Guiné, quer de Cabo Verde, efectuou-se sem tardar. Relações diplomáticas com Bissau foram estabelecidas em 19 de Outubro de 1973, antes portanto do 25 de Abril. A delegação oficial checoslovaca assistiu à proclamação da independência de Moçambique em 25 de Junho de 1975. Diplomatas assinaram, em 28 de Outubro de 1975, o estabelecimento das relações diplomáticas com Cabo Verde, independente a partir de 5 de Julho de 1975.

O ministro dos Negócios Estrangeiros checoslovaco apresentou ao seu governo, em 26 de Junho de 1975, a proposta do estabelecimento das relações diplomáticas com São Tomé e Príncipe, livre, em 12 de Junho. Contactos amigáveis com o governo do MPLA que proclamou, em 11 de Novembro de 1975, a independência do país, resultaram no aumento do apoio

militar numa altura em que o governo angolano enfrentava inimigos a Norte e Sul.

Na sua solidariedade com os governos dos movimentos/partidos pró-marxistas, Praga elegeu Angola, presidida por Agostinho Neto, como país de preferência da sua diplomacia, e Moçambique como o país ideologicamente próximo. Lamentavelmente, as guerras civis bloquearam a cooperação com estes países de “orientação socialista”.

Mesmo assim, o intercâmbio passou a ser de mão única – o volume das mercadorias checas ultrapassava sempre a oferta angolana ou moçambicana. Contudo, numerosos “cooperantes” checos e eslovacos foram chamados para substituir peritos portugueses na indústria, agricultura e instrução angolana ou moçambicana. Visitas oficiais e contactos a nível das organizações de massas acentuavam a aproximação dos sistemas: em 1981 Praga recebeu, em visita de Estado, tanto o presidente moçambicano Samora Machel como o seu homólogo angolano José Eduardo dos Santos.

O sequestro dos 66 cidadãos checoslovacos pela UNITA, em 1983, turvou as relações com Angola. Apesar disso, José Eduardo dos Santos voltou a visitar a Checoslováquia em 1988, regressando no ano seguinte, desta feita, por razões de saúde.

Durante a década de 1980,

muitos soldados moçambicanos receberam o treino especial na academia militar em Brno. Depois de enjeitar o sistema marxista, o MPLA e a FRELIMO aproximaram-se de novo à Checoslováquia cuja “revolução de veludo” em 1989 adotou a orientação ocidental.

A evacuação da última embaixada checoslovaca em Luanda na guerra de 1992, mais concretamente em Novembro, fez cessar a diplomacia directa entre os dois países. Com a divisão da Checoslováquia em 1993 em dois Estados, tanto a República Checa como Eslováquia tiveram de limitar as suas ambições em África. A representação diplomática checa em Moçambique retirou-se de Maputo e tentativas ocasionais de reestabelecer a embaixada checa em Luanda terminaram em 2010, quando o nosso último embaixador, Vladimír Válek, deixou a capital angolana.

Turistas checos descobriram recentemente instâncias de recreio nas ilhas de Bazaru em Moçambique e, em especial, o paraíso turístico cabo-verdiano, nomeadamente na ilha do Sal. Universidades várias da República Checa ajudaram a formar quadros de vários países dos Cinco. As visitas do presidente moçambicano Filipe Nyussi em Agosto de 2023 e do presidente angolano João Lourenço em Fevereiro de 2024 à República Checa atestam o interesse numa

cooperação entre esses países e a República Checa.

### Parceiros e amigos

Portugal assim como a República Checa são hoje partes da União Europeia; África, por seu turno, está a crescer e a desenvolver-se. Só a igualdade e sinceridade pode ser a base útil para relações económicas, culturais, turísticas e outras, entre a Europa e a África.

Na presença do secretário executivo do CPLP, Murade Murargy, diplomata moçambicano, o Ministério dos Negócios Estrangeiros em Praga decidiu, em Maio-Junho de 2016, aderir, como observador, à organização a qual facilita o acesso, tam bém, aos cinco países africanos de língua oficial portuguesa.

Os checos têm bons “embaixadores” na maioria dos países dos PALOP – os antigos estudantes graduados nas suas universidades. António Pedro Pina dirigiu durante vários anos a empresa pública de electricidade de Cabo Verde (Electra), o actual ministro da Agricultura, Gilberto Silva, estudou na República Checa. Mário Caetano João, ministro do governo angolano, doutorou-se na Universidade Carolina em Praga; Filipe Nyussi, ex-presidente moçambicano, formou-se em Brno; Valdmiro Segredo, cônsul honorário da República Checa em Cabo Verde, é diplomado por uma uni-

versidade checa, e tem promovido a cooperação mútua durante décadas com abnegação e sucesso extraordinários.

A Universidade de Hradec Králové outorgou a medalha do reitor aos chefes de Estado cabo-verdiano Jorge Carlos Fonseca e Pedro Pires em 2017 e 2022, respectivamente, para gratificar a contribuição de ambos à cooperação académica entre os nossos países. Tais e outros contactos exemplares com Cabo Verde encontram a sua base firme na democracia cabo-verdiana, fruto da coragem dos representantes do país insular em superar falta de recursos por meio da “boa governação”.

Passados cinquenta anos da sua independência os países lusófonos africanos demonstram a sua vitalidade, atraindo a atenção do mundo com as suas crescentes capacidades energéticas, económicas, naturais e populacionais. Por ocasião do 50 aniversário da sua independência, os amigos deste ponto do centro de Europa, agora mais perto que em qualquer tempo anterior, especialmente Cabo Verde, enviam os seus mais cordiais parabéns a essa parte de África que tem aproveitado a sua liberdade para fazer o mundo mais humano.

**\*Académico e investigador checo jubilado, autor de vários estudos sobre as relações da Checoslováquia e África.**



Presidente da República de Cabo Verde Jorge Carlos Fonseca entre académicos checos



Comandante Pedro Pires a visitar a Universidade de Hradec Králové

## Músicas da Independência

## 50 anos de identidade, luta e emoção

■ Ilda Fortes

Para além das letras, notas e melodias, a música sempre foi o espelho da alma cabo-verdiana, associada aos momentos mais marcantes da nossa história. Cinquenta anos depois, muitas das músicas surgidas e cantadas durante o processo da independência nacional resistem ao passar do tempo, afirmando-se como parte da memória, identidade, resistência e orgulho nacional, no país e na diáspora.

Os marcos cronológicos sobre o surgimento e a evolução das músicas de intervenção ou revolucionárias em Cabo Verde não são bem definidos, mas há uma unanimidade entre quem tem estudado o assunto: elas surgiram muito antes do 5 de Julho de 1975 e dos processos políticos que se verificaram em Cabo Verde.

Para o antropólogo e escritor Manuel Brito-Semedo, “antes de Cabo Verde ter instituições ou reconhecimento internacional, já existia como pátria cantada”, pelo que a música foi “o primeiro território de liberdade e de pertença”.

Compositores como Eugénio Tavares e B.Leza, e mais tarde Abílio Duarte, Manuel d’Novas, Daniel Rendall, Renato Cardoso e outros, através da morna, abordaram temas como saudade, resistência e esperança, em tempos de repressão. “Quando as palavras eram proibidas, cantava-se”, refere Brito-Semedo, reiterando que “a música moldou consciências e lançou as bases para a construção simbólica do país, pois eram canções de amor e de perda, mas, acima de tudo, eram afirmações de identidade”.

César Monteiro, sociólogo e investigador, destaca que nos anos 1930 já havia composições em Cabo Verde com elementos de músicas de intervenção, como a morna “Abissínia bo ê coitada” (1935), de António Tchitche, feita aquando da invasão da actual Etiópia pelo regime fascista italiano. Outro exemplo é “Hitler ca ta ganha guerra nem nada”, de B.Leza, em alusão à Segunda



Guerra Mundial, que reflete a consciência política dos cabo-verdianos na altura.

A partir da década de 1970, sobretudo após a Revolução dos Cravos em Portugal, as músicas de intervenção ganharam força e assumiram um papel ativo no processo de mobilização política. Aliás, Amílcar Cabral reconhecia o poder da cultura na luta pela independência nacional.

Na obra Kab Verd Band AaZ, o jornalista e investigador Carlos Filipe Gonçalves, define a música revolucionária como “mornas, coladeiras, baladas e outros géneros musicais como o batuque, interpretados com letras que abordam temas políticos, crítica social e ao regime colonial, louvações à libertação e inde-

pendência de Cabo Verde”.

César Monteiro frisa que, ao longo da história de Cabo Verde, houve músicas que denunciavam situações menos positivas, como é o caso da morna “Fidjo maguode”, de Jotamonte, que fez com que o autor fosse chamado à polícia política então, PIDE. No entanto, a partir de 25 de Abril de 1974, surgem composições com um sentido de protesto e de revolução, e que contribuíram para “a informação, consciencialização e mobilização dos cabo-verdianos”.

Os temas “Na alto cutelo” de Renato Cardoso e “Serafim” de Manuel Faustino, que na altura estudavam em Portugal e eram integrantes do Grupo de Intervenção Artística (GIA), são exemplos de composições

dessa época. Destaque-se ainda o disco “Protesto e Luta”, com interpretações de Nho Balta, na Holanda, e o grupo Kaoguiamo, em França, que gravou o célebre “Amílcar Cabral bo morre cedo”, de António Lima. De referir ainda o grupo Batuco Jazz e os Kings, em São Vicente, e compositores como Abílio Duarte e Daniel Rendall. Essas composições, feitas por pessoas que estavam mobilizadas para a independência, eram gravadas e divulgadas em cassetes e em disco, mas também em comícios e reuniões políticas.

#### A avalanche musical no pós-independência

A proclamação da independência nacional marcou o iní-

cio de um período fértil na música cabo-verdiana. Surgiram temas que exaltavam o patriotismo e a nova nação, como “Nha armon”, popularmente conhecida como “5 de Julho”, “Nos raça” e “Biografia dum crioulo”, da autoria de Manuel d’Novas, que foram imortalizadas pelo grupo Os Tubarões na voz de Ildo Lobo.

De acordo com Carlos Gonçalves, nos anos seguintes, para além das mornas, baladas e coladeiras, assistiu-se a um movimento de outros géneros, como o funaná, o batuque e a tabanka, que no tempo colonial eram proibidos ou marginalizados. Com a independência, esses géneros ganham novo ímpeto com grupos e artistas como Bulimundo, Finaçon, Katchás e Norberto Tavares. Outros grupos se destacaram nesse período, como Kolá e Nova Aurora em São Vicente, e Opus 7 na Praia, mas também a partir da diáspora cabo-verdiana, em países como Holanda, França e EUA.

Para além das músicas directamente associadas à independência de Cabo Verde, há outras desse período que ainda hoje ecoam como símbolo da identidade cabo-verdiana, como “Terra bo sabe” e “Porton di nos ilha”, de Renato Cardoso, “Nos Cabo Verde di speranza”, de Norberto Tavares, “Trabada, estuda”, de Kaká Barbosa, entre outras.

#### Identidade e mobilização

Para Manuel Brito-Semedo, a ruptura do processo colonial levou a uma exaltação colectiva, sobretudo dos jovens, que se mobilizaram para celebrar a independência. “Era um orgulho de ser cabo-verdiano e independente, saber que agora



## Alcides Spencer: “Tive um momento de felicidade”

“Labanta braço bo grita bo liberdadi” é um dos versos mais ouvidos por altura das comemorações do 5 de julho. Autor da letra e melodia, Alcides Spencer conta que a música resultou de uma

“inspiração espontânea”, durante as celebrações na noite de 4 para 5 de Julho de 1975 na hoje cidade de Espargos, na ilha do Sal.

“Eu tinha um grupo musical, que se chamava Voz Djassi, criado em homenagem a Abel Djassi, pseudónimo de Amílcar Cabral. Estávamos no meio de uma actuação e eu tive essa inspiração, ao observar a euforia do povo vivendo aquele momento de transição”, descreve.

Entretanto, meses depois, o grupo Os Tubarões passou pela ilha do Sal, a caminho da Holanda, para gravar o primeiro disco. “Foram actuar em Pedra de Lume e o meu grupo, Voz Djassi, acabou por actuar com eles. Quando cantei este tema, o meu

grande amigo e colega de infância, Ildo Lobo, pediu a minha autorização para que Os Tubarões incluíssem esse tema no trabalho que estavam a fazer, pois seria uma música adequada para o trabalho que eles iam fazer”, recorda.

Questionado se, naquele momento, tinha a noção de que seria um tema que, 50 anos depois, continuaria a ser tão importante para o povo cabo-verdiano, responde: “Sinceramente não”.

Hoje, 50 anos depois, Alcides diz-se ciente do impacto que a música tem, sobretudo nas comunidades cabo-verdianas espalhadas pelo mundo. “Eles vivem este “Labanta braço” mais do que o cabo-verdiano que vive aqui no país”, refere.

Além disso, diz sentir-se contente quando vê jovens, que nasceram depois da independência, a vivenciarem esta música como se tivessem passado por aquele período. “Eles se dirigem a mim e eu me sinto contente, porque sinto que dei um contributo para o meu país independente. Foi um momento de felicidade que eu tive”, refere.

tínhamos uma bandeira e um país nosso para construirmos”, recorda, frisando que, ainda hoje, fica arrepiado quando ouve essas músicas.

César Monteiro defende que essas músicas assumiram uma forte dimensão identitária, mas também de consciencialização e de mobilização a favor da causa da Independência Nacional. “São composições que exaltam o patriotismo, e que apelam a toda a nação cabo-verdiana para o engajamento no processo que acabava de se iniciar”, refere.

“Para nós, que vivemos intensamente aquele período e que ouvimos e dançamos aquelas músicas, elas fazem parte de nós, porque transportam-nos para aquele passado cheio de emoções, recordações, vivências e sentimentos”, descreve o sociólogo.

Defende, assim, que essas músicas passaram “a fazer parte do património identitário e cultural cabo-verdiano e é importante que sejam recuperadas, divulgadas nas rádios e televisões para que as novas gerações as conheçam”, também pela sua beleza estética e qualidade musical.

Carlos Gonçalves defende a criação de um arquivo audiovisual e documental de Cabo Verde para se preservar as músicas associadas à independência, que são “a raiz da nossa história, pensamento e cabo-verdianidade”.

Actualmente, embora o contexto não seja revolucionário, César Monteiro defende que a música de intervenção continua viva, através do rap, com artistas que denunciam desigualdades sociais, pelo que “continuarão a ser um instrumento ao serviço da mudança e do desenvolvimento do país”, reitera.

## Neu Lopes: “O Manuel d’ Novas fez com que os cabo-verdianos sentissem orgulho de quem são”

Manuel d’Novas é um nome incontornável quando se fala das músicas associadas à Independência, que são intemporais. De acordo com o filho, Neu Lopes, a morna conhecida como “5 de Julho”, mas cujo nome é “Nha armon”, foi escrita por ocasião da independência nacional e é uma dedicatória ao Luís Morais e Luís Romano.

“Em “Nôs Raça” (1978) ele fala da nossa história de miscigenação, expondo o que o africano sofreu com a escravatura e com o colonialismo. Já ‘Biografia dum criôl’ (1978), quase autobiográfica, é o percurso de todo o cabo-verdiano, com suas diferenças e nuances. É a morna do Manel que mais descreve o cabo-verdiano. São músicas com alto teor político e social, não pondo de parte a nossa cabo-verdianidade”, descreve.

Para Neu Lopes, o pai “nunca escondeu a sua ligação à causa da independência e ao, então, PAIGC. Ele tinha suas opiniões e convicções bem estruturadas e deu o seu apoio neces-

sário, através da música. Com o pós-independência, continua a tecer as suas críticas, entregue à pátria que se vai construindo, na liberdade e democracia, e chama a atenção do povo para o seu papel, importância e responsabilidade na construção de sua nação”. Refere que ainda hoje ouve as memórias escritas e gravadas que o pai deixou, que “eram declarações de um homem experiente que reconhecia de onde veio, onde estava e para onde queria que nós caminássemos”.

Enquanto familiar, Neu Lopes afirma: “Tenho a consciência que o homem e a sua obra ultrapassam o simples facto de ele ser meu pai. Manuel d’Novas enche-me de orgulho. Mas sei que enche de orgulho a qualquer cabo-verdiano que se preze. O seu senso de justiça era forte. Era um homem de família, um romântico e um grande patriota em todos os sentidos”.



## Luísa Lobo: “O Ildo tinha noção de que seriam músicas para sempre”

Luísa Lobo, viúva de Ildo Lobo, voz que marcou grande parte das músicas associadas à Independência, conta que o artista tinha

um sentido de cabo-verdianidade e de patriotismo, que caracterizou aquela geração. “Eu acho que interpretar aquelas músicas foi também uma forma de expressar aquele sentimento, não digo de revolta, mas de muita consciência de que eram necessárias intervenções através da música para consciencializar a população e ajudar a alimentar aquele sentimento de cabo-verdianidade”.

Nesse sentido, salienta que “qualquer música que falasse de sentimentos de amor, amizade, patriotismo e de consciência, tiveram do Ildo um respeito e acolhimento com a mesma importância, e um sentimento de responsabilidade na interpretação”.

No entanto, destaca os temas gravados pelo cantor, da au-

toria de Manuel d’ Novas, devido à grande afinidade que existia entre os dois, na forma de ver o mundo e a vida, apesar da diferença de idade. “Não desmerecendo os outros compositores, eu acho que essa afinidade fez com que essas músicas tivessem o impacto que têm até hoje”, afirma.

Quando questionada se acha que Ildo Lobo tinha noção, na altura, da importância que essas músicas teriam, 50 anos depois, afirma: “Ele tinha um critério muito exigente de escolher as músicas que interpretava. Eu acredito que, em relação a essas músicas que tinham a ver com a Independência, com a liberdade, ele tinha noção de que seriam músicas para sempre”.

Luísa Lobo conclui, afirmando: “Para mim e para os meus filhos, é um sentimento de muito orgulho e honra em ter tido esse ser na nossa vida de forma tão íntima. Mas acredito que a maioria dos cabo-verdianos tem esse sentimento em relação ao Ildo”.

# A geração pós-5 de Julho que canta a Independência

Cinquenta anos depois, as músicas associadas à Independência não só resistem ao tempo, como reforçam a identidade, a memória e esperança dos cabo-verdianos. Os testemunhos de cidadãos e artistas, nascidos depois de 1975, mostram que essas músicas transcendem gerações e continuam a inspirar Cabo Verde e a sua diáspora.



## Bertânia Almeida: “Viver no presente a emoção do outro no passado”

A artista Bertânia Almeida defende que “a música, em Cabo Verde, sempre foi mais do que uma expressão artística, foi e continua a ser um manifesto de liberdade, de união e de resistência cultural”, “acendendo uma memória coletiva que nos liga ao passado e a tudo o que nos moldou no que somos hoje”.

Para Bertânia, ainda que a geração do pós-independência não trave as mesmas lutas que os pais e avós, as emoções são universais e intemporais. “A saudade, a dor de uma perda ou de uma separação que sinto hoje é igual à do passado, assim como a alegria de olhar para quem se ama, ou o desejo de liberdade nas suas diversas

formas”, explica, reiterando que “cantar essas músicas é viver no presente a emoção do outro no passado”.

Admiradora de Ildo Lobo, Bertânia descreve-o como “um símbolo de resistência cultural e um embaixador da nossa música no mundo. Ildo não só cantava, mas vivia cada letra da música. Para mim, foi, sem dúvida, um dos melhores intérpretes da nossa música. A sua versatilidade manifestava-se tanto no repertório, entre coladeiras, mornas e funaná, como também nas variantes do crioulo usadas. Isso destacava-o como um grande intérprete da nossa música, que, de certo modo, nos unia a todos enquanto cabo-verdianos, acima das fronteiras insulares, sem distinções”.



## Dóris Pires: “Lutar num país que não é nosso, também é uma luta pela independência”

Enquanto emigrante no Luxemburgo, Dóris Pires salienta que qualquer música cabo-verdiana, principalmente as mais antigas, são sinónimo de saudade. “Saudades da nossa infância, do tempo em que pensávamos que dentro do rádio havia uns homens pequenininhos que cantavam as músicas”, recorda.

Ainda que tenha nascido depois da Independência, diz que as músicas desse período a marcam profundamente. Em relação ao “Biografia dum crioulo”, diz rever o seu percurso nas letras da música. “Emigrámos

‘rodeod de fariseus’, ‘nô tive sabe e margose’, ‘tud ta aventura’. Porque emigrar é isso. É lançar-se no desconhecido e ir à descoberta, ir à luta, para superar uma necessidade por melhores condições de vida”, explica. Apesar dos desafios, reafirma o orgulho de ser cabo-verdiana e emigrante.

“A resiliência está-nos no sangue! A luta de Amílcar Cabral não foi em vão. A luta e o progresso, ainda que num país que não é o nosso, é também uma luta pela independência”, conclui.



## Hilário Silva: “Essas músicas simbolizam tanto quanto o nosso hino nacional ou bandeira”

O artista Hilário Silva nasceu muito depois da Independência. Ainda assim, diz que, para ele, “essas músicas significam o que é ser cabo-verdiano e a luta dos nossos ancestrais”. E o facto de Cabo Verde se ter tornado independente, com o próprio hino e bandeira, mostra que “somos um povo pequeno que tem muita coragem, para enfrentar os desafios e crescer paulatinamente, até hoje”.

Confessa que, conforme foi crescendo, foi percebendo melhor a importância

dessas músicas, que mostram “o valor da cultura na identidade e vivência de um povo. São hinos que nós temos, que são imortais. Para nós, essas músicas simbolizam tanto quanto simbolizam o nosso hino nacional ou a nossa bandeira, por exemplo. E onde houver um cabo-verdiano, essas músicas vão ecoar como um símbolo do orgulho, resiliência e, principalmente, de prosperidade”. Conclui, afirmando que, para os mais jovens, essas músicas “mostram um caminho a seguir, enquanto uma perspectiva de vida, de coragem e de riscos”.

## Keita da Costa Santos: “Trago em mim a memória de ter vivido a independência”

Natural da ilha do Maio, Keita Santos diz que, ao ouvir as canções de invocação e de celebração pela nossa Independência, sente “a nostalgia que, creio, ser própria somente de quem terá vivido todo o drama e anseio crescentes pela soberania do país associados à expectativa de concretização das aspirações de autodeterminação, liberdade e dignidade para os cabo-verdianos”.

Cita a morna “5 de julho”, que diz que lhe transmite “uma carga emotiva muito forte”, para referir que: “o poder dessas canções é tal que, ao ouvi-las,

tenho a sensação de que trago em mim a memória de ter vivido e partilhado a alegria e o êxtase coletivo que terá percorrido o país, com o culminar da declaração da independência”.

Além disso, destaca a vertente do propósito do desenvolvimento e da melhoria das condições de vida dos cabo-verdianos, materializado no verso “fazenu um grande país respeitôde pa munde inter”, salientando os desafios que o país tem enfrentado nesses 50 anos de independência.



## Sandra Horta: “Fazem-me valorizar o meu país e a minha liberdade”

Apesar de ter nascido depois da Independência, a artista Sandra Horta diz que foi com a distância que passou a sentir a verdadeira força das chamadas músicas de intervenção, quando foi estudar em Portugal. “Quando fiquei longe, senti tudo o que era o meu país”.

Hoje, diz encarar esses temas como “uma lição e uma aprendizagem do que é que foi esse período e essa conquista para a nossa terra”. Defende que isso mostra “o poder da música, de quando é feita de dentro do coração, com uma

mensagem real”.

A l é m do orgulho e da emoção que essas músicas lhe despertam, diz sentir-se transportada para o 5 de Julho de 1975, com a morna de Manuel d’ Novas, “apesar de não o ter vivido, justamente pelo poder que a cultura e a música têm na história de um povo”. “Trazem-me toda aquela comoção e emoção, e fazem-me valorizar a minha independência, o meu país e a minha liberdade”, destaca.



## Vera Figueiredo: “É possível educar uma geração pela música”

“Nasci sete meses depois do 5 de Julho de 1975. A rádio era uma constante

em casa e a minha mãe uma apaixonada por música. Por isso, essas músicas cedo me entraram pelos ouvidos adentro”, recorda a cidadã Vera Figueiredo.

Admite que demorou alguns anos para entender a essência de algumas letras. Ainda assim, refere-se a “Biografia dum crioulo” como um hino. “A prova de que é uma música atemporal foi a importância que ganhou depois do CAN 2013, ao ser cantada pelo então treinador da nossa selecção de

futebol”, o Lúcio Antunes, recorda.

“A morna “5 de Julho” me fez entender o que eu ouvia dos meus avós e dos meus pais sobre as humilhações sofridas. ‘Labanta braço’ até hoje faz todo o sentido, porque ainda não conseguimos a nossa liberdade plena, temos ainda algumas correntes mentais a serem quebradas. “Nos raça” é uma amostra da nossa história enquanto uma raça misturada, que fez com que eu passasse a procurar mais e mais informações sobre a minha história e a história do meu país”, descreve. Por isso, Vera considera que: “é possível educar uma geração pela música. Eu sou fruto das músicas produzidas e difundidas na minha casa”.

Sequela de meio século de “autonomia” tutelada

# Entre os vícios constituintes da soberania e a prescrição da ética - notas típicas



José Mendonça Monteiro

Vivi meus primeiros anos sob um manual pedagógico monocromático, impregnado de uma única doutrina interpretativa, quase como se o pluralismo de ideias fosse cláusula proibida. Fui-me desenvolvendo sob a vigilância constante do monopólio institucional, este que, em nome do suposto “interesse superior do menor cidadão”, exercia um amor jurídico típico: concentrado, vinculativo e, não raro, de natureza opressiva. Nesta solene ocasião, invoco a todos a erguerem-se e, em uníssono, entoarem comigo o cântico normativo, como bons súbditos de um afeto estatal:

*Sol, suor, o verde e o mar,  
Séculos de dor e esperança;  
Esta é a terra dos nossos avós!  
Fruto das nossas mãos,  
Da flôr do nosso sangue:  
Esta é a nossa pátria amada.*

*Viva a pátria gloriosa!  
Floriu nos céus a bandeira da luta.  
Avante, contra o jugo estrangeiro!  
Nós vamos construir  
Na pátria imortal*

*A paz e o progresso!  
Nós vamos construir  
Na pátria imortal  
A paz e o progresso!  
Ramos do mesmo tronco,  
Olhos na mesma luz:  
Esta é a força da nossa união!  
Cantem o mar e a terra  
A madrugada e o sol  
Que a nossa luta fecundou.*

*Viva a pátria gloriosa!  
Floriu nos céus a bandeira da luta.  
Avante, contra o jugo estrangeiro!  
Nós vamos construir  
Na pátria imortal*  
A paz e o progresso! (Cabra, Esta é a nossa pátria amada)

Logo após o levantamento popular que arquivou, por manifesta perda de eficácia histórica, o regime de cariz marxista-leninista, instaurou-se com grande pompa o que se auto-intitulou como um movimento democrático. Alegavam os seus

promotores que estávamos perante uma governação de matriz pluralista e humana nos termos e para os efeitos do artigo da esperança coletiva. Contudo, bastou folhear as páginas seguintes do processo democrático para reconhecer que os autênticos “sujeitos ativos” da primeira república democrática não eram mais do que reincidentes políticos do regime anterior.

Cinco anos volvidos e com a moral do povo já em sede de pré-falência técnica emergiu a chamada Convergência Democrática, um movimento que alegava em sua petição inicial que lutava pelo desenvolvimento e inclusão social. Porém, uma análise sumária das provas fotográficas dos órgãos de soberania denunciava uma litispêndia de nomes.

Já na viragem do milénio, quando o povo começava a suspeitar de que o “Estado Democrático de Direito” era só um princípio e não uma prática, surgiu o movimento da Renovação Democrática, qual petição de embargo declaratório contra a rotina política. Alegavam que a democracia precisava de “atualizações regulares”, como se de um antivírus governativo se tratasse. Eu, já escaldado por tantos acórdãos inconclusivos, só pude anotar no meu diário: “Renovar não é necessariamente mudar às vezes é apenas reeditar as amizades políticas. Portanto, volto a convocar-vos, nobres patriotas e réus deste sistema, para que de pé entemos juntos o nosso atual refrão:

*Canta, irmão  
Canta, meu irmão  
Que a liberdade é hino  
E o homem a certeza  
Com dignidade, enterra a semente  
No pó da ilha nua  
No despenhadeiro da vida  
A esperança é do tamanho do mar  
Que nos abraça  
Sentinela de mares e ventos  
Perseverantes  
Entre estrelas e o Atlântico  
Entoa o cântico da liberdade  
Canta, irmão  
Canta, meu irmão*

*Que a liberdade é hino*

*E o homem a certeza!, (Silva; Lopes,  
Hino da liberdade)*

Mal cessou a vigência do regime que privou a soberania popular em nome de um punhado de libertadores épicos (e já senis), a herança nem teve o privilégio de se descansar jacente. Procedeu-se logo, à partilha extrajudicial da res pública. A plateia internacional, os veneráveis gigantes democráticos, aplaudiu: quanto mais liberal e ambicioso a elite dirigente, mais ousada se torna a celebração de acordos de exploração extraterritorial, afinal, o neocolonialismo já não vem de uniforme, mas sim de fato e gravata, com cláusulas leoninas e fundos de investimento. A democracia, até trouxe consigo a tão prometida “transparência”, porém, ainda longe da transparência de cristal suíço, e sim igual a certos vidros e pára-brisas fumadas das viaturas públicas e privadas, do país ostentadas pelos Cristãos adúlteros.

Durante cinquenta anos, sim, cinquenta, fomos mandatários da boa vontade estrangeira, auditores das políticas impostas, e operadores logísticos dos recursos alheios. Não criamos riquezas; apenas carimbamos cheques de terceiros com o selo da soberania local. E agora, perante o rumor do fim do patrocínio natalício da Millennium Challenge Corporation (MCC), que nos trouxe ilusões, somos chamados à prova final: governar com o que é nosso. Sol? Temos. Mar? Até sobra. Vento? Em abundância. Localização estratégica? Sim, mas ainda sem tarifa. Céu? Se alguém pagar, é nosso também. Quem sabe. Já vimos o Vietname, o Ruanda e o Botsuana fazerem isso. E nós, insulares teimosos e resilientes, vamos continuar à espera de relatórios da OCDE para começar?

E quanto à corrupção, essa figura penal que por cá virou entidade metafísica? A legislação sobre declaração de património? É quase mitológica: existe no papel, mas os seus efeitos processuais são invisíveis à

lupa do titular da ação penal. Quantos foram os não-declarantes punidos por enriquecimento ilícito? Entre ninguém e coisa nenhuma.

A res nunca foi propriamente “pública”. É do público que traz apelido com pedigree, com assento vitalício no livro de honra das árvores genealógicas plantadas logo após a cessação do domínio colonial. É um regime meritocrático... desde que se herde o mérito. Altos cargos públicos, não é procurado; é transferido inter vivos ou por causa mortis. Nas raríssimas exceções em que o rebento da elite não é investido como Ministro da República, ao menos garante-se-lhe um cargo com imunidade diplomática, uma cadeira no Parlamento, ou uma assessoria de Estado com nomeação em Diário da República, como manda a boa técnica de perpetuação patrimonial e simbólica do poder. A administração pública foi, de fato, transformada num instituto sucessório camuflado de currículo.

Aliás, Cabo Verde, é o único país no mundo em que um vulcão (sim, o Monte-Jora) figura, na prática, como propriedade de uma dinastia com sobrenome tradicional, não do Estado. E como se não bastasse a apropriação fundiária da terra fértil e da lava quente, agora até as águas interiores da costa estão sob risco de se tornarem bens indivisíveis em herança pré-anunciada, na contramão de qualquer princípio republicano.

Mas voltemos à política, essa ciência que, segundo Aristóteles, é natural ao ser humano. Diz o estagirita que “o homem é por natureza um animal político”, ao que Platão responde com a advertência atemporal: “o castigo dos bons que se abstêm da política é serem governados pelos maus.” Uma Independência, que, insiste em subestimar e a promover a mediocridade como critério de inclusão e a Democracia, que, manipula com promessas de participação, enquanto as decisões reais são tomadas nos bastidores por quem domina o jogo desde o berço.

O “Guerreiro”, interroga, com o peso dos anos e das frustrações constitucionais: foi para isto que se hasteou as bandeiras da independência/Democracia? O Zezé de Nha Reinalda cantou: “KA TEM NINGUÉN KI CRÊ NHA TERRA MÁZ KI MI, BASTA DÂM UM TXON NA PRAÍNHA I GARANTI NHÁ MUDJER TRABADJU NA TACV”... bem, eu pediria: a independência económica/financeira, a democracia efetiva e a justa distribuição de riquezas. Não perdi a esperança. Mas perdi, talvez, a ingenuidade. Porque a independência/Democracia não é só um ato político, é uma luta diária. Portanto, demando que, pela última vez, de joelhos, entoem comigo!

*Nós Cabo verde di sperança (...);  
Mas sperança ka é só di xinta spera;  
Ka nu dexa tudo só pa stado fassi(...);*

*Nu djunta mó nu compu nós terra;  
Cada um di nós é um Cabral (...);*

*Nô Cabo verde vive só di sperança;  
Sperança ma um dia nu tá vive dreto;  
Sperança ma um dia nu pode simia;  
Nu cõdji, nu kúme (...);  
Sperança tá continua ti ki dia?  
Ki dia ki nos Cabo ta vira Verdi?, (Tavares, Nós Cabo verde di sperança)*

Hélder Paz Monteiro

# (IN)DEPENDÊNCIAS

## Uma travessia visual dos 50 anos de liberdade (e das suas contradições)

A presente proposta surge como um olhar autoral, crítico e sensível sobre os 50 anos da independência de Cabo Verde. O título - (IN)DEPENDÊNCIAS - é intencionalmente ambíguo: evoca tanto a conquista da liberdade em 1975 quanto as permanências (económicas, políticas, culturais) que ainda hoje nos ligam a formas subtis e explícitas de dependência, nomeadamente em relação aos antigos colonizadores. Esta é uma série fotográfica, documental-poética, que propõe uma leitura pessoal e simbólica da independência, propositadamente distante das cronologias histórico-institucionais. Por demasiado tempo, o tempo de uma vida, a minha, A HISTÓRIA, foi a minha História. Hoje, são as estórias que este olhar viu e viveu nestes 50 anos, o que aqui trago. Aquelas que cada um de nós poderia, à sua maneira, contar, deste país nosso. Esta é a minha.

### Um ensaio de Hélder Paz Monteiro com a participação de Jorge Carlos Fonseca

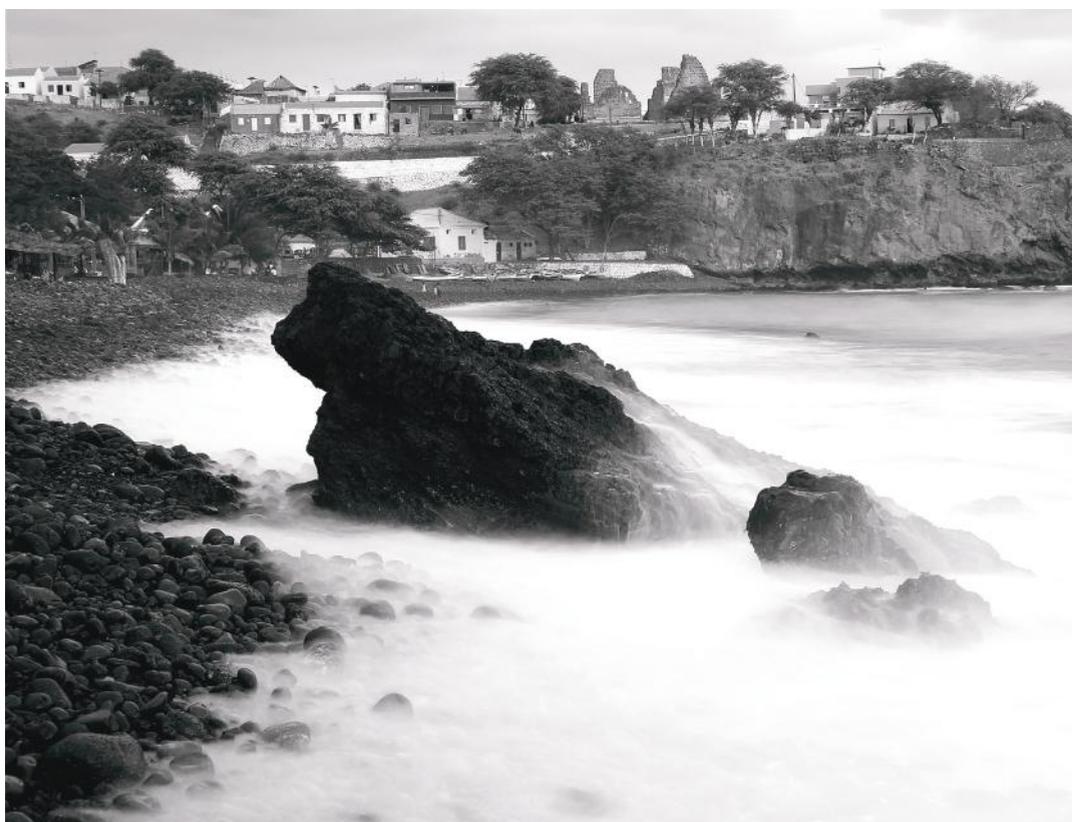
Procura o génio  
entre o talento  
e a bravura de silêncios,  
um milhão de rostos  
numa só pátria.

Arraçado oceano,  
onde soçobram caravelas  
e emergem variegados heróis  
na agitada metáfora da route.  
Agigantam-se,  
entre secas planícies,  
pantanosos arrozais  
e montanhas de sabor azul,  
ali onde medram esperanças,  
ecoam lutas,  
se tecem amores e traições,  
porque há  
sangue,  
hino,  
suor, o verde mar,  
Liberdade e Homem,  
a dor sinuosa e colorida que faz germinar,  
em triunfo e paixões,  
o arquipélago inteiro.

Indomáveis ilhas, estas,  
de achadas de sol,  
mel,  
atléticos e sedosos cetáceos,  
os pássaros de Barbosa  
e a excêntrica bicharada dos ilhéus,  
seios e búzios  
de irrepetíveis melodias.

Sentam-se, então,  
coniventes, as estrelas,  
dez,  
diante de uma porta circular,  
fulgurante a música,  
uma roda-viva num gigantesco pano  
bordado de olhares,  
gritos, estandartes,  
cimboas, súbias,  
guerreiros, violinos e tambores,  
olhando para cima  
e proclamando em unísono: «Sima Diós Kré!»

Jorge Carlos Fonseca



### O (des)conhecido — rosto.

Somos o futuro de um passado, que assim se quis presente. Que futuro seremos deste presente, quando já for passado?



**(Elas) As 10 Estrelas - as guardiãs.**

Dez ilhas de memória e vida bordadas em panos, olhares e gestos. Dez estrelas vivas. De que outro céu, senão o nosso.



**(Só)Zinho no mundo – o mar.**

Nosso, espelho e alma, berço e destino, ponte e caminho, partida e regresso, sonho e (sobre)vivência. Somos poucos e pequenos, mas é à nossa porta que o mar bate todos os dias.



**Cidade Velha - o início.**

No início o mar. Como há milhões de anos, muito antes de nós, a moldar as pedras que seremos. No topo da falésia o casario, tranquilo, observa e guarda, todos os dias, a memória daquele dia inaugural.



**Do (m)ar e(stre)las – povo antigo, nação jovem**

Da noite imensa, inicial e sem estrelas, às estrelas cintilantes de todas as nossas noites.



**(Como) Deus quer - gestos e silêncios**

Este é o país onde o mar se encosta para descansar. País em que o ritmo do dia pulsa ao compasso das marés, e onde o mar é espelho e ofício, sima diós kré.



Carlos Carvalho

# Saravá...Cinquentões!!

## CABO VERDE

O processo independentista-berdianu foi seguramente o mais complicado. O PAIGC sempre teve problemas em gerir esse processo.

Para tentar acalmar os ânimos dos “impacientes independentistas-berdianus”, chegou até a formar dezenas de jovens para um “Desembarque”, à Fidel em Cuba, desembarque k caba pa ca contisi.

Pela sua localização estratégica, as ilhas caírem nas mãos dos comunistas seria de todo inaceitável.

O novo poder em Portugal não pretende, de forma alguma, abrir mão da sua “joia-das-colónias”.

É pressionado a não ceder, mas, o curso da história estava traçado.

PAIGC cá luta 11 anu pá Guiné k Kau Berdi pá, na fin, sair só com um dos motivos de sua luta.

Um intenso período de transição se viveu nas ilhas, acabando o PAIGC por se impor e assumir, a solo, a independência das ilhas.

## MOÇAMBIQUE

Moçambique terá sido menos complexo que o caso de Cabo Verde. A FRELIMO chega a independência como única força lutadora para esse desiderato. O processo “independentário” não foi tão conturbado como, por exemplo, em Angola, onde as armas nunca calaram.

## SÃO TOMÉ

São Tomé e Príncipe, seguramente, foi mais pacífico ainda, com o MLSTP assumindo o caminho para a independência.

## GUINÉ

A Guiné é, de todo, um caso “aparte”. A se considerar 1975, a Guiné é o “irmão-mais-velho” das 5 colonias, no que tange a idade de Nação Livre e Independente.

Chegados a independência, a história dos 5 mudou.

## DENOMINADORES-COMUNS

Porém, há/houve casos que podemos considerar de “denominadores-comuns”.

Os “Partidos-históricos” assumiram a gestão dos países recém-independentes.

Todos esses Partidos se transfor-

maram naquilo que entrou na história como Partido-Único.

Os Países-maiores dos 5 continuam, até hoje, sendo dirigidos pelos “Partidos-históricos”.

Em todos, nos anos 90, instalou-se a democracia.

Em 2, os “Partidos-históricos” nunca saíram do poder (Angola e Moçambique)

Em 3, houve alternâncias no poder (Cabo Verde, Guiné, e S. Tomé e Príncipe)

## BONS E MAUS CINQUENTÕES

Depois das independências, Os-5 escreveram outras narrativas; as histórias raras vezes se convergiram, mesmo que, seguindo ainda o exemplo das lutas de libertação, criaram uma organização a que deram o nome de PALOP, para concertarem suas políticas.

Esta organização, pá nós, cá merece li...nen un atenson!!

Era meu desejo juntar os “Cinquentões”, para obviar esta reflexão, mas não seria fácil. Os percursos foram, como dito anteriormente, diferenciados.

De facto, há um único bom-cinquentão pelo que não vou dedicar-lhe muita atenção. Bastas são os elogios que o mundo lhe dedica.

E...caba de subi más un degrau, Médio-Alto, no seio das nações do mundo.

Ao contrário, há um “mau-cinquentão” a quem vou dedicar mais atenção. Todos já sabem a que “cinquentão” me refiro.

## POS-INDEPENDÊNCIA

### ANGOLA + MOÇAMBIQUE

Estes dois “cinquentões”, apesar de terem enfrentado décadas de duras lutas fratricidas, nunca conheceram os famosos “golpes-de-estado”.

Essa longa luta entre irmãos fez com que não tivessem atingido as aspirações de vida melhor que os seus cidadãos esperavam conhecer “pós-ida dos tugas”.

Todos os dados das organizações internacionais demonstram isso: no ensino, na saúde, na infraestruturização do país, etc., etc.

Tudo pode ser desculpado por essa guerra, adicionando a notória má-governança dos seus dirigentes, com alegadas corrupções graves minando todo o aparelho de estado.

S. TOMÉ E PRÍNCIPE

S. Tomé é um caso raro.

Sem aparentes motivos para tal, sempre andou em turbulências, com ameaças e mais ameaças de golpes; com golpes palacianos-constitucionais reais, o país viveu sempre na instabilidade.

Felizmente, nunca descambou em guerra entre irmãos. Raras as vezes os partidos ganhadores das eleições cumprem o mandato.

Mas, nisto, o Pior-Cinquentão-mesmo...é:

## MINHA-OUTRA-TERRA

Ayan!!

A “minha-outra-terra” é campeão de mau-aluno, campeão de “mau-cinquentão”!!

Na verdade, cumesa midjor k tudu és.

Na boca-mundo, graças à sua brilhante LLN e ao seu líder, “nha-utru-terra” txiga anu 80 de século 20, k fama na mundu.

Mama Djombo, famoso conjunto guineense cantou:

Pikinu na tamanhu...ma garandi na fama

1980

Má sima pá azar, começou a doença dos golpes.

Foi no já longínquo ano 80.

Mata-ribo-di-mata; golpi-ribo-di-golpi; guerra-civil: tudu di mau kontisi na “minha-outra-terra”!

“Minha-outra-terra” nunca mais “apanhou pé” di sua cabeça!!

Enquanto todos os “Cinquentões-turbulentos”...ultimo foi nós mansus-amigus-moçambicanos...estão tirando cabeça da água, “nha-utru-terra” teima em se enterrar na lama.

Povo, de tanto “cá panha pé” di sua cabeça, em vez de escolher um brilhante-líder, resolveu escolher um Presidente “fajuto”, “tranbikeru”, despreparado, enfim!!

O Presidente resolveu...já tinha resolvido...ser Ditador!!

Ele é o Único; Omnipresente; Omnipotente!!

Txuba cai...é SE

Sol sai...é General

Bentu supra...é Presi

Mar intxi...é El-Mohtar

Mar baxa...

Má “minha-outra-terra” caba na nada!!

Todo o mundo tem medo do General General tem alcance até para man-

dar mi sotar...mi li na Txada xintadu.

Políticos, tudu k medu.

Manda prender-bazar gaz-sotar-“fuguiar”.

Nin mancara ca ta quebra, como se diz na minha-outra-terra!!

E...é recebido em todos os palácios do mundo.

Ele é...tu-ca-tu-la com: rapasinhua-Macron; Ntoni-Goes; Patakeru-Rebelo-di-Souza; Mufinu-Neves; Macambuzio-Lourenço; teatrista-Zilensky, até com Sotador-Putin!!

Pantimineru, como é, até já foi fazer paz:

Na Leste; na Gaza; na Iron-Israel!!

Já prometeu pôr o Doido-Trump na linha se este “dar-para-doido”!!

Enfim!!!

E...já foi convidado para vir assistir ao nosso cinquentenário.

Ah, Cabra!!!

Pa ké k bu dá bu vida!!!!!!!

Bando di labregus dirigindo teu país!! Mandato do Ditador acabou.

Resolveu ma ca sa ta sai di Polasiu...

Lá está!!

Forti tristeza!!

E...

CPLP-PALOP

Estas organizações que não existem vão para o Palácio-do-Ditador dar-lhe “curu” di Presidente da CPLP.

E...querem que o Povo-da-CPLP vos leve a sério.

Os Presidentes vão legitimar um Ditador, tornando-o Presidente da CPLP.

Paxenxa!!

## CONCLUINDO

50 anu dja passa.

Un sta rei-di-bon; otus, más-o-menus; otus, na labi-labi...na lama!!

Meus desejos é que todos estejam, nos próximos pelo menos dez anos, como estão estas 10 ilhas fuliadas na meio-Atlântico.

Tivemos a sorte de, desde o início, sermos geridos por gente-que-ama-sua-terra. Gente que deixou tudo para fazer este povo feliz.

Eles são todos, hoje, setentões/oitentes/noventões!!

Boa parte não está no mundo dos vivos.

A vós, dedico este artigo...esta reflexão!!

E...Sarava...cinquentões!!

30/06/2025

O 25 de Abril de 1974, marcou o fim da guerra nas colónias portuguesas.

A Luta de Libertação dos Povos das colónias chegara ao fim, depois de mais de uma dezena de anos.

Um complicado período, que se convencionou designar “de transição”, se seguiu nos diferentes espaços.

A Luta e esse período acabaram por conduzi-las às independências, em 1975.

Assim, és tudu kuaji ta completa 50 anu.

São estes “cinquentões” a quem me refiro nesta reflexão.

## HISTÓRIA DIFERENCIADA

Dirigidos pelo PAIGC, de Cabral; MPLA/FNLA/UNITA, Angola, de Neto, Holden e Savimbi; FRELIMO, Moçambique, de Mondlane e Machel; e MLSTP, de Pinto da Costa, dentre estes países-novos-nascidos, só a Guiné escreveu uma história diferente.

Uma luta de libertação exemplar fez com que a Guiné se autoproclamasse independente ainda em 1973, constituindo assim a única excepção no critério “aceso a independência”.

Em 1975, aquando da independência, de jure, dos outros territórios, a Guiné já era reconhecida pa kuazi tudu mundu.

Vamos por partes.

## PERÍODO DE TRANSIÇÃO

### ANGOLA

Para chegar a independência, Angola teve nos 3 Movimentos, 3 pretendentes ao louro de Movimento-Líder e, consequentemente, seu líder assumir a liderança do país. Uma longa e violenta luta fratricida se abriu, luta que durou décadas até ao desaparecimento do Chefe da UNITA.

Angola conheceu, durante estes 50 anos, 3 Presidentes, sempre com o mesmo Partido no poder.

Comemorações 5 de Julho

# Platô é o grande palco das celebrações

O Platô é este fim-de-semana, nos dias 04 e 05 de Julho, o grande palco das celebrações culturais alusivas ao cinquentenário da independência nacional.

■ A Nação

Com espectáculos de música, dança, performances, cinema ao ar livre, moda tradicional, exposições culturais e conferências, em diversos palcos. A abertura da Noite de Independência acontece às 20h30 de sexta-feira, 04, em frente ao Quintal da Música.

Previstos estão fogos de artifício que “iluminarão todos os concelhos do país”, à meia-noite do dia 04, sexta-feira, para sábado, dia 5.

Para sexta-feira, no Palco da Música Tradicional, localizado na zona de Ponta Belém, actuarão Xibiote,

Mudjeris di Rincom e Katy.

Paralelamente, no Palco da Morna e da Diáspora, localizada na pracinha da Escola Grande, actuarão Zulu e Banda, Banda de Caco, Rui di Bitinha, Ronilda Ramos, Arymar, Albertino, Mindela e Viaji na Mi, Ano Nobo Quarteto com Gil Moreira e Batuku.

Ainda na noite do dia 04, sexta-feira, no Palco da Música e Memória, localizado em frente ao Quintal da Música actuarão artistas como Neyna, Lil Mario, Primitive e Anamika.

Para o dia 05 de Julho, estão agendadas várias actuações no Palco da Morna e da Diáspora, com destaque



para o concerto do conjunto Bulimundo, com Meno Peta e Katy Dias.

No Palco da Música e Memória actuarão artistas e grupos como Ferro Gaita, Tubarões, Bau e Tio Lino, enquanto no Palco da Música Tradicional actuarão Bitori Nha Bibinha, Rabenta e Katuta Branca.

As actuações musicais começam sempre às 20h30.

### Outras atividades

Além do programa musical, no dia 04 terá lugar a

inauguração da exposição e apresentação do “Catálogo da Macaronésia 1975-2025”, a conferência internacional “O Progresso de Cabo Verde, 50 anos após a independência: Diálogos Literários Antes e Depois da Independência”, lançamento do selo alusivo aos 50 anos de independência e a abertura oficial da Grande Feira do Livro.

Para o dia 05 terão lugar a tradicional deposição de coroa de flores no Memorial Amílcar Cabral, pelo presidente da República, sessão

solene na Assembleia Nacional, desfile das forças de segurança e forças vivas, abertura da exposição “50 Anos das Nações Unidas em Cabo Verde”, desfile das Tabancas da Achada Grande, Várzea e Achada Santo António e momentos de dança, cinema, mostra de artesanato e jogos tradicionais.

Às 00h de sexta-feira, 04, acontecerá o espetáculo de fogos de artifício, agendado para acontecer em todos os concelhos do país.



## Acontece

▶ - Lançamento do livro “Nuninha” de Andreia Tavares de Sousa, hoje, quinta-feira, 03, às 18h no Auditório do Banco Interatlântico / Garantia, na Cidade da Praia

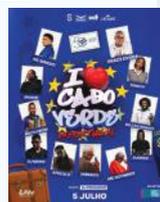


▶ - Exibição do documentário “Canhão de Boca”, de Ângelo Lopes, na Kaza Terra Terra, no Palmarejo, Cidade da Praia, sexta-feira, 04 de julho, às 18h

▶ - Grande Feira do Livro de Cabo Verde 2025, no Largo do Memorial Amílcar Cabral, na Cidade da Praia, de 04 de julho a 13 de julho



▶ - “I Love Cabo Verde in Portugal”, no LAV - Lisboa ao Vivo, sábado, 5 de julho, às 22h



▶ - Semana Internacional da Gastronomia Cabo-verdiana, na FIC, na cidade da Praia, até ao dia 06



## Aconteceu...



▶ - XII Diálogo Estratégico – “Cabo Verde 2075: Construindo um novo consenso para o desenvolvimento”, 28 de Junho, das 17h às 19h30, no Estádio da Várzea, Cidade da Praia.

# APN

ÁGUAS DE PORTO NOVO

# 20

# ANOS

2005 ~ 2025

EM JULHO DE 2005, FOI  
CONSTITUÍDA A APN,  
PRIMEIRA PARCERIA  
PÚBLICO PRIVADA DO PAÍS,  
PARA CONSTRUIR E OPERAR  
UMA INFRAESTRUTURA  
HIDRÁULICA DESTINADA A  
GARANTIR O SERVIÇO  
BÁSICO DE ABASTECIMENTO  
DE ÁGUA POTÁVEL À CIDADE  
DO PORTO NOVO.



**APP**  
ÁGUAS DE PONTA PRETA



 @AguasPontaPreta  
[aguaspontapreta.cv/apn](https://aguaspontapreta.cv/apn)

# Classificados



## Anúncio de Abandono de Lugar

A Spencer Construções & Imobiliária Lda., com sede em Ponta de Lavada-Ribeira Grande, matriculada na Conservatória dos Registos da Ribeira Grande sob o nº252855728/120061031, NIF 252855728, comunica ao trabalhador **Keven Leonardo Da Rosa**, ausente em parte incerta, desde o dia 07 de Junho de 2025, sem que até a data tenha apresentado qualquer justificação do motivo da sua ausência, que, nos termos do disposto nos artigos 244º e 245º do Código Laboral Cabo-verdiano, as referidas faltas injustificadas configuram abandono de lugar.

Assim sendo, considera-se, para todos os efeitos legais, que rescindiu unilateralmente o contrato de trabalho, sem aviso prévio, desvinculando-se do contrato desde o primeiro dia que deixou de comparecer ao serviço.

Mais se informa ao referido trabalhador que pode ilidir a presunção, caso demonstrar nos próximos cinco dias que esteve temporariamente impedido de se comunicar com a empresa e que o fez logo que foi possível.

Cidade da Praia, 30 de junho de 2025.

A Entidade Empregadora,

### SEDE Central

Santo Antão - Ponta de Lavada - Ribeira Grande - Cabo Verde - CP n.º 1  
Tel. (238) 221 23 23 / Fax. (238) 221 24 33 / Site. www.sci.cv/E-mail. sci@cvtelecom.cv

### SUCURSAIS

Santo Antão - Cidade do Porto Novo - Rent-a-Car - Tel. (238) 222 27 37/Mov. (238) 995 15 15 São Vicente - Rua Angola - Tel. 232 56 56 | Fax 232 56 57  
Santiago Rua Santa Luzia no 43 - Palmarejo - Tel. 262 03 03 | Fax 262 09 21

## Telecenter Elias Monteiro

### Anúncio nº02/2024/2025

O Senhor **Juvenal Lopes Correia**, residente em Achada Grande Frente, contratado para prestar serviços à Empresa **Telecenter Elias Monteiro**, com espaço comercial no aeroporto internacional **Nelson Mandela** na cidade da Praia, deixou de comparecer no seu posto de trabalho, desde o dia 10 de Fevereiro de 2025, sem que tenha comunicado o motivo do não comparecimento e nem tenha apresentado qualquer justificação, perfazendo no momento da abertura deste processo de abandono do lugar, o total de 70 faltas injustificadas.

Nos termos do nº2 do artigo 244º do Código Laboral de C.V. a não apresentação do trabalhador no seu posto de trabalho por dez dias seguidos é suficiente para se presumir abandono de lugar o que, por força do nº1 do artigo referenciado equivale à rescisão do contrato de trabalho sem aviso prévio, por parte do trabalhador.

Assim, visto o disposto no art.245º do código supramencionado, considera-se o senhor **Juvenal Lopes Correia**, desvinculado da empresa desde o dia 10 de Fevereiro de 2025.

Cidade da Praia, 25 de Junho de 2025.

A Sócia-gerente



Ministério da Agricultura e Ambiente  
Direção Nacional do Ambiente

## ANÚNCIO

### “VILLAS DE LUXE – ALDEAMENTO TURÍSTICO”

#### ILHA DA BAOVISTA

A Direção Nacional do Ambiente torna público que no âmbito do Decreto – Lei 27/2020, de 19 de março, que estabelece o regime jurídico de Avaliação de Estudos de Impactes Ambientais dos projetos públicos ou privados suscetíveis de produzirem efeitos no ambiente, no seu artigo 15º - participação pública, encontra-se à disposição do público em geral o Estudo de Impacte Ambiental do projeto denominado “VILLAS DE LUXE - ALDEAMENTO TURÍSTICO” do proponente BERNARDO FURTADO para conhecimento, consulta e comentários dos interessados. O referido Estudo encontra-se dentro das horas normais de expediente, de 17 de junho a 16 de julho nos seguintes locais:

- [www.maa.gov.cv](http://www.maa.gov.cv);
- Página de Facebook do Ministério da Agricultura e Ambiente;
- Direção Nacional do Ambiente – Localizado em Chã de Areia;
- Câmara Municipal da Boavista;
- Delegação do Ministério da Agricultura e Ambiente Boavista.

Obs: Os comentários, questões ou outros contributos escritos poderão ser entregues pessoalmente na Direção Nacional do Ambiente/Delegações ou enviados para o contato eletrónico: [rosiana.semedo@maa.gov.cv](mailto:rosiana.semedo@maa.gov.cv) com conhecimento de Celestino [Barbosa@maa.gov.cv](mailto:Barbosa@maa.gov.cv)

Cidade da Praia, 18 de junho de 2025

A Diretora Nacional do Ambiente



Ministério da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

## EXTRATO

Certifico narrativamente para efeitos de segunda publicação, nos termos do nº 5 do art. 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia dezanove de junho de dois mil e vinte e cinco, no Cartório Notarial de Santa Catarina, perante mim, Lic. Jandira dos Santos Cardoso, Notária por substituição, no livro de notas para escrituras diversas número **92**, a folhas 28 a 29, foi lavrada uma escritura pública de **Habilitação Notarial**, por óbito **Pierre Robert Loubet**, falecido no dia seis de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, em Suíça, natural da França, com última residência em Chã de Tanque, no estado de casado com Maria de Fátima da Moura Monteiro Loubet, sob o regime de comunhão de adquiridos.

Que o falecido não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, não deixou descendentes, nem ascendentes vivos e deixou como única e universal herdeira, a sua esposa Maria de Fátima da Moura Monteiro Loubet, viúva, natural da freguesia e concelho de Santa Catarina,

Ilha de Santiago, residente em Chã de Tanque.

Que não existem outras pessoas que, segundo a lei, preferam à indicada herdeira, ou com ela possam concorrer na sucessão à herança do referido **Pierre Robert Loubet**.

Está conforme o original.

Mas se informa que, nos termos do número 5 do artigo 86º A e do 87º do Código Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

Cartório Notarial de Santa Catarina, aos dezanove de junho de dois mil e vinte e cinco.

Emol.....1.000.00

Imp. de selo: 200.00

Total: .....1.200.00 (mil e duzentos escudosRegist

Conta nº: 952505

DGRNI, Cartório Notarial da Região de 2º Classe de Santa Catarina, Palácio da Justiça RC/Direito - Avenida da Liberdade - Assomada, CPº, Cabo Verde, Telefone +(238) 265 54 99 / VOIP (333) 6932, (333) 6933, Email: [Cartoriosantacatarina@gov.cv](mailto:Cartoriosantacatarina@gov.cv)



## CONCURSO PÚBLICO NACIONAL Nº 005/ASA/DFA/2025 EMPREITADA DE BENEFICIAÇÃO EXTERIOR E DA COBERTURA DO EDIFÍCIO CENTRO DE CONTROLO OCEÂNICO DO SAL

### 1. ENTIDADE ADJUDICANTE:

ASA – Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A, com sede no Edifício do Centro de Controlo Oceânico do Sal, sito no Aeroporto Internacional Amílcar Cabral, Cidade de Espargos, Ilha do Sal, Caixa Postal n.º 58, número de identificação fiscal 200166972, tel.: n.º +238 2419200, correio eletrónico: [dfa.compras@asa.cv](mailto:dfa.compras@asa.cv).

### 2. ÓRGÃO COMPETENTE PARA A DECISÃO DE CONTRATAR:

ASA – Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A.

### 3. ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA CONDUÇÃO DO PROCEDIMENTO:

Direção Financeira e Administrativa – Departamento de Gestão de Aquisições, da ASA, S.A.

### 4. FINANCIAMENTO:

As despesas decorrentes da contratação do objeto deste procedimento correrão por conta de recursos próprios, consignados no orçamento da ASA, S.A.

### 5. OBJECTO DO CONCURSO:

O presente concurso tem por objeto a realização da **EMPREITADA DE BENEFICIAÇÃO EXTERIOR E DA COBERTURA DO EDIFÍCIO CENTRO DE CONTROLO OCEÂNICO DO SAL**, de acordo com as disposições constantes na Parte II - Cláusulas Técnicas do Caderno de Encargos.

### 6. LOCAL DA EXECUÇÃO DO CONTRATO:

Edifício Centro de Controlo Oceânico, Aeroporto Internacional Amílcar Cabral, Ilha do Sal.

### 7. VISITA AO LOCAL DA OBRA

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração das propostas, os interessados poderão inspecionar o local de execução da Empreitada e realizar nele os reconhecimentos que entenderem indispensáveis à elaboração das suas propostas, devendo inteirar-se de todos os condicionalismos locais que influam no modo de execução da obra.

Para os efeitos previstos no número anterior, o pedido deverá ser remetido através do correio eletrónico indicado no n.º 1 do presente Anúncio do Concurso, até ao termo do prazo para a apresentação de pedidos de esclarecimento, e sempre com o período mínimo de 48 horas de antecedência face à data pretendida.

### 8. PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:

O contrato tem a sua vigência até a data da Receção Provisória da Obra, consoante o prazo de execução apresentado na proposta vencedora, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da Receção Definitiva da Obra.

### 9. OBTENÇÃO DOS DOCUMENTOS DO CONCURSO:

9.1. As peças do procedimento encontram-se disponíveis no Portal da Contratação Pública, disponível em <https://www.mf.gov.cv/web/ecompras/concursos-abertos>.

9.2. Para efeitos de consulta dos interessados, as peças do procedimento encontram-se patentes na Direção Financeira e Administrativa da ASA, na morada indicada no ponto 1, onde podem ser examinadas durante as horas de expediente, das 08H00 às 15H30.

### 10. PROPOSTA VARIANTES:

Não é admitida a sua apresentação.

### 11. REQUISITOS DE ADMISSÃO:

Podem ser admitidas todas as empresas nacionais que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 70.º do Código da Contratação Pública.

### 12. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS:

As propostas e todos os documentos que a acompanham devem ser submetidos de acordo com as normas estabelecidas no ponto 11 do Programa do Concurso.

### 13. IDIOMA DOS DOCUMENTOS:

As propostas e os documentos que as acompanham devem ser redigidos em língua portuguesa ou, no caso de não o serem pela sua própria natureza ou origem, serão acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a sua prevalência, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.

### 14. PRAZO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS:

Os interessados devem entregar as respetivas propostas, **até às 12H00 do dia 5 de agosto de 2025**.

### 15. PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS:

Os concorrentes ficam obrigados a manter a validade das suas propostas durante o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, contados da data-limite para a sua entrega. O prazo de manutenção das propostas considera-se prorrogado por igual período se os concorrentes nada requererem em contrário.

### 16. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO:

A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, de acordo com a metodologia de avaliação constante do ponto 17.1 do Programa do Concurso.

### 17. DISPENSA DE PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO:

Não.

### 18. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS:

Os interessados poderão solicitar, por escrito através do Portal da Contratação Pública, disponível em <https://www.mf.gov.cv/web/ecompras/concursos-abertos>, ou pelo endereço eletrónico [dfa.compras@asa.cv](mailto:dfa.compras@asa.cv), esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação dos documentos do presente procedimento, até às 16:00 horas do fim do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas. Os pedidos de esclarecimentos serão respondidos, também por escrito, para o endereço de correio eletrónico indicados pelo interessado, até ao termo do segundo terço do prazo para apresentação das propostas.

### 19. ATO PÚBLICO:

O ato público de abertura das propostas realizar-se-á **às 09H00 do dia 6 de agosto de 2025**, por **VIDEOCONFERÊNCIA**, através do Microsoft Teams, podendo no mesmo intervir todos os concorrentes e os representantes dos concorrentes devidamente credenciados para o efeito.

### 20. LEI APLICÁVEL AO PROCEDIMENTO:

- Lei nº 88/VIII/2015, de 14 de abril – Código da Contratação Pública.

Ilha do Sal, 27 de junho de 2025

O Administrador Executivo  
  
- Amado Alcântara Leitão Brito -



## EMPRESA DE DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE DE CABO VERDE, S.A

Sede: ✉ Av. Drº Baltazar Lopes da Silva nº 10 C.P. 59 – S. Vicente

Telefone + 238. 230 30 30 email: [info@edec.cv](mailto:info@edec.cv)

Praia – CABO VERDE

### RECRUTAMENTO INTERNO E EXTERNO DE 1 (UM) TÉCNICO SUPERIOR PARA A FUNÇÃO DE COORDENADOR DE COMERCIALIZAÇÃO DA ILHA DO SAL - RETIFICADO

A EDEC, S.A, pretende recrutar 1 (um) Técnico Superior, em regime de contrato a prazo, para integrar na Direção de Comercialização Norte - DCN, ilha do Sal, para assumir o cargo de **Coordenador(a) de Comercialização da ilha do Sal**, nas seguintes condições:

#### 1. Condições Exigidas

- Licenciatura em Gestão de Empresas, Economia, Contabilidade ou áreas afins;
- Comprovativo de experiência profissional mínima de 3 anos em cargos de chefia, em caso de recrutamento externo;
- Comprovativo de experiência profissional mínima de 2 anos em cargos de chefia, em caso de recrutamento interno;
- Domínio de informática, na ótica do utilizador (Microsoft Office);
- Domínio escrito e oral da língua portuguesa;
- Bons conhecimentos escritos e orais de línguas estrangeiras, com ênfase na língua inglesa;
- Facilidade de comunicação e de relacionamento interpessoal;
- Espírito de liderança;
- Capacidade para trabalhar em equipa;
- Dinamismo e facilidade de comunicação;
- Sentido de responsabilidade;
- Disponibilidade imediata.

#### 2. Documentos exigidos

- Carta de apresentação;
- Curriculum vitae;
- Certificado de habilitações literárias;
- Bilhete de identidade ou CNI;
- Declaração de NIF;
- Atestado médico;
- Registo criminal;
- Comprovativos de formações;
- Carta de Condução na categoria B;
- Outros documentos que entender relevantes.

#### 3. Oferece

- Salário compatível;
- Outras regalias vigentes na Empresa, compatíveis ao exercício da função.

#### 4. Local de trabalho

- Ilha do Sal.

#### 5. Método de Seleção

A seleção será feita com base em análise curricular e entrevista.

#### 6. Prazo e local da entrega das candidaturas

As candidaturas deverão ser entregues até às 16H00 do dia 09 de julho de 2025, na Sede da Empresa, em São Vicente, Avenida Dr. Baltazar Lopes da Silva, nº 10, ou através do e-mail [rh@edec.cv](mailto:rh@edec.cv)

A candidatura deve ser dirigida a:

Direção de Serviços Administrativos e de Recursos Humanos da EDEC, SA

“Concurso para a admissão de 1 (um) Técnico Superior, para a Direção Comercialização Norte – Ilha do Sal”

Avenida Dr. Baltazar Lopes da Silva, nº 1 Caixa Postal 137  
Mindelo – São Vicente  
Cabo Verde

A EDEC, SA, reserva-se ao direito de anular o concurso, caso as candidaturas não satisfaçam as condições exigidas.

Mindelo, 23 de junho de 2025.



Ministério  
da Justiça  
Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



## EXTRATO

Certifico narrativamente para efeitos de segunda publicação, nos termos do nº 5 do art. 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de agosto, que no dia vinte de junho de dois mil e vinte e cinco, no Cartório Notarial de Santa Catarina, perante mim, Lic. Jandira dos Santos Cardoso, Notária p./s, no livro de notas para escrituras diversas número **92, a folhas 30 a 31vº**, foi lavrada uma escritura pública de **Habilitação Notarial**, por óbitos de:

**Primeira Habilitação: Juliana Mendes Moreira**, falecida no dia vinte e três de maio de dois mil e dois, em Achada Lém, freguesia e concelho de Santa Catarina, onde teve a sua última residência, natural que foi da referida freguesia e concelho, no estado de casada com Joaquim dos Reis Semedo, sob regime de comunhão geral de bens. Que a falecida não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade e deixou como únicos herdeiros legitimários os seus filhos: **a) - Ramiro Mendes dos Reis**, solteiro, maior; **b) - Camilo Moreira dos Reis Semedo**, solteiro, maior; **c) - Domingos Moreira Semedo**, solteiro, maior; **d) - Manuel Moreira Semedo**, casado com Francisca de Pina Mendes da Silva, sob o regime de comunhão de adquiridos; **e) - Maria Alice Moreira Semedo**, à data de óbito solteira, maior, atualmente divorciada. Todos naturais da freguesia e concelho de Santa Catarina, ilha de Santiago, residentes em França.

**Segunda Habilitação: Joaquim dos Reis Semedo**, falecido no dia no dia sete de setembro de dois mil e dezanove, no Hospital Regional Santiago Norte, freguesia e concelho de Santa Catarina, com última residência em Achada Lém, natural que foi da freguesia e concelho de Santa Catarina, no estado de divorciado. Que o falecido não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade e deixou como únicos herdeiros legitimários os seus filhos: **a) - Ramiro Mendes dos Reis**, solteiro, maior; **b) - Camilo Moreira dos Reis Semedo**, solteiro, maior; **c) - Domingos Moreira Semedo**, solteiro, maior; **d) - Manuel Moreira Semedo**, casado com Francisca de Pina Mendes da Silva, sob o regime de comunhão de adquiridos; **e) - Maria Alice Moreira Semedo**, à data de óbito casada com Ismael António de Jesus Silva Furtado, sob o regime de comunhão de adquiridos, atualmente divorciada: **Estes residentes em França. f) - Mónica Sofia Furtado dos Reis Duarte**, casada com Autilio Centeio Duarte, sob o regime de comunhão geral de bens, residente em Brava; **g) - Ricardo Furtado Semedo; h) - José Moreira Semedo; i) - Ana Celeste Moreira Semedo; j) - Neusa Maria Borges Semedo**, naturais da freguesia e concelho de Santa Catarina, ilha de Santiago; **k) - Ivanildo Furtado dos Reis**, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia; **l) - Ludi de Jesus Furtado Semedo**, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia; **m)**

- **Evandro Luís Martins Semedo**, natural da freguesia de São Miguel Arcanjo, concelho de São Miguel; **n) - Kátia Sofia Martins Semedo**, natural da freguesia de São Miguel Arcanjo, concelho de São Miguel, estes solteiros, maiores e residentes em Portugal.

Que não existem outras pessoas que, segundo a lei, prefiram aos indicados herdeiros, ou com eles possam concorrer na sucessão à herança dos referidos **Juliana Mendes Moreira e Joaquim dos Reis Semedo**.

Está conforme o original.

Mas se informa que, nos termos do número 5 do artigo 86º A e do 87º do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

Cartório Notarial de Santa Catarina, aos vinte de junho dois mil e vinte e cinco.

Emol:.....1.000.00

Imp. de selo: 200.00

Total:.....1.200.00 (mil e duzentos escudos)

Conta nº: 953839



DGRNI, Cartório Notarial da Região de 2ª Classe de Santa Catarina, Palácio da Justiça RC/ Direito - Avenida da Liberdade - Assomada, CP\*, Cabo Verde, Telefone +(238) 265 54 99 / VOIP (333) 6932, (333) 6933, Email: [Cartoriosantacatarina@gov.cv](mailto:Cartoriosantacatarina@gov.cv)



## NOTIFICAÇÃO

Por esta via são notificados os senhores, AILTON VANDALME SEMEDO TAVARES e MAMADU SALIU BALDÉ, vigilantes da Setelima, residentes em parte incerta, de que, está em curso na Setelima Segurança Privada, um processo disciplinar individual, por abandono de lugar, por violação do Artº 128º, nº 1, alínea b), do Código Laboral, em conjugação com os Artºs 244º, nºs 1 e 2 e 245º, do mesmo instrumento legal.

São citados ainda para apresentarem a sua alegação escrita no prazo de 08 (oito) dias úteis, depois da publicação deste anúncio.

Praia, 25 de Junho, de 2025.

O Instrutor

Júlio César Barbosa



## Anúncio de Concurso

O Banco Comercial do Atlântico, face à necessidade de criar um novo posto de trabalho na Direção Compras e Logística, pretende recrutar um **Especialista em Procurement para o cargo de Chefe de Divisão de Negociação e Compras**, com elevada orientação para objetivos e resultados, com sentido de responsabilidade, forte senso de ética profissional e espírito de missão, com capacidade apurada de autodesenvolvimento, excelente capacidade de adaptação, versatilidade e polivalência, com iniciativa e apetência para o trabalho em equipa, capacidade de planeamento e organização, e disponibilidade imediata.

Oferece-se uma excelente oportunidade de crescimento profissional, num ambiente dinâmico e inovador, com uma equipa que valoriza o talento, o desenvolvimento sustentável e relações de confiança com todos os seus parceiros.

### Formação Académica:

- Licenciatura em Gestão, Economia, Logística, Distribuição e Transportes ou similar.
- Pós-graduação ou Mestrado é fator preferencial.

### Experiência para função

- A experiência profissional mínima de 2 anos em funções de supervisão de equipas.

### Competências e Conhecimentos:

- Logística, Distribuição e Compras;
- Forte capacidade de negociação e comunicação institucional;
- Experiência em gestão de equipas e processos transversais;
- Rigor, ética profissional e orientação para a eficiência e conformidade;
- Visão estratégica e capacidade de planeamento a médio e longo prazo.
- Domínio escrito e falado da Língua Portuguesa;
- Domínio escrito e falado da Língua Inglesa;
- Domínio de SAP Ariba;
- Domínio Avançado de Word, Excel, Power-Point, Ms Project, Power BI (...);
- Metodologias Kaizen, Lean, Just in Time.
- Experiência transversal em áreas de distribuição aprovisionamento, stocks.

Envie a sua candidatura até **18 de Julho de 2025** para o email [bcarh@bca.cv](mailto:bcarh@bca.cv), com o assunto: “**Especialista Procurement**”.

Anexe os seguintes documentos:

- Carta de motivação;
- Curriculum Vitae atualizado;
- Cópia do documento de identificação;
- Certificado de habilitações (com histórico e média final);
- Certificado de equivalência (se aplicável);
- Comprovativos de todas as formações e experiências indicadas no CV (apenas serão consideradas as que tiverem comprovativo).

Nota: O BCA reserva-se o direito de não selecionar nenhum candidato, caso não sejam cumpridos os requisitos exigidos.

**BCA – Nós Banco na Nós Tera**



## Anúncio de Concurso

O Banco Comercial do Atlântico, face à necessidade de criar um novos postos de trabalho no Banco pretende recrutar **Juristas**, com elevada orientação para objetivos e resultados, com sentido de responsabilidade, forte senso de ética profissional e espírito de missão, com capacidade apurada de autodesenvolvimento, excelente capacidade de adaptação, versatilidade e polivalência, com iniciativa e apetência para o trabalho em equipa, capacidade de planeamento e organização, e disponibilidade imediata.

Oferece-se uma excelente oportunidade de crescimento profissional, num ambiente dinâmico e inovador, com uma equipa que valoriza o talento, o desenvolvimento sustentável e relações de confiança com todos os seus parceiros.

### Formação Académica:

- Licenciatura em Direito;
- Pós-graduação ou Mestrado é fator preferencial.

### Experiência para função

- A experiência profissional é fator preferencial.

### Competências e Conhecimentos:

- Direito bancário,
- Direito Civil,
- Direito Laboral,
- Direito Administrativo;
- Direito Comercial,
- Valores mobiliários.
- Estar inscrito na Ordem dos Advogados de Cabo Verde.

Envie a sua candidatura até **18 de Julho de 2025** para o email [bcarh@bca.cv](mailto:bcarh@bca.cv), com o assunto: “**Concurso Jurista**”.

Anexe os seguintes documentos:

- Carta de motivação;
- Curriculum Vitae atualizado;
- Cópia do documento de identificação;
- Certificado de habilitações (com histórico e média final);
- Certificado de equivalência (se aplicável);
- Comprovativos de todas as formações e experiências indicadas no CV (apenas serão consideradas as que tiverem comprovativo).

Nota: O BCA reserva-se o direito de não selecionar nenhum candidato, caso não sejam cumpridos os requisitos exigidos.

**BCA – Nós Banco na Nós Tera**



**Food and Agriculture Organization  
of the United Nations**

Programme Assistant

Job Posting

: 26/Jun/2025

Closure Date

: 17/Jul/2025, 8:59:00 PM

Organizational Unit: FRCVI

Job Type

: Non-staff opportunities

Type of Requisition: PSA (Personal Services Agreement)

Grade Level: N/A

Primary Location

: Cabo Verde-Praia

Duration: 6 months with possibility of extension

Post Number: N/A

- **IMPORTANT NOTICE: Please note that Closure Date and Time displayed above are based on date and time settings of your personal device**
- FAO seeks gender, geographical and linguistic diversity in its staff and international consultants in order to best serve FAO Members in all regions.
- 
- FAO is committed to achieving workforce diversity in terms of gender, nationality, background and culture
- Qualified female applicants, qualified nationals of non-and under-represented Members and person with disabilities are encouraged to apply
- Everyone who works for FAO is required to adhere to the highest standards of integrity and professional conduct, and to uphold FAO's values
- FAO, as a Specialized Agency of the United Nations, has a zero-tolerance policy for conduct that is incompatible with its status, objectives and mandate, including sexual exploitation and abuse, sexual harassment, abuse of authority and discrimination□□
- All selected candidates will undergo rigorous reference and background checks
- All applications will be treated with the strictest confidentiality
- FAO staff are subject to the authority of the Director-General, who may assign them to any of the activities or offices of the Organization.
- Organizational Setting
- The FAO has been in existence since its founding in 1945, making it one of the oldest specialized agencies of the United Nations. FAO Indonesia serves as a vital force in the nation's agricultural development, committed to sustainability and food security. From more than 45 years operations, The FAO in Cabo verde focuses on enhancing agricultural productivity and food security through sustainable farming practices and improved access to resources. The institution collaborates with government agencies and local communities to promote resilience to natural disasters and climate change in the agriculture sector. Additionally, the FAO supports policies and capacity-building initiatives aimed at achieving long-term sustainable development and poverty reduction in Cabo Verde.
- Reporting Lines
- The Programme Assistant will work under the overall managerial administrative leadership and direct supervision of the Assistant FAO Representative (Programme) and FAO Representative, Programme Assistant.
- Technical Focus
- The Programme Assistant plays a key role in diverse agriculture and blue economy projects, from concept development to implementation oversight. The tasks include monitoring progress,

maintaining documentation. The role extends to integrating key aspects like gender equality, youth involvement, and private partnerships into project proposals.

- Tasks and responsibilities
- Assist in developing and preparing the draft of concept notes of agriculture-related projects to be reviewed by the direct supervisor.
  - Ensure timely and effective support implementation of ongoing projects.
  - Monitor project progress, identify challenges, and propose solutions to ensure project goals are met.
  - Maintain project documentation and records, including budgets, work plans, and progress reports.
  - Conduct field visits to project sites to monitor activities, assess impact, and identify areas for improvement.
  - Prepare monitoring reports highlighting key findings, achievements, and recommendations for project improvement.
  - Serve as the primary point of contact for consultants
  - Coordinate with consultants to ensure deliverables are met according to project timelines and quality standards.
  - Support communication between consultants, project teams, and relevant stakeholders to ensure smooth project implementation.
  - Assist in the development of project proposals, including conducting background research, drafting project concepts, and preparing budgets.
  - Act as focal point for several key aspects such as gender, youth, human rights, and private partnership.
  - Perform any other related tasks as per requested.

**CANDIDATES WILL BE ASSESSED AGAINST THE FOLLOWING**

<b>Minimum</b>	<b>Requirements</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Advanced university degree in Agriculture or relevant field</li> <li>• At least 5 years of professional experience in project management, preferably in the field of agriculture or rural development, or any other field related to the work of the Organization.</li> <li>• Working knowledge(C1) of English, French or Spanish</li> <li>• Knowledge of Portuguese language, Creole would be considered as a strong asset</li> <li>• National of Cabo Verde.</li> </ul>	

**FAO Core Competencies**

<ul style="list-style-type: none"> <li>•</li> <li>•</li> <li>•</li> <li>•</li> <li>• Knowledge Sharing and Continuous Improvement</li> </ul>	Results Focus Teamwork Communication Building Effective Relationships
--	---

**Technical/Functional Skills**

- Excellent verbal and writing skills.
- Work experience in more than one location or area of work is desirable.
- Extent and relevant of experience in implementation of technical assistance projects, preferably in the areas of work of the Organization.
- Extent and relevant in providing technical reports.

**Selection Criteria**

- Prior experience to work with UNAgencies entities will be advantage.
- In-depth knowledge of project management principles, including planning, monitoring, and evaluation especially in agriculture-related projects.
- Strong experience writing, developing, and presen-



ting technical content for external audiences.

- Excellent communication and interpersonal skills, with the ability to interact effectively with diverse stakeholders.
- Able to work independently.

Please note that all candidates should adhere to FAO Values of Commitment to FAO, Respect for All and Integrity and Transparency.

#### ADDITIONAL INFORMATION

- FAO does not charge a fee at any stage of the recruitment process (application, interview meeting, processing).
- Incomplete applications will not be considered. If you need help or have queries, please contact: [Careers@fao.org](mailto:Careers@fao.org)
- Applications received after the closing date will not be accepted.
- Only language proficiency certificates from UN accredited external providers and/or FAO language official examinations (LPE, ILE, LRT) will be accepted as proof of the level of knowledge of languages indicated in the online applications.
- For other issues, visit the FAO employment website: <http://www.fao.org/employment/home/en/>
- Appointment will be subject to certification that the candidate is medically fit for appointment, accreditation, any residency or visa requirements, and security clearances.

#### HOW TO APPLY

- To apply, visit the recruitment website at [Jobs at FAO](#) and complete your online profile. We strongly recommend that your profile is accurate, complete and includes your employment records, academic qualifications, and language skills
- Candidates are requested to attach a letter of motivation to the online profile
- Once your profile is completed, please apply, and submit your application
- Candidates may be requested to provide performance assessments and authorization to conduct verification checks of past and present work, character, education, military and police records to ascertain any and all information which may be pertinent to the employment qualifications
- Incomplete applications will not be considered
- Personal information provided on your application may be shared within FAO and with other companies acting on FAO's behalf to provide employment support services such as pre-screening of applications, assessment tests, background checks and other related services. You will be asked to provide your consent before submitting your application. You may withdraw consent at any time, by withdrawing your application, in such case FAO will no longer be able to consider your application
- Only applications received through the FAO recruitment portal will be considered
- Your application will be screened based on the information provided in your online profile
- We encourage applicants to submit the application well before the deadline date.

If you need help or have queries, please create a one-time registration with FAO's client support team for further assistance: <https://fao.service-now.com/csp>

- **FAO IS A NON-SMOKING ENVIRONMENT**



## ANÚNCIO PROCEDIMENTO Nº 21/2025 IMS\_MJ\_SA/CPN EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO PALÁCIO DA JUSTIÇA DE PORTO NOVO, ILHA DE SANTO ANTÃO – CABO VERDE

### 1. Entidade Adjudicante

Infraestruturas de Cabo Verde, SA (ICV, SA).

### 2. Entidade responsável pela condução do procedimento

Direção de Projetos e Concursos (DPC) da Infraestruturas de Cabo Verde (ICV, SA).

### 3. Entidade financiadora

As despesas inerentes à celebração do contrato são financiadas pelo Ministério da Justiça.

### 4. Objeto do Procedimento

Empreitada de Construção do Palácio da Justiça de Porto Novo, Santo Antão – Cabo Verde.

### 5. Prazo de execução da obra

O prazo de execução será de **10 (dez) meses** a contar da data da consignação da obra.

### 6. Preço Base

O preço proposto não pode exceder o preço base de **85.000.000,00 CVE (Oitenta e cinco milhões de escudos cabo-verdianos)**, acrescidos dos impostos legais em vigor.

### 7. Obtenção e custo dos documentos do Concurso

Os documentos do concurso, em língua portuguesa, estarão disponíveis nos endereços via email: [concursos@infraestruturas.cv](mailto:concursos@infraestruturas.cv) entre as 08h30 e as 16h30, mediante o pagamento do montante não reembolsável de **112.500,00 ECV (cento e doze mil e quinhentos escudos cabo-verdianos) acrescido do Imposto à taxa legal em vigor**, por meio de depósito na conta corrente a indicar pelos serviços de contabilidade. Para submissão das propostas cada concorrente terá de adquirir o dossier sob pena de não admissão.

### 8. Requisitos de admissão

Para efeitos de qualificação, os Concorrentes deverão preencher os seguintes requisitos de capacidade:

As empresas nacionais, Empreiteiros Gerais ou Construtores Gerais, devem ser titulares de posse cumulativa das seguintes Categorias e Subcategorias:

CATEGORIA	SUBCATEGORIAS DETERMINANTES	CLASSE DA SUBCATEGORIA
1ª	4ª - Alvenarias, rebocos e assentamentos de cantarias	2ª ou superior
	5ª - Estuques, pinturas e outros revestimentos	1ª ou superior

### 9. Prazo de manutenção das propostas

Os concorrentes ficam vinculados à manutenção das propostas pelo prazo de **90 (noventa) dias** a contar da data de abertura das mesmas.

### 10. Entrega das Propostas

As propostas deverão ser enviadas até às **23:59:59 do dia 7 de agosto de 2025**, para o email: [concursos@infraestruturas.cv](mailto:concursos@infraestruturas.cv), de acordo com o Procedimento do Ato Público Online (APO).

### 11. Critérios de Adjudicação

O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa.

### 12. Ato Público Online

O Ato Público Online de abertura das propostas efetuar-se-á em sessão pública, **às 10h00 do dia 8 de agosto de 2025**, de acordo com o Procedimento do Ato Público Online (APO).

### 13. Lei aplicável ao procedimento

Código da Contratação Pública (CCP), aprovado pela Lei nº 88/VIII/2015 de 14 de abril, e o Regime Jurídico dos Contratos Administrativos (RJCA), aprovado pelo Decreto-lei nº 50/2015 de 23 de setembro.

Praia, 2 de julho de 2025



**ANÚNCIO DE CONCURSO PÚBLICO**  
**Câmara Municipal de Santa Cruz**  
**Concurso Público – Nº01/2025**

❖ **Entidade Adjudicante:** Câmara Municipal de Santa Cruz, sediada em Achada Fátima – Cidade de Pedra Badejo, com NIF-352355000, C.P. nº7312-035- Tel: +2382691510- Fax: +2389185063

❖ email: [camara.santacruz@gov.cv](mailto:camara.santacruz@gov.cv); [samir.reis@gov.cv](mailto:samir.reis@gov.cv); [hermenegildo.pereira@gov.cv](mailto:hermenegildo.pereira@gov.cv)

❖ **Entidade responsável pela condução do procedimento:** Unidade de Gestão de Aquisições (UGA).

❖ **Objeto do Concurso:** Construção da “Praça Coco D’Agu”.

**O procedimento de contratação** adotado segue a forma de Concurso Público nos termos da alínea b) do nº1 do artigo 119º do CCP.

❖ **Prazo de execução do contrato:** o contrato inicia a sua vigência com a assinatura do contrato e mantém –se em vigor até a entrega, e aceitação da Obra.

❖ **Obtenção dos documentos do concurso:**

❖ Os documentos relativos ao presente concurso podem ser obtidos no Edital publicado pela Câmara Municipal e no Jornal.

❖ ou ainda solicitadas na Secretaria Geral da Camara Municipal e através do email: [Samir.reis@gov.cv](mailto:Samir.reis@gov.cv); [hermenegildo.pereira@gov.cv](mailto:hermenegildo.pereira@gov.cv)

❖ **Modo de apresentação das propostas:** As propostas devem ser entregues, no envelope lacrado na secretaria geral da Câmara Municipal.

❖ **Data de apresentação das propostas:** Os interessados devem entregar as propostas até 35 dias a partir da data de publicação do anúncio.

❖ **Visita ao local da obra:** fica agendado vista ao local da obra para o dia 14/julho/2025

❖ **Requisitos de admissão:** Podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento participantes no presente procedimento todas as entidades que detenham capacidade para a execução do contrato a adjudicar e que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 70.º do CCP.

❖ **Língua:** língua Portuguesa.

❖ **Critério de adjudicação:** A avaliação é baseada no critério economicamente mais vantajoso.

❖ **Ato público:** ato público de abertura das propostas terá lugar na Sala de Reunião da Camara Municipal, pelas **10 horas do dia 13/08/2025**, podendo no mesmo intervir todos os concorrentes e/ ou os seus representantes devidamente credenciados para o efeito.

❖ **Identificação do autor do anúncio:** Câmara Municipal de Santa Cruz/UGA.

❖ **Lei aplicável ao procedimento:** Código Contratação Pública, Lei nº 88/VIII/2015, de 14 de abril

Cidade Pedra Badejo, aos 02 de julho de 2025  
O Presidente da Câmara Municipal;

\_\_\_\_\_  
Carlos Alberto Gonçalves Silva



**ANÚNCIO DE CONCURSO PÚBLICO**  
**Câmara Municipal de Santa Cruz**  
**Concurso Público – Nº02/2025**

❖ **Entidade Adjudicante:** Câmara Municipal de Santa Cruz, sediada em Achada Fátima – Cidade de Pedra Badejo, com NIF-352355000, C.P. nº7312-035- Tel: +2382691510- Fax: +2389185063

❖ email: [camara.santacruz@gov.cv](mailto:camara.santacruz@gov.cv); [samir.reis@gov.cv](mailto:samir.reis@gov.cv); [hermenegildo.pereira@gov.cv](mailto:hermenegildo.pereira@gov.cv)

❖ **Entidade responsável pela condução do procedimento:** Unidade de Gestão de Aquisições (UGA).

❖ **Objeto do Concurso:** Construção do Miradouro de Ponta Achada.

**O procedimento de contratação** adotado segue a forma de Concurso Público nos termos da alínea b) do nº1 do artigo 119º do CCP.

❖ **Prazo de execução do contrato:** o contrato inicia a sua vigência com a assinatura do contrato e mantém –se em vigor até a entrega, e aceitação da Obra.

❖ **Obtenção dos documentos do concurso:**

❖ Os documentos relativos ao presente concurso podem ser obtidos no Edital publicado pela Câmara Municipal e no Jornal.

❖ ou ainda solicitadas na Secretaria Geral da Camara Municipal e através do email: [Samir.reis@gov.cv](mailto:Samir.reis@gov.cv); [hermenegildo.pereira@gov.cv](mailto:hermenegildo.pereira@gov.cv)

❖ **Modo de apresentação das propostas:** As propostas devem ser entregues, no envelope lacrado na secretaria geral da Câmara Municipal.

❖ **Data de apresentação das propostas:** Os interessados devem entregar as propostas até 35 dias a partir da data de publicação do anúncio.

❖ **Visita ao local da obra:** fica agendado vista ao local da obra para o dia 14/julho/2025

❖ **Requisitos de admissão:** Podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento participantes no presente procedimento todas as entidades que detenham capacidade para a execução do contrato a adjudicar e que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 70.º do CCP.

❖ **Língua:** língua Portuguesa.

❖ **Critério de adjudicação:** A avaliação é baseada no critério economicamente mais vantajoso.

❖ **Ato público:** ato público de abertura das propostas terá lugar na Sala de Reunião da Camara Municipal, pelas **12 horas do dia 13/08/2025**, podendo no mesmo intervir todos os concorrentes e/ ou os seus representantes devidamente credenciados para o efeito.

❖ **Identificação do autor do anúncio:** Câmara Municipal de Santa Cruz/UGA.

❖ **Lei aplicável ao procedimento:** Código Contratação Pública, Lei nº 88/VIII/2015, de 14 de abril

Cidade Pedra Badejo, aos 02 de julho de 2025

\_\_\_\_\_  
O Presidente da Câmara Municipal;

\_\_\_\_\_  
Carlos Alberto Gonçalves Silva



**ANÚNCIO DE CONCURSO PÚBLICO**  
**Câmara Municipal de Santa Cruz**  
**Concurso Público – Nº02/2025**

❖ **Entidade Adjudicante:** Câmara Municipal de Santa Cruz, sediada em Achada Fátima – Cidade de Pedra Badejo, com NIF-352355000, C.P. nº7312-035- Tel: +2382691510- Fax: +2389185063

❖ email: camara.santacruz@gov.cv; samir.reis@gov.cv; hermenegildo.pereira@gov.cv

❖ **Entidade responsável pela condução do procedimento:** Unidade de Gestão de Aquisições (UGA).

❖ **Objeto do Concurso:** Requalificação Urbana e Construção de Rede de Esgotos de Achada Igreja.

**O procedimento de contratação** adotado segue a forma de Concurso Público nos termos da alínea b) do nº1 do artigo 119º do CCP.

❖ **Prazo de execução do contrato:** o contrato inicia a sua vigência com a assinatura do contrato e mantém –se em vigor até a entrega, e aceitação da Obra.

❖ **Obtenção dos documentos do concurso:**

❖ Os documentos relativos ao presente concurso podem ser obtidos no Edital publicado pela Câmara Municipal e no Jornal.

❖ ou ainda solicitadas na Secretaria Geral da Camara Municipal e através do email: Samir.reis@gov.cv; hermenegildo.pereira@gov.cv

❖ **Modo de apresentação das propostas:** As propostas devem ser entregues, no envelope lacrado na secretaria geral da Câmara Municipal.

❖ **Data de apresentação das propostas:** Os interessados devem entregar as propostas até 35 dias a partir da data de publicação do anúncio.

❖ **Visita ao local da obra:** fica agendado vista ao local da obra para o dia 14/julho/2025

❖ **Requisitos de admissão:** Podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento participantes no presente procedimento todas as entidades que detenham capacidade para a execução do contrato a adjudicar e que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 70.º do CCP.

❖ **Língua:** língua Portuguesa.

❖ **Critério de adjudicação:** A avaliação é baseada no critério economicamente mais vantajoso.

**Ato público:** ato público de abertura das propostas terá lugar na Sala de Reunião da Camara Municipal, pelas 14 horas do dia 13/08/2025, podendo no mesmo intervir todos os concorrentes e/ou os seus representantes devidamente credenciados para o efeito.

❖ **Identificação do autor do anúncio:** Câmara Municipal de Santa Cruz/UGA.

❖ **Lei aplicável ao procedimento:** Código Contratação Pública, Lei nº 88/VIII/2015, de 14 de abril

Cidade Pedra Badejo, aos 02 de julho de 2025  
 O Presidente da Câmara Municipal;

Carlos Alberto Gonçalves Silva



Ministério  
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



**EXTRATO**

**CERTIFICO**, narrativamente, para efeitos da **Primeira** publicação, que no dia trinta de junho de dois mil e vinte e cinco, com início de folhas 7 a 7vº do livro de notas número C/82, deste Cartório Notarial, a meu cargo, foi exarada uma escritura de Habilitação de Herdeiros por óbito de, **Antónia Júlia Ramos dos Reis**. - que no dia um de novembro de dois mil e dezassete, no Hospital Doutor Baptista de Sousa, na freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, onde teve a sua última residência habitual em Alto Fortim, cidade do Mindelo - São Vicente, faleceu, Antónia Júlia Ramos dos Reis, de sessenta e oito anos, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora das Dores, concelho e ilha do Sal, no estado de divorciada.

Que, a falecida não deixou testamento ou escritura de doação por morte e lhe sucederam como herdeiros legítimos, os seus filhos: - a) - ele outorgante, Marco César dos Reis Rodrigues, já acima identificado; -b) - Rogério Paulo dos Reis Rodrigues, casado com Eunice Helena Rocha Silva Rodrigues sob o regime de comunhão geral de bens, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha

de São Vicente, residente em São Vicente.

Que não existem outras pessoas que, segundo a lei, prefiram aos indicados herdeiros ou com eles possam concorrer na sucessão à herança da referida, **ANTÓNIA JÚLIA RAMOS DOS REIS**.

Os interessados, querendo, podem proceder à impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo DL n.º 9/2010, de 29 de março.

Primeiro Cartório Notarial de São Vicente, aos trinta e junho de 2025.

Artº.20.4.2..... 1.000\$00  
 Imposto de Selo..... 200\$00  
 Total..... 1.200\$00 (Importa em mil e duzentos escudos)

Conta nº **202540864**  
 Processo nº **960101**

O Notário por Substituição,  
*Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva*  
 (Notário Público)

DGRNI, 1º Cartório Notarial de São Vicente, Alto São Nicolau, Mindelo, São Vicente, CP \*, Cabo Verde, Telefone +(238) 232 63 77, Tel.Sec: 232 64 77/V/OIP (333) 3104, (333) 3105, (333) 3106, (333) 3107, Email: PrimeirocartorioSV@gov.cv



Ministério  
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



**EXTRATO**

Certifica narrativamente para efeitos de **segunda publicação**, nos termos do n.º 5 do artigo 86.º-A, do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, se encontra exarada uma escritura de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, lavrada em 20/06/2025, de fls 26 a 27, no livro de notas para escrituras diversas n.º 56/A, nos seguinte termos:

--- Que, no dia **dez** do mês de **Junho** do ano de **dois mil e vinte e quatro**, na freguesia de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Concelho de Almada Portugal, faleceu **Crispim Mendes Cardoso**, no estado de casado com **Joana Mendes Moreira**, sob o regime de comunhão de Adquiridos, natural que foi da freguesia de São Tiago Maior, concelho de Santa Cruz, filho de João Cardoso e Alexandra Mendes Carvalho, com última residência em Portugal.

--- Que, o falecido não deixou testamento, nem qualquer disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros, seus filhos: **Luís António Moreira Cardoso, João Luís Moreira Cardoso e Jorge**

**Emanuel Moreira Cardoso**, todos solteiros, maiores, naturais das freguesias de Arrentela e São Sebastião da Pedreira, concelhos de Seixal e Lisboa respetivamente, residentes em Holanda. -----

--- E, que não existem outras pessoas que segundo a lei prefiram aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer à herança do **“de cujus”**. -----

--- Mais se informa que, nos termos do n.º 5 do artigo 86º-A e do artigo 87º do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros. -----

Está conforme o original.  
 Cartório Notarial de Santa Cruz,  
 20/06/2025.

Custas..... 1.000.00  
 Imp. de selo. 200.00= **Total:**  
**1.200.00** – Reg. sob o n.º **953687/2025**.

A Notária,  
*Elisângela de Jesus Varela Moreira*  
 (Notária Pública)

# AVISO AOS COMPRADORES DE LOTES – MONTINHO & XAGUATE

Informa-se todos os compradores ou interessados em lotes nas zonas de **Montinho e Xaguate** que devem contactar o escritóeio do Dr. Roque Silva, em São Filipe, para formalizar a escritura pública.



**A NÃO REGULARIZAÇÃO PODERÁ IMPLICAR DECLÍNIO DE RESPONSABILIDADES** por parte da Administração da Herança Monteiro Silva

**Evite constangimento. Regularize.**



República de Cabo Verde  
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTA CRUZ  
JUÍZO CÍVEL  
ANÚNCIO  
(2ª Publicação)

Pelo Cartório do Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Santa Cruz, correm termos uns autos de **Processo Especial (Reconhecimento de União de Facto)**, nº 55/22-23, movido pela autora, **MARCELINA BORGES DE BRITO**, a “Nelita” solteira, maior, natural da freguesia de São Tiago Maior, Concelho de Santa Cruz, filha de Jorge da Graça Moreira e de Martina Borges, residente em Chã da Silva, contra os réus, **Wilson Moreira de Brito, Gelson Moreira de Brito, Elaidina Moreira de Brito, Leonardo da Graça de Brito, Sandra Helena Moreira de Brito e Ludmila Moreira de Brito**, todos maiores, herdeiros de do falecido Fernando Lopes de Brito, residentes em Chã da Silva, e a ré, **SANDRA HELENA MOREIRA DE BRITO**, maior, solteira, natural da freguesia de São Tiago Maior, Concelho de Santa Cruz, com última residência conhecida em Chã da Silva, atualmente ausentes em parte incerta de França, citada, para no prazo de **20 (vinte) dias**, contados depois de decorridos os **30 (trinta) dias**, da data da segunda publicação do anúncio, contestar, querendo, o processo supra,

que a autora supra identificada move neste Juízo, pelos fundamentos constantes da petição inicial, cujo o pedido consiste no seguinte: “**Ser declarado que a autora é Cônjuge sobrevivente do “de cujos”, Fernando Lopes de Brito**”.

O duplicado da petição inicial e copias dos documentos apresentados, se encontram depositados neste Cartório, para ser entregue a ré, caso assim o solicitar, ficando advertida

de que caso não conteste a ação significa que confessa como sendo verdadeiros os factos afirmados pela autora.

Faz saber a ré, ainda, que caso apresentar o seu requerimento de contestação e obrigatório constituir advogado, devesse, no prazo de **05 (cinco) dias**, efetuar o preparo inicial, sob pena da sua cobrança acrescida de taxa de justiça igual ao dobro do montante nos termos do artº 66º do Código de Custas Judiciais e que em caso de insuficiência económica poderá requerer o benefício de assistência judiciária, ao tribunal, mediante formulação de em requerimento autónomo, entregue juntamente com a contestação/oposição; ou ainda requerer a assistência judiciária à Ordem de advogados de Cabo Verde (OACV), telefone nºs2619755/56 e fax nº2619754, respetivamente ou à uma delegação da OACV mais próximo, solicitando a designação de um advogado, no prazo máximo de DOIS DIAS, a contar da citação. Em ambos os casos deverá juntar ao pedido de assistência judiciária os elementos comprovativos da insuficiência económica, (cf. artº 5º e 6º do Dec. Regulamento nº 10/04, de 08 de novembro.

Cartório do Juízo Cível do Tribunal da Comarca de Santa Cruz, 29 de agosto de 2024.

Juiz de Direito,  
/Ruth Helena Barros Lima Santos/  
Secretaria Judicial  
/Salette Mendes/

CIDADE DE PEDRA BADEJO - ILHA DE SANTIAGO  
TELEFONE nº 2691354 e FAX (00238) 2692200 - CABO VERDE



TRIBUNAL JUDICIAL  
- DA -  
COMARCA DE PORTO NOVO

- Cidade do Porto Novo/Santo Antão - Telfs. 2221350/5162325-email tribunalpn@gov.cv

## ANÚNCIO JUDICIAL

Processo: Ação Justificação Judicial nº.20/2024-25.

Autor: **BOAVENTURA MARGARIDA FERNANDES**, solteiro, maior natural da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, residente em Porto Novo.

Réu(s) **HERDEIROS DE MARIA DO ROSÁRIO RAMOS BENRÓS**

**FAZ SABER** que, no processo e Tribunal acima indicados, são por estes meio citados os Herdeiros de Maria do Rosário Ramos Benrós, para, querendo, deduzirem oposição, apresentando as suas defesas no prazo de **10 (DEZ) DIAS**, que começa a correr depois de finda a dilação de **TRINTA DIAS**, contados da data da segunda e última publicação do anúncio respetivo, consistindo o pedido formulado na referida ação em ser reconhecido o direito de propriedade do Autor, sobre o seguinte prédio, por usucapião:

O prédio, situado em Lombo de Figueira, que se encontra escrito na Matriz Nº 4171/0, na Freguesia de São João Baptista- Concelho do Porto Novo, com as seguintes confrontações a Norte com Estrada, António Alexan-

dre Delgado e Juventino Costa, a Sul com João Evangelista Costa, Este com Teodora João Costa e Oeste com Antónia Gertrudes Sousa.

**FAZ AINDA SABER**, de que é obrigatória a constituição de advogado, que deverão pagar o preparo inicial no prazo de cinco dias, caso contestar, sob pena de, não o fazendo, serem notificados para paga-lo acrescido da taxa de justiça igual ao dobro da sua importância e que a falta deste pagamento implica a instauração de execução para a sua cobrança coerciva e de que goza da faculdade de requerer a OACV (Ordem dos Advogados de Cabo Verde) o benefício da assistência judiciária, podendo ser contactada via telefone ou fax - (Delegação da OAVC de São Vicente - tel. nº.2312819 e Fax nº.2322772).

Tribunal Judicial da Comarca do Porto Novo, 17 de junho de 2025

A Juiz de Direito,  
/Domingos Bartolomeu Monteiro Fonseca/  
Secretaria Judicial  
/Domingos Bartolomeu Monteiro Fonseca/



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA PRAIA  
3º JUÍZO CÍVEL  
Campus de Justiça, Palmarejo -Praia  
C.P. nº 99 - Tel.: 2619700 - 3336434 e Fax: 2613880

### ANÚNCIO Nº 24/2025

\*\*\*

**Pelo Cartório**, do Terceiro Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca da Praia, correm termos os autos de **Processo Comum Ordinária** registados sob o número **59/2024**, movido pelo autor **Manuel Maria Lopes Roberto**, residente nesta Cidade, contra a ré **Cabopower, Lda.**, com sede perto de pensão Benfica R/C, em Palmarejo, representada pelo seu representante legal, Sr. António Jerson Fernandes Semedo, atualmente ausente em parte incerta, é este citado, para no prazo de **vinte (20) dias**, que se contará depois de finda a dilação de **35 (trinta e cinco) dias**, contados de segunda e última publicação de anúncio, querendo, **CONTESTAR**, os autos acima referidos em que os pedidos do autor supra identificado são: 1) que seja a ré condenada a pagar a quantia de 333,750\$00 (trezentos e trinta e três mil, setecentos e cinquenta escudos); 2) que seja a ré condenada a pagar a quantia de 571.846\$00 (quinhentos e setenta e um mil, oitocentos e quarenta e seis escudos), correspondente ao valor das baterias que foram levadas; 3) que seja condenada a pagar a autora a quantia de 135.000\$00 (cento e trinta e cinco mil escudos), correspondente ao custo mensal que o autor passou a ter com despesa de energia até a data da entrega da PI, mais o montante a ser suportado até instalação do equipamento por uma outra empresa, a ser apurado na execução da sentença; 4) que seja condenada a pagar a quantia necessária, a ser apurada na execução da sentença, para recolocação das baterias e todo o serviço necessário para o normal funcionamento do sistema de produção de energia; 5) que seja condenada a pagar a quantia a liquidar em execução de sentença, por danos não apurados e ainda; 6) que seja condenada em custas do processo, procuradoria condigna, no valor nunca inferior ao 10% do valor da causa.

Faz saber ainda ao réu de que é obrigatória a constituição de advogado nestes autos, atento ao valor indicado que, caso apresentar contestação, deverá efetuar o pagamento do preparo inicial, no prazo de **05 (cinco) dias**, a contar da sua entrega nesta secretaria, sob pena da cobrança desse preparo acrescida de taxa de justiça igual ao dobro da sua importância, nos termos do nº 1 do artº 66º do Código das Custas Judiciais e que poderá requerer o benefício de assistência judiciária.

O duplicado da petição inicial e os respetivos documentos encontra-se a sua disposição na Secretaria deste Juízo podendo ser levantados em qualquer dia e hora normais do expediente.

Para constar, se lavrou este anúncio, que será entregue ao exequente, na pessoa do mandatário constituído, para efeito de 1ª e 2ª publicação.

Secretaria do Terceiro Juízo Cível do tribunal Judicial da Comarca da Praia, em quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco.

O Juiz de Direito,  
Raúlundo Martins Cavares



A Ajudante de Escrivã,  
Domingas Sanches



### TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA BOA VISTA JUÍZO CÍVEL = ANÚNCIO JUDICIAL =

Processo: Ação Declarativa Comum Ordinária nr. 51/2024-2025.

Autor: VALERIANO MARIA GORINI.

Réus: 1º réu - **VALERIO CORBELLI**, cidadão de nacionalidade italiana, residente em parte incerta; 2º ré - **JARKA IMOBILIÁRIA LIMITADA**, com sede em Sal Rei, ilha da Boa Vista, representado pelos gerentes Valeriano Maria Gori e Valerio Corbelli; 3º réu - **PAOLO SINISI**, cidadão de nacionalidade italiana, residente em parte incerta; 4º réu **FLAVIO ANGELO SERUGHETTI**, cidadão de nacionalidade italiana, residente em parte incerta.

-0-

**FAZ-SE SABER** que no processo e Juízo acima referidos, são **citados** os réus **supra identificados**, para no prazo de **VINTE DIAS**, finda a dilação de **TRINTA DIAS**, contados da data da segunda e última deste anúncio, contestarem, querendo, os supra citados autos, **cujo pedido consiste em - Condenação do 1º réu: Que o 1º réu seja condenado a pagar ao autor 50% do valor arrecadado com a venda do terreno identificado pelo NIP 7500168540000, no montante de 3.302.287,5 ECV (três milhões, trezentos e dois mil, duzentos e oitenta e sete escudos e cinco centavos); Nulidade da venda do lote 3: Que seja declarada a nulidade da venda do lote de terreno com o NIP 1500166920000 (área de 506,04 m2), alienado ao 3º réu, Paolo Sinisi; Nulidade da venda do lote 2: Que seja declarada a nulidade da venda do lote de terreno com o NIP 9500166930000 (área de 531,62 m2), alienado ao 4º réu, Flavio Angelo Serughetti.** Com as advertências de que a falta de contestação implica a condenação no pedido formulado pelo autor; de que é obrigatória a constituição de advogado; que deverão no prazo de **Cinco Dias**, a contar da apresentação da contestação, efetuarem o pagamento do preparo inicial no valor de **27.000\$00** e, não o fazendo no prazo legal, serão notificados para o fazer acrescido de taxa de justiça igual ao dobro da sua importância, e que a falta deste pagamento implica a instauração de execução para a sua cobrança coerciva, e que podem requerer o benefício da assistência judiciária.

**FAZ-SE SABER**, ainda, de que goza da faculdade de requerer a delegação da OACV, desta cidade, sita à rua Senador Vera Cruz, o benefício da assistência judiciária, no prazo de dois dias úteis, a contar da citação e, caso contestar em vez de solicitar guias no cartório deste juízo para o pagamento do preparo inicial podem depositar esse valor directamente na conta de cofre de preparos e custas do Tribunal Judicial desta Comarca nº 4812559 10 001-BCA e, se assim o fizer, tem o prazo de dois dias para entregar ou remeter ao cartório deste juízo documento comprovativo do depósito efectuado, sob pena de execução.

Sal Rei, aos 19 de junho de 2025.

O Juiz de Direito,  
Djeff Kirk Fortes Neves  
O Ajudante de Escrivã,  
João Santos Silva



Ministério  
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

NOTÁRIO P/S: Daniel Lopes Ferreira

### Extrato

Certifica narrativamente para efeitos de **primeira** publicação, nos termos do n.º 5 do artigo 86.º-A, do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, lavrada no dia vinte e quatro de Junho de dois mil e vinte e cinco, de folhas 127F e 128F, no livro de notas para escrituras diversas número 01/B, deste Cartório, a cargo do Notário p/s, **Daniel Lopes Ferreira**, se encontra exarado uma escritura de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, por óbito de **Gregória Vaz Mendes**, falecida em Ponta Gato, no dia dezasseis de Março de dois mil e vinte e cinco, no estado de viúva, natural que foi da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, com sua última residência em Tarrafal, sem testamento e disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros os seus filhos: **Victória Vaz Dias Semedo**, solteira, maior, natural de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Tarrafal, **Octávia Vaz Dias Semedo**, solteira, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Tarrafal, **Ana Vaz Dias Semedo**, solteira, maior, natural da Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em França, **Pascoal Mendes Dias Semedo**, solteiro, maior,

natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em França e **Gracinda Vaz Dias Semedo**, solteira, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Tarrafal.-

Não existem outras pessoas que segundo a lei possam concorrer à herança do **“de cujus”**.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Tarrafal de Santiago, aos trinta dias do mês de Junho do ano dois mil e vinte e cinco.

Custa..... 1.000.00

Imp. de selo..... 200.00

Total 1.200.00 (São mil e duzentos escudos)

Registada sob o n.º 960500/2025.

O NOTÁRIO P/S,

**Daniel Lopes Ferreira**

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Tarrafal de Santiago, Palácio da Justiça RC/-Cidade do Tarrafal - Santiago, CP\*, Cabo Verde, Telefone +(238) 266 11 24/VOIP (333) 6617, (333) 6627, Email: Conservatoria.CartorioTS@gov.cv



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SÃO VICENTE  
1º JUÍZO CÍVEL  
= ANÚNCIO JUDICIAL =

Processo: Ação Declarativa Comum Ordinária nr. 36/2025.

Autor: MARIA HELENA ANDRADE PIRES.

Réus: DORA ORIANA GOMES PIRES, VLADEMIRO ALÍPIO GOMES PIRES, LILIANA CRISTINA GOMES PIRES ALMEIDA e esposo FERNANDO MÁRIO BARROSO DE ALMEIDA e LÍDIA SILVA GOMES ROCHETEAU PIRES.

-0-

O Dr. Nidianino Romerito Santana de Brito, Juiz de Direito, colocado no 1º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de São Vicente, faz saber que no processo e Juízo acima referidos, são citados os réus VLADEMIRO ALÍPIO GOMES PIRES, natural de São Vicente, LILIANA CRISTINA GOMES PIRES ALMEIDA, natural de São Vicente e esposo FERNANDO MÁRIO BARROSO DE ALMEIDA, natural de Vila Nova de Gaia - Portugal, todos residentes em parte incerta de Portugal, para no prazo de VINTE DIAS, finda a dilação de TRINTA DIAS, contados da data da segunda e última publicação deste anúncio, contestarem, querendo, os supra citados autos, **cujo pedido consiste em que seja declarada a nulidade do negócio jurídico de compra e venda datado de 06.11.1991, celebrado entre Vlademiro Lenine Rocheteau Pires e os réus Dora Oriana Gomes Pires e Vlademiro Alípio Gomes Pires, por incidir sobre bem imóvel (terraço do segundo andar), sem observância da forma legal exigida - escritura pública, nos termos dos artigos 1508º, 875º e 219º do Código Civil; caso assim não se entenda, que seja, subsidiariamente, declarada a anulabilidade do mesmo negócio, por se tratar de transmissão onerosa entre ascendentes e descendentes, efectuada sem consentimento da autora, igualmente descendente e herdeira legitimária, nos termos do art. 877º, nº 2 do Código Civil; que seja declarada a nulidade dos negócios jurídicos instrumentados na escritura pública de 23.10.2014, nomeadamente os alegados contratos de doação e de compra e venda de direitos de superfície sobre o rés do chão e o primeiro andar do prédio urbano sito em Chã de Cemitério, a luz do disposto no artº. 280º, nº 1 do Código Civil; que seja reconhecida, a título subsidiário, a anulabilidade desses mesmos negócios jurídicos, por configurarem, igualmente, transmissões patrimoniais entre ascendente e descendentes, realizadas sem o consentimento da autora, em violação do disposto no artº. 877º, nº 2 do Código Civil; que sejam ordenados o cancelamento dos registos correspondentes as frações B, D e E, actualmente inscritos a favor dos réus, bem como de todos os actos e inscrições deles derivados, com as competentes averbações; que, em consequência da procedência dos pedidos anteriores, sejam os réus condenados a restituírem ao acervo hereditário indiviso, aberta por óbito de Vlademiro Lenine Rocheteau Pires – do qual a autora é herdeira legitimária - as frações autónomas identificadas pelas letras B, D e E, por se encontrarem ilegitimamente subtraídas da universalidade da herança;** com as advertências de que é obrigatória a constituição de advogado; que deverão no prazo de Cinco Dias, a contar da apresentação da contestação, efetuarem o pagamento do preparo inicial no valor de 13.000\$00 e, não o fazendo no prazo legal, serão notificados para o fazerem acrescido de taxa de justiça igual ao dobro da sua importância, e que a falta deste pagamento implica a instauração de execução para a sua cobrança coerciva.

Faz saber, ainda, de que os réus gozam da faculdade de requererem a delegação da OACV, desta cidade, sita à rua Senador Vera Cruz, o benefício da assistência judiciária, no prazo de dois dias úteis, a contar da citação e, caso contestarem, deverão solicitar na secretaria deste Juízo o Documento Único de Cobrança (DUC), para pagamento do preparo inicial referido supra, via rede vint4 ou depósito bancário e, se assim o fizerem, têm o prazo de dois dias para entregar ou remeter a secretaria o referido DUC, sob pena de execução.

Mindelo, 05 de junho de 2025.

O Juiz de Direito,  
Nidianino Romerito Santana de Brito  
A Adjuncte de Escrivão,  
Soraia Cristina Fortes da Graça



REPÚBLICA DE CABO VERDE  
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DO TARRAFAL  
JUÍZO CÍVEL

ANÚNCIO Nº 105/2024-25  
1ª e 2ª PUBLICAÇÃO

Dr. Nilton José de Pina, Juiz de Direito do Juízo Cível do Tribunal Judicial Da Comarca Do Tarrafal;

\*\*\*

Faz saber que pelo cartório do Tribunal Judicial da Comarca do Tarrafal, correm termos os autos de **Suprimento de Consentimento do Poder Paternal nº 32/2024-25**, em que é Requerente, Maria Idelmira Mendes Moreira, é **Citado** o requerido **Austelino Semedo Gomes**, filho de Geraldo Sanches Gomes e de Maximiana Semedo, natural da Freguesia de São Miguel Arcaño, Ilha de Santiago, Cabo Verde, com última residência em Principal, atualmente em parte incerta na Europa, para no prazo de **DEZ DIAS**, que se contará depois de finda a dilação de **TRINTA DIAS**, contados depois da 2ª e última publicação do anúncio, querendo, deduzir oposição, nos autos acima referido, nos termos do art.º 1059º alínea b) do Código Processo Civil, pelos fundamentos constante da Petição Inicial, fotocópia do despacho e documentos.

O pedido consiste: "1) A admissão da presente ação, com a respetiva tramitação legal; 2) Que, declarada a ausência de consentimento do requerido, seja judicialmente suprido o consentimento necessário para que a requerente possa:

a) **Requerer o visto de residência para o menor Daniel Mendes Semedo, junto das autoridades competentes; b) Providenciar a saída do menor do território nacional, com vista à sua reunificação familiar no estrangeiro**".

Faz ainda saber ao requerido que é obrigatória a constituição de advogado na presente ação; Ainda, poderá requerer o benefício de Assistência Judiciária, na modalidade de dispensa ou redução de pagamento de encargos e custas processuais (cfr. artº 8º al. a) diretamente no Tribunal, ou no prazo de dois dias a contar da citação, na modalidade previsto no (artº8, al, b) nos termos da Lei 35/III/88, de 18 de junho junto da Ordem dos Advogados de Cabo Verde na Cidade da Praia, Email: [ordemadvogados@cvtelcom.cv](mailto:ordemadvogados@cvtelcom.cv), tel. Nº (238)2619755, apresentando em todo o caso elementos comprovativos da sua insuficiência económica.

Para constar se lavrou o presente anúncio que será entregue ao autor para efeito da 1ª e 2ª publicação.

Cartório do Tribunal Judicial da Comarca de Tarrafal, dezassete de junho de dois mil e vinte e cinco.

O Juiz de Direito  
Nilton José de Pina

O Oficial de Diligências  
Edmilson Borges



Ministério da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



**EXTRATO**

Certifico narrativamente para efeitos de segunda publicação, nos termos do art. 86º A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia vinte de junho de dois mil e vinte e cinco, no cartório Notarial de Santa Catarina, perante mim, Lic. Jandira dos Santos Cardoso, Notária por substituição, no livro de notas para escrituras diversas número 92, a **folhas 32 a 33**, foi lavrada uma escritura pública de **Habilitação Notarial**, por óbito de **Manuel Lopes Correia**, falecido no dia doze de junho de dois mil e vinte e dois, em Roterdão - Holanda, onde teve a sua última residência, natural que foi da freguesia e conselho de Santa Catarina, no estado de casado com Cesaltina Monteiro Lopes Cabral, sob o regime de comunhão de adquiridos.

Que o falecido não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade e deixou como únicos herdeiros legitimários os seus filhos: **a) – Helder Emanuel Monteiro Correia**, solteiro, maior, residente em Roterdão- Holanda; **b) – Esmael Monteiro Correia**, solteiro, maior residente em Roterdão – Holanda; **c)- Adélia de Lourdes Lopes Correia**, solteira, maior, residente em França; **d)- João Manuel Rodrigues Correia Ribeiro**, casado com Angela Mariza Monteiro Ribeiro, sob o regime de comunhão de geral de bens, residente em Gil Bispo; **e)- Neidida Lopes Correia Manuel**, casada com Euclides Agostinho Manuel, sob o regime de comunhão de adquiridos, residentes em França; **f)- Manuel Lopes Correia Júnior**,

solteiro, maior, residente em Gil Bispo; **g)- Maria Odete Rodrigues Correia**, solteira, maior, residente em França; **h)- Ana Maria Rodrigues Correia**, solteira, maior residente em Portugal. Todos naturais da freguesia de concelho de Santa Catarina. **i)- Ernestina Lopes Correia**, divorciada, natural da freguesia de São Miguel Arcaño, concelho de São Miguel, residente em França; **j) - Maria Segunda Lopes Correia**, viúva, natural da freguesia de São Miguel Arcaño, concelho de São Miguel, residente nos Estados Unidos da América.

Que não existem outras pessoas que, segundo a lei, prefiram aos indicados herdeiros, ou com eles possam concorrer na sucessão à herança do referido **Manuel Lopes Correia**.

Está conforme o original.

Mas se informa que, nos termos do número 5 do artigo 86º A e do 87º do Código Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

Cartório Notarial de Santa Catarina, aos vinte de junho de dois mil e vinte e cinco.

Emol: .....1.00.00

Imp.de selo:200.00

Total:.....1.200.00(mil e duzentos escudos)

Conta nº:953833

Jandira dos Santos Cardoso  
Notária por substituição  
Santa Catarina



REPÚBLICA DE CABO VERDE  
Tribunal da Relação de Sotavento  
- ANÚNCIO - 1.ª Publicação-

**Autos:** Ação Especial de Revisão e Confirmação da Sentença Estrangeira n.º 21/2025. **Requerente:** Eunice de Jesus Monteiro Pereira.

**Requerido:** Ailton de Jesus de Brito Dias, maior, divorciado, filho de José António Dias

Furtado e de Maria Odete de Brito Martins, natural da freguesia de São Salvador do Mundo, residente em França, sendo a última residência conhecida no país, na Cidade de Assomada, na localidade de Achada Lém, na zona de "Lém Pereira", na casa de Maria Alice Dias Pereira.

000000

A **Dr.ª Rosa Carlota Martins Branco Vicente**, Juiz Desembargadora do Tribunal da Relação de Sotavento.

Faz saber que, no processo e no Tribunal acima indicado, correm éditos contados da segunda e última publicação do anúncio, citando requerida **AILTON DE JESUS DE BRITO DIAS** residentes em parte incerta em França, para no prazo de 10 (dez) dias, que começa a correr depois de finda a dilação de **30 (trinta) dias**, querendo, deduzir a sua oposição ao presente pedido de Revisão e Confirmação de Sentença Estrangeira, (Divorcio Decretado pelo Tribunal Judicial do Meaux), pelos factos e fundamentos

constantes na P.I., depositada nesta Secretaria para levantamento nas horas normais do expediente.

Mais ainda fica advertido o requerido de que é obrigatória a constituição de Advogado nesta ação, que no caso de se oporem, deverão pagar o preparo inicial, no prazo de cinco dias a contar da data da apresentação da oposição na Secretaria, no montante de **13.000\$00**, sob pena do seu pagamento, acrescido de uma taxa de sanção igual ao dobro da sua importância (**26.000\$00**), nos termos das conjugações dos artigos 5º, 55º, al. b), 61º, al d) e 66º do CCJ, com advertência de que a falta deste pagamento (**39.000\$00**), implica a imediata instauração de execução especial para sua cobrança coerciva, nos termos do CCJ, e que, querendo, poderão requerer o benefício da Assistência Judiciária.

Para constar se passou o presente e mais um de igual teor, que será legalmente publicado. Cidade de Assomada, aos onze dias do mês de junho de dois mil e vinte e cinco.

A Juíza-Desembargadora,

*Rosa Vicente*  
/Dr.ª Rosa Carlota Martins Branco Vicente/  
A Ajudante de Escrivão,  
*Maria Moreno*  
/Maria Moreno/



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTA CRUZ  
JUÍZO CÍVEL  
ANÚNCIO  
(1ª Publicação)

Pelo Cartório do Juízo Cível do Tribunal da Comarca de Santa Cruz, correm termos uns autos de **Ação Ordinária, nr.61/22-23**, intentada pelo autor, **Jeremy José Lima Rosa**, filho de Anastácio Lima Rosa e de Maria José Varela Dias, natural da freguesia e Concelho de Santa Catarina, residente em Achada- Além, contra os réus, **David Jorge Gonçalves o "Txibali"** maior, trabalhador, com última residência conhecida em Canelo, atualmente ausente em parte incerta de Portugal e **Veiga Car, Ld"**, com sede na Avenida de Liberdade- Cidade de Assomada, é o réu, **David Jorge Gonçalves**, citado, para no prazo de **20 (vinte) dias**, contados depois de decorridos os 30 (trinta) dias da data da segunda publicação deste anúncio, contestar, querendo, o processo supra, que o autor supra identificado, lhes move neste Juízo, pelos fundamentos constantes da petição inicial, cujo pedido consiste no seguinte: "**Seja a ação considerada por provada e o réu condenado a indemnizar o autor a quantia de 1.840.679\$00 (um milhão, oitocentos e quarenta mil e seiscentos e setenta e nove escudos), resultante dos danos provocados na viatura de autor, acrescida de juros de mora à taxa legal e ainda seja condenado nas custas processuais e procuradoria condigna**".

O duplicado da petição inicial e documentos apresentados se encontram depositados neste Cartório para ser entregues ao réu, caso assim o solicitar, ficando advertido de que

caso não conteste a ação significa que confessa como sendo verdadeiros os factos afirmados pelo autor.

Faz-se saber ao réu, ainda, que caso apresentar o seu requerimento de contestação é obrigatório constituir advogado, deverá no prazo de 05 (cinco) dias efetuar o preparo inicial, sob da sua cobrança, acrescido de taxa de justiça igual ao dobro do montante nos termos do artº 66º do Código de Custas Judiciais e que em caso de insuficiência económica poderá requerer a assistência judiciária ao tribunal, mediante a formulação em requerimento autónomo, entregue juntamente com a contestação/oposição; ou ainda requerer a assistência judiciária à Ordem de advogados de Cabo Verde (OACV), telefone nºs 2619755/56 e fax 11º2629754, respetivamente ou à uma delegação da OACV mais próximo, solicitando a designação de um advogado, no prazo máximo de DOIS DIAS, a contar da citação. Em ambos os casos deverá juntar ao pedido de assistência judiciária os elementos comprovativos da insuficiência económica (cf.artº 5º e 6º do Dec. Regulamentar nº 10/04, de 08 de novembro)

Cartório do Juízo Cível do Tribunal da Comarca de Santa Cruz, 28 de fevereiro de 2025.

A Juiz de Direito,  
*Ruth Helena Barcelos Lima Santos*  
/Ruth Helena Barcelos Lima Santos/  
A Juiz de Direito,  
*Elizabete Lopes Correia*  
/Elizabete Lopes Correia/



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA PRAIA  
3º JUÍZO CÍVEL  
. Campus de justiça, Palmarejo –Praia  
C.P. nº 99 - Tel.: 2619700 - 3336434 e Fax: 2613880

ANÚNCIO Nº 33/2025

\*\*\*

**Pelo Cartório** do Terceiro Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca da Praia, correm termos os autos de **Reclamação de Crédito** registados sob o número **25/2024**, movida pela autora **Pergula - Construção, Restauração e Obras Publicas Lda.**, contra a ré **devedora Sambala Investimentos, Sociedade Unipessoal, SA**, com sede nesta Cidade na Estrada da Prainha, representada pelo seu Administrador Único, Sr. Jonathan Daniel Cristian Grepne, atualmente ausente em parte incerta, **é esta CITADA**, para, no prazo de vinte (**20 dias**), que se contará depois de finda a dilação de **30 (trinta) dias**, contados da segunda e última publicação do anúncio, querendo, **CONTESTAR**, os autos acima referidos cujos pedidos da autora supra identificada são: 1) que seja a ré condenada a pagar a quantia de 62.519.357\$00 (sessenta e dois milhões, quinhentos e dezanove mil, trezentos e cinquenta e sete escudos), de capital, acrescido dos juros de mora vencidos no montante de 26.529.047\$00 (vinte e seis milhões, quinhentos e vinte e nove mil e quarenta e sete escudos), e juros vincendos até o integral pagamento; 2) que seja a ré condenada no pagamento das custas, procuradoria, bem como nas custas de parte, com advertência de que a falta de contestação importa a confissão dos factos articulados pela autora (art.º207º, 207º

A, 208º nº 1,221º nºs1 e 2, 214º nºs1 e 2, do CPC - 444º nº 1,445º, a contrario, do CPC).

Faz saber ainda a ré que e obrigatória a constituição de advogado nestes autos, atento ao valor da causa indicada, que, caso apresentar contestação, deverá efetuar o pagamento do preparo inicial, no prazo de **05 (cinco) dias**, a contar da sua entrega nesta secretaria, sob pena da cobrança desse preparo acrescida de taxa de justiça igual ao dobro da sua importância, nos termos do nº1 do artº 66º do Código das Custas Judiciais, e que poderá requerer o benefício de assistência judiciária.

O duplicado da petição inicial e os respetivos documentos encontram-se a sua disposição na Secretaria deste Juízo, podendo ser levantados em qualquer dia e hora normais do expediente.

Para constar, se lavrou este anúncio, que será entregue a autora, na pessoa do mandatário constituído, para efeito de proceder a sua publicação.

Secretaria do Terceiro Juízo Cível do tribunal Judicial da Comarca da Praia, aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco.

O Juiz de Direito,  
*Rafaela Martins Paiva*  
/Rafaela Martins Paiva/  
A Ajudante de Escrivão,  
*Dominguinhos Sanchez*  
/Dominguinhos Sanchez/



Ministério  
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

Conservadora/Notária – **Djamila Rocha Delgado**

**EXTRATO**

CERTIFICO, narrativamente para efeitos de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei número 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia quatro de abril de 2025, nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número 12, da folhas 24 a 25 frente, uma escritura de **Justificação Notarial**, no qual, **Maria de Fátima Lopes dos Santos Pires e José Augusto dos Santos Pires**, casados entre si sob o regime de separação de bens, residentes em França, alegam com exclusão de outrem que, são donos e legítimos possuidores, de um prédio urbano, medindo **oitenta e sete metros quadrados**, situado em Passo, Paul, confrontando do Norte com Caetano Pedro Sousa, Sul com Maria da Conceição Monteiro, Este e Oeste com Estrada, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Santo António das Pombas, sob o número **1293/0**, com o valor matricial de um milhão quinhentos mil escudos, omissos no registo predial.

Que, o referido prédio veio à posse dos justificantes, por doação feita pela Câmara Municipal do Paul, altura em que procederam ao registo da sua transmissão junto da Câmara Municipal do Paul.

Que, no entanto, não ficaram a dispor de título formal suficiente que lhes permite fazer o respetivo registo na Conservatória, mas desde logo entraram na posse e fruição do prédio, posse essa que detém sem inter-

rupção ou ocultação de quem quer que seja, há 31 anos.

Que, essa posse, foi adquirida e mantida, sem violência e sem a menor oposição, ostensivamente, com o conhecimento de toda gente, de boa fé usufruindo de todas as utilidades do prédio, de forma pacífica, contínua e pública, em nomes próprios e com o aproveitamento de todas as utilidades do prédio, quer usufruindo como tal o imóvel, quer suportando todos os encargos daí decorrentes, pelo que adquiriram os seus direitos de propriedade por usucapião, o que invocam para efeitos de primeira inscrição no registo predial.

Os interessados querendo podem impugnar esta escritura no prazo de 45 dias a contar da data da segunda publicação.

**ESTÁ CONFORME**

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul, aos 02 de julho de 2025.

Artº.20.4.2.....1.000\$00

Imposto de Selo .....200\$00

Total.....1.200\$00

(Importa em mil e duzentos escudos).

Conta reg. sob o nº 202508642

A Conservadora/Notária,  
*Joelia*  
/Joelia/

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul, Largo Cândido Oliveira - Cidade das Pombas, CP \*, Cabo Verde, Telefone +(238) 223 16 83/VOIP (333) 2160, Email: Conservatoria.CartorioPaul@gov.cv

Ministério  
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**EXTRATO**

**CERTIFICO**, para efeito de **segunda** publicação nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50 – Iª Série, que no dia vinte e cinco do mês de Junho do ano dois mil e vinte e cinco, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Filipe, perante mim, Lic. Manuel António Pina Rodrigues Rosa, Conservador/Notário por substituição, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número sessenta e oito, de folhas sessenta e cinco a sessenta e seis, a habilitação de herdeiros, nos termos seguintes:

Que, no dia vinte e nove do mês de Outubro de dois mil e vinte, na freguesia e concelho de Vila Franca de Xira, Portugal, onde teve a sua última residência habitual em Estrada de Outeiro, S/N, Linhó, Cardosa, Arruda dos Vinhos, faleceu o referido **JOAQUIM GOMES**, natural que foi da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, ilha do Fogo, no estado de casado, sob o regime da comunhão de adquiridos, com Maria de Fátima Gomes Correia.

Que, o falecido não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade e sucederam-lhe, como herdeiros legitimários, os seus

filhos, a saber, **1. Anabela Correia Gomes Gradil**, casada com Frederico Albino Ubisse Gradil, sob o regime da separação de bens, segundo declara; e **2. Ricardo Manuel Correia Gomes**, solteiro, maior, ambos cidadãos portugueses, naturais da freguesia e concelho de Vila Franca de Xira, Portugal, residentes em Portugal e Estados Unidos da América, respetivamente.

Que não existem outras pessoas que, segundo a lei, prefiram aos indicados herdeiros ou com eles possam concorrer na sucessão à herança do referido Joaquim Gomes.

**ESTÁ CONFORME.**

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Filipe aos vinte e cinco de Junho de dois mil e vinte e cinco.

Art. 20.º 4.2... 1.000\$00  
Selo do acto..... 200\$00  
**Soma:..... 1.200\$00**  
Processo n.º 956351  
Conta sob o n.º 202517846

O Conservador/Notário, Dr.  
Manuel António Pina Rodrigues Rosa

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de 2ª Classe de São Filipe, Avenida Amílcar Cabral - São Filipe - Fogo, CP 13, Cabo Verde, Telefone +(238) 281 11 54, +(238) 281 11 54 / VOIP (333) 8101, Email: Conservatoria.CartorioFogo@gov.cv

Ministério  
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**EXTRATO**

**FATIMA ANDRADE MONTEIRO**, Certifico, para efeitos de **Primeira** publicação, nos termos do disposto no numero 3 do artigo 100 do código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, publicado do BO nº 50/I Série, que no dia dez do mês de Junho do ano de dois mil e vinte e cinco, no Cartório Notarial de Primeira classe do Sal, foi lavrado no livro de notas para escrituras diversas número 281 de folhas 40 a 41, uma Escritura de **JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL**, onde se declara que, **ADÉLIO BASILIO TAVARES MONIZ LOPES**, casado sob o regime de comunhão de bens adquiridos com Maria Alcina Teixeira Lopes Gomes, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça Ilha de Santiago, residente em França, NIF 150291230; **b) CARLOS ALBERTO TAVARES MONIZ**, casado sob o regime de comunhão de bens adquiridos com Orquídea do Livramento da Cruz Silva Moniz, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça - Ilha de Santiago, residente na Cidade dos Espargos - Ilha do Sal, NIF 120898268; **c) EUNICE LOIDE TAVARES MONIZ SPINOLA**, casada sob o regime de comunhão de bens adquiridos com José Manuel Barbosa Spínola, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça - Ilha de Santiago, residente em Fazenda, Cidade da Praia Ilha de Santiago, NIF 118755773, **d) LUIS CARLOS TAVARES NEVES**, casado sob o regime de comunhão de bens adquiridos com Dulce Neia Baessa Gonçalves Neves, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça - Ilha de Santiago, residente em Agua de Gato, São Domingos - Ilha de Santiago, NIF 112156584, representados pela Dra Vania Cunha, Advogada, NIF 105368920, titular da cédula Profissional numero 199/08, neste acto herdeiros de Maria Gracinda Tavares Moniz, habilitada neste Cartório no dia 15.07.2016, a folhas 02/03 do Livro de Notas para escrituras diversas no 185, declararam quem, com exclusão de outrem, que donos e legítimos possuidores de um Prédio Urbano, coberto de colmo, composto de dois andares e pavimento cimentado, com uma área levantada de 164.3m2, situado na Zona de Preguiça - Cidade dos Espargos, Ilha do Sal, com o Numero de Identificação Predial (NIP) 6400029660000 (cadastro diferido), em nome de Herdeiros de Maria Gracinda Tavares Moniz.

Que o referido prédio urbano, lhes veio a posse por herança da mãe Maria Gracinda Tavares Moniz, que por sua vez o adquiriu por compra feito na Sra. **Maria da Cruz Soares**, pelo valor de 70.000\$00 (setenta mil escudos), no ano de 1976, sem que, no entanto, ficasse a dispor de qualquer título formal, mas desde logo entrou na posse e fruição do referido Prédio, posse que a justificante possui há mais ou menos **49 anos**, e sempre foi exercida pela falecida acima referida e agora por eles justificantes sem a menor oposição, de quem quer que seja, desde o seu início, posse que a falecida sempre exerceu a vista de todos e sem interrupção, usufruindo todas as utilidades do prédio, de forma pacífica, continua e publica.

Que, assim adquiriram o referido Prédio Urbano por usucapião, não tendo, todavia, dado o modo de aquisição documentos que lhe permite fazer a prova do direito de propriedade, pelo que vem justificar o direito de propriedade para efeitos de primeiro da inscrição.

Mais se informa que, nos termos do nº 2 do artigo 101.º do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, interpor recurso hierárquico ou impugnação judicial da ora referida escritura de justificação notarial, no prazo de 45 dias a contar da segunda publicação do extrato no jornal.

Cartório Notarial de Primeira Classe do Sal, aos 17 dias do mês de Junho do ano de 2025.

Art.º 20.º,4.2: .....1.000\$00.

Selo.....200\$00.

Importa o presente extrato em: 1.200\$00(mil e duzentos escudos).

Conta nº 2025514419/2025.

DGRNI, Cartório Notarial de 1ª Classe do Sal, Moro Curral Espargos - Sal, CP \*, Cabo Verde, Telefone +(238) 241 37 26, +(238) 241 37 25/ VOIP (333) 4102, (333) 4104, Email: CartorioSal@gov.cv

Ministério  
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**EXTRATO**

**CERTIFICO**, narrativamente, para efeitos da **Segunda** publicação, que no dia treze de junho de dois mil e vinte e cinco, com início de folhas 67º do livro de notas número B/82, deste Cartório Notarial, a cargo do Notário, Lic. José Manuel Santos Fernandes, foi exarada uma escritura de Habilitação de Herdeiro por óbito de **Pedro Manuel Lima**, falecido no dia quinze de julho de dois mil e vinte e quatro, na freguesia de Avenidas Novas, concelho de Lisboa, Portugal, onde teve a sua última residência habitual na Rua Eduardo António de Oliveira, nº13 F- Amora Seixal - Portugal, de setenta e três anos, natural que foi da freguesia de Santo António das Pombas, concelho do Paúl, ilha de Santo Antão, no estado de casado no regime de comunhão adquiridos com Maria dos Reis Fatuda Lima. Que, o falecido não deixou testamento nem escritura de doação por morte, e lhe sucederam como herdeiros legitimá-

rios, os seus filhos: **a)- Vera Lúcia Brito Lima**, residente em França; **b) – Rivan Renato Fatuda Lima**, residente em Holanda, ambos solteiros, maiores, naturais da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente - Os interessados, querendo, podem proceder à impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo DL n.º 9/2010, de 29 de março.

Primeiro Cartório Notarial de São Vicente, aos 13 de junho de 2025.

Conta: 202536309  
Proc, 949277  
Art. 20.4.2.....1000\$00  
Selo .....200\$00  
Total .....1.200\$00. Importa o presente em mil e duzentos escudos

Proc. 949277 O Notário  
José Manuel Santos Fernandes  
em mil e duzentos escudos

1º Cartório Notarial de São Vicente, Volp-3104-Alto São Nicolau, Notário. Lic. José Manuel Santos Fernandes



Ministério  
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



**Notário p/s: Felismino Monteiro Benchimol**

**-EXTRATO-**

**CERTIFICO**, para efeito da **SEGUNDA** publicação nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 – Iª Série, que no dia treze de maio de dois mil e vinte e cinco, no Cartório Notarial, sito na Cidade de João Teves, perante mim, **Felismino Monteiro Benchimol** Conservador Notário em substituição no Cartório Notarial de São Lourenço dos Órgãos, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número 18, de folhas 32 a 33, a justificação notarial a favor da Sra. **Aldina Cunha de Carvalho**, contribuinte fiscal número 131621521 natural da freguesia e concelho de São Lourenço dos Órgãos, residente em Achada São Felipe - Praia, titular do cartão nacional de identificação número 19471028F001Q, feito em 11/12/2023, emitido pela República de Cabo Verde, que outorga em nome próprio e em representação dos herdeiros Rafael Santiago de Carvalho, NIF - 100429742, solteiro maior, Mitsha Celiza Santiago de Carvalho, NIF - 100429750, solteira, maior, Helder Santiago de Carvalho, NIF 100429734, solteiro, maior, Jailson Patrick Dias de Carvalho, casado com Ana Paula Gomes Maia de Carvalho, sob regime de comunhão de adquiridos, Albertina Cunha de Carvalho, NIF 101172885, casada com Antonio Monteiro, semedo, sob regime de comunhão de adquiridos, Lavine Máisa Rodrigues Carvalho, NIF - 167644155, solteira, maior, Angela Maria Mendes de Carvalho Thivet, NIF 151079811, solteira, maior, Emileno Pinto de Carvalho, NIF 108193713, casado Elizabeth Sofia Gomes Martins, sob regime de comunhão de adquiridos, Elizeu Emiliano Pinto de Carvalho, NIF-104344539, solteiro, maior, Carla Carina Rodrigues Carvalho, NIF 132857855, divorciada, Cesaltina da Cunha de Carvalho Cruz, viúva, NIF 101717032, Isa Lauren Rodrigues Carvalho, NIF - 119927276, casada, Sónia Isabel Lopes Carvalho, NIF -102660387, solteira, 102660387, solteira, maior, Ivandro Pinto de Carvalho, NIF-171702000, casado, Teresa da Cunha de carvalho, NIF 137677049, viúva, Carlos Alexandre Cunha de Carvalho, NIF 162141106, casado com Maria Corina Teixeira, Carvalho, sob regime de comunhão de adquiridos, Nilson Jorge Pinto de Carvalho, NIF - 122430506, casado, Adelcides Pinto Carvalho, NIF - 117073130, declara casado, Zeferina da Cunha de Carvalho, NIF - 161970206, solteira, maior, Alina Conceição de Carvalho, NIF 195954297, viúva, viúva, Celita Ivone Pin-

to de Carvalho, 109830580, solteira, maior, Angela Maria Mendes de Carvalho Thivet, NIF - 151079811, solteira, maior, Albertina Cunha de Carvalho, NIF 101172885, casada, Alice da Cunha

Carvalho, NIF - 141779900, viúva, Cesaltina da Cunha de Carvalho Cruz, NIF - 101717032, casada com Manuel de Jesus da Cruz, sob regime de comunhão geral de bens, Filomena Pinto Mendonça Carvalho, 118222872, casado com Deniz Semedo Rocha sob regime de comunhão geral de bens, adiante designada como **JUSTIFICANTES** e foi dito que:

1. Que são donos e legítimos possuidores, com exclusão de outrem, de um prédio rústico, situado em João Goto, com a área de **três mil setecentos e cinco metros quadrados**, confrontando Norte, Sul com terreno do mesmo, Este e Oeste com linha de água, inscrito na matriz predial da freguesia de São Lourenço dos Órgãos sob o número **2644/0**, com o valor matricial de **quatrocentos mil escudos**.
2. Que esse prédio veio a posse da **JUSTIFICANTE** por Herança.
3. Que, portanto, há mais de **dez anos**, a **JUSTIFICANTE** vem exercendo sucessivamente, em nome próprio e dos seus constituintes, uma posse pública, pacífica, contínua, de boa fé, sem interrupção e ostensivamente com conhecimento de toda a gente e com aproveitamento de todas as utilidades do prédio, nomeadamente, para a prática de agricultura de sequeiro, tem direito de propriedade por usucapião, o que ora invoca para efeito de primeira inscrição no registo predial.

ESTÁ CONFORME

Cartório Notarial de São Lourenço dos Órgãos, nove de junho de dois mil e vinte e cinco.

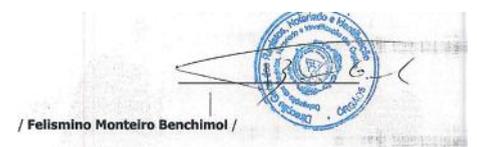
**CONTA:**

Artº.20.4.2.....1.000\$00  
Imposto de Selo..... 200\$00  
Total ..... 1.200\$00

(Importa em mil e duzentos escudos)

**Reg. sob o nº 949/12025.**

**www.govemo.cv** govemodecaboverde **O** caboverde gov



Ministério  
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**-EXTRATO-**

**CERTIFICO**, para efeito de **primeira** publicação nos termos do disposto no artigo 100.º do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50 – 1ª Série, que no dia vinte e seis do mês de Junho do ano dois mil e vinte e cinco, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Filipe, perante mim, Lic. Manuel António Pina Rodrigues Rosa, Conservador/Notário em Acumulação, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número sessenta e oito, de folhas setenta e cinco a setenta e sete, a escritura de Justificação Notarial, na qual **MANUEL ROQUE SILVA JÚNIOR**, contribuinte fiscal número um, dois, sete, seis, oito, quatro, seis, quatro, seis, natural da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, ilha do Fogo, e cônjuge **VERA LÚCIA MONTEIRO SILVA**, contribuinte fiscal número um, um, dois, quatro, quatro, zero, sete, zero, três, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, ilha do Fogo, casados entre si, sob o regime da comunhão de adquiridos, ambos residentes em cidade de São Filipe, se declaram donos e legítimos possuidores, com exclusão de outrem, do prédio urbano de dois pisos, correspondentes ao rés-do-chão com sala de estar, dois quartos, uma cozinha, wc e quintal, e o primeiro andar com sala de estar, três quartos, cozinha, wc e quintal, construído no terreno com a área de **cento e sessenta e um vírgula seis metros quadrados**, situado em Achada São Filipe, ilha do Fogo, confrontando do Norte com lote número 159, do Sul com lote número 161, do Este com lote número 154 e do Oeste com via pública, com valor matricial de nove milhões, duzentos e cinquenta mil escudos, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Nossa Senhora da Conceição sob o número **3260/0**, omissos nesta Conservatória/Cartório.

Que, o referido prédio foi construído de raiz por eles justificantes, com recursos próprios, num lote de terreno adquirido por compra à José de Barros Santos Pina pelo preço de sete mil escudos, celebrada por documento particular em meados do ano dois mil, cujo original se extraviou. Que, todavia, a natureza meramente particular do contrato, impossibilita-os de fazer a primeira inscrição do dito imóvel no registo predial, visto que não há título que comprove a correspondente transmissão.

Que, após a compra do terreno, eles justificantes entraram na posse do mesmo, iniciando imediatamente a construção do prédio urbano acima identificado, posse essa que dura há cerca de vinte e cinco anos, e sempre exercida pelos justificantes sem a menor oposição, de quem quer que seja, desde o seu início, à vista de todos e sem interrupção, usufruindo de todas as utilidades do prédio, de forma pacífica, contínua e pública, suportando todos os encargos daí decorrentes, pagando as respetivas contribuições e impostos, pelo que adquiriram o seu direito de propriedade por usucapião, o que invocam para efeitos de primeira inscrição no registo predial.

**ESTÁ CONFORME.**

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Filipe, aos vinte e seis de Junho de dois mil e vinte e cinco.

Art. 20.º 4.2.....1.000\$00

Selo do acto.....200\$00

**Soma: .....1.200\$00**

Processo n.º 957563. Conta sob o n.º 202518197

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de 2ª Classe de São Filipe, Avenida Amílcar Cabral - São Filipe - Fogo, CP 13, Cabo Verde, Telefone +(238) 281 11 54, +(238) 281 11 54/VOIP (333) 8101, Email: Conservatoria.Cartorio Fogo@gov.cv

Ministério  
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**EXTRATO**

**CERTIFICO**, para efeito de **primeira** publicação nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50- 1ª Série, que no dia doze do mês de maio do ano dois mil e vinte e cinco, no Segundo Cartório Notarial de São Vicente, sito em Monte Sossego, perante mim, **Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva**, respetivo Notário, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número sessenta e dois, de folhas setenta e seis à setenta e sete, a habilitação de herdeiros, nos termos seguintes:

No dia doze do mês de janeiro do ano dois mil e dezoito, no banco de urgência, freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, onde teve a sua última residência em Espia, faleceu **ANTÓNIO MANUEL DOS SANTOS**, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, concelho de Ribeira Grande, ilha de Santo Antão, no estado de casado com Antónia Leopoldina Monteiro Matias dos Santos, sob o regime da comunhão geral de bens.

O falecido não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como herdeiros legítimos, os seus filhos, a saber: **a) Edilene Joana Gonçalves dos Santos;**

**b) Marlene da Graça dos Santos;** estes naturais da freguesia de São Pedro Apóstolo, concelho de Ribeira Grande, ilha de Santo Antão; **c) Marcio António Matias dos Santos**, natural da Itália, de nacionalidade cabo-verdiana; **d) Marco António Matias dos Santos**, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente; todos solteiros, maiores, residentes em Fonte Inês.

Não existem outras pessoas, que segundo a lei, prefiram aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão à herança do referido **ANTÓNIO MANUEL DOS SANTOS**.

**ESTÁ CONFORME.**

Segundo Cartório Notarial de São Vicente, em Monte Sossego, aos treze de maio de dois mil e vinte e cinco.

Art. 20.º 4.2.....1.000\$00

Selo do acto.....200\$00

**Soma: .....1.200\$00**

Processo n.º 931112

Conta n.º 202577302

O Notário,  
  
/Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva /

DGRNI, Segundo Cartório Notarial de São Vicente, Rua Abílio Duarte no 9º, Monte Sossego, São Vicente, CP \*, Cabo Verde, Telefone +(238) 231 31 00 / VOIP (333) 3108, (333) 3110, Email: SegundocartorioSV@gov.cv

Ministério  
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**EXTRATO**

**CERTIFICO**, para efeito de **segunda** publicação nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50- 1ª Série, que no dia vinte de Fevereiro do ano dois mil e vinte e quatro, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Filipe, perante mim, Lic. **Dr. Paulo Jorge Barbosa Correia de Pina**, então Conservador/Notário, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número sessenta traço B, de folhas quarenta e quatro a quarenta e quatro verso, a habilitação de herdeiros, nos termos seguintes:

Que, no dia sete de fevereiro de dois mil e vinte e três, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, faleceu **MARIA LIVRAMENTO GOMES LOPES FONTES**, de sessenta e um anos de idade, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, residente que foi em Vicente Dias, no estado de solteira.

Que a falecida não fez testamento ou qualquer outra disposição de última

vontade, tendo deixado como herdeiros os filhos: a) **Alvinio Dimas Fontes de Pina;** e b) **Dilma Fontes Lopes**, ambos solteiros, maiores, naturais da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, residentes nos Estados Unidos da América.

Que, não há outras pessoas, que segundo a lei, prefiram aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer à herança da falecida.

**ESTÁ CONFORME.**

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Filipe, aos treze de Junho de dois mil e vinte e cinco.

Art. 20.º 4.2.....1.000\$00

Selo do acto.....200\$00

**Soma: .....1.200\$00**

Conta sob o n.º 58/2025

O Conservador/Notário, Ps.  
  
/Manuel António Pina Rodrigues Rosa/

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de 2ª Classe de São Filipe, Avenida Amílcar Cabral - São Filipe - Fogo, CP 13, Cabo Verde, Telefone +(238) 281 11 54, +(238) 281 11 54 / VOIP (333) 8101, Email: Conservatoria.Cartorio Fogo@gov.cv

Ministério  
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**-EXTRATO-**

**CERTIFICO**, para efeito de **segunda** publicação nos termos do disposto no artigo 100.º do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50- 1ª Série, que no dia vinte e quatro do mês de Junho do ano dois mil e vinte e cinco, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Filipe, perante mim, Lic. Manuel António Pina Rodrigues Rosa, Conservador/Notário em Acumulação, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número sessenta e oito, de folhas sessenta e dois verso a sessenta e quatro verso, a escritura de Justificação Notarial, na qual **JOSÉ JORGE MONTEIRO FERNANDES**, que também usa **JOSÉ JORGE FERNANDES**, contribuinte fiscal número um, seis, seis, seis, oito, seis, zero, zero, zero, solteiro, segundo declara, maior, natural da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, ilha do Fogo, residente nos Estados Unidos da América, se declara dono e legítimo possuidor, com exclusão de outrem, dos seguintes imóveis: i. prédio urbano, que se compõe em um lote de terreno, identificado pelo número 1, da Quadra H, com a área de **cento e quarenta e sete vírgula cinquenta e nove metros quadrados**, situado em Alto Xaguete, ilha do Fogo, confrontando do Norte com via pública, do Sul com espaço verde, do Este com lote número 2 e do Oeste com espaço verde e via pública, com valor matricial de trezentos mil escudos, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Nossa Senhora da Conceição sob o número **4288/0**, omissa nesta Conservatória/Cartório; ii. prédio urbano, que se compõe em um lote de terreno, identificado pelo número 2, da Quadra H, com a área de **cento e cinquenta metros quadrados**, situado em Alto Xaguete, ilha do Fogo, confrontando do Norte com estacionamento, do Sul com espaço verde, do Este com lote número 3 e do Oeste com lote número 1, com valor matricial de trezentos mil escudos, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Nossa Senhora da Conceição sob o número **4287/0**, omissa nesta Conservatória/Cartório;

Que, o justificante adquiriu os referidos imóveis por compra efetuada a Felisberto Monteiro Silva e Luzia Monteiro Silva, em meados do ano dois mil e dez, celebrada por contrato particular. Que, todavia, a natureza meramente particular do contrato, e a circunstância dos ditos imóveis não se encontrarem descritos na Conservatória, e portanto, sem inscrição em nome dos vendedores, impossibilita-o de fazer a primeira inscrição no registo predial.

Que, o justificante está na posse dos referidos imóveis há cerca de quinze anos, e sempre exercida pelo mesmo sem a menor oposição, de quem quer que seja, desde o seu início, à vista de todos e sem interrupção, usufruindo de todas as utilidades dos prédios, de forma pacífica, contínua e pública, suportando todos os encargos daí decorrentes, pagando as respetivas contribuições e impostos, pelo que adquiriu o seu direito de propriedade por usucapião, o que invoca para efeitos de primeira inscrição no registo predial.

**ESTÁ CONFORME.**

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Filipe, aos vinte e quatro Junho de dois mil e vinte e cinco.

Art. 20.º 4.2.....1.000\$00

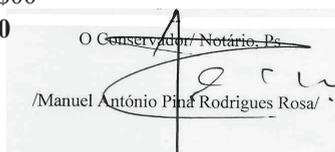
Selo do acto.....200\$00

**Soma: .....1.200\$00**

Processo n.º 955811

Conta sob o n.º 202517727

O Conservador/Notário, Ps.  
/Manuel António Pina Rodrigues Rosa/



DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de 2ª Classe de São Filipe, Avenida Amílcar Cabral - São Filipe - Fogo, CP 13, Cabo Verde, Telefone +(238) 281 11 54, +(238) 281 11 54/VOIP (333) 8101,

Email: Conservatoria.CartorioFogo@gov.cv

Ministério  
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**Conservadora/Notária - Djamila Rocha Delgado****-EXTRATO-**

**CERTIFICO**, para efeito de segunda publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de agosto, B.O. nº 50 – 1ª Série, que no dia 17-06-2025, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número 12, a folhas 19 verso à 20 frente, uma escritura de habilitação de herdeiros, no qual foi declarado o seguinte:

**Primeira Habilitação**

Que, no dia vinte e sete de janeiro de dois mil e quatro, faleceu na sua residência em Janela - Paul, freguesia de Santo António das Pombas, concelho do Paul, **António João Delgado** de setenta e oito anos de idade, que foi natural desta freguesia, com última residência em Pontinha de Janela, no estado casado com **Maria da Ressurreição Oliveira Pires Delgado**, sob o regime de comunhão de bens.

Que, o falecido não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como herdeiros legitimários os seus filhos, a saber: **a) José Abrantes Oliveira Delgado**, solteiro, maior, residente nos Estados Unidos da América; **b) Otelindo de Jesus Oliveira Delgado**, solteiro, maior, residente em Pontinha de Janela; **c) Adilson António de Oliveira Delgado**, solteiro, maior, residente em Pontinha de Janela; **d) Rivelino de Jesus de Oliveira Delgado**, solteiro, maior, residente nos Estados Unidos da América; naturais de freguesia acima referida; **e) César Augusto Pires Oliveira**, casado com Ana Cristina Pimenta Mascarenhas Soares Delgado, sob o regime de comunhão geral de bens, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, Concelho de São Vicente e residente em São Vicente.

**Segunda habilitação**

Que, no dia cinco de junho do ano dois mil e vinte e três, faleceu num domicílio em Janela - Paul, freguesia de Santo António das Pombas, concelho do Paul, **Maria da Ressurreição Oliveira Pires Delgado**, no estado de viúva, que foi natural da freguesia de Santo António das Pombas, concelho do Paul, tendo como última residência em Pontinha de Janela - Paul.

Que, a falecida não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como herdeiros legitimários os seus filhos acima referidos na primeira habilitação.

Que, não existem outras pessoas que segundo a lei preferam aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão à herança dos referidos falecidos **António João Delgado e Maria da Ressurreição Oliveira Pires Delgado**.

Mais se informa que, nos termos do nº5 do artigo 86-A e do artigo 87 do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

**ESTÁ CONFORME**

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul, aos dezanove de junho de dois mil e vinte e cinco.

Reg. sob o nº 202507604



DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Paul, Largo Cândido Oliveira-Cidade das Pombas, CP \*, Cabo Verde, Telefone +(238) 223 16 83/VOIP (333) 2160, Email: Conservatoria.CartorioPaul@gov.cv www.governo.cv governodecaboverde O caboverde\_gov

Ministério  
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



NOTÁRIO P/S: Daniel Lopes Ferreira

**EXTRATO**

Certifica narrativamente para efeitos de primeira publicação, nos termos do n.º 5 do artigo 86.º-A, do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, lavrada no dia vinte e um de Maio de dois mil e vinte e cinco, de folhas 100F e 101V, no livro de notas para escrituras diversas número 01/B, deste Cartório, a cargo do Notário p/s, **Daniel Lopes Ferreira**, se encontra exarada uma escritura de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, por óbito de **Anicete dos Santos Borges**, que também usa o nome de **Aniceto Borges dos Santos**, falecido em França, no dia onze de Outubro de dois mil e vinte e três, no estado de casado sob o regime de comunhão de adquiridos com **Maria Helena Lopes Tavares**, natural que foi da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, com sua última residência em França, sem testamento e disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros os seus filhos: **Vera Lúcia Semedo Borges**, solteira, maior, natural de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Biscainhos, **Eveline de Jesus Lopes dos Santos**, solteira, maior, natural da freguesia de Santo Amaro

Abade, concelho do Tarrafal, residente em França, **Neusa Helena Lopes dos Santos**, solteira, maior, natural da Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em França, **Sonia da Conceição Lopes dos Santos**, solteira, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em França.

Não existem outras pessoas que segundo a lei possam concorrer à herança do “de cujus”.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Tarrafal de Santiago, aos vinte e um dias do mês de Maio do ano dois mil e vinte e cinco.

Custas..... 1.000.00

Imp. de selo.....200.00

Total..... 1.200.00 (São mil e duzentos escudos)

Registada sob o n.º 937884/2025.

O NOTÁRIO P/S,

/ Daniel Lopes Ferreira /

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Tarrafal de Santiago, Palácio da Justiça RC/ - Cidade do Tarrafal - Santiago, CP\*, Cabo Verde, Telefone +(238) 266 11 24/VOIP (333) 6617, (333) 6627, Email: Conservatoria.CartorioTS@gov.cv

Ministério  
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

Primeiro Cartório Notarial da Praia  
Notária: Joselene Safira do Souto Andrade Gomes**-EXTRATO-**

**CERTIFICO** narrativamente para efeitos da **Primeira** publicação, nos termos do artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de agosto, que no dia 01.07.2025, de folhas 23 a 24 do livro de notas para escrituras diversas número 353 deste Cartório Notarial, a meu cargo, foi exarada uma **Escritura de HABILITAÇÕES DE HERDEIROS por óbitos de António Carlos Pereira Monteiro e Beatriz da Moura Pereira**, nos termos seguintes:

**Primeira Habilitação**

1. Que que no dia **sete de setembro de dois mil e dez**, em Boa Entrada, freguesia e concelho de Santa Catarina de Santiago, faleceu **António Carlos Pereira Monteiro**, aos trinta anos de idade, no estado civil de solteiro, maior, natural que foi da freguesia e concelho de Santa Catarina de Santiago, filho de Mário Lopes Monteiro e de Beatriz da Moura Pereira, que teve a sua última residência habitual em Boa Entrada, Santa Catarina de Santiago.

2. Que o falecido não fez testamento, nem qualquer outra disposição de última vontade, e deixou como únicos herdeiros, os seus ascendentes, **Beatriz da Moura Pereira** e **Mário Pereira de Brito**, ambos já falecidos e ela identificada na segunda habilitação.

3. Que não existem outras pessoas que segundo a lei prefiram os mesmos herdeiros ou com eles possam concorrer a sucessão do falecido.

**Segunda Habilitação**

1. Que no dia **sete de junho de dois mil e vinte e três**, na freguesia e concelho de Loures, Portugal, faleceu **Beatriz da Moura Pereira**, aos sessenta e oito anos de idade, no estado civil de solteira, maior, natural que foi de Angolares, São Tomé e Príncipe, filha de Jovencio Pereira e de Maria de Moura, que teve a sua última residência habitual na rua 25 de outubro, n.º 133A, 2.º, Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto, Loures, Portugal.

2. Que a falecida não fez testamento, nem qualquer outra disposição de última vontade, e deixou como únicos herdeiros. os seus filhos:

a) **António Jorge Pereira Monteiro**, casado com Arcelinda da Costa Vieira Monteiro, natural da freguesia e concelho de Santa Catarina de Santiago, residente em Suíça.

b) **Natalina de Jesus Pereira Correia**, solteira, maior, natural da freguesia e concelho de Santa Catarina de Santiago, residente em França.

c) **Adilson de Jesus Pereira Correia**, divorciado, natural da freguesia e concelho de Santa Catarina de Santiago, residente em Palha Sé, Praia.

d) **Solange Sofia Pereira Martins**, solteira, maior, natural da freguesia e concelho de Santa Catarina de Santiago, residente em Portugal.

e) **António Carlos Pereira Monteiro**, pré falecido, identificado na primeira habilitação.

3. Que não existem outras pessoas que segundo a lei prefiram os mesmos herdeiros ou com eles possam concorrer à sucessão da falecida.

Os interessados, querendo, podem proceder a impugnação judicial da escritura em referencia, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo Decreto-lei n.º 9/2010, de 29 de março.

CONTA:961328/2025

Art. 20º 4.2.....1000\$00

Selo do Acto.....200\$00

Total.....1.200\$00. Importa o presente em mil e duzentos escudos

Primeiro Cartório Notarial da Praia, Telefone-Fax-2617935-CP-184, Avenida da China, Encosta de Achada Santo António, Notaria, Lic.: Joselene Safira do Souto Andrade Gomes NIF- 353331112

www.govenodecabo Verde caboverde gov

A Notária,

/Joselene Safira do Souto Andrade Gomes/

Ministério  
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**-EXTRATO-**

Certifico narrativamente para efeito da primeira publicação nos termos do disposto no artigo 100.º do Código do Notariado, que, nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, se encontra exarada uma escritura de Justificação Notarial no livro de notas para escrituras diversas n.º 82, de folhas 03 a 03 verso, outorgada no dia 19-06-2025, na qual **António Andreassi**, casado com, Maria Teresa Vezzoni, natural de Gavardo (BS) Itália, de nacionalidade Italiana, residente nesta cidade da Ponta do Sol, alega com exclusão de outrem, dono e legítimo possuidor de um trato de terreno, n.º 92, situado em Ponta do Sol, ilha de Santo Antão, medindo 80 m2, (oitenta metros quadrados), inscrito na matriz predial da freguesia de Nossa Senhora do Livramento, sob o n.º 1034/0, confrontando do Norte, Este e do Oeste com Ruas e de Sul, com lote n.º 91, com valor matricial de 170.000\$00 (cento e setenta mil escudos), descrito nesta Conservatória sob o numero 179/20160516, aí registado, a favor de Herminio da Cruz Monteiro, pela respetiva inscrição.

O Justificante alega que o referido tracto de terreno lhe veio a posse por compra ao senhor **Herminio da Cruz Monteiro**, por documento particular, e após a compra fez a inscrição na matriz camaria em seu nome próprio, e não tendo título aquisitivo válido para efeitos de primeira inscrição no registo predial vem invocar

o usucapião como forma de aquisição do Reatamento do trato sucessivo, uma vez que exerce uma posse em seu nome próprio, pública, pacífica, continua e sem oposição de quem quer que seja.

Que a posse foi adquirida e mantida, sem violência, sem oposição. sem interrupção e ostensivamente com conhecimento de toda agente, agindo sempre por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade, com aproveitamento de todas as utilidades do prédio, usufruindo e suportando os respetivos encargos, pelo que, adquiriu o direito de propriedade por usucapião, o que invoca para efeitos de inscrição no registo predial.

Os potenciais interessados têm um prazo de quarenta e cinco dias a contar da primeira e senda publicação para eventual impugnação.

Está conforme

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Ribeira Grande, aos 02-07-2025.

Conta n.º 952609/2025

O Notário,  
António Alexs Martins

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2ª Classe de Ribeira Grande, Santo Antão, CP\*, Cabo Verde, Telefone

Ministério  
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**-EXTRATO-**

**CERTIFICO** narrativamente para efeito de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de agosto, B.O. n.º 50- Iª Série, que foi outorgada no dia 16-06-2025, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Ribeira Grande - Santo Antão, no livro de notas para escrituras diversas n.º 82, de folhas 99 verso a 100, a escritura de Habilitação de Herdeiros, na qual foi declarado que, têm pleno conhecimento de que no dia catorze do mês de Junho do ano de dois mil e vinte e dois, faleceu na sua residência em 1 Allée du Château/ARS- Laquenexy (Moselle) - França, **António Nascimento dos Santos**, que era casado em primeiras núpcias com Filomena Joana dos Santos, filho de Joana Mariana dos Santos Pires, natural que foi da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Concelho de Ribeira Grande, com última residência em França/Moselle/Talange, tendo deixado como únicos herdeiros legitimários os seus filhos: **Nataniel dos Santos**, casado com Ghislaine Ramos, natural e residente em França; **Jeannette dos Santos**, solteira, maior, natural e residente em França; **Elisette dos Santos**, solteira, maior, natural e residente em França; **Raquel**

**dos Santos**, solteira, maior, natural e residente em França; **Edgard Emanuel**, casado com Christiane Marcelle Woziwoda, natural e residente em França e **Anthony dos Santos**, pré-falecido em dezasseis de Agosto do ano de dois mil e dois, em Pont du Canal, rua do Metz em Talange (Moselle) – França.

Que o falecido não deixou testamento ou qualquer disposição de última vontade.

Que, não há quem com os indicados herdeiros possa concorrer a sucessão na herança do falecido.

Mais se informa que, nos termos do n.º 5 do artigo 86.º -A e do artigo 87.º do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar a referida escritura de habilitação de herdeiros.

**ESTÁ CONFORME**

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Ribeira Grande Santo Antão, aos 02-07-2025.

Reg. sob o n.º 951489/2025



DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2ª Classe de Ribeira Grande, Santo Antão, CP\*, Cabo Verde, Telefone

Ministério  
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**-EXTRATO-**

Certifico narrativamente para efeito da primeira publicação nos termos do disposto no artigo 100.º do Código do Notariado, que, nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, se encontra exarada uma escritura de Justificação Notarial no livro de notas para escrituras diversas n.º 82, de folhas 02 a 02 verso, outorgada no dia 16-06-2025, na qual **Jorge Filipe Duarte**, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, concelho da Ribeira Grande, residente no Luxemburgo, declara com exclusão de outrem, dono e legítimo possuidor de um prédio urbano de 2.º andar, construído de pedra, argamassa e blocos de cimento, coberto de betão armado, sendo no rés-do-chão com um armazém, no 1.º andar com três quartos de dormir, duas casas de banho, uma cozinha e uma sala de visita e no 2.º andar com três quartos de dormir, duas casas de banho, uma cozinha/copa, uma sala de jantar e uma sala comum, situado em Penha de França - Cidade da Ribeira Grande, medindo 140 m2, inscrito na matriz predial da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, sob o n.º 3024/0, confrontando do Norte, com Borda; Sul, com Rua; Este e de Oeste com Herdeiros de Maria Antónia da Cruz;

O Justificante alega que o tracto de terreno onde foi edificado o prédio urbano lhe veio a posse por compra feita no dia 21 de Fevereiro de 1987, à senhora **Maria Antónia da Cruz**, por documento particular, e após a compra fez a inscrição na matriz camaria em seu nome próprio, e não tendo título aquisitivo válido para efeitos de primeira inscrição no registo predial, vem invocar a usucapião como forma de aquisição, para estabelecimento de trato sucessivo, uma vez que exerce uma posse em seu nome próprio, pública, pacífica, continua e sem oposição de quem quer que seja.

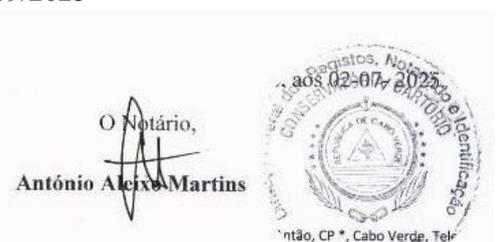
Que a posse foi adquirida e mantida sem violência, sem oposição, sem interrupção e ostensivamente com conhecimento de toda agente, há mais de trinta anos, agindo sempre por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade, com aproveitamento de todas as utilidades dos prédios, usufruindo e suportando os respetivos encargos, pelo que, adquiriu o direito de propriedade por usucapião, o que invoca para efeitos de inscrição no registo predial.

Os potenciais interessados têm um prazo de quarenta e cinco dias a contar da primeira e segunda publicação para eventual impugnação.

**Está conforme**

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Ribeira Grande aos 02-07-2025.

Conta n.º 952509/2025



DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2ª Classe de Ribeira Grande, Santo Antão, CP, Cabo Verde, Telefone

Ministério  
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**-EXTRATO-**

Certifico narrativamente para efeitos de primeira publicação, nos termos do artigo 100 do Código do Notariado, que no dia 30 de junho de 2025, nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, foi lavrada, no livro de notas para escrituras diversas número 41, de folhas 46 a 46 verso, uma escritura de justificação notarial, na qual Silvestre Miguel da Luz e Trijntje Van Der Kuil da Luz, casados entre si sob o regime de comunhão de bens adquiridos, ele natural da freguesia de Santo André - concelho do Porto Novo e ela natural da Holanda, de nacionalidade holandesa, residentes em Holanda, declaram, com exclusão de outrem, donos e legítimos possuidores de um prédio urbano de primeiro andar com sala de visita, casa de banho, cozinha, dois quartos de cama e pátio no rés-do-chão e sala de visita, casa de banho, cozinha, dois quartos de cama, corredor e varanda no primeiro andar, situado em Chã de Dragoeiro - 3º Povoado Alto Mira, com uma área de terreno de 266,97 (duzentos e sessenta e seis vírgula noventa e sete) metros quadrados, confrontando do Norte com António Monca, Sul com João José da Luz e António Miguel da Luz, Este com Caminho Vicinal e Oeste com António Miguel da Luz e Caminho, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Santo André concelho do Porto Novo sob o número 555/0, omissio no Registo Predial. Que o dito prédio foi construído pelos justificantes, num terreno que adquiriram por compra à mãe do justificante varão, Mariana Antónia Monteiro, no ano 1996, sem que, no entanto, ficassem a dispor de título formal suficiente que lhes permite fazer o respetivo re-

gisto na Conservatória competente. Que desde logo entraram na posse, uso e fruição do prédio, posse essa que detêm sem interrupção ou ocultação de quem quer que seja, há mais de vinte e cinco anos. Que a sua posse, apesar de não titulada, foi adquirida e mantida de boa fé, sem violência e sem oposição, ostensivamente, com conhecimento de toda a gente, em nomes próprios e com o aproveitamento de todas as utilidades do prédio, agindo sempre por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade, quer usufruindo como tal o imóvel, quer suportando os respetivos encargos, pelo que adquiriram o seu direito de propriedade por usucapião, o que invocam para efeitos de primeira inscrição no registo predial.

Mais se informa que nos termos do artigo 101 do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar a referida escritura.

**ESTÁ CONFORME**

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Porto Novo, 27 de junho de 2025.

Conta n.º 202526042

Processo n.º 959618

Importa em mil e duzentos escudos.

A Conservatória-Notária,  
  
/ Alicia Patricia da Cruz da Luz/

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Porto Novo, Alto Peixinho - Cidade do Porto Novo, CP \*, Cabo Verde, Telefone +(238) 222 11 41 / VOIP (333) 2202, (333) 2201, Email: Conservatoria.CartorioPN@gov.cv  
www.governo.cv/governodocaboverde/caboverde.gov



Ministério da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



Conservador/Notário por substituição, Emanuel Rocha Alves

**Extrato**

**CERTIFICO**, narrativamente, para efeito da **segunda** publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 – 1ª Série, nesta Conservatória e Cartório Notarial do Maio, sito na Cidade do Porto Inglês – Ilha do Maio, a meu rogo, no dia **vinte e cinco de junho** de dois mil e **vinte e cinco**, e no Livro de notas para escrituras diversas nº **23-E**, de folhas **99-V a 100-V**, foi exarada uma escritura de habilitação de herdeiros, por óbito de **AÇUCENA ANTONIETA CARDOSO DA SILVA**, nos termos seguintes:

Que no dia vinte e quatro do mês de maio de dois mil e vinte e quatro, faleceu na freguesia Nossa Senhora da Luz, concelho do Maio, **Açucena Antonieta Cardoso da Silva**, no estado de viúva, que foi natural da Freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho do Maio, com última residência habitual Cidade do Porto Inglês, ilha do Maio, sem ter deixado testamento ou disposição de última vontade.

Que lhe sucede como únicos herdeiros, os filhos: **Lina Maria Cardoso da Silva**, divorciada, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho do Maio, residente nos Estados Unidos da América; **José Conceição Silva Spencer**, solteiro, maior, natural freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho do Maio, residente na Cidade do Porto Inglês, Maio; **Rolanda de Fátima Cardoso da Silva Spencer**, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho do Maio, residente nos Estados Unidos da América e **Ana Cristina Cardoso Silva Spencer**, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho do Maio, residente nos Estados Unidos da América.

E, que não existem outras pessoas que, segundo a lei, possam concorrer à herança do **“de cujos”**.

Podem os interessados, querendo, impugnar, judicialmente, a referida escritura, nos termos do nº 5 do Art.º 86-A e do Art.º 87 do Código Notariado.

Esta Conforme.

Conservatória e Cartório Notarial do Maio, a vinte e cinco dias do mês de junho de 2025.

**Art.º 20º,4.2: -----1.000\$00.**

**Selo; -----200\$00.**

**Importa o presente extrato em: 1.200\$00(mil e duzentos escudos).**

**Conta nº 202506625-**

em: 4.4.4  
 O Conservador/Notário por substituição  
 Emanuel Rocha Alves  
 Maio

Para sempre em nossos corações

*Marlene da Conceição Melo de Carvalho*

20 de Julho de 2021 - 20 de Julho de 2025

*20 de Julho de 2025*

09H00

Local: Capela de São João Baptista em Achada Grande Frente, (na Cidade da Praia).

**FARMÁCIAS DE SERVIÇO**

**QUINTA - 03 de Julho**

**AVENIDA**  
Fazenda - T: 261 36 90

**HIGIENE**  
Mindelo - T: 231 00 06

**SEXTA - 04 de Julho**

**SANTA ISABEL**  
Largo Europa - Tel: 262 37 47

**JOVEM**  
Mindelo - T: 232 45 30

**SÁBADO - 05 de Julho**

**SANTA ISABEL**  
Largo Europa - Tel: 262 37 47

**MINDELO**  
Mindelo - T: 232 74 65

**DOMINGO - 06 de Julho**

**UNIVERSAL**  
Avenida Santiago - T: 262 93 98

**AVENIDA**  
Monte Sossego - T: 232 45 88 / 231 17 17

**SEGUNDA - 07 de Julho**

**FARMÁCIA 2000**  
Achadinha Baixo - T: 261 56 55

**LEÃO**  
Mindelo - T: 232 66 04

**TERÇA - 08 de Julho**

**MODERNA**  
Plateau - T: 261 27 19

**NENA**  
Mindelo - T: 232 22 92 / 231 86 11

**QUARTA - 09 de Julho**

**CENTRAL**  
Plateau - T: 261 11 67

**HIGIENE**  
Mindelo - T: 231 00 06

**Este espaço é para o seu pequeno anúncio!**